



# DIÁRIO

## República Federativa do Brasil

# DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO L - Nº 74

QUARTA - FEIRA, 10 DE MAIO DE 1995

BRASÍLIA - DF

## CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 66, DE 1995

**Aprova o Acordo-Quadro de Cooperação celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Brasília, em 7 de maio de 1991.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo-Quadro de Cooperação celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, firmado em Brasília, em 7 de maio de 1991.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo-Quadro, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de maio de 1995. - Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

### ACORDO-QUADRO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

O Governo da República Federativa do Brasil  
e

O Governo da República Portuguesa

Conscientes de que os vínculos históricos e culturais que unem os povos dos dois países irmãos conferem uma dimensão especial às relações bilaterais entre o Brasil e Portugal;

Considerando que o desejo de fortalecer os seculares laços de amizade se mantém vivo e atuante em todos os domínios desse relacionamento;

Conscientes de que a democracia e o respeito pela dignidade da pessoa humana são o único e legítimo meio de responder às necessidades e aspirações dos povos, com vista a alcançar o pleno desenvolvimento econômico e a paz social em que se encontram empenhados;

Considerando que o crescimento econômico de ambos os países contribui para a estabilidade política e social, para o fortalecimento das instituições democráticas e para a melhoria do nível de vida dos seus povos;

Considerando que a ativa participação do Brasil e de Portugal nos distintos "fora" regionais, designadamente do Brasil no processo de integração latino-americano, especialmente no âmbito do Tratado de Assunção que criou o Mercosul, e de Portugal nas Comunidades Europeias, contribui para a intensificação das relações e para a consolidação da aproximação entre a América Latina e a Europa;

Considerando que ambos os países encaram o desenvolvimento econômico não só como um direito inalienável mas, também, como uma condição necessária para o progresso e à justiça social, para a consolidação das liberdades e para a preservação da paz internacional;

Conscientes de que a modernização das estruturas produtivas, comerciais e de serviços de ambos os países é condição essencial do desenvolvimento no mundo interdependente e multipolar em que nos encontramos;

Desejosos de promover o desenvolvimento e a diversificação das relações econômicas entre os dois países;

Conscientes dos vínculos existentes entre dívida, comércio e investimento, e de que a dívida externa tem constituído um dos principais fatores que dificulta a estabilidade e o crescimento das economias latino-americanas;

Considerando que ambos os países julgam imprescindível desenvolver esforços a nível internacional para que seja alcançado o melhor nível de vida dos seus povos, erradicando a pobreza e promovendo a proteção do meio ambiente;

Tendo em consideração as disposições do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia, assinado em 18 de setembro de 1980;

Inspirados no Tratado de Amizade e Consulta, assinado em 16 de novembro de 1953, e imbuídos da vontade de dinamizar e concretizar o quadro global do relacionamento bilateral existente,

Convieram nas disposições seguintes:

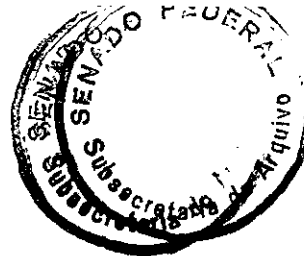
### CAPÍTULO I

#### Cooperação Política

#### Artigo 1º

As duas Partes concordam em:

a) intensificar a realização de visitas recíprocas dos seus respectivos Chefes de Governo e Ministros, tendo em vista o



**EXPEDIENTE**

Senado Federal

**ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS**  
Diretor-Geral do Senado Federal

**RAIMUNDO CARREIRO SILVA**  
Secretário-Geral da Mesa

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor Executivo do Cegraf

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral \_\_\_\_\_ R\$ 23,54

Tiragem: 550 exemplares

fortalecimento e a consolidação do diálogo político entre os dois países;

b) realizar cimeiras anuais dos Chefes dos dois Governos, que poderão ser acompanhados por vários membros dos respectivos Executivos, para debater questões de natureza bilateral e problemas internacionais de interesse comum;

c) realizar encontros entre os responsáveis da política externa de ambos os países, quer no Brasil e em Portugal, quer no âmbito dos diversos organismos regionais e multilaterais, para analisar assuntos de índole bilateral ou internacional, bem como a cooperação entre o Grupo do Rio e a Comunidade Económica Europeia e os processos regionais de integração latino-americana e europeia.

**CAPÍTULO II****Cooperação Económica****Artigo 2º**

As duas Partes encorajarão e esforçar-se-ão por promover o desenvolvimento e a diversificação das relações económicas entre os dois países através da cooperação económica nas suas diversas vertentes, contribuindo assim para a dinamização e modernização das suas economias, sem prejuízo dos compromissos internacionais assumidos por cada uma delas.

**Artigo 3º**

As duas Partes acordaram que, para impulsionar e fomentar as relações económicas e industriais entre os dois países, é necessário:

a) realizar uma adequada e constante promoção e difusão das possibilidades e do potencial da cooperação económica e industrial bilateral;

b) fomentar a cooperação económica e industrial com vistas ao desenvolvimento dos setores produtivos, designadamente das respectivas estruturas industriais e do progresso tecnológico, e de serviços, através da aceleração de acordos de cooperação e de associação entre empresas brasileiras e portuguesas;

c) promover a realização de projetos de investimento, co-investimento, e transferência de tecnologia que permitam a ambos os países desenvolver atividades novas com o fim de situar as indústrias brasileira e portuguesa em um avançado nível tecnológico e competitivo no plano internacional.

**Artigo 4º**

Para alcançar os objetivos assinalados nos artigos anteriores ambas as Partes decidiram promover, designadamente:

a) A realização conjunta de estudos e projetos de desenvolvimento industrial, de aproveitamento e valorização dos recursos naturais e de transformação de matérias-primas;

b) A cooperação entre instituições e empresas dos dois países, nomeadamente nas áreas da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico, da energia, da metrologia e qualidade e da propriedade industrial;

c) A coordenação das posições dos organismos internacionais sobre a estabilização de preços e mercados de matérias-primas;

d) O desenvolvimento da cooperação entre empresas e associações empresariais de ambos os países, tendo em vista a maximização das potencialidades das respectivas economias;

e) A difusão sistemática de informações e realização de ações de sensibilização sobre potencialidades que a realidade económico-financeira, do Brasil e de Portugal, oferece aos agentes económicos dos dois países, de forma a permitir a elaboração de estratégias de desenvolvimento das atividades empresariais a médio e longo prazos;

f) O intercâmbio sistemático e recíproco de informações sobre concorrências públicas (concursos públicos) nacionais e internacionais mediante a criação de um mecanismo específico de facilitar o rápido acesso dos agentes económicos brasileiros e portugueses às informações em causa;

g) A realização de ações de divulgação e de promoção da capacidade da oferta de bens e de serviços de cada uma das partes e das oportunidades de investimentos nos dois países;

h) A colaboração entre empresas dos dois países para a realização de projetos conjuntos de investimento, com vista ao desenvolvimento dos setores produtivos e de serviços, quer no Brasil e em Portugal, quer em terceiros mercados, designadamente através da constituição de *joint ventures*, privilegiando as áreas de integração em que os dois países se enquadram.

**Artigo 5º**

Tendo em vista a concretização dos Artigos anteriores as duas Partes comprometeram-se a:

a) Envidar esforços para promover a revisão dos Acordos setoriais ainda em vigor, de modo a adaptá-los à nova realidade que envolve os dois países, bem como, se necessário, encetar negociações para a celebração de novos Acordos de enquadramento da cooperação económica, nomeadamente na área da promoção de investimentos;

b) Fomentar ações tendentes ao desenvolvimento dos meios de comunicação entre os dois países, nomeadamente nas áreas dos transportes e das telecomunicações;

c) Apoiar o desenvolvimento dos contatos entre instituições financeiras de ambos os países de forma a encontrar instrumentos adequados para adotar a cooperação económica;

d) Fomentar contatos entre instituições, organizações e empresas com atribuições nas áreas do comércio, da indústria e do investimento de ambos os países, de modo a definir formas, modalidades e condições para a cooperação.

#### Artigo 6º

Sem prejuízo do desenvolvimento da cooperação nos diversos domínios abrangidos pelo presente Acordo, as duas Partes identificaram os objetivos a alcançar nas seguintes áreas específicas de interesse mútuo:

##### a) Agricultura

- Intensificar o intercâmbio de informação, designadamente através do levantamento de documentação sobre agricultura tropical existente nos dois países, para divulgação nos meios técnicos;
- Realizar estudos e projetos conjuntos nos domínios agrícola, da agro-indústria e da aquacultura;
- Desenvolver ações de investigação nos domínios que ambas as Partes venham a identificar;
- Promover ações de formação técnica e profissional;
- Estimular a criação de "joint-ventures" nas áreas de exploração, da produção, da industrialização e da comercialização de produtos agrícolas, bem como a transferência de tecnologia.

##### b) Pesca

- Elaborar e executar projetos de desenvolvimento da pesca e das indústrias conexas, com recursos a meios técnicos e financeiros de ambos os países ou fornecidos por terceiros países ou organizações internacionais;
- Desenvolver ações conjuntas nos domínios da formação profissional e técnica e da investigação científica;
- Promover relações empresariais no domínio das pescas, incentivando a criação de associações de interesses com vista à exploração dos recursos haliêuticos, à valorização e comercialização de produtos pesqueiros em outras atividades complementares da pesca.

##### c) Recursos Naturais e Ambiente

- Promover a cooperação em matéria de planificação e gestão de parques naturais e nacionais e nos domínios da formação em matéria ambiental e do aproveitamento de energias alternativas;
- Fomentar a troca de informações e a cooperação no seio de organizações internacionais competentes em matéria de ambiente.

##### d) Indústria

- Fomentar a troca de informações e a cooperação no seio de organizações internacionais competentes, no domínio da indústria extrativa;
- Promover a elaboração conjunta de projetos no setor da construção, ampliação e modernização de unidades industriais, bem como o fornecimento de equipamento e execução de trabalhos de construção e montagem;
- Promover a cooperação industrial no domínio da transformação de matérias-primas, produção conjunta de artigos manufaturados, fornecimento de peças e materiais e transferência de tecnologia destinados à produção de equipamentos e outros materiais não só no Brasil e em Portugal, mas também em terceiros países.
- Fomentar a troca periódica de informações estatísticas relativas aos investimentos setoriais, bem como à evolução do mercado, no domínio siderúrgico.

##### e) Energia

- Promover a cooperação em matéria de planeamento energético, utilização racional de energia e aproveitamento de energia renováveis;
- Fomentar a cooperação empresarial, promover investimentos recíprocos e desenvolver ações conjuntas em terceiros países;

- Fomentar a troca de informação e de experiências, nomeadamente em matéria de combustíveis alternativos e de gás natural, e a transferência de tecnologia.

##### f) Turismo

- Fomentar a coordenação entre os órgãos oficiais, empresas, organizações e instituições de turismo dos dois países;
- Promover a cooperação técnica no setor, incluindo atividades tais como: intercâmbio de peritos no setor turístico, intercâmbio de informações diversas de utilidade para o setor, concessão de assistência mútua em campanhas de promoção turística, realização de estudos turísticos conjuntos e promoção de programas diversos, visando ao fluxo turístico nos dois sentidos;
- Oferecer vagas em instituições de ensino superior e médio na área de turismo, de modo a favorecer a formação de técnicos e de pessoal especializado em turismo;
- Estimular investimentos recíprocos e formação de empresas mistas ("joint ventures"), com vista a ampliar nos dois países a infra-estrutura turística e o fluxo turístico bilateral.

##### g) Comunicações

- Intensificar a cooperação no domínio das telecomunicações e dos serviços postais, tendo em vista a posição geoestratégica que cada país ocupa nos planos regional e internacional;
- Estimular a cooperação empresarial na participação e exploração de serviços na área das telecomunicações, no Brasil e em Portugal, bem como desenvolver ações conjuntas em terceiros países;
- Ampliar o intercâmbio de informações técnicas sobre a exploração de serviços postais e telecomunicações, bem como de quaisquer outros setores técnicos, administrativos, económicos e jurídicos relacionados com tais atividades;
- Promover a concertação de posições no âmbito dos organismos internacionais de correios e telecomunicações.

##### h) Pesquisa Científica e Tecnológica

- Apoiar a cooperação científica e tecnológica desenvolvida no âmbito de convênios ou acordos entre instituições brasileiras e portuguesas;
- Intensificar o intercâmbio e estimular a formação avançada de cientistas, pesquisadores e tecnólogos de ambos os países nas respectivas instituições;
- Fomentar a participação de institutos de pesquisa e empresas em programas de cooperação no domínio da ciência e tecnologia e estabelecer programas concretos em áreas científicas pré-determinadas por interesses comuns, nomeadamente nos de tecnologias da informação, biotecnologia, microeletrônica, ciência e tecnologia dos materiais, detecção remota e informação geo-referenciada, energia e ciências agrárias;
- Promover o acesso do Brasil aos programas europeus de Pesquisa e Desenvolvimento, através de ações concretas e de colaboração com Portugal, bem como estreitar a cooperação no âmbito de organizações de carácter multilateral, em especial no Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED-D);
- Manter e aprofundar a colaboração no domínio de Informação e Científica e Técnica, tendo por base a utilização e difusão da terminologia científica e técnica em língua portuguesa;
- Desenvolver as iniciativas acima levando em consideração, inter alia, o disposto no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica vigente entre as duas Partes.

#### Artigo 7º

1. Para assegurar a execução do presente Acordo Quadro de Cooperação, as duas Partes decidiram instituir a Comissão Ministerial de Cooperação Luso-Brasileira, presidida pelo Ministro das

Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, que funcionará como órgão de coordenação da cooperação bilateral.

2. A Comissão Ministerial de Cooperação terá por funções zelar pelo cumprimento dos objetivos fixados neste Acordo, analisar e avaliar as relações bilaterais nos domínios da cooperação já estabelecidos e propor novos domínios de cooperação em que as Partes acordem, fazendo uso, sempre que necessário, das Comissões Mistas e Grupos de Trabalho existentes entre os dois países.

3. Com vista a atingir esta finalidade poderão ser criadas Subcomissões, de nível ministerial, para análise de formas de cooperação de projetos em domínios específicos e cujas conclusões serão submetidas à Comissão Ministerial de Cooperação,

4. A Comissão Ministerial de Cooperação reunir-se-á pelo menos uma vez por ano, alternadamente no Brasil e em Portugal, ou sempre que alguma das Partes o considere oportuno.

5. A composição das delegações que participam nas reuniões da Comissão Ministerial de Cooperação, bem como a data, local e respectiva ordem de trabalhos serão estabelecidos por via diplomática.

#### Artigo 8º

O presente Acordo Quadro de Cooperação será válido por um período de cinco anos, contados a partir da data da sua entrada em vigor. A menos que uma notificação de denúncia seja feita por uma Parte à outra Parte seis meses antes do termo daquele período, o Acordo renovar-se-á por tácita recondução por períodos sucessivos de um ano. Neste caso, poderá ser denunciado por aviso prévio de três meses, contados a partir do termo do período para o qual haja sido reconduzido.

#### Artigo 9º

O presente Acordo Quadro entrará em vigor trinta dias após a data da recepção da segunda das Notas pelas quais as duas Partes comunicarem reciprocamente a sua aprovação em conformidade com os processos constitucionais de ambos os países.

Feito em Brasília, aos 7 dias do mês de maio de 1991, em dois exemplares originais na língua portuguesa, sendo ambos os textos autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil, **Francisco Rezek**.

Pelo Governo da República Federativa Portuguesa, **João de Deus Pinheiro**.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 67, DE 1995

**Aprova o texto da Convenção nº 170, da organização Internacional do Trabalho, relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho, adotada pela 77ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1990.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção nº 170, da Organização Internacional do Trabalho, relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho, adotada pela 77ª reunião na Conferência Interacional do Trabalho, em Genebra, em 1990.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de maio de 1995. – Senador José Sarney Presidente

#### CONVENÇÃO 170

##### **Convenção Relativa à Segurança na Utilização dos Produtos Químicos no Trabalho**

A Conferência Geral da organização Internacional do Trabalho.

Convocada em Genebra pelo Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho e tendo ali se reunido a 6 de junho de 1990, na sua septuagésima sétima sessão;

Tomando nota das Convenções e Recomendações internacionais do trabalho sobre a matéria e, em particular, a Convenção e a Recomendação sobre o benzeno, 1971; a Convenção e a recomendação sobre o câncer profissional, 1974; a Convenção e a Recomendação sobre o meio ambiente no trabalho (poluição do ar, ruído e vibrações), 1977; a Convenção e a Recomendação sobre segurança e saúde dos trabalhadores, 1981; a Convenção e a Recomendação relativa aos serviços de saúde no trabalho, 1985; a Convenção e a Recomendação sobre o asbesto, 1986, e a lista de doenças profissionais, na sua versão emendada de 1990, que se encontra como anexo à Convenção sobre os benefícios em caso de acidentes do trabalho e doenças profissionais, 1964;

Observando que a proteção dos trabalhadores contra os efeitos nocivos dos produtos químicos contribui também para a proteção do público em geral e do meio ambiente;

Observando que o acesso dos trabalhadores à informação acerca dos produtos químicos utilizados no trabalho responde a uma necessidade e é um direito dos trabalhadores;

Considerando que é essencial prevenir as doenças e os acidentes causados pelos produtos químicos no trabalho ou reduzir a sua incidência:

a) garantindo que todos os produtos químicos sejam avaliados a fim de se determinar o perigo que apresentam;

b) proporcionando aos empregadores sistemas que lhes permitam obter dos fornecedores informações sobre os produtos químicos utilizados no trabalho, de forma a poderem por em prática programas eficazes de proteção dos trabalhadores contra os perigos provocados pelos produtos químicos;

c) proporcionando aos trabalhadores informações sobre os produtos químicos utilizados nos locais de trabalho, bem como as medidas adequadas de prevenção que lhes permitam participar eficazmente dos programas de proteção, e

d) estabelecendo as orientações básicas desses programas para garantir a utilização dos produtos químicos em condições de segurança.

Fazendo referência à necessidade de uma cooperação no âmbito do Programa Internacional de Segurança nos Produtos Químicos entre a Organização Internacional do Trabalho, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a Organização Mundial da Saúde, bem como com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, e observando os instrumentos, códigos e diretrizes pertinentes promulgados por estas Organizações;

Após ter decidido adotar diversas propostas relativas à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho, questão que constitui o quinto item na agenda da sessão, e

Após ter decidido que essas propostas deveriam tomar a forma de uma Convenção internacional, adota, neste vigésimo quinto dia do mês de junho de mil novecentos e noventa, a seguinte

te Convenção, que será denominada Convenção Sobre Produtos Químicos, 1990:

## PARTE I Área de Aplicação e Definições

### ARTIGO 1

1. A presente Convenção aplica-se a todos os ramos da atividade econômica em que são utilizados produtos químicos.

2. Com consulta prévia junto às organizações mais representativas de empregadores e trabalhadores interessadas, e com base em uma avaliação dos perigos existentes e das medidas de proteção que deverão ser aplicadas, a autoridade competente de todo Membro que ratificar a Convenção:

a) poderá excluir da aplicação da Convenção, ou de algumas das suas disposições, determinados ramos da atividade econômica, empresas ou produtos:

i) quando a sua aplicação apresentar problemas especiais de suficiente importância, e

ii) quando a proteção outorgada no seu conjunto, em conformidade àquela que resultaria da aplicação, na íntegra, das disposições da Convenção;

b) deverá estabelecer disposições especiais para proteger as informações confidenciais, cuja divulgação a um concorrente poderia resultar prejudicial para a atividade do empregador, sob a condição de que a segurança e a saúde dos trabalhadores não fiquem comprometidas.

3. A Convenção não se aplica aos artigos que, sob condições de utilização normais ou razoavelmente previsíveis, não expõem os trabalhadores a um produto químico perigoso.

4. A Convenção não se aplica aos organismos, mas aplica-se, sim, aos produtos químicos derivados dos organismos.

### ARTIGO 2

Para fins da presente Convenção:

a) a expressão "produtos químicos" designa os elementos e compostos químicos, e suas misturas, sejam naturais, sejam sintéticos;

b) a expressão "produtos químicos perigosos" abrange todo produto químico que tiver sido classificado como perigoso em conformidade com o Artigo 6, ou sobre o qual existam informações pertinentes indicando que ele implica risco;

c) a expressão "utilização de produtos químicos no trabalho" implica toda atividade de trabalho que poderia expor um trabalhador a um produto químico, e abrange:

i) a produção de produtos químicos;

ii) o manuseio de produtos químicos;

iii) o armazenamento de produtos químicos;

iv) o transporte de produtos químicos;

v) a eliminação e o tratamento dos resíduos de produtos químicos;

vi) a emissão de produtos químicos resultantes do trabalho;

vii) a manutenção, a reparação e a limpeza de equipamentos e recipientes utilizados para os produtos químicos;

d) a expressão "ramos da atividade econômica" aplica-se a todos os ramos onde existam trabalhadores empregados, inclusive a administração pública;

e) o termo "artigo" designa todo objeto que seja fabricado com uma forma ou um projeto específico, ou que esteja na sua forma natural, e cuja utilização dependa total ou parcialmente das características de forma ou projeto;

f) a expressão "representantes dos trabalhadores" designa as pessoas reconhecidas como tais pela legislação ou a prática nacio-

nais, em conformidade com a Convenção sobre os representantes dos trabalhadores, 1971.

## PARTE II Princípios Gerais

### ARTIGO 3

Deverão ser consultadas as organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores interessadas acerca das medidas destinadas a levar a efeito as disposições da Convenção.

### ARTIGO 4

Todo Membro deverá, em consulta com as organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores, e levando na devida conta as condições e práticas nacionais, formular, pôr em prática e reexaminar periodicamente uma política coerente de segurança na utilização de produtos químicos no trabalho.

### ARTIGO 5

A autoridade competente, se for justificado por motivos de segurança e saúde, deverá poder proibir ou restringir a utilização de certos produtos químicos perigosos, ou exigir notificação e autorização prévias para a utilização desses produtos.

## PARTE III Classificação e medidas conexas

### ARTIGO 6

Sistema de Classificação:

1. A autoridade competente, ou os organismos aprovados ou reconhecidos pela autoridade competente, em conformidade com as normas nacionais ou internacionais, deverão estabelecer sistemas e critérios específicos apropriados para classificar todos os produtos químicos em função do tipo e do grau dos riscos físicos e para a saúde que os mesmos oferecem, e para avaliar a pertinência das informações necessárias para determinar a sua periculosidade.

2. As propriedades perigosas das misturas formadas por dois ou mais produtos químicos poderão ser determinadas avaliando os riscos que oferecem os produtos químicos que as compõem.

3. No caso do transporte, tais sistemas e critérios deverão levar em consideração as Recomendações das Nações Unidas relativas ao transporte de mercadorias perigosas.

4. Os sistemas de classificação e a sua aplicação deverão ser progressivamente ampliados.

## ARTIGO 7 Rotulação e Marcação

1. Todos os produtos químicos deverão portar uma marca que permita a sua identificação.

2. Os produtos químicos perigosos deverão portar, ainda, uma etiqueta facilmente compreensível para os trabalhadores, que facilite informações essenciais sobre a sua classificação, os perigos que oferecem e as precauções de segurança que devam ser observadas.

3.1 As exigências para rotular ou marcar os produtos químicos, de acordo com os parágrafos 1 e 2 do presente Artigo, deverão ser estabelecidas pela autoridade competente ou por um organismo aprovado ou reconhecido pela autoridade competente, em conformidade com as normas nacionais ou internacionais.

3.2 No caso do transporte, tais exigências deverão levar em consideração as recomendações das Nações Unidas relativas ao transporte de mercadorias perigosas.

**ARTIGO 8****Fichas com Dados de Segurança**

1. Os empregadores que utilizam produtos químicos perigosos deverão receber fichas com dados de segurança que contêm informações essenciais detalhadas sobre a sua identificação, seu fornecedor, a sua classificação, a sua periculosidade, as medidas de precaução e os procedimentos de emergência.

2. Os critérios para a elaboração das fichas com dados de segurança deverão ser estabelecidos pela autoridade competente ou por um organismo aprovado ou reconhecido pela autoridade competente, em conformidade com as normas nacionais ou internacionais.

3. A denominação química ou comum utilizada para identificar o produto químico na ficha com dados de segurança deverá ser a mesma que aparece na etiqueta.

**ARTIGO 9****Responsabilidade dos Fornecedores**

1. Os fornecedores, tanto se tratando de fabricante ou importadores como de distribuidores de produtos químicos, deverão assegurar-se de que:

a) os produtos químicos que fornecem foram classificados de acordo com o Artigo 6, com base no conhecimento das suas propriedades e na busca de informações disponíveis ou avaliados em conformidade com o § 3º do presente artigo;

b) esses produtos químicos ostentam uma marca que permita a sua identificação, em conformidade com o § 1º do Artigo 7;

c) os produtos químicos perigosos que são fornecidos sejam etiquetados em conformidade com o § 2º do Artigo 7;

d) sejam preparadas e proporcionadas aos empregadores, de acordo com o § 1º do Artigo 8, fichas com dados de segurança relativas aos produtos químicos perigosos.

2. Os fornecedores de produtos químicos perigosos deverão zelar para que sejam preparadas e fornecidas aos empregadores, segundo método acorde com a legislação e a prática nacionais, as etiquetas e as fichas com dados de segurança, revisadas sempre que surgirem novas informações pertinentes em matéria de saúde e segurança.

3. Os fornecedores de produtos químicos que ainda não tenham sido classificados em conformidade com o Artigo 6 deverão identificar os produtos que fornecem e avaliar as propriedades desses produtos químicos se baseando nas informações disponíveis, com a finalidade de se determinar se são perigosas.

**PARTE IV****Responsabilidade dos Empregadores****ARTIGO 10****Identificação**

1. Os empregadores deverão assegurar-se de que todos os produtos químicos utilizados no trabalho estejam etiquetados ou marcados, de acordo com o previsto no Artigo 7, e de que as fichas com dados de segurança foram proporcionadas, segundo é previsto no Artigo 8, e colocadas à disposição dos trabalhadores e de seus representantes.

2. Quando os empregadores receberem produtos químicos que não tenham sido etiquetados ou marcados de acordo com o previsto no Artigo 7 ou para os quais não tenham sido proporcionadas fichas com dados de segurança, conforme está previsto no Artigo 8, deverão obter informações pertinentes do fornecedor ou de outras fontes de informação razoavelmente disponíveis, e não deverão utilizar os produtos químicos antes de obterem essas informações.

3. Os empregadores deverão assegurar-se de que somente sejam utilizados aqueles produtos classificados de acordo com o previsto no Artigo 6 ou identificados ou avaliados segundo o § 3º do Artigo 9 e etiquetados ou marcados em conformidade com o Artigo 7, bem como de que sejam tomadas todas as devidas precauções durante a sua utilização.

**ARTIGO 11****Transferência de Produtos Químicos**

Os empregadores deverão zelar para que, quando sejam transferidos produtos químicos para outros recipientes ou equipamentos, seja indicado o conteúdo destes últimos a fim de que os trabalhadores fiquem informados sobre a identidade desses produtos, dos riscos que oferece a sua utilização e de todas as precauções de segurança que devem ser adotadas.

**ARTIGO 12****Exposição**

Os empregadores deverão:

a) se assegurar de que seus trabalhadores não fiquem expostos a produtos químicos acima dos limites de exposição ou de outros critérios de exposição para a avaliação e o controle do meio ambiente de trabalho estabelecidos pela autoridade competente ou por um organismo aprovado ou reconhecido pela autoridade competente, em conformidade com as normas nacionais ou internacionais;

b) avaliar a exposição dos trabalhadores aos produtos químicos perigosos;

c) vigiar e registrar a exposição dos trabalhadores a produtos químicos perigosos quando isso for necessário, para proteger a sua segurança e a sua saúde, ou quando estiver prescrito pela autoridade competente;

d) assegurar-se de que os dados relativos à vigilância do meio ambiente de trabalho e da exposição dos trabalhadores que utilizam produtos químicos perigosos sejam conservados durante o período prescrito pela autoridade competente e estejam acessíveis para esses trabalhadores e os seus representantes.

**ARTIGO 13****Controle Operacional**

1. Os empregadores deverão avaliar os riscos dimanantes da utilização de produtos químicos no trabalho, e assegurar a proteção dos trabalhadores contra tais riscos pelos meios apropriados, e especialmente:

a) escolhendo os produtos químicos que eliminam ou reduzem ao mínimo o grau de risco;

b) elegendo tecnologia que elimine ou reduza ao mínimo o grau de risco;

c) aplicando medidas adequadas de controle técnico;

d) adotando sistemas e métodos de trabalho que eliminem ou reduzam ao mínimo o grau de risco;

e) adotando medidas adequadas de higiene do trabalho;

f) quando as medidas que acabam de ser enunciadas não forem suficientes, facilitando, sem ônus para o trabalhador, equipamentos de proteção pessoal e roupas protetoras, assegurando a adequada manutenção e zelando pela utilização desses meios de proteção.

2. Os empregadores deverão:

a) limitar a exposição aos produtos químicos perigosos para proteger a segurança e a saúde dos trabalhadores;

b) proporcionar os primeiros socorros;

c) tomar medidas para enfrentar situações de emergência.

**ARTIGO 14**  
**Eliminação**

Os produtos químicos perigosos que não sejam mais necessários e os recipientes que foram esvaziados, mas que possam conter resíduos de produtos químicos perigosos, deverão ser manipulados ou eliminados de maneira a eliminar ou reduzir ao mínimo os riscos para a segurança e a saúde, bem como para o meio ambiente, em conformidade com a legislação e a prática nacionais.

**ARTIGO 15**  
**Informação e Formação**

Os empregadores deverão:

- a) informar aos trabalhadores sobre os perigos que oferece a exposição aos produtos químicos que utilizam no local de trabalho;
- b) instruir os trabalhadores sobre a forma de obterem e usarem as informações que apareçam nas etiquetas e nas fichas com dados de segurança;
- c) utilizar as fichas com dados de segurança, juntamente com as informações específicas do local de trabalho, como base para a preparação de instruções para os trabalhadores, que deverão ser escritas se houver oportunidade;
- d) proporcionar treinamento aos trabalhadores, continuamente, sobre os procedimentos e práticas a serem seguidas com vistas à utilização segura de produtos químicos no trabalho.

**ARTIGO 16**  
**Cooperação**

Os empregadores, no âmbito das suas responsabilidades, deverão cooperar da forma mais estreita que for possível com os trabalhadores ou seus representantes com relação à segurança, na utilização dos produtos químicos no trabalho.

**PARTE V**  
**Obrigações dos Trabalhadores****ARTIGO 17**

1. Os trabalhadores deverão cooperar da forma mais estreita que for possível com seus empregados no âmbito das responsabilidades destes últimos e observar todos os procedimentos e práticas estabelecidos com vistas à utilização segura de produtos químicos no trabalho.

2. Os trabalhadores deverão adotar todas as medidas razoáveis para eliminar ou reduzir ao mínimo, para eles mesmos e para os outros, os riscos que oferece a utilização de produtos químicos no trabalho.

**PARTE VI**  
**Direitos dos Trabalhadores e seus Representantes****ARTIGO 18**

1. Os trabalhadores deverão ter o direito de se afastar de qualquer perigo derivado da utilização de produtos químicos quando tiverem motivos razoáveis para acreditar que existe um risco grave e iminente para a sua segurança ou a sua saúde, e deverão indicá-la sem demora ao seu supervisor.

2. Os trabalhadores que se afastem de um perigo, em conformidade com as disposições do parágrafo anterior, ou exercitem qualquer outro direito em conformidade com esta Convenção, deverão estar protegidos contra as consequências injustificadas desse ato.

3. Os trabalhadores interessados e os representantes deverão ter direito de obter:

- a) informação sobre a identificação dos produtos químicos utilizados no trabalho, as propriedades perigosas desses produtos,

as medidas de precaução que devem ser tomadas, a educação e a formação;

- b) as informações contidas nas etiquetas e os símbolos;
- c) as fichas com dados de segurança;
- d) quaisquer outras informações que devam ser conservadas em virtude do disposto na presente Convenção.

4. Quando a divulgação, a um concorrente da identificação específica de um ingrediente de um composto químico puder resultar prejudicial para a atividade do empregador, ele poderá, ao fornecer as informações mencionadas no parágrafo 3, proteger a identificação do ingrediente, de acordo com as disposições estabelecidas pelas autoridades competentes, em conformidade com o Artigo 1, parágrafo 2, item b).

**PARTE VII**  
**Responsabilidades dos Estados Exportadores****ARTIGO 19**

Quando em um Estado-Membro exportador a utilização de produtos químicos perigosos tenha sido total ou parcialmente proibida por razões de segurança e saúde no trabalho, esse Estado deverá levar esse fato e as razões que o motivaram ao conhecimento de todo país ao qual exporta.

**ARTIGO 20**

As ratificações formais da presente convenção serão comunicadas, para seu registro, ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

**ARTIGO 21**

A presente Convenção somente vinculará os Membros da Organização Internacional do Trabalho cujas ratificações tenham sido registradas pelo Diretor-Geral.

2. Esta Convenção entrará em vigor doze meses após o registro das ratificações de dois Membros por parte do Diretor-Geral.

3. Posteriormente, esta Convenção entrará em vigor, para cada Membro, doze meses após o registro da sua ratificação.

**ARTIGO 22**

1. Todo Membro que tenha ratificado a presente Convenção poderá denunciá-la após a expiração de um período de dez anos contados da entrada em vigor mediante ato comunicado ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia só surtirá efeito um ano após o seu registro.

2. Todo Membro que tenha ratificado a presente Convenção e não fizer uso da faculdade de denúncia prevista pelo presente artigo dentro do prazo de um ano após a expiração do período de dez anos previstos pelo parágrafo anterior, ficará obrigado por um novo período de dez anos e, posteriormente, poderá denunciar a presente Convenção ao expirar cada período de dez anos, nas condições previstas no presente artigo.

**ARTIGO 23**

1. O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações, declarações e denúncias que lhe sejam comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Ao notificar aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe tenha sido comunicada, o Diretor-Geral chamará a atenção dos Membros para a data de entrada em vigor da presente Convenção.

**ARTIGO 24**

O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para fins de

registro, conforme o art. 102 da Carta das Nações Unidas, as informações completas referentes a quaisquer ratificações, declarações e atos de denúncia que tenha registrado com os artigos anteriores.

#### ARTIGO 25

Sempre que o julgar necessário, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho apresentará à Conferência Geral um relatório sobre a aplicação da presente Convenção e decidirá sobre a oportunidade de inscrever na agenda da Conferência a questão da sua revisão total ou parcial.

#### ARTIGO 26

1. Se a Conferência adotar uma nova Convenção que revise total ou parcialmente a presente Convenção e a menos que a nova Convenção disponha contrariamente:

a) a ratificação, por um Membro, da nova Convenção revista implicará, de pleno direito, não obstante o disposto pelo art. 22, supra, a denúncia imediata da presente Convenção, desde que a nova Convenção revista tenha entrado em vigor.

b) a partir da entrada em vigor da Convenção revista, a presente Convenção deixará de estar aberta à ratificação dos Membros.

2. A presente Convenção continuará em vigor, em qualquer caso, em sua forma e teor atuais, para os Membros que a tiverem ratificado e que não ratificarem a Convenção revista.

#### ARTIGO 27

As versões inglesa e francesa do texto da presente Convenção são igualmente autênticas.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 68, DE 1995

**Aprova o texto do Acordo sobre Serviço Móvel Celular entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República Argentina, o Governo da República do Paraguai e o Governo da República Oriental do Uruguai, celebrado em Las Leñas, em 27 de junho de 1992.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre Serviço Móvel Celular entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República Argentina, o Governo da República do Paraguai e o Governo da República Oriental do Uruguai, celebrado em Las Leñas, em 27 de junho de 1992.

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do presente Acordo, bem como quaisquer atos que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de maio de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

#### ACORDO SOBRE SERVIÇO MÓVEL CELULAR ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA, O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI E O GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

#### Preâmbulo

Os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai,

Considerando a importância das telecomunicações no processo de integração regional e o desejo de ampliação e fortalecimento das relações econômicas, em particular a indústria do turismo e do transporte,

Decidem celebrar o presente Acordo sobre o Serviço Móvel Celular.

#### ARTIGO I

##### Objeto do Acordo

O presente Acordo tem como objetivo a compatibilização dos sistemas, a fim de permitir que as Estações Móveis autorizadas em quaisquer dos países signatários possam utilizar o Serviço Móvel Celular quando se encontrarem em território de outro país, assim como evitar as interferências prejudiciais entre sistemas celulares ou entre este e outros serviços de radiocomunicações na zona de coordenação correspondente.

#### ARTIGO II

##### Definições

Para fins do presente Acordo, são adotadas as definições básicas detalhadas no Anexo 9.

#### ARTIGO III

##### Características Técnicas Mínimas

As Partes concordam em adotar as características técnicas mínimas iniciais contidas nos Anexos 1, 2 e 3 do presente Acordo, a fim de garantir que as Estações Móveis pertencentes ao Serviço Móvel Celular de um país operem plenamente em qualquer dos outros países deste Acordo.

#### ARTIGO IV

##### Procedimentos Operacionais

As partes assegurarão que as Empresas Prestadoras do Serviço Móvel Celular adotem os procedimentos operacionais baseados nos critérios constantes do Anexo 4, que uniformizam as relações entre Prestadoras, a fim de garantir a utilização do serviço pelos assinantes visitantes.

Tais procedimentos são específicos em um "Manual de Procedimentos Operacionais", considerado no Âmbito da Reunião Quadripartite.

#### ARTIGO V

##### Procedimento de Utilização do Serviço

As Partes assegurarão que as Empresas Prestadoras do Serviço Móvel Celular adotem os procedimentos de utilização do serviço que constam do Anexo 5, a fim de permitir ao assinante visitante pleno acesso aos serviços e às facilidades oferecidas pela Prestadora Visitada.

Para uma adequada orientação aos usuários, as Partes concordam em colocar à disposição dos mesmos um "Manual do Assinante Visitante", conforme o Anexo 5.

#### ARTIGO VI

##### Sistemas Tarifários

As Partes acordam recomendar que a filosofia e a estrutura tarifária, assim como a compensação de contas entre Prestadoras, se efetuem conforme descrito no Anexo 6.

#### ARTIGO VII

##### Indicadores de Qualidade

As partes acordam adotar um conjunto de indicadores e de padrões de qualidade, segundo as orientações do Anexo 7, com o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado ao assinante visitante.



## ARTIGO VIII Coordenação de Frequências

As Partes reconhecem a necessidade das Estações do Serviço Móvel Celular operarem em caráter primário, em princípio nas faixas de frequências estabelecidas no Anexo 1, e comprometem-se a não autorizar, em caráter primário, a instalação de novas Estações pertencentes a outros serviços de radiocomunicação em tais faixas, na zona de coordenação correspondente.

Reconhecem, ainda, que é imperioso que as Prestadoras do Serviço Móvel Celular e de outros serviços de radiocomunicação que operam fora das faixas mencionadas, evitem interferências prejudiciais entre as mesmas.

As Partes poderão realizar coordenações para a utilização do Serviço Móvel Celular em outras faixas de frequências e em outras modalidades não mencionadas nos respectivos Anexos.

As Partes acordam adotar um "Manual de Procedimentos de Coordenação de Frequências", conforme os princípios e os critérios estabelecidos no Anexo 8.

## ARTIGO IX Trânsito Internacional das Estações Móveis

As Partes acordam que as autorizações outorgadas para as Estações Móveis que integram o Serviço Móvel Celular serão válidas em qualquer dos países onde ocasionalmente se encontrem, com base no cumprimento das normas estabelecidas no presente Acordo, sem efetuar trâmites adicionais.

As Administrações trocarão informações sobre as formas de outorga das autorizações e sobre suas características, para fins dos controles necessários.

Cada Administração se responsabilizará pelas gestões competentes junto às autoridades alfandegárias de seus respectivos países, a fim de facilitar o trânsito internacional das Estações Móveis do Serviço Móvel Celular.

## ARTIGO X Notificações e Intercâmbio de Correspondência

Todas as notificações a que se referem os procedimentos regulamentares do Anexo 8 e a remessa de correspondência que se realize em razão do presente Acordo deverão ser dirigidas às respectivas Administrações de cada Governo e aos endereços indicados no Anexo 10, que se mantêm vigentes até que, por meio de uma comunicação formal, sejam modificados.

## ARTIGO XI Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor na data em que o Ministério das Relações Exteriores do país depositário notificar às Partes que pelo menos dois países signatários depositaram o instrumento de ratificação.

A partir daquela data, o presente Acordo entrará em vigor entre as Partes cujos instrumentos de ratificação tenham sido depositados.

Entende-se por país depositário aquele em que foi celebrada a assinatura do presente Acordo.

## ARTIGO XII Denúncia

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes mediante notificação escrita dirigida ao País depositário, cessando seus efeitos a partir de 180 (cento e oitenta) dias da notificação da denúncia às Partes. A denúncia efetuada por uma Parte não afetará a vigência do Acordo entre as demais.

## ARTIGO XIII Emendas

O presente Acordo poderá ser emendado de comum acordo entre as Partes. As emendas entrarão em vigor quando todas as Partes notifiem sua aprovação ao país depositário.

## ARTIGO XIV Disposições Finais

Com o propósito de manter o serviço operando satisfatoriamente, o que requer periódicas avaliações técnico-operacionais, e de acompanhar a evolução da tecnologia internacional, as Partes decidem aprovar a realização de pelo menos uma Reunião Quadripartite anual sobre o tema, a ter lugar, por rodízio, em cada País signatário. Dentro desse marco, serão acordadas as atualizações nos Anexos do presente Acordo, para adequá-los às evoluções tecnológicas e de mercado.

As Partes acordam analisar propostas de adesão de outros países ao presente Acordo.

Acorda-se, também, manter informação atualizada a respeito das Empresas Prestadoras do Serviço Móvel Celular que cada país autorize nas distintas áreas geográficas de seu território. Essa informação deverá ser comunicada a todas as Partes, pela respectiva Administração, segundo o artigo X do presente Acordo.

Feito no Vale de Las Lenas, Departamento de Malar-gue, Província de Mendoza, República Argentina, aos 27 dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e dois, em um exemplar original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos, o qual será depositado no Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina.

Pelo Governo da República Argentina – Pelo Governo da República do Paraguai – Pelo Governo da República Federativa do Brasil – Pelo Governo da República Oriental do Uruguai.

## ANEXOS

1. Características de transmissão
2. Procedimentos de numeração, encaminhamento e sinalização
3. Protocolos e procedimentos de chamada
4. Procedimentos operacionais
5. Procedimentos de utilização do Serviço
6. Sistemas Tarifários
7. Indicadores de qualidade
8. Coordenação de Frequências
9. Definições Básicas
10. Lista de Administrações.

A N E X O 1

## Características de Transmissão

## 1. Faixas de frequências de transmissão

## 1.1 - Subfaixa A

transmissão da estação móvel: 825,015 MHz a 835,005 MHz

transmissão da estação-base: 870,015 MHz a 880,005 MHz

## 1.2 - Subfaixa B

transmissão da estação móvel: 835,005 MHz a 844,995 MHz

transmissão da estação-base: 880,005 MHz a 889,995 MHz

## 2. Designação de canais de voz

SUBFAIXA	NÚMERO DO CANAL (N)	FREQUÊNCIA CENTRAL TX (MHz) (*)	
		MÓVEL	BASE
A	1	825,030	870,030
	a	***	***
	312	834,360	879,360
B	355	835,650	880,650
	a	***	***
	666	844,980	889,980

(\*) Frequência TX (estação móvel) =  $(0,03N + 825,000)$  MHzFrequência TX (estação-base) =  $(0,03N + 870,000)$  MHz

## 3. Designação de canais de controle

SUBFAIXA	NÚMERO DO CANAL (N)	FREQUÊNCIA CENTRAL TX (MHz) (*)	
		MÓVEL	BASE
A	313	834,390	879,390
	a	***	***
	333	834,990	879,990
B	334	835,020	880,020
	a	***	***
	354	835,620	880,620

(\*) Frequência TX (estação móvel) =  $(0,03N + 825,000)$  MHz

Frequência TX (estação-base) =  $(0,03N + 870,000)$  MHz

4. Separação duplex: 45 MHz

5. Separação entre canais: 30 KHz

6. Classe de estação móvel:

CLASSE DE ESTAÇÃO	POTÊNCIA (dBW)	ESTAÇÃO MÓVEL
1	6,0	veicular
2	2,0	transportável
3	-2,0	portátil

## 7. Níveis de redução de potência da estação móvel

NÍVEL	CÓDIGO DE ATENUAÇÃO	POTÊNCIA (dBW)		
		CLASSE 1	CLASSE 2	CLASSE 3
0	000	6,0	2,0	-2,0
1	001	2,0	2,0	-2,0
2	010	-2,0	-2,0	-2,0
3	011	-6,0	-6,0	-6,0
4	100	-10,0	-10,0	-10,0
5	101	-14,0	-14,0	-14,0
6	110	-18,0	-18,0	-18,0
7	111	-22,0	-22,0	-22,0

## 8. Tipo de emissão

- voz: 40K0G3E
- dados: 40K0G1D

## 9. Canais de voz

- tipo de modulação: FM
- desvio de pico: +/- 12 KHz (excluindo os sinais de dados e o tom de sinalização)
- desvio eficaz: +/- 2,9 KHz
- tratamento: compressão silábica 2:1 e cumprimento da Rec. G 162 CCITT
- pré-ênfase: 6 dB/oitava, 300-3000 Hz

## 10. Transmissão de dados

- tipo de codificação: Manchester
- tipo de modulação: FSK
- desvio de pico: +/- 8 KHz
- velocidade de transmissão: 10 Kbit/s

11. Tom de supervisão de áudio: 5970 Hz, 6000 Hz e 6030 Hz

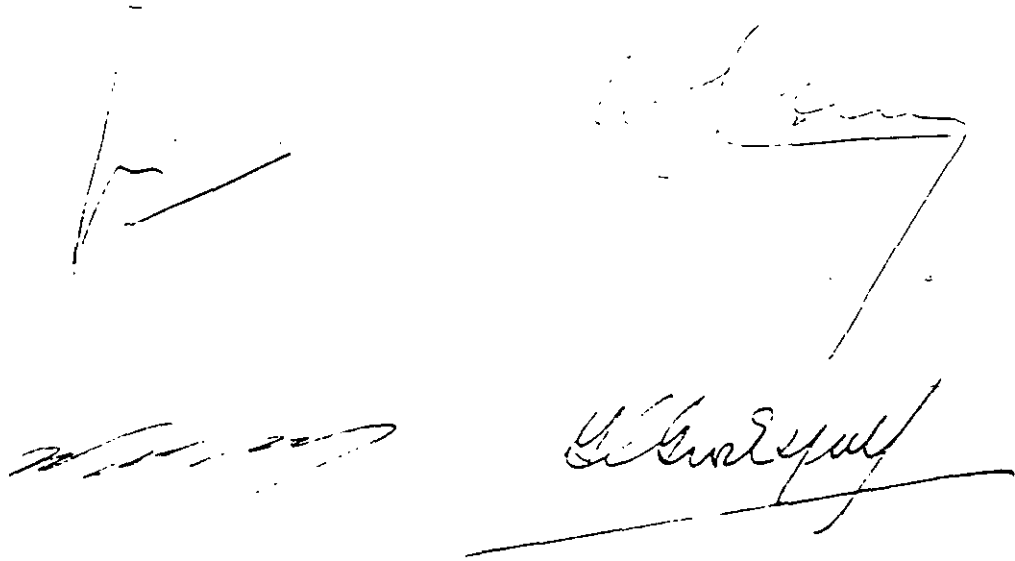
- tipo de modulação: FM
- desvio: +/- 2 KHz

12. Tom de sinalização: 10 KHz com desvio de frequência de +/- 8 KHz

13. Código de proteção contra erros

- estação-base para estação móvel:  
código BCH (40,28) com distância 5
- estação móvel para estação base:  
código BCH (48,36) com distância 5
- polinômio gerador para codificação BCH:

$$g(X) = X^7 + X^6 + X^5 + X^4 + X^3 + X^2 + X + 1$$

The block contains several handwritten marks. On the left, there is a large, stylized signature or mark. Below it, there is a smaller, less distinct signature. On the right, there is a large, stylized signature or mark. Below it, there is a smaller, less distinct signature. The marks are written in black ink on a white background.

A N E X O 2

## Procedimentos de Numeração, Encaminhamento e Sinalização

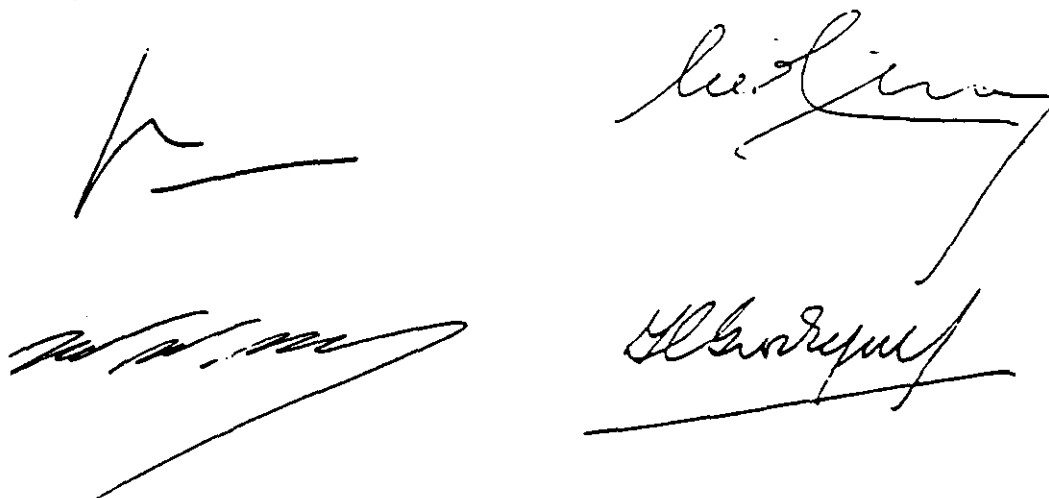
1. O encaminhamento das chamadas originadas na estação móvel visitante deve ser igual ao de uma estação móvel pertencente a área de registro visitada, com relação às chamadas locais, regionais e internacionais.
2. As chamadas dirigidas a uma estação móvel que está fora de seu país poderão ser reencaminhadas automaticamente à Central de Comutação e Controle (CCC) visitada a partir da CCC de origem. Isso implica que, depois da validação da estação móvel visitante, o número provisório que lhe haja sido designado no país visitado deve ser informado à CCC de origem. A pedido do assinante da estação móvel visitante, as chamadas a ele dirigidas podem ser bloqueadas na CCC de origem.
3. Cada país decidirá informar ou não, ao assinante visitante, o número provisório que lhe foi designado; somente o assinante tomará conhecimento desse número, divulgando-o ou não, segundo seu critério. No caso de ser esse número divulgado, o encaminhamento das chamadas dirigidas à estação móvel visitante deve ser igual ao de uma estação móvel da área de registro visitada.
4. Será adotada a estrutura ABC XYZ MCDU, a fim de possibilitar a identificação da estação móvel. Dado que o sistema utilizado identifica uma estação móvel com o máximo de 10 dígitos, a identificação do país de origem será efetuada através dos dígitos A e B, como segue:

	A	B
Para estações móveis da ARGENTINA	1	5
Para estações móveis do BRASIL	0	b
Para estações móveis do PARAGUAI	1	2
Para estações móveis do URUGUAI	1	9

b varia entre 1 e 9.

5. Os padrões de sinalização adotados por cada país serão mantidos tanto para as chamadas nacionais como para as chamadas internacionais.

6. Uma vez que a sinalização CCITT n. 7 (canal comum), referente à Parte de Aplicação Móvel (MAP), será especificada pelo CCITT, sua implementação em cada país será efetuada em conjunto.



A N E X O 3

## Protocolos e Procedimentos de Chamada

As bases para a compatibilidade entre os sistemas celulares são estabelecidas conforme a seguinte descrição:

## 1. Número de Identificação da Estação Móvel (EM):

A EM é identificada com um código binário de 34 bits MIN, derivado do número telefônico de 10 dígitos designado para a EM, de acordo com o seguinte procedimento:

1.1 - Os primeiros 3 dígitos se convertem em 10 bits (correspondentes a MIN2p), por meio do seguinte algoritmo:

a) designar esses 3 dígitos como D1, D2 e D3, atribuindo-se ao dígito 0 o valor 10;

b) calcular:  $100 \times D1 + 10 \times D2 + D3 - 111$ ;

c) converter o resultado de b) em código binário.

Conversão decimal em binário

Conversão decimal em BCD

Número decimal	Número binário	Dígito	Código BCD
1	0000000001	1	0001
2	0000000010	2	0010
3	0000000011	3	0011
4	0000000100	4	0100
*	***	5	0101
*	***	6	0110
*	***	7	0111
*	***	8	1000
998	1111100110	9	1001
999	1111100111	0	1010



1.2 - O segundo grupo de 3 dígitos transforma-se nos 10 bits mais significativos de MINlp, de acordo com o algoritmo indicado em 1.1.

1.3 - Os últimos 4 dígitos transformam-se nos 14 bits menos significativos de MINlp, da seguinte forma:

a) os milhares convertem-se em código BCD de 4 bits de acordo com a tabela anterior;

b) os últimos 3 dígitos convertem-se em 10 bits por intermédio do algoritmo de codificação indicado em 1.1.

## 2. Método de acesso

A memória permanente de segurança e de informação da EM deve armazenar o método de acesso através de um bit (Exp) que identifica se a estação móvel deve enviar ou não o número completo em todas as tentativas de acesso.

## 3. Primeiro canal de chamada explorado pela EM (FIRSTCHPp)

Todas as estações móveis devem ter capacidade para acessar os sistemas A e os sistemas B, para os quais se define o primeiro canal de chamada como segue:

a) sistema A: FIRSTCHPp = 834,990 MHz para o transmissor da EM e 879,990 MHz para o transmissor da EB;

b) sistema B: FIRSTCHPp = 835,020 MHz para o transmissor da EM e 880,020 MHz para o transmissor da EB.

Palavra 1: Número abreviado até 7 dígitos (XYZ - MCDU, contido em MIN1p);

Palavra 2: Número estendido de 3 dígitos (ABC, contido em MIN2p).

#### 8. Número de série

As estações móveis terão um número de série de 32 bits que as identificará univocamente. Esse número deverá ser gravado em fábrica, não podendo ser modificado e terá a seguinte estrutura:

bits 0 a 17 - número de série;  
18 a 23 - reservado;  
24 a 31 - código do fabricante.

#### 9. Formato das mensagens da EM para a EB

##### 9.1 - Canal de Controle Reverso (RECC)

O RECC é um fluxo de dados de banda larga enviados pela EM à EB. Esses dados são gerados a uma velocidade de 10 kbits/seg +/- 1 bit/seg.

A figura 1 indica o formato de mensagens pelo RECC.

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
Dotting = (1010...010)	30)
Sincronismo (word sync) = (11100010010)	11) precursor de captura
DCC codificado (ver tabela 1)	7)

#### 4. Identificação do sistema celular residente

A palavra de 15 bits (SIDp) que se armazena na EM destina-se a identificar seu sistema residente. A distribuição dos bits da SIDp é a seguinte:

B I T S															P A Í S	
14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0		
1	1	1	1	1	0	1	1	X	X	X	X	X	X	X	ARGENTINA	
1	1	1	1	1	0	0	1	X	X	X	X	X	X	X	BRASIL GR 1	
1	1	1	1	1	0	1	0	X	X	X	X	X	X	X	BRASIL GR 2	
1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	X	X	X	X	X	PARAGUAI	
1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	X	X	X	X	X	URUGUAI	

#### 5. Registro autônomo e não-autônomo

Todas as estações-base devem ter a capacidade de originar e receber chamadas de estações móveis com registro autônomo e sem registro autônomo.

#### 6. Número completo

Para controlar uma estação móvel visitante que monitora um canal de controle, é necessário enviar sempre MIN1 e MIN2.

#### 7. Chamadas para estações móveis visitantes

As estações móveis visitantes devem ser sempre buscadas com duas palavras.

Repetição 1 da palavra 1	48
Repetição 2 da palavra 1	48
Repetição 3 da palavra 1	48
Repetição 4 da palavra 1	48
Repetição 5 da palavra 1	48
Repetição 1 da palavra 2	48
Repetição 2 da palavra 2	48
Repetição 3 da palavra 2	48
Repetição 4 da palavra 2	48
Repetição 5 da palavra 2	48
Repetição 1 da palavra 3	48
Repetição 2 da palavra 3	48
Repetição 3 da palavra 3	48
Repetição 4 da palavra 3	48
Repetição 5 da palavra 3	48

DCC recebido

DCC codificado

00	0000000
01	0011111
10	1100011
11	1111100

Tabela 1. DCC Codificado

Mensagens RECC

Cada mensagem RECC pode consistir de 1 a 5 palavras:

- Palavra A: palavra de endereço abreviado.

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
F = 1	1
NAWC	3
T	1
S	1
E	1
RSVD = 0	1
SCM	4
MIN 1 (bit 23 a bit 0)	24
P	12

- Palavra B: palavra de endereço estendido.

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
F = 0	1
NAWC	3
LOCAL	5
ORDQ	3
ORDER	5
LT	1
RSVD = 00000000	8
MIN2 (bit 33 a 24)	10
P	12

- Palavra C: palavra de número de série.

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
F = 0	1
NAWC	3
SERIAL	32
P	12

- Palavra D: primeira palavra do número chamado.

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
F = 0	1
NAWC	3
Dígito n. 1	4
Dígito n. 2	4
Dígito n. 3	4
Dígito n. 4	4
Dígito n. 5	4
Dígito n. 6	4
Dígito n. 7	4
Dígito n. 8	4
P	12

- Palavra E: segunda palavra do número chamado.

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
F = 0	1
NAWC = 000	3
Dígito n. 9	4
Dígito n. 10	4
Dígito n. 11	4
Dígito n. 12	4
Dígito n. 13	4
Dígito n. 14	4
Dígito n. 15	4
Dígito n. 16	4
P	12

Para a codificação dos dígitos das palavras D e E, utiliza-se a tabela 2.

## D Í G I T O

## C Ó D I G O

1	0001
2	0010
3	0011
4	0100
5	0101
6	0110
7	0111
8	1000
9	1001
0	1010
*	1011
	1100
Nulo	0000

Tabela 2. Código de Dígitos

## 9.2. - Canal de voz reverso (RVC)

É um fluxo de dados de banda larga enviado pela EM para a EB. Deve ser gerado a uma velocidade de 10 kbits/seg +/- 1 bit/seg. O formato da mensagem de voz reversa da EM para EB é o seguinte:

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
dotting (1010101...101)	101
W.S. (palavra de sincronismo) = 11100010010	11
Repetição 1 da palavra 1	48
dotting (101010...101)	37
W.S. (palavra de sincronismo)	11
Repetição 2 da palavra 1	48
dotting (101010...101)	37

W.S. (palavra de sincronismo)	11
Repetição 3 da palavra 1	48
dotting (101010...101)	37
W.S.	11
Repetição 4 da palavra 1	48
dotting (101010...101)	37
W.S.	11
Repetição 5 da palavra 1	48
dotting (101010...101)	37
W.S.	11
Repetição 1 da palavra 2	48
.....	..
Repetição 5 da palavra 2	48

#### Mensagens pelo RVC:

Cada mensagem que circula pelo RVC pode estar composta de uma ou duas palavras. Essas mensagens têm o seguinte formato:

#### - Mensagem de confirmação de comando

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
F = 1	1
NAWC = 00	2
T = 1	1
LOCAL	5
ORDQ	3
ORDER	5
RSVD = 00..0000	19
P	12

- Mensagem de número chamado. Primeira palavra do número chamado.



C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
F = 1	1
NAWC = 01	2
T = 0	1
Dígito n. 1	4
Dígito n. 2	4
Dígito n. 3	4
Dígito n. 4	4
Dígito n. 5	4
Dígito n. 6	4
Dígito n. 7	4
Dígito n. 8	4
P	12

- Mensagem de número chamado. Segunda palavra do número chamado.

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
F = 0	1
NAWC = 0	2
T = 0	1
Dígito n. 9	4
Dígito n. 10	4
Dígito n. 11	4
Dígito n. 12	4
Dígito n. 13	4
Dígito n. 14	4
Dígito n. 15	4
Dígito n. 16	4
P	12

Para a codificação dos dígitos da mensagem de número chamado, utiliza-se a tabela 2.

## 10. Formato das mensagens da EB para a EM

## 10.1 - Canal de controle direto (FOCC)

O FOCC é um fluxo contínuo de dados de banda larga enviados da EB para a EM. Esses dados são gerados a uma velocidade de 10 kbits/seg +/- 0,1 bit/seg. A figura 2 indica o formato do FOCC.

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
Dotting = (1010101010)	10
Sincronismo (W.S.) (11100010010)	11
Repetição 1 da palavra A	40
Repetição 1 da palavra B	40
Repetição 2 da palavra A	40
***	**
Repetição 4 da palavra B	40
Repetição 5 da palavra A	40
Repetição 5 da palavra B	40
Dotting = (1010101010)	10
***	

Figura 2. Mensagem FOCC (da EB para a EM)

O fluxo ocupado-reposo contém os bits ocupado-reposo utilizados para indicar o estado do canal de controle reverso. O canal de controle reverso, está ocupado se o bit ocupado-reposo é 0 e está em repouso se esse bit está em 1. O bit ocupado-reposo se situa no começo de cada sequência de dotting, também no começo de cada sequência da palavra do sincronismo, no começo da repetição 1 da palavra A e, desse ponto em diante, depois de cada 10 bits da mensagem.

- Mensagem de controle da EM.

Essa mensagem consiste de uma, duas ou quatro palavras.

- Palavra 1: palavra de endereço abreviado.

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
T1T2	2
DCC	2
MIN1 (bit 23 a bit 0)	24
P	12

- Palavra 2: palavra de endereço estendido.

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
T1T2 = 10	2
SCC = 11	2
MIN2 (bit 33 a bit 24)	10
RSVD = 0	1
LOCAL	5
ORDQ	3
ORDER	5
P	12

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
T1T2 = 10	2
SCC 11 (ver tabela A)	2
MIN2 (bit 33 a bit 24)	10
VMAC	3
CHAN	11
P	12

- Palavra 3: primeira palavra da mensagem de tentativa dirigida.

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
T1T2 = 10	2
SCC = 11	2
CHANPOS	7
CHANPOS	7
CHANPOS	7
RSVD = 000	3
P	12

- Palavra 4: segunda palavra de mensagem de tentativa dirigida.

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
T1T2 = 10	2
SCC = 11	2
CHANPOS	7
CHANPOS	7
CHANPOS	7
RSVD = 000	3
P	12

Tabela A. Código de detecção SAT (SCC),

Bits	Frequência SAT
00	5970 Hz
01	6000 Hz
10	6030 Hz
11	Sem designação de canal

Tabela B. Códigos de comando e qualificação de comando.

CÓDIGO	CÓDIGO DE QUALIFICAÇÃO	FUNÇÃO
00000	000	chamada ou início
00001	000	alerta
00011	000	desconectar
00100	000	reiterar comando
00110	000	parada de alerta
00111	000	fiscalizar
01000	000	enviar número chamado
01001	000	interceptar
01010	000	manutenção
01011	000	trocar potência para nível 0
01011	001	1
01011	010	2
01011	011	3
01011	100	4
01011	101	5
01011	110	6
01011	111	trocar potência para nível 7
01100	000	tentativa dirigida (fora a última tentativa)
01100	001	tentativa dirigida (última tentativa)
01101	000	registro não autônomo (sem conhecer paradeiro)
01101	001	registro não autônomo (paradeiro conhecido)
01101	010	registro autônomo (sem conhecer paradeiro)
01101	011	registro autônomo (paradeiro conhecido)
11110	000	controle local

O restante dos códigos é reservado.

- Mensagem diretriz.

O campo OHD de 3 bits é utilizado para identificar os 8 tipos de mensagens diretrizes que são:

CÓDIGO	C O M A N D O
000	identificação (ID) de registro
001	controle de preenchimento
010	reservado
011	reservado
100	ação global
101	reservado
110	palavra 1 da mensagem de parâmetros do sistema
111	palavra 2 da mensagem de parâmetros do sistema

Mensagem diretriz de parâmetros do sistema

Compõe-se de duas palavras:

- Palavra 1:

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
T1T2 = 11	2
DCC	2
SID1	14
RSVD = 000	3
NAWC	4
OHD = 110	3
P	12

## - Palavra 2:

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
T1T2 = 11	2
DCC	2
S	1
E	1
REGH	1
REGR	1
DTX	2
(N-1)	5
RCF	1
CPA	1
(CMAX - 1)	7
END	1
OHD = 111	3
P	12

## Mensagem diretriz de ação global

## - Mensagem de ação global de nova varredura

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
T1T2 = 11	2
DCC	2
ACT = 0001	4
RSVD = 00...000	16
END	1
OHD = 100	3
P	12

## - Mensagem de ação global de incremento de registro

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
T1T2 = 11	2
DCC	2
ACT = 0010	4
REGINCR	12
RSVD = 0000	4
END	1
OHD = 100	3
P	12

- Mensagem de ação global para fixar novo conjunto de canais de acesso

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
T1T2 = 11	2
DCC	2
ACT = 0110	4
NEWACC	11
RSVD = 00000	5
END	1
OHD = 100	3
P	12

- Mensagem de ação global para controle de sobrecarga

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
T1T2 = 11	2
DCC	2
ACT = 1000	4
OLC0	1
OLC1	1



OLC2	1
***	***
OLC 15	1
END	1
OHD = 100	3
P	12

- Mensagem de ação global de parâmetros de tipo de acesso

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
T1T2 = 11	2
DCC	2
ACT = 1001	4
BIS	1
RSVD = 00...000	15
END	1
OHD = 100	3
P	12

- Mensagem de ação global de parâmetros de tentativa de acesso

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
T1T2 = 11	2
DCC	2
ACT = 1010	4
MAXBUSY-PGR	4
MAXSZTR-PGR	4
MAXBUSY-OTHER	4
MAXSZTR-OTHER	4
END	1
OHD = 100	3
P	12

- Mensagem de controle local 1 e mensagem de controle local 2

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
T1T2 = 11	2
DCC	2
ACT = 1110 (local 1)	4
1111 (local 2)	
LOCAL CONTROL	16
END	1
OHD = 100	3
P	12

- Mensagem de registro

Consiste em uma só palavra. Quando é enviada, deve ser agregada à mensagem diretriz de parâmetros do sistema além de qualquer mensagem de ação global.

- Mensagem de registro

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
T1T2 = 11	2
DCC	2
REGID	20
END	1
OHD = 000	3
P	2

## CÓDIGO DE AÇÃO (ACT)

## T I P O

0000	reservado
0001	nova varredura de canais de chamada
0010	incremento de registro
0011	reservado
0100	reservado
0101	reservado
0110	fixar novo conjunto de canais de acesso
0111	reservado
1000	controle de sobrecarga
1001	parâmetros de tipo de acesso
1010	parâmetros de tentativa de acesso
1011	reservado
1100	reservado
1101	reservado
1110	controle local 1
1111	controle local 2

Tabela 4. Tipos de mensagens de ação global

- Mensagem de controle de preenchimento

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
T1T2 = 11	2
DCC	2
010111	6
CMAC	3
RSVD = 00	2
11	2

RSVD = 00	2
1	1
WFOM	1
1111	4
OHD = 001	3
P	12

## - Restrições dos dados

NXX (CARACTERÍSTICA)

(X) DÍGITO MILHAR (XXX)

T1T2 DCC BINÁRIO DECIMAL BINÁRIO DECIMAL TRÊS ÚLTIMOS

DÍGITOS

00	ZZ	000011(1)0001	150	0010	2	.....
00	ZZ	000111(1)0001	224	0010	2	
00	ZZ	001011(1)0001	288	0010	2	
00	ZZ	001111(1)0001	352	0010	2	
00	ZZ	010011(1)0001	416	0010	2	
00	ZZ	010111(1)0001	470	0010	2	
00	ZZ	011011(1)0001	544	0010	2	
00	ZZ	011111(1)0001	508	0010	2	
00	ZZ	100011(1)0001	672	0010	2	
00	ZZ	100111(1)0001	736	0010	2	
00	ZZ	101011(1)0001	790	0010	2	
00	ZZ	101111(1)0001	864	0010	2	
00	ZZ	110011(1)0001	928	0010	2	
00	ZZ	110111(1)0001	992	0010	2	
00	ZZ	111011(1)0001	056	0010	2	
00	ZZ	111111(1)0001	---	0010	2	
00	ZZ	000111(0)0010	225	0102	4,5	
00	ZZ	001111(0)0010	353	0102	4,5	
00	ZZ	010111(0)0010	481	0102	4,5	
00	ZZ	011111(0)0010	609	0102	4,5	

00	ZZ	100111(0)0010	737	010Z	4,5
00	ZZ	101111(0)0010	865	010Z	4,5
00	ZZ	110111(0)0010	993	010Z	4,5
00	ZZ	111111(0)0010	---	010Z	4,5
00	ZZ	001110(0)0100	339	10YY	0,8,9
00	ZZ	011110(0)0100	595	10YY	0,8,9
00	ZZ	101110(0)0100	851	10YY	0,8,9
00	ZZ	111110(0)0100	007	10YY	0,8,9
00	ZZ	011100(0)1001	568	0ZZZ	1-7
00	ZZ	111100(0)1001	070	0ZZZ	1-7
00	ZZ	111000(1)0010	909	....	0-9
00	Z1	110001(0)0100	899	....	0-9
00	Z1	110001(0)0101	890	....	0-9
00	11	100010(0)1000	663	....	0-9
00	11	100010(0)1001	664	....	0-9
00	11	100010(0)1010	665	....	0-9
00	11	100010(0)1011	666	....	0-9

## N O T A S:

- 1) YY pode ser "00", "01" ou "10"
- 2) Z pode ser "0" ou "1"
- 3) o bit entre parênteses é o bit ocupado-reposouso
- 4) as características que começam com 0 ou 1 foram incluídas somente para completar a tabela.

## 10.2 - Canal de voz direta (FVC)

É um fluxo de dados de banda larga enviados pela EB para a EM. Deve ser gerado a uma velocidade de 10 kbits/seg +/- 0,1 bit/seg. O formato da mensagem de voz direta da EB para a EM é o seguinte:

C A M P O	C O M P R I M E N T O (bits)
Dotting (1010101...101)	101
W.S. (palavra de sincronismo)	
= 11100010010	11
Repetição 1 de palavra	40
dotting (101010...101)	37
W.S. (palavra de sincronismo)	11
Repetição 2 de palavra	40
.....	...
dotting (101010...101)	37
W.S. (palavra de sincronismo)	11
Repetição 9 de palavra	40
dotting	37
W.S.	11
Repetição 10 de palavra	40
dotting	37
W.S.	11
Repetição 11 de palavra	40

- Mensagens por FVC

A mensagem de controle da EM é a única transmitida pelo FVC. Essa mensagem consiste em uma só palavra que tem o seguinte formato:

CAMPO	COMPRIMENTO (bits)	CAMPO	COMPRIMENTO (bits)
T1T2=10	2	T1T2=10	2
SCC=11	2	SCC 11 (*)	2
PSCC	2	PSCC	2
RSVD=000000000	9	RSVD=000000000	8
LOCAL	5	VMAC	3
ORDQ	3	CHAN	11
ORDER	5	P	12
P	12		

(\*) ver tabela A (10.1).

## ANEXO 4

## Procedimentos Operacionais

1. Deverá existir um Centro de Atendimento para cada empresa prestadora do país encarregado das relações entre as empresas prestadoras do serviço móvel celular.

1.1. Para tanto, deveria estabelecer-se para cada empresa prestadora do país um Centro de Atendimento responsável por todos os contatos da empresa com as demais, no que diz respeito aos assinantes visitantes.

1.2. Os Centros de Atendimento poderão ser os mesmos que cada empresa disponha para seus assinantes e terão as seguintes características:

a) prestarão o serviço de forma ininterrupta e no idioma de seu país;

b) disporão de um número de serviço que permita o acesso ao mesmo através da rede fixa ou móvel do país. É desejável que esse número seja único para todo um determinado país;

c) terão a possibilidade de trocar informações via fax, telex ou dados.

1.3. Os Centros de Atendimento serão responsáveis pela execução dos procedimentos de visitantes (roaming), bem como pelo atendimento dos pedidos de serviços especiais oferecidos aos assinantes visitantes.

1.4. A empresa prestadora do país visitado deverá estar em condição de:

– realizar testes de funcionamento da estação móvel visitante;

– informar ao assinante visitante, caso este solicite, sobre a existência ou não de representantes que possam realizar o reparo de seus equipamentos.

1.4.1. A empresa prestadora do país visitado não terá nenhuma responsabilidade no que se refere ao cumprimento das características técnicas de estação móvel visitante, nem em relação à manutenção ou reparo da mesma, a menos que exista um acordo específico.

2. Deverão ser estabelecidos procedimentos mínimos de validação do assinante visitante comuns a todos os países signatários.

2.1. Entende-se que, até que não seja possível estabelecer um sistema automático de validação, este deverá realizar-se de forma manual entre as empresas prestadoras de ambos os serviços móveis.

Poderão, todavia, ser realizados convênios bilaterais entre as empresas prestadoras para realizar a validação automática de seus assinantes visitantes.

2.2. O intercâmbio de informação entre as empresas prestadoras, necessário para a validação, gerará registros que deverão ser arquivados pelas mesmas.

2.3. Considera-se que, ao realizar-se uma validação, estão sendo geradas responsabilidades tanto para a empresa prestadora de origem, como para a do país visitado e para o próprio assinante visitante.

2.4. Entre essas responsabilidades, ressaltem-se:

a) por parte da empresa prestadora do país visitado: pela prestação do serviço com a qualidade necessária e pelo registro e envio dos dados necessários para realizar o correto e completo faturamento dos serviços prestados;

b) por parte da empresa prestadora de origem: pelo pagamento à empresa prestadora do país visitado de sua quota-parte correspondente aos serviços prestados;

c) por parte do assinante visitante: pelo respeito às regulamentações vigentes na área de registro visitada e pela efetivação do pagamento da fatura enviada por sua empresa prestadora de origem pelos serviços recebidos na área de registro visitada.

2.5. Entende-se que, para que cada parte assuma sua responsabilidade, é necessário padronizar as relações e assegurar seu entendimento por todos os participantes.

Entende-se, portanto, ser conveniente estabelecer os seguintes procedimentos mínimos:

a) validação;

b) pré-validação;

c) suspensão de validação;

d) validação especial (ou de levantamento de suspensão ou validação negativa).

## ANEXO 5

## Procedimentos de Utilização do Serviço

1. Independentemente da condição de deslocamento de uma estação móvel, os sistemas permitirão que esta receba ou emita, de forma automática, em qualquer área de localização onde se encontrem, chamadas de e para qualquer assinante integrado à rede telefônica pública nacional, tendo também acesso a serviços manuais, interurbanos e internacionais. Para que isto seja assegurado, cada empresa prestadora deve oferecer o seguinte conjunto de serviços básicos:

1.1. serviço telefônico automático, tanto receptor como emissor, local, nacional e internacional;

1.2. possibilidade de acesso a serviços manuais;

1.3. possibilidade de bloqueio de chamadas que cheguem;

1.4. registro detalhado de todas as chamadas (emitidas e recebidas, de todos os tipos);

1.5. disponibilidade para desviar as chamadas recebidas de uma estação móvel para outra área de registro onde se encontrem a referida estação;

1.6. possibilidade de, a pedido do assinante visitante, anular em sua origem esta facilidade.

2. Serão estabelecidos procedimentos mínimos de solicitação e uso de serviços e facilidades de assinante visitante, comuns às distintas empresas prestadoras.

2.1. Para que um assinante visitante possa utilizar os serviços da área de registro visitada, é necessário que o mesmo se encontre validado nesta área.

2.1.1. Esta validação ou a sua suspensão devem ser feitas de conformidade com o estabelecido no Manual de Procedimentos a que se faz referência no presente Acordo.

2.1.2. Esta validação permite a utilização do conjunto mínimo de serviços básicos descritos no item 1.

2.1.3. No caso em que o assinante visitante deseje utilizar serviços não básicos deverá contatar o Centro de Atendimento da área de registro visitada.

2.2. O uso do SMC terá, do ponto de vista do serviço telefônico, operação totalmente automática, sem exigir dos assinantes visitantes outros procedimentos além da ativação da estação móvel e da seleção do número desejado.

2.2.1. Uma vez registrado como usuário de serviços suplementares, conforme o item 2.1.3, a ativação e desativação de cada serviço poderá ser efetuada pelo próprio assinante a partir de sua estação móvel.

3. As Administrações das Partes coordenarão a elaboração do "Manual do Assinante Visitante", que será entregue aos assinantes visitantes para sua orientação a respeito dos procedimentos, serviços e preços no país visitado.

3.1. Cada Administração deve elaborar as condições de prestação do SMC em seu país e enviá-las a todas as outras, a fim de se chegar a um acordo para a atualização do Manual.

3.2. A citada atualização será discutida e aprovada no âmbito da reunião Quadripartite.

### ANEXO 6 Sistemas Tarifários

1. É desejável que a filosofia e a estrutura do sistema tarifário sejam similares em todos os países integrantes do Acordo.

1.1. Sugere-se que as tarifas dos serviços por utilização da rede telefônica pública e as tarifas das facilidades suplementares oferecidas aos assinantes visitantes sejam as mesmas dos assinantes do SMC da área de registro visitada.

1.2. Poderá ser cobrada do assinante visitante, seja este o emissor ou o receptor da chamada, a tarifa de tempo no ar correspondente à área de registro visitada, pelo período durante o qual utilize o canal de rádio.

1.3. Adicionalmente, poderá ser cobrada do assinante visitante uma tarifa de deslocamento por cada chamada realizada, seja esta recebida ou emitida.

1.4. Ainda poderão ser cobrados do assinante visitante:

a) uma tarifa de validação (uma vez para cada registro);

b) uma tarifa diária de disponibilidade do serviço.

1.5. Caso seja possível operar um sistema pelo qual uma chamada para um assinante visitante possa ser encaminhada para o mesmo sem necessidade de passar por sua CCC de origem, propõe-se que, se o assinante aceitar este serviço, seja ele considerado pertencente à CCC visitada durante o tempo que durar sua ocupação, ajustando-se consequentemente a tarifa de deslocamento.

1.6. Em todos os casos de deslocamento, o assinante visitante terá a possibilidade de solicitar o bloqueio das chamadas que cheguem, por meio de sua CCC de origem.

2. Deverá ser estabelecido um sistema de compensação de contas entre todas as empresas prestadoras. É desejável que o mesmo seja similar em todas as relações bilaterais.

2.1. A repartição do faturamento proveniente do deslocamento internacional será estabelecida mediante acordo específico entre as entidades competentes.

2.2. As tarifas de repartição e percepção segundo o conceito de deslocamento internacional serão fixadas em franco-ouro (F.O.).

2.3. Os valores das transferências por contas a cobrar dos assinantes visitantes serão estabelecidos pela empresa prestadora do país visitado, realizando-se a conversão da moeda para o franco-ouro de acordo com o valor estabelecido para o mesmo em seu país, na data da realização do serviço.

3. Deverá ser estabelecido um conjunto de informações mínimas para ser trocado entre as empresas prestadoras para justificar o faturamento que será enviado ao assinante visitante pelos serviços prestados no país visitado.

### ANEXO 7 Indicadores de Qualidade

1. Deverá ser definido um conjunto de indicadores mínimos associados aos diferentes serviços e facilidades oferecidos ao assinante visitante, seus métodos de medida e análise que levem em consideração as distintas etapas das relações entre as empresas prestadoras.

2. Deverão ser estabelecidos objetivos e metas a serem alcançados nos diferentes indicadores e um sistema de revisão periódica conjunta dos resultados reais atingidos durante a prestação do serviço de validação, que inclua a possibilidade de eventuais mudanças das metas propostas.

3. Estes indicadores e suas metas devem ser revisados em conjunto por todas as Partes intervenientes, em datas a serem acordadas entre elas, por solicitação de pelo menos uma delas, em função dos resultados alcançados durante a prestação do serviço, tendo como objetivo principal a melhor satisfação das necessidades dos assinantes.

4. Os pormenores específicos da implementação desses indicadores serão decididos em reuniões posteriores da Reunião Quadripartite, conforme o artigo XIV do acordo.

### ANEXO 8 Coordenação de Frequências

1. As subfaixas de frequências de 825,015 – 844,995 MHz e 870,015 – 889,995 MHz serão utilizadas em caráter primário para o serviço móvel celular dentro da zona de coordenação correspondente.

2. As Administrações deverão tomar as medidas necessárias para a proteção do serviço móvel celular nas referidas subfaixas, nas zonas de coordenação.

3. Para o cumprimento dos princípios estabelecidos nos pontos anteriores, é adotado um Manual de Procedimentos de Coordenação de Frequências, que define clara e detalhadamente, no mínimo, os seguintes aspectos:

3.1. procedimentos regulamentares relativos a notificações, consultas, modificações, etc;

3.2. planos de frequências que permitam a convivências dos serviços móveis celulares nos diversos países, considerando-se inclusive a evolução dos mesmos;

3.3. zonas de coordenação, onde serão coordenados os serviços móveis celulares entre si e com outros serviços de radiocomunicações tanto existentes como futuros;

3.4. métodos de cálculos de interferência e critérios de proteção para o serviço móvel celular com a finalidade de realizar a coordenação;

3.5. possíveis critérios e procedimentos para outros serviços de radiocomunicações, fora das zonas de coordenação correspondentes.

### ANEXO 9 Definições Básicas

1. Administração: entidade governamental de telecomunicações de cada Parte, competente para intervir no cumprimento e execução do presente Acordo.

2. Serviço Móvel Celular (SMC): serviço que, mediante as radiocomunicações, permite as comunicações entre Estações Móveis e entre estas e a Rede Telefônica Pública (RTP) fixa, utilizando a técnica celular.

3. Técnica Celular: técnica que consiste em dividir uma área geográfica em áreas menores denominadas células, a cada uma das quais se atribui um grupo de frequências, permitindo que as frequências utilizadas em uma célula possam ser reutilizadas em outras células separadas espacialmente.

Uma característica fundamental desta técnica é a de permitir a transferência automática de uma chamada em curso, de modo que as chamadas estabelecidas continuem quando as Estações Móveis se deslocam de uma célula para outra.

4. Estação Móvel (EM): estação radioelétrica do Serviço Móvel Celular destinada a ser utilizada em movimento ou enquanto esteja detida em pontos não determinados. Inclui unidades portáteis de mão, transportáveis ou instaladas em veículos ou outros meios de locomoção.

5. Estação-Base (EB) ou Estação de Rádio-Base (ERB) ou Estação Terrestre (ET): estação radioelétrica do Serviço Móvel Celular, utilizada para as radiocomunicações com as Estações Móveis e intercomunicação com a Central de Controle e Comutação.

6. Central de Controle e Comutação do SMC (CCM ou CCC): equipamento que controla as Estações de Rádio-Base que dele dependem e suas respectivas Estações Móveis, realiza a comutação e interconecta o Serviço Móvel Celular com a Rede Telefônica Pública fixa.



7. Área de Localização ou Zona de Posição: área na qual uma Estação Móvel pode mover-se livremente sem ser necessária a atualização dos registros de localização ou posição.

8. Área de Registro ou Zona de Residência: Área de Localização ou Zona de Posição onde uma Estação Móvel está registrada.

9. Área de Registro de Origem ou Zona de Residência de Origem: área onde as Estações Móveis se encontram registradas como residentes.

10. Área de Registro Visitada ou Zona de Residência Visitada: área que é visitada por uma Estação Móvel registrada como residente em uma Área de Registro ou Zona de Residência pertencente a outro país signatário do acordo.

11. Central de Controle e Comutação de Origem: Central de Controle e Comutação que atende às Estações da Área de Registro de Origem ou Zona de Residência de Origem.

12. Central de Controle e Comutação Visitada: Central de Controle e Comutação que atende às Estações da Área de Registro Visitada ou Zona de Residência Visitada.

13. Estação Móvel Residente: Estação Móvel que se encontra em sua Área de Registro ou Zona de Residência.

14. Estação Móvel Visitante: Estação Móvel que ingressa em uma Área de Registro ou Zona de Residência diversa da que pertence.

15. Assinante Visitante: Usuário titular ou portador autorização de Estação Móvel Visitante que tomou assinatura do Serviço Móvel Celular em sua Área de Registro de Origem ou Zona de Residência de Origem.

16. Empresa Prestadora (EP): Entidade autorizada por sua respectiva Administração, que tem a seu cargo a exploração do Serviço Móvel Celular em uma ou várias áreas geográficas de cada país do Acordo.

17. Empresa Prestadora de Origem: Empresa Prestadora que opera em área de Registro de Origem ou Zona de Residência de Origem.

18. Empresa Prestadora Visitada: Empresa Prestadora que opera em Área de Registro Visitada ou Zona de Residência Visitada.

#### ANEXO 10

##### Lista de Administrações

#### 1. Argentina

Comision Nacional de Telecomunicaciones  
Sarmiento 151, 4 Piso  
1000, Buenos Aires, Argentina  
Telex: 21706 Secomar  
Fax: 00541 3114385  
Fone: 51-1-499482

#### 2. Brasil

Ministério da Infra-Estrutura  
Secretário Nacional de Comunicações  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 6 andar  
Cep 70 044, Brasília, Brasil  
Telex: 55 611944 MNCO BR  
Fax: 55612234992  
Fone: 5561218651

#### 3. Paraguai

Administracion Nacional de Telecomunicaciones (Antelco)  
Presidente del Consejo de Administración  
Casilla Correo 2042  
Alberdi C/General Diaz  
Asunción, Paraguay  
Asunción, Paraguay  
Telex: 44007

Fax: 59521444100

Fone: 59521443490

#### 4. Uruguai

Dirección Nacional de Comunicaciones (DNC)

Director Nacional de Comunicaciones

Sarandi 472, Casilla Correo 927

Telex: 23213 Dinaco UY

Fax: 5982963351

Fone: 5982 954068

Administración Nacional de Telecomunicaciones (Antel)

Presidente de Antel

Fernandes Crespo, 1534, Casilla Correo 1477

Montevideo, Uruguay

Telex: 23136 Gasint UY

Fax: 5982 237045

Fone: 5982 409418

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1995

**Aprova os textos do Acordo-Quadro de Cooperação e de seu Anexo, celebrados entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em 1992.**

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos do Acordo-Quadro de Cooperação e de seu Anexo, celebrados entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em 1992.

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem modificação do Acordo e de seu Anexo, bem como quaisquer atos que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de maio de 1995. – Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

#### ACORDO-QUADRO DE COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA

O Governo da República Federativa do Brasil, por um lado, e O Conselho das Comunidades Européias, por outro lado,

Tendo em conta as relações de amizade e os tradicionais laços existentes entre a República Federativa do Brasil, a seguir denominada "Brasil"; e os Estados-Membros da Comunidade Econômica Européia, a seguir denominada "Comunidade";

Reiterando a importância conferida aos princípios da Carta das Nações Unidas, aos valores democráticos e ao respeito dos direitos do Homem;

Conscientes do interesse mútuo em ampliar e diversificar as suas trocas comerciais, bem como em incrementar a sua cooperação econômica, científica, técnica e financeira;

Reconhecendo as implicações favoráveis do processo de reforma, de modernização econômica e de liberalização comercial em curso no Brasil para as relações econômicas e comerciais;

Congratulando-se com a institucionalização do diálogo entre o Grupo do Rio e a Comunidade e os seus Estados-Membros, concretizada na declaração de Roma, de 20 de dezembro de 1990, e o desenvolvimento da integração através do Mercado Comum do Sul (Mercosul);

Reconhecendo a importância de uma maior proteção do meio ambiente ligada ao imperativo de um desenvolvimento econômico e social sustentado;

Convencidos da importância de que se revestem as regras e princípios do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT) para um comércio internacional aberto e reiterando os compromissos assumidos no âmbito do referido acordo, bem como o respeito dos direitos de propriedade intelectual e da liberdade de investimento;

Reconhecendo a necessidade de promover os direitos sociais, em especial no que respeita aos setores mais desfavorecidos;

Decidiram concluir o presente Acordo e, para tal fim, designaram como plenipotenciários:

O Governo da República Federativa do Brasil, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer;

O Conselho das Comunidades Europeias, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa, Presidente, em exercício, do Conselho das Comunidades Europeias; e Abel Matutes, Membro da Comissão das Comunidades Europeias;

Os quais, após terem trocado os seus plenos poderes reconhecidos em boa e devida forma,

Acordaram no seguinte:

#### ARTIGO 1

##### Fundamento Democrático da Cooperação

As relações de cooperação entre o Brasil e a Comunidade, bem como todas as disposições do presente Acordo, baseiam-se no respeito dos princípios democráticos e dos direitos do Homem que inspiram as políticas internas e internacionais tanto do Brasil como da Comunidade, e que constituem um elemento essencial do presente Acordo.

#### ARTIGO 2

##### Reforço da Cooperação

1. As Partes Contratantes comprometem-se a conferir um novo impulso às suas relações. Para atingir esse objetivo fundamental, estão decididas a fomentar, em especial, o desenvolvimento da cooperação em matéria de comércio, investimentos, finanças e tecnologia, tendo em conta a situação especial do Brasil como país em desenvolvimento.

2. Para os fins pretendidos pelo presente Acordo, as Partes Contratantes reconhecem a utilidade de se consultarem sobre os temas internacionais de interesse mútuo.

#### ARTIGO 3

##### Cooperação Econômica

1. Tendo em conta o seu interesse mútuo e os seus objetivos econômicos a médio e a longo prazo, as Partes Contratantes comprometem-se a desenvolver a cooperação econômica mais ampla possível. Os objetivos dessa cooperação consistem, especialmente, em:

- a) fortalecer e diversificar, de um modo geral, os respectivos laços econômicos;
- b) contribuir para o desenvolvimento das suas economias em bases duradouras para o aumento dos níveis de vida respectivos;
- c) promover o desenvolvimento das trocas comerciais tendo em vista a diversificação e abertura de novos mercados;
- d) favorecer os fluxos de investimentos e as transferências de tecnologia, e fortalecer a proteção dos investimentos;
- e) fomentar a cooperação entre operadores econômicos, em especial entre as pequenas e médias empresas;
- f) criar condições favoráveis para uma melhoria do nível de emprego;
- g) proteger e melhorar o meio ambiente;

h) promover medidas destinadas ao desenvolvimento do setor rural;

i) reforçar a base científica e a capacidade de invenção das duas Partes;

j) apoiar os esforços e as iniciativas de integração regional.

2. Para tal fim, as Partes Contratantes determinarão, de comum acordo, no seu interesse mútuo e tendo em conta as suas competências e capacidades, os domínios da sua cooperação econômica, não excluindo a priori qualquer setor. Essa cooperação abrangerá, em especial, os seguintes domínios:

- a) indústria;
- b) utilização dos recursos naturais no contexto de um desenvolvimento sustentado;
- c) propriedade intelectual, incluindo a propriedade industrial, normas e critérios de qualidade;
- d) regulamentação sanitária e fitossanitária;
- e) serviços em geral, particularmente, o turismo e os transportes;

f) informática, eletrônica, telecomunicações, utilização das técnicas espaciais;

g) informação sobre questões monetárias.

3. Para a concretização dos objetivos da cooperação econômica, as Partes Contratantes, em conformidade com as respectivas legislações, esforçar-se-ão por fomentar, entre outras, as seguintes atividades:

a) intercâmbio permanente de informações e de pontos de vista que sejam do interesse da cooperação, através, principalmente, da ligação às bases de dados existentes ou da criação de novas bases de dados;

b) promoção de empresas comuns (joint ventures) ou, mais concretamente, desenvolvimento de uma parceria (partenariat) que tenha em conta as especificidades das empresas;

c) visitas, contatos e atividades de promoção da cooperação entre pessoas e delegações que representem empresas ou organizações econômicas, incluindo a criação de mecanismos e de instituições adequados;

d) realização de seminários e de encontros de empresários, bem como organização e realização de certames, exposições e simpósios especializados e promoção, nessas ocasiões, de contatos entre os agentes econômicos;

e) realização de estudos ou de relatórios de avaliação sobre a viabilidade de projetos ou sobre a identificação prévia de novas formas de cooperação;

f) projetos de pesquisa e intercâmbio de cientistas.

#### ARTIGO 4

##### Tratamento de Nação mais Favorecida

As Partes Contratantes acordam em conceder-se mutuamente o tratamento de nação mais favorecida nas suas relações comerciais, em conformidade com as disposições do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT). As duas Partes reafirmam a sua vontade de realizar as suas trocas comerciais em conformidade com o referido Acordo.

#### ARTIGO 5

##### Desenvolvimento da Cooperação Comercial

1. As Partes Contratantes comprometem-se a promover, até o nível mais elevado, o desenvolvimento e a diversificação das suas trocas comerciais, tendo em conta a respectiva situação econômica e concedendo-se mutuamente as facilidades mais amplas possíveis.

2. Para tal fim, as Partes Contratantes estudarão os métodos e os meios de reduzir e suprimir os vários obstáculos ao desenvol-

vimento do comércio, em particular os não tarifários e os paratari-fários tendo em conta os trabalhos já realizados neste campo pelas organizações internacionais.

3. As Partes Contratantes acordam em promover intercâmbio de informações e a realização de consultas relativamente a tarifas, requisitos sanitários e técnicos, legislação e práticas relacionadas ao comércio, bem como a direitos antidumping e de compensação que eventualmente venham a ser aplicados.

4. Sem prejuízo dos seus direitos e obrigações no âmbito do GATT, as Partes Contratantes comprometem-se a consultar-se sobre qualquer divergência que possa surgir em matéria comercial.

A consulta será organizada no maior prazo possível após pedido de uma das Partes. A Parte Contratante que solicita a consulta prestará à outra Parte todas as informações necessárias para uma análise pormenorizada da situação.

As duas Partes esforçar-se-ão por encontrar, no maior prazo possível, uma solução para o diferendo comercial através desse mecanismo.

5. Sempre que nas trocas comerciais entre as Partes Contratantes se verificarem alegações de dumping ou de subvenções que conduzam a um inquérito por parte das autoridades competentes, as Partes Contratantes comprometem-se a examinar os pedidos apresentados pela outra Parte.

A pedido das entidades interessadas, as autoridades competentes das Partes Contratantes fornecer-lhes-ão informações sobre fatos e considerações mais importantes que servirão de base a uma resolução. As referidas informações serão facultadas antes de se chegar às conclusões definitivas do inquérito e com tempo suficiente para que aquelas entidades possam defender os seus interesses.

6. As disposições constantes dos parágrafos números 3, 4 e 5 acima deixarão de ser aplicadas quando da entrada em vigor, no Brasil e na Comunidade, do novo código antidumping e de outros instrumentos do GATT atualmente em negociação no quadro da Rodada Uruguai.

#### ARTIGO 6

##### Modalidades de Cooperação Comercial

Com o objetivo de atingir a cooperação mais dinâmica, as Partes Contratantes comprometem-se, em conformidade com as respectivas legislações e em função dos seus diferentes níveis de desenvolvimento relativo, a levar a cabo as seguintes ações:

- promover encontros, intercâmbios e contatos entre dirigentes de empresas de ambas as Partes Contratantes a fim de identificar os produtos susceptíveis de serem comercializados no mercado da outra Parte;

- facilitar a cooperação administrativa em matéria aduaneira entre os respectivos serviços competentes, principalmente no que se refere às atividades de formação profissional, à simplificação de procedimentos e à prevenção e detecção das infrações à regulamentação aduaneira;

- encorajar e apoiar atividades de promoção comercial, tais como seminários, simpósios, feiras e exposições comerciais e industriais, missões comerciais, visitas, semanas comerciais e outras, com vistas a apoiar e a acompanhar os esforços de expansão comercial;

- conceder apoio a organizações e às empresas para que realizem operações mutuamente lucrativas;

- ter em conta os interesses recíprocos, no que respeita ao acesso aos seus mercados para os produtos de base, semimanufaturados e manufaturados, bem como à estabilização dos mercados internacionais de matérias-primas, em conformidade com os objetivos acordados nas organizações internacionais competentes;

- estudar os meios e as medidas que permitam facilitar as trocas comerciais e eliminar os obstáculos aos comércios, tendo em conta os trabalhos efetuados no âmbito das organizações internacionais.

#### ARTIGO 7

##### Importação Temporária de Mercadorias

As Partes Contratantes comprometem-se a conceder-se reciprocamente isenção de direitos e taxas de importação pela admissão temporária de mercadorias, em conformidade com as legislações respectivas e tomando em consideração, sempre que possível, o disposto em convenções internacionais existentes na matéria.

#### ARTIGO 8

##### Cooperação Industrial

As Partes Contratantes favorecerão a expansão e a diversificação da base produtiva do Brasil nos setores industriais e dos serviços, orientando as suas ações de cooperação mais especificamente para as pequenas e médias empresas e favorecendo as ações destinadas a facilitar-lhes o acesso às fontes de capital, aos mercados e às tecnologias adequadas, bem como as ações de empresas comuns especialmente vocacionadas para a comercialização entre as Partes e para os mercados de terceiros países.

Para tal fim, as Partes Contratantes, no âmbito das competências respectivas, reforçarão a capacidade de ação dos empresários, desenvolvendo todas as formas de parceria e a cooperação industrial em todos os seus aspectos, tais como acordos de licença, transferência de tecnologia, de subcontratação e de representação e a consolidação das redes de promoção industrial e de investimento, como, por exemplo, do BC-NET ("Business Cooperation Network"/Rede de Cooperação Empresarial) e do ECIP ("European Community Investment Partners"/Investidores Associados da Comunidade Europeia).

#### ARTIGO 9

##### Investimentos

As Partes Contratantes, no âmbito das competências, regulamentações e políticas respectivas, acordam no seguinte:

- promover o crescimento de investimentos mutuamente benéficos;

- estudar a possibilidade de desenvolver ações e mecanismos visando melhorar as condições para esse tipo de investimento, em conformidade com as orientações do parágrafo 38 da Declaração de Roma sobre as relações entre a Comunidade Económica Europeia e os Estados-Membros e os países do Grupo do Rio.

#### ARTIGO 10

##### Cooperação Científica e Tecnológica

1. Tendo em conta o seu interesse mútuo e os objetivos da sua política científica, as Partes Contratantes comprometem-se a desenvolver uma cooperação científica e técnica destinada, principalmente, a:

- fortalecer os laços entre as comunidades científicas e tecnológicas;

- fomentar o intercâmbio de pesquisadores;

- favorecer a transferência de tecnologia com base no benefício mútuo;

- desenvolver as relações entre os centros de pesquisa das duas Partes;

- incentivar a invenção;

- definir as relações de cooperação no domínio da ciência aplicada.

2. O âmbito da cooperação dependerá da vontade das Partes Contratantes que selecionarão em conjunto os domínios considerados prioritários.

3. A fim de pôr em prática os objetivos por elas definidos, as Partes Contratantes favorecerão e fomentarão, entre outras atividades, a formação de cientistas de alto nível, a realização de projetos de pesquisa conjunta, o intercâmbio de informações científicas no contexto de seminários, grupos de trabalho, congressos e reuniões de trabalho entre as respectivas comunidades científicas. Estas atividades poderão ser realizadas entre instituições, organismos e empresas de caráter público ou privado.

#### ARTIGO 11

##### Cooperação em Matéria de Normas

Sem prejuízo das suas obrigações internacionais, e em conformidade com as competências e as legislações respectivas, as Partes Contratantes tomarão medidas tendentes a reduzir as diferenças nos domínios da metrologia, da normalização e da certificação, mediante o desenvolvimento da utilização de normas e de sistemas de certificação compatíveis. Para tal fim, favorecerão em especial:

- o contrato entre peritos, com o objetivo de facilitar o intercâmbio de informações sobre a metrologia, a normalização, o controle, a promoção e a certificação da qualidade;
- a promoção de intercâmbio e de contatos entre organismos e instituições especializados nessas matérias;
- o fomento de ações com vistas a um reconhecimento mútuo dos sistemas de certificação da qualidade;
- o desenvolvimento da assistência técnica em matérias de metrologia, de normalização e de certificação, bem como de programas destinados a promover a qualidade;
- a realização de reuniões de consulta para assegurar que as normas não constituam um obstáculo ao comércio.

#### ARTIGO 12

##### Desenvolvimento Tecnológico e Propriedade Intelectual

1. Com o propósito de promover uma colaboração efetiva entre as empresas do Brasil e as da Comunidade em aspectos relativos à transferência tecnológica, concessão de licenças, co-investimentos e financiamentos para capitais de risco, as Partes Contratantes concordam em:

- identificar os ramos ou setores industriais em que se concentrará a cooperação, bem como os mecanismos destinados a fomentar uma cooperação industrial no campo da alta tecnologia;
- cooperar a fim de possibilitar a mobilização de recursos financeiros para apoiar projetos conjuntos de empresas do Brasil e da Comunidade que tenham por objetivo a aplicação industrial de novos conhecimentos tecnológicos;
- apoiar a formação de recursos humanos qualificados em áreas da pesquisa e do desenvolvimento tecnológicos;
- fomentar a invenção (mediante o intercâmbio de informações sobre os programas que cada Parte promova para tal fim), o intercâmbio regular de experiências no que se refere à utilização dos programas criados e a organização da estada temporária dos encarregados de tarefas de promoção da invenção em instituições do Brasil e da Comunidade.

2. As Partes Contratantes, em conformidade com as leis, regulamentos e políticas respectivas, comprometem-se a assegurar uma proteção adequada e efetiva, bem como reforçar a proteção dos direitos de propriedade intelectual, incluindo patentes, marcas de produtos e serviços, os direitos de autor e conexos, as denominações geográficas de origem, os desenhos e modelos industriais e

os esquemas de configuração (topografias) de circuitos integrados, bem como, quando oportuno, reforçar essa proteção.

Esforçar-se-ão, igualmente, para facilitar, na medida das suas possibilidades, o acesso a bancos e a bases de dados.

#### ARTIGO 13

##### Cooperação no Setor da Mineração

As Partes Contratantes acordam em promover, em conformidade com as respectivas legislações, uma cooperação no setor da mineração, em especial, mediante a realização de ações que tenham por objetivo:

- incentivar as empresas das duas Partes a participar na prospecção, exploração, extração e comercialização dos respectivos recursos minerais;
- criar atividades que incrementem pequenas e médias empresas comuns, operando no setor da mineração;
- proceder ao intercâmbio de experiências e de tecnologias relativas à prospecção, à exploração e à extração mineral, bem como realizar pesquisas conjuntas com vistas a promover as possibilidades de desenvolvimento tecnológico.

#### ARTIGO 14

##### Cooperação no Domínio da Energia

As Partes Contratantes reconhecem a importância do setor da energia para o desenvolvimento econômico e social e mostram-se dispostas a aprofundar a cooperação no que se refere à economia e à utilização racional da energia, bem como ao planejamento energético. Os aspectos relacionados com o meio ambiente serão tomados em consideração.

A fim de atingir esses objetivos, as Partes Contratantes decidem fomentar:

- a realização de pesquisas e de estudos conjuntos;
- contatos permanentes entre os responsáveis do setor do planejamento energético (principalmente: balanços energéticos, estudos prospectivos);
- a execução de programas e de projetos neste domínio.

#### ARTIGO 15

##### Cooperação no Domínio dos Transportes

Reconhecendo a importância dos transportes para o desenvolvimento e para o incremento das trocas comerciais, as Partes Contratantes tomarão as medidas necessárias para a execução da cooperação neste domínio.

No que respeita aos transportes aéreos, rodoviários e ferroviários, bem como no setor das infra-estruturas, a cooperação incidirá principalmente nos seguintes domínios:

- intercâmbio de informações sobre os assuntos de interesse comum, incluindo as políticas adotadas neste domínio;
- programas de formação destinados aos agentes econômicos e aos responsáveis das administrações públicas;
- assistência técnica, em especial no que diz respeito aos programas de modernização das infra-estruturas da renovação do material circulante à introdução das tecnologias combinadas e multinacionais.

#### ARTIGO 16

##### Cooperação no Domínio das Tecnologias da Informação e das Telecomunicações, e da Utilização das Técnicas Espaciais

Reconhecendo que as tecnologias da informação e as telecomunicações constituem um elemento essencial do desenvolvimento econômico e social, as Partes Contratantes declaram-se dispostas a fomentar a cooperação nos domínios de interesse comum, principalmente no que diz respeito a:

- normalização, testes de conformidade e certificação;
- telecomunicações terrestres e espaciais, tais como as redes de transporte, os satélites, as fibras óticas, a Rede Digital de Serviços Integrados (RDSI), a transmissão de dados;
- eletrônica e microeletrônica;
- informatização e automatização;
- televisão de alta definição;
- pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias da informação e das telecomunicações;
- promoção dos investimentos e dos co-investimentos.

Essa cooperação realizar-se-á, principalmente, através de:

- colaboração entre peritos;
- estudos e intercâmbio de informações;
- formação de pessoal científico e técnico;
- definição de projetos de interesse comum;
- promoção de projetos comuns no domínio da pesquisa, bem como desenvolvimento e criação de redes de informação e bases de dados, entre Universidades, centros de pesquisa, laboratórios de ensaio, empresas e operadores de redes públicas ou privadas do Brasil ou da Comunidade.

#### ARTIGO 17

##### Cooperação no Domínio do Turismo

As partes Contratantes, em conformidade com as suas legislações, fomentarão a cooperação no setor turístico, através de ações específicas, principalmente:

- intercâmbio de informações e estudos prospectivos;
- assistência no domínio estatístico e informático;
- ações de formação;
- organização de manifestações;
- promoção de investimentos e co-investimentos que possibilitem a expansão do movimento turístico.

#### ARTIGO 18

##### Cooperação no Domínio do Meio Ambiente

Ao estabelecerem cooperação no domínio do meio ambiente, as Partes Contratantes exprimem sua vontade de contribuir para um desenvolvimento sustentável e procurarão conciliar o imperativo do desenvolvimento econômico e social com a necessária proteção da natureza. Nas suas ações de cooperação, darão especial atenção às camadas mais desfavorecidas da população, aos problemas do meio ambiente urbano e à proteção de ecossistemas tais como as florestas tropicais. Em conformidade com as suas legislações, as Partes Contratantes procurarão realizar, entre outras, ações conjuntas nos seguintes domínios:

- reforço das estruturas ambientais públicas e privadas;
- formação de recursos humanos especializados;
- informação e sensibilização da opinião pública;
- realização de estudos, organização de encontros, intercâmbio de informações e de conhecimentos especializados;
- preparação de projetos conjuntos;
- apoio e assistência à pesquisa em matéria de meio ambiente;
- cooperação industrial no domínio do meio ambiente.

#### ARTIGO 19

##### Cooperação dos Setores Agrícola, Florestal e Rural

As Partes Contratantes estabelecerão cooperação nos setores agrícola e rural, florestal, agroindustrial e agroalimentar.

Para tal fim, as Partes Contratantes analisarão, com espírito de cooperação e de boa vontade e tendo em conta as legislações respectivas na matéria:

- as possibilidades de desenvolvimento das suas trocas de produtos agrícolas, florestais e agroindustriais;
- as medidas sanitárias, fitossanitárias e ambientais, bem como as suas consequências de modo a não levantarem obstáculos às trocas comerciais.

As Partes Contratantes procurarão realizar ações que fomentem a cooperação nos seguintes domínios:

- desenvolvimento do setor agrícola;
- desenvolvimento e proteção dos recursos florestais;
- ambiente agrícola e rural;
- problemas relativos à dimensão humana do desenvolvimento;
- formação científica e tecnologia agrícola;
- pesquisa agrônômica;
- contatos entre os produtores agrícolas das duas Partes Contratantes, com vistas a facilitar as operações comerciais e os investimentos;
- estatísticas agrícolas.

#### ARTIGO 20

##### Cooperação no Domínio da Saúde Pública

As Partes Contratantes decidem cooperar no domínio da saúde pública a fim de melhorar o acesso e a qualidade dos serviços prestados no Brasil, em especial no nível dos cuidados básicos das camadas mais desfavorecidas da população.

Para tal fim, as Partes Contratantes procurarão:

- apoiar a formação profissional em setores específicos da saúde;
- implementar programas e projetos destinados a melhorar as condições sanitárias e de bem-estar social dos meios urbanos e rurais;
- apoiar a luta contra as doenças infectocontagiosas, entre outras a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS).

#### ARTIGO 21

##### Cooperação no Domínio do Desenvolvimento Social

1. As Partes Contratantes estabelecerão cooperação no domínio do desenvolvimento social, com vistas a melhorar o nível e a qualidade de vida das camadas menos favorecidas da população.

2. As medidas e as ações destinadas a atingir esse objetivo incluirão o apoio, especialmente sob a forma de assistência técnica, às seguintes atividades:

- a) administração dos serviços sociais;
- b) formação profissional e criação de empregos;
- c) melhoria das condições de habitação e saneamento nos meios urbano e rural;
- d) prevenção no setor da saúde;
- e) programas de apoio à infância, em especial nos centros urbanos;
- f) programas de educação e de assistência aos jovens delinquentes.

#### ARTIGO 22

##### Luta contra a Droga

1. As partes Contratantes comprometem-se, em conformidade com as respectivas legislações, a coordenar e a redobrar os seus esforços no que respeita à prevenção e à redução da produção e do consumo de drogas.

2. Essa cooperação abrangerá, entre outros, os seguintes aspectos:

- Projetos de formação, de educação, de tratamento e de desintoxicação dos toxicômanos, incluindo a sua reinserção na vida profis-

sional e social. Os referidos projetos serão realizados no país beneficiário aproveitando-se, se possível, a infra-estrutura existente;

- programas e projetos de pesquisa;
- ações de cooperação econômica destinadas a promover atividades econômicas alternativas;
- intercâmbio de quaisquer informações pertinentes, inclusive no que respeita à lavagem do dinheiro.

3. No financiamento das ações a serem empreendidas com base no parágrafo anterior, as Partes Contratantes poderão solicitar a cooperação de instituições públicas e privadas, assim como de organizações nacionais, regionais e internacionais.

#### ARTIGO 23

##### Cooperação no Domínio da Integração e da Cooperação Regional

1. A cooperação entre as Partes Contratantes poderá abranger ações realizadas no âmbito de acordos de cooperação ou de integração com países terceiros da mesma região, desde que não sejam incompatíveis com esses acordos.

2. Não excluindo qualquer domínio, serão tomadas em consideração, entre outras, as seguintes ações:

- assistência técnica (envio de peritos, formação de técnicos em certos aspectos práticos da integração);
- promoção do comércio inter-regional;
- apoio às instituições regionais, bem como aos projetos e às iniciativas estabelecidos em comum, quer no âmbito do MERCOSUL, quer no âmbito do Grupo do Rio, quer no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica;
- estudos no domínio das ligações e das comunicações regionais.

3. Determinados domínios, tais como as telecomunicações e o meio ambiente, poderão, de comum acordo, ser abertos a outros países interessados da região de modo a não limitar a cooperação ao âmbito estritamente bilateral.

A pedido de uma das Partes Contratantes, a dimensão regional poderá ser tomada em consideração no âmbito de qualquer outro projeto.

#### ARTIGO 24

##### Cooperação no Domínio da Administração Pública

1. As Partes Contratantes em conformidade com as respectivas legislações cooperarão no domínio da administração, tanto no nível federal, como no nível estadual ou municipal.

2. As Partes Contratantes poderão empreender ações destinadas a:

- modernização do setor público;
- formação em novas técnicas de administração;
- formação e aperfeiçoamento profissional de modo a aumentar a mobilidade e a permitir as reorganizações exigidas pelas adaptações administrativas;
- melhoria e aperfeiçoamento dos métodos de planejamento orçamentário;
- assistência técnica à administração dos serviços sociais e cooperação em matéria de planejamento econômico e social.

3. A fim de atingir esses objetivos, as Partes Contratantes promoverão:

- encontros e visitas de técnicos, bem como seminários e cursos de formação destinados a funcionários e empregados das administrações federais, estaduais e municipais;
- o intercâmbio de informações sobre programas destinados a modernizar as referidas administrações.

#### ARTIGO 25

##### Cooperação no Domínio da Informação e da Cultura

As Partes Contratantes, no quadro das competências respectivas, acordaram em realizar ações comuns no domínio da informação e da comunicação, a fim de estreitar os laços culturais já existentes entre o Brasil e os Estados-Membros da comunidade.

Essas ações consistirão em:

- intercâmbio de informações sobre temas de interesse mútuo relativos à cultura e à informação;
- estudos preparatórios e assistência técnica no domínio da conservação do patrimônio cultural;
- promoção de manifestações de caráter cultural e de intercâmbios culturais e acadêmicos.

#### ARTIGO 26

##### Cooperação no Domínio da Pesca

As Partes Contratantes reconhecem a importância de uma aproximação dos seus interesses respectivos no domínio da pesca. Por conseguinte, procurarão reforçar e desenvolver a sua cooperação neste domínio, mediante a elaboração e a execução de programas específicos, com a ativa participação dos agentes econômicos.

#### ARTIGO 27

##### Cooperação em Matéria de Formação

As Partes Contratantes realizarão programas de formação de pessoal nos campos de interesse mútuo, tomando em consideração as novas tecnologias.

Essa cooperação poderá consistir em:

- ações pontuais por meio do envio de peritos ou de profissionais ao país parceiro;
- sessões de formação para instrutores e para quadros da administração pública ou do setor privado;
- programas de intercâmbio de conhecimentos e de técnicas entre as instituições, entre outros no domínio estatístico.

#### ARTIGO 28

##### Meios para a Realização da Cooperação

As Partes Contratantes comprometem-se a pôr à disposição, dentro das suas possibilidades e no âmbito dos mecanismos respectivos, os meios adequados para a realização dos objetivos da cooperação prevista pelo presente Acordo, incluindo os meios financeiros. Para tal fim, proceder-se-á a uma programação plurianual e à definição de prioridades, tendo em conta as necessidades e o nível de desenvolvimento do Brasil.

#### ARTIGO 29

##### Comissão Mista

1. As Partes Contratantes decidem manter a Comissão Mista estabelecida pelo Acordo de Cooperação assinado em 1982. Decidem manter a Subcomissão Especializada para Cooperação Científica e Tecnológica estabelecida em 1987 e a Subcomissão de Cooperação Industrial de 1989.

2. A Comissão Mista terá por atribuições:

- assegurar o bom funcionamento do presente Acordo;
- coordenar as atividades, os projetos e as ações concretas relacionadas com os objetivos do presente Acordo e propor os meios necessários à sua realização;
- analisar a evolução das trocas comerciais e da cooperação entre as Partes Contratantes;
- formular todas as recomendações necessárias para favorecer a expansão das trocas comerciais e a intensificação e diversificação da cooperação;

– procurar os meios adequados para superar eventuais obstáculos ou dificuldades que possam surgir nos domínios abrangidos pelo presente Acordo

3. As Partes Contratantes definirão de comum acordo a agenda das reuniões da Comissão Mista, assim como a data e o local da sua realização.

Serão previstas disposições pela própria Comissão Mista, no que respeita à frequência e ao local das futuras reuniões à presidência, à possibilidade de criar subcomissões para além das já existentes, bem como a outras questões eventuais.

#### ARTIGO 30 Outros Acordos

1. Sem prejuízo das disposições dos tratados que instituem as Comunidades Europeias, o presente Acordo, bem como quaisquer medidas tomadas em seu âmbito não afetam as competências dos Estados-Membros da Comunidade para empreenderem ações bilaterais com o Brasil, no âmbito da cooperação económica e para celebrarem, se for o caso, novos acordos de cooperação económica com este país.

2. Sem, prejuízo das disposições do parágrafo anterior relativas à cooperação económica, as disposições do presente Acordo substituem as disposições idênticas ou com elas incompatíveis dos acordos concluídos entre o Brasil e os Estados-Membros da Comunidade.

#### ARTIGO 31 Cláusula de Aplicação Territorial

O presente Acordo aplica-se, por um lado, aos territórios em que é aplicável o Tratado que institui a Comunidade e nas condições pre- vistas no referido Tratado e, por outro, no território do Brasil.

#### ARTIGO 32 Anexos

O anexo é parte integrante do presente Acordo.

#### ARTIGO 33 Entrada em Vigor e Prorrogação Tácita

O presente Acordo entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data da notificação mútua, pelas Partes Contratantes do cumprimento dos procedimentos jurídicos necessários para esse efeito. O presente Acordo é celebrado por um período de cinco anos e será tacitamente prorrogado a cada ano, desde que nenhuma das Partes Contratantes o denuncie seis meses antes da data do seu termo.

#### ARTIGO 34 Línguas que Fazem Fé

O presente Acordo é redigido em duplo exemplar, nas línguas portuguesa, alemã, dinamarquesa, espanhola, francesa, grega, inglesa, italiana e neerlandesa, fazendo fé qualquer destes textos.

#### ARTIGO 35 Cláusula Evolutiva

1. As Partes Contratantes podem alargar o âmbito do presente Acordo, mediante consentimento mútuo, a fim de aumentar os níveis de cooperação e de os completar por meio de instrumentos relativos a setores ou atividades específicos.

2. No contexto da aplicação do presente Acordo, cada Parte Contratante pode apresentar propostas destinadas a alargar o âmbito da cooperação mútua, tendo em conta a experiência adquirida na sua execução.

Feito em Brasília, aos 29 dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e dois.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil – Celso Lafer.  
Pelo Conselho das Comunidades Europeias – João de Deus Matutes.

#### ANEXO

##### Troca de Cartas Relativas aos Transportes Marítimos

#### Carta nº 1

Excelentíssimo Senhor,  
Muito agradeceria a Vossa Excelência se dignasse confirmar-me o acordo do Governo de Vossa Excelência sobre o seguinte:

Ao assinarem o Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Económica Europeia, as Partes Contratantes comprometeram-se a abordar, de forma adequada, as questões relativas ao funcionamento do transporte marítimo, em especial, sempre que este venha levantar obstáculos ao desenvolvimento das trocas comerciais. A esse propósito, procurar-se-á chegar a soluções satisfatórias para as duas Partes, em respeito ao princípio da liberdade e da lealdade da concorrência, numa base comercial.

Foi igualmente acordado que estas questões farão parte dos trabalhos da Comissão Mista.

Queira aceitar, Excelentíssimo Senhor, os protestos da minha mais elevada consideração. – Em nome do Conselho das Comunidades Europeias.

#### Carta nº 2

Excelentíssimo Senhor,  
Tendo a honra de acusar a recepção da Carta datada de hoje de Vossa Excelência e de confirmar o acordo do meu Governo sobre o seguinte:

"Ao assinarem o Acordo-Quadro de cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Económica Europeia, as Partes Contratantes comprometeram-se a abordar de forma adequada, as questões relativas ao funcionamento do transporte marítimo, em especial, sempre que este venha a levantar obstáculos ao desenvolvimento das trocas comerciais. A esse propósito, procurar-se-á chegar a soluções satisfatórias para as duas Partes, em respeito ao princípio da liberdade e da lealdade da concorrência, numa base comercial.

"Foi igualmente acordado que estas questões farão parte dos Trabalhos da Comissão Mista.

"Queira aceitar, Excelentíssimo Senhor, os protestos da minha mais elevada consideração." – Pelo Governo da República Federativa do Brasil.

#### Declaração sobre Cooperação Nuclear

As duas partes acordam em especificar ulteriormente as modalidades e as formas de cooperação que pretendem desenvolver no campo nuclear.

Para tal fim, estabelecerão todos os contados necessários nos níveis apropriados.

#### Declaração Relativa ao Artigo 2 (Reforço de Cooperação)

Por ocasião das negociações, entre o Brasil e a Comunidade, de um novo Acordo-Quadro de Cooperação, o Brasil expressou o desejo de prever igualmente a possibilidade de consultas comuns sobre temas de política internacional de interesse mútuo. A delegação da Comunidade tomou nota desse desejo e irá transmiti-lo às instâncias competentes. O Brasil toma nota dessa posição e recorda as disposições do Artigo 35 do presente Acordo (Cláusula Evolutiva).

### **Declaração Relativa ao Artigo 9 (Investimentos)**

A parte brasileira informou a Comunidade de que, no quadro da política de seu país de modernizar a economia e estimular a atividade econômica, está sendo examinada a questão relativa aos futuros acordos de promoção e de proteção dos investimentos estrangeiros no Brasil. As duas Partes estão de acordo em retomar o diálogo sobre essa questão logo que possível. Para tanto, recorrer-se-á às possibilidades oferecidas pelo Artigo 35 (Cláusula Evolutiva).

### **Declaração Relativa ao Artigo 13 (Cooperação no Setor da Mineração)**

A delegação da CEE foi informada pela delegação brasileira sobre o encaminhamento ao Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, de projetos de emendas à Constituição da República Federativa do Brasil, tendo em vista a eliminação de restrições atualmente existentes no que diz respeito aos investimentos no setor da mineração.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 1995**

**Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área do Meio Ambiente, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, em Brasília, em 10 de outubro de 1990.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Cooperação na Área do Meio Ambiente, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, em Brasília, em 10 de outubro de 1990.

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer atos que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 4 de maio de 1995. — Senador José Sarney, Presidente.

### **ACORDO DE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo dos Estados Unidos Mexicanos  
(doravante denominados "Partes"),

Reconhecendo que inúmeros problemas ambientais exigem, para sua análise e solução, um tratamento global;

Convencidos ser de interesse comum de todos os Estados buscar políticas compatíveis com o desenvolvimento sustentável;

Convencidos igualmente de que a cooperação ambiental entre os Estados é em benefício mútuo, tanto a nível nacional, regional como internacional;

Tendo em conta que as políticas ambientais requerem o desenvolvimento e implementação de medidas preventivas e de con-

trole ambiental, baseadas na investigação e no monitoramento ambiental;

Acordam o seguinte:

### **ARTIGO I**

As Partes manterão e ampliarão a cooperação bilateral no campo dos assuntos ambientais baseados na igualdade e no benefício mútuos, respeitando e levando em conta suas respectivas políticas ambientais.

### **ARTIGO II**

1. Esta cooperação incluirá:

a) aspectos relacionados com o ambiente atmosférico, incluindo as mudanças climáticas e seus impactos no clima global, como o efeito estufa, a chuva ácida, a camada de ozônio e a qualidade do ar;

b) proteção dos ecossistemas marinhos e aquáticos e das zonas costeiras;

c) prevenção da contaminação de águas superficiais e subterrâneas;

d) proteção e conservação dos ecossistemas terrestres, da diversidade biológica especialmente nas áreas naturais protegidas, dos habitats e da flora e da fauna em risco;

e) manejo e disposição dos resíduos industriais e manejo do ciclo dos resíduos e substâncias perigosas;

f) desenvolvimento de tecnologias que promovam a qualidade ambiental e amenizem sua deterioração;

g) monitoramento e métodos de avaliação da qualidade ambiental;

h) intercâmbio de informação ambiental e organização de bancos de dados sobre o meio ambiente;

i) planejamento de contingências ambientais e respostas a emergências;

j) interrelação entre meio ambiente e desenvolvimento;

k) ordenamento ecológico e avaliação do impacto ambiental;

l) treinamento e educação ambiental, e

m) identificação e tratamento dos aspectos ambientais que afetam ou podem afetar as regiões onde se localizam as Partes.

2. A cooperação poder-se-á estender a outras áreas de interesse comum mediante prévio acordo entre as Partes.

### **ARTIGO III**

As formas de cooperação descritas no Artigo II podem incluir:

a) intercâmbio de informações sobre políticas, manejo, regulamentação, implicações sócio-econômicas e estudos importantes sobre os itens mencionados no Artigo II;

b) projetos conjuntos, intercâmbio de peritos, técnicos e estudantes, reuniões bilaterais e simpósios, publicações conjuntas e outras formas de cooperação que venham a ser acordadas entre as Partes.

### **ARTIGO IV**

1. Os gastos relacionados com as atividades a que se refere o artigo anterior serão determinados e cobertos de comum acordo.

2. As ações de cooperação derivadas deste Acordo estarão sujeitas às leis e regulamentos das Partes quando se realizarem em seus respectivos territórios.

### **ARTIGO V**

A Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República Federativa do Brasil e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Ecologia do México serão os respectivos coordenadores nacionais, responsáveis pelo estabelecimento e desenvolvimento dos programas de trabalho derivados deste Acordo. Estes coordenado-



res nacionais serão também responsáveis por estender a participação a outras organizações governamentais, acadêmicas e outras instituições de seus respectivos Estados.

#### ARTIGO VI

1. Os coordenadores nacionais, tomando como base o presente Acordo, poderão recomendar às Partes a adoção de Ajustes Complementares específicos, relativos a qualquer dos itens assinalados no Artigo II, que serão considerados Anexos ao presente instrumento.

2. Os Ajustes Complementares acordados entrarão em vigor mediante troca de Notas Diplomáticas entre as partes.

#### ARTIGO VII

1. Cada uma das Partes informará a outra, por via diplomática, do cumprimento das formalidades legais internas para a entrada em vigor do presente instrumento, a qual se dará na data do recebimento da segunda notificação.

2. O presente Acordo terá duração de quatro anos, sendo automaticamente prorrogado por mais quatro anos, salvo se uma das Partes notificar, por via diplomática, com um mínimo de doze meses de antecedência, sua intenção de denunciá-lo.

3. Mediante consentimento mútuo, este Acordo poderá ser modificado por via diplomática.

4. O término do Acordo não deverá afetar a validade dos Convênios específicos no âmbito do mesmo, que se encontrem em andamento, salvo quando as partes acordarem em outro sentido.

Feito em Brasília, aos 10 dias do mês de outubro de 1990, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil – **Francisco Rezek**.

Pelo Governo dos Estados Unidos Mexicanos – **Fernando Solana**.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 71, DE 1995

**Aprova o texto das Emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional (IMO), adotadas pela Resolução A. 724 (17), durante a XVII Sessão Regular da IMO, em Londres, em 7 de novembro de 1991.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto das Emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional (IMO), adotadas pela Resolução A. 724 (17), durante a XVII Sessão Regular da IMO, em Londres, em 7 de novembro de 1991.

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão da referida Convenção Constitutiva, bem como quaisquer atos que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 2 de maio de 1995. – Senador José Sarney, Presidente

#### RESOLUÇÃO A. 724 (17) ADOTADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 1991

Emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional (IMO)

#### A Assembléia

Recordando a Resolução A. 640 (16), adotada durante a sua décima sexta sessão regular, pela qual foi acordado que se tomariam os procedimentos necessários no decorrer de sua décima sétima sessão regular para a adoção de emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional de forma a institucionalizar o Comitê de Facilitação na Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional.

Considerando as recomendações do Comitê de Facilitação sobre as emendas propostas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional e os pareceres do Conselho sobre as referidas considerações.

1. Aprova as emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional, cujo texto encontra-se anexado à presente resolução, a saber:

- as emendas aos artigos 11, 15, 21, 25, 56 e 57;
- o acréscimo de uma nova Parte XI constituída pelo novo artigo 47 a 51;
- a nova numeração das Partes XI a XX já existentes;
- a nova numeração dos artigos 47 a 77 já existentes;
- as conseqüentes mudanças nas referências que se fazem aos artigos com nova numeração nos artigos 5, 6, 7, 8, 59, 60, 66, 67, 68, 70, 72, 73 e 74;
- as conseqüentes mudanças nas referências que se fazem às Partes com nova numeração nos artigos 15 e 25 (a); e
- a conseqüente mudança no número do artigo a que se faz referência no apêndice II.

2. Solicita ao Secretário-Geral da Organização que deposite as emendas adotadas junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas de acordo com o art. 72 (anteriormente art. 67) da Convenção Constitutiva da IMO e que receba os instrumentos de adesão e declarações tal como o disposto no art. 73 (anteriormente art. 68) e

3. Convida os Estados-Membros a aceitarem essas emendas o mais cedo possível depois de haverem recebido uma cópia comunicando o instrumento de aceitação apropriado ao Secretário-Geral, segundo o disposto no art. 73 (anteriormente art. 68) da Convenção.

#### ANEXO

Emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional (institucionalização dos Comitês de Facilitação)

#### ARTIGO II

O texto é substituído pelo que se segue:

A Organização deverá consistir de uma Assembléia, um Conselho, um Comitê de Segurança Marítima, um Comitê Jurídico, um Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, um Comitê de Cooperação Técnica, um Comitê de Facilitação e tantos órgãos subsidiários quantos a Organização em qualquer tempo considerar necessários e um Secretariado.

#### ARTIGO 15

O texto do parágrafo (1) é substituído por

(1) Tomar decisões com relação à convocação de qualquer convenção internacional ou a seguir qualquer outro procedimento apropriado para a adoção de convenções internacionais ou de emendas a quaisquer convenções internacionais que foram desenvolvidas pelo Comitê de Segurança Marítima, o Comitê Jurídico, o Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, o Comitê de Cooperação Técnica, o Comitê de Facilitação, ou outros órgãos da Organização.

#### ARTIGO 21

O texto é substituído pelo que segue

(a) O Conselho deve considerar o projeto de programa de trabalho e estimativas orçamentárias preparadas pelo Secretário-

Geral à luz das propostas do Comitê de Segurança Marítima, do Comitê Jurídico, do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, do Comitê de Cooperação Técnica, do Comitê de Facilitação e outros órgãos da Organização e, levando-as em consideração, deverá estabelecer e submeter à Assembléia o programa de trabalho e o orçamento da Organização, tendo em vista o interesse geral e as prioridades da Organização.

(b) O Conselho deverá receber os relatórios, propostas e recomendações do Comitê de Segurança Marítima, do Comitê Jurídico, do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, do Comitê de Cooperação Técnica, do Comitê de Facilitação e outros órgãos da Organização e deverá transmiti-los à Assembléia e, quando a Assembléia não estiver em sessão, aos Estados-Membros para informação, junto com os comentários e recomendações do Conselho.

(c) Assuntos dentro do escopo dos arts. 28, 33, 38, 43 e 48 deverão ser considerados pelo Conselho somente após a obtenção dos pareceres do Comitê de Segurança Marítima, do Comitê Jurídico, do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, do Comitê de Cooperação Técnica ou do Comitê de Facilitação quando for apropriado.

#### ARTIGO 25

##### O texto do parágrafo (b) é substituído por

(b) Tendo em conta as disposições da Parte XVI e as relações mantidas com outros organismos pelos respectivos Comitês sob os artigos 28, 33, 38, 43 e 48, o Conselho deverá, no período entre as sessões da Assembléia, ser responsável pelas relações com outras organizações.

#### PARTE XI

##### Um novo texto é inserido como se segue

##### O Comitê de Facilitação

#### ARTIGO 47

##### O Comitê de Facilitação deverá consistir de todos os Estados-Membros.

#### ARTIGO 48

O Comitê de Facilitação deverá considerar qualquer assunto dentro do escopo da Organização relativo à facilitação do tráfego marítimo internacional e, em particular, deverá:

(a) Desempenhar funções que tenham sido ou possam ser conferidas à Organização pela aplicação de convenções internacionais para a facilitação do tráfego marítimo internacional, especialmente com respeito à adoção ou conferidas a ele pela aplicação de qualquer convenção ou qualquer outro instrumento, deve adequar-se às disposições relevantes da convenção ou instrumento em questão, especialmente no que concerne às regras que regem os procedimentos a serem seguidos.

#### ARTIGO 56 (RENUMERADO ARTIGO 61)

##### O texto é substituído pelo que segue:

Qualquer membro que deixe de cumprir as obrigações financeiras contraídas com a Organização depois de um ano a partir de sua data de vencimento, perderá o direito de voto na Assembléia, no Conselho, no Comitê de Segurança Marítima, no Comitê Jurídico, no Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, no Comitê de Cooperação Técnica ou no Comitê de Facilitação a menos que a Assembléia, se julgar oportuno, decida eximi-lo do cumprimento desta disposição.

#### ARTIGO 57 (RENUMERADO 62)

##### O texto é substituído pelo que segue:

Salvo regra expressa em outro sentido que possa figurar na presente Convenção ou em qualquer acordo internacional que es-

tabeleça funções à Assembléia, ao Conselho, ao Comitê de Segurança Marítima, ao Comitê Jurídico, ao Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, ao Comitê de Cooperação Técnica ou ao Comitê de Facilitação, a emendas de medidas ou outras disposições, de conformidade com essas convenções.

(b) Tendo em vista as disposições do artigo 25, o Comitê de Facilitação, por solicitação da Assembléia ou do Conselho ou se considerar tal atitude útil aos interesses de seu próprio trabalho, deverá manter relações tão estreitas com os outros organismos para favorecer os propósitos da Organização.

#### ARTIGO 49

##### O Comitê de Facilitação deverá submeter ao Conselho:

- a) recomendações e diretrizes desenvolvidas pelo Comitê;
- b) um relatório sobre o trabalho do Comitê a partir da sessão anterior do Conselho.

#### ARTIGO 50

O Comitê de Facilitação deverá reunir-se no mínimo uma vez por ano. Deverá eleger os membros da mesa uma vez por ano e deverá adotar suas próprias Regras de Procedimento.

#### ARTIGO 51

Não obstante o que possa figurar contrariamente à presente Convenção, mas sujeito às disposições do artigo 47, o Comitê de Facilitação, quando estiver exercendo as funções, votação nesses órgãos estará regida pelas seguintes disposições:

- a) cada Estado-membro terá um voto;
- b) as decisões serão tomadas pela maioria de votos dos Estados-membros presentes e votantes e, nas decisões que requeiram uma maioria de votos de dois terços, por uma maioria de dois terços dos Estados-membros presentes;
- c) para os fins da presente Convenção, a frase "Estados-membros presentes e votantes" significa Estados-membros presentes que emitam um voto afirmativo ou negativo. Estados-membros que se absterem de votar serão considerados como "não-votantes".

#### EMENDAS CONSEQUENCIAIS

#### ARTIGOS 5, 6 E 7

As referências ao artigo 71 são substituídas por referências ao artigo 76.

#### ARTIGO 8

A referência ao artigo 72 é substituída por uma referência ao artigo 77.

#### ARTIGO 15

A referência no parágrafo (g) à Parte XII é substituída por uma referência à Parte XIII.

#### ARTIGO 25

A referência no parágrafo (a) à Parte XV é substituída por uma referência à Parte XVI.

#### PARTES XI ATÉ XX

As Partes XI até a XX são renumeradas como Partes XVI até XXI.

#### ARTIGOS 47 A 77

Os artigos 47 a 77 são renumerados como artigos 52 a 82.

#### ARTIGO 66 (RENUMERADO COMO ARTIGO 71)

A referência ao artigo 73 é substituída por uma referência ao artigo 78.

**APÊNDICE II**

A referência no título ao artigo 65 é substituído por uma referência ao artigo 70.

**ARTIGOS 67 E 68 (RENUMERADOS, RESPECTIVAMENTE ARTIGOS 72 E 73)**

As referências ao artigo 66 são substituídas por referências ao artigo 71.

**ARTIGO 70 (RENUMERADO COMO ARTIGO 75)**

A referência ao artigo 69 é substituída por uma referência ao artigo 74.

**ARTIGO 72 (RENUMERADO COMO ARTIGO 77)**

A referência no parágrafo (d) ao artigo 71 é substituída por uma referência ao artigo 76.

**ARTIGO 73 (RENUMERADO COMO ARTIGO 78)**

A referência no parágrafo (b) ao artigo 72 é substituída por uma referência ao artigo 77.

**ARTIGO 74 (RENUMERADO COMO ARTIGO 79)**

A referência ao artigo 71 é substituída por uma referência ao artigo 76.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 72, DE 1995**

**Aprova o texto do Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, em Brasília, em 23 de fevereiro de 1994.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, em Brasília, em 23 de fevereiro de 1994.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão ao referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2, de maio de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

**ACORDO DE COMÉRCIO E COOPERAÇÃO  
ECONÔMICA ENTRE O GOVERNO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
E O GOVERNO DA ROMÊNIA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Romênia

(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Desejando expandir e fortalecer os vínculos comerciais e a cooperação econômica entre os dois países, com base nos princípios da igualdade soberana dos Estados e da reciprocidade;

Considerando nas relações comerciais bilaterais os princípios e as regras do GATT do qual ambos os países são Partes Contratantes;

Com o objetivo primordial de intensificar as relações bilaterais em bases mutuamente vantajosas,  
Acordam o seguinte:

**Artigo I**

1. As Partes Contratantes fomentarão e facilitarão o desenvolvimento do intercâmbio comercial e da cooperação econômica bilateral em conformidade com o presente Acordo e com as disposições legais internas em vigor em ambos os países.

2. Os setores nos quais a cooperação econômica bilateral poderá ser desenvolvida são, entre outros; indústria alimentícia, máquinas e equipamentos, indústria de madeira e construções, indústria química, siderurgia, mineração, transportes e comunicações, eletrônica e eletrotécnica, energia, bens de consumo, finanças e bancos.

**Artigo II**

1. As Partes Contratantes conceder-se-ão reciprocamente o tratamento de nação mais favorecida segundo as regras do GATT, em todos os assuntos concernentes aos intercâmbio comercial.

Quaisquer vantagens, facilidades, franquias e privilégios concedidos pelas Partes Contratantes com relação à importação ou exportação de produtos procedentes ou enviados ao território de um terceiro país serão imediata e incondicionalmente aplicados a produto análogo procedente do, ou enviado ao território de qualquer das Partes Contratantes.

**Artigo III**

As disposições do Artigo II não serão aplicadas às vantagens, facilidades, privilégios e franquias que uma das Partes Contratantes concede ou venha a conceder:

a) aos países limítrofes, com vistas a facilitar o trânsito nas fronteiras e/ou a cooperação com as zonas fronteiriças;

b) a terceiros países, em razão de sua participação em zona de livre comércio, união aduaneira ou acordo de integração econômica do qual seja membro;

c) a terceiros países, com base em acordos para evitar a dupla tributação, em acordos multilaterais de que a outra Parte Contratante não participe, em acordos de cooperação que, segundo a legislação nacional da Parte Contratante prevejam isenções só concedidas em decorrência de atos internacionais que contiverem cláusulas expressas contemplando esses benefícios;

d) à importação de mercadorias em virtude de programas de ajuda em favor de uma das Partes Contratantes, fornecida por terceiros países ou por instituições, organismos ou qualquer outra organização internacional.

**Artigo IV**

No âmbito do intercâmbio bilateral, as Partes Contratantes procurarão aplicar as preferências alfandegárias acordadas no quadro do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento e do Protocolo Relativo às Negociações Comerciais entre Países em Desenvolvimento do GATT.

**Artigo V**

Os contratos específicos de importação e exportação concluídos ao amparo do presente acordo serão negociados diretamente entre empresas dos dois países com base nos preços mundiais dos respectivos produtos.

**Artigo VI**

Os pagamentos resultantes dos contratos concluídos ao amparo do presente Acordo serão efetuados em divisas livremente

convertíveis e em conformidade com o regime cambial vigente em cada país.

### Artigo VII

Os produtos comercializados com base em contratos concluídos ao amparo do presente Acordo somente poderão ser reexportados para terceiros países com o consentimento expresso da empresa exportadora.

### Artigo VIII

Com o propósito de promover e implementar os objetivos do presente Acordo, as Partes Contratantes apoiarão e facilitarão:

a) o fortalecimento dos contatos e dos laços entre os agentes econômicos, especialistas e técnicos em variados setores de atividade de ambos os países, inclusive com a criação de câmaras de comércio brasileiro-romenas, de forma a estimular o crescimento do comércio bilateral; com tal objetivo, as autoridades competentes de ambos os países divulgarão o presente Acordo e garantirão que o mesmo seja posto à disposição de todos os agentes econômicos interessados;

b) a organização de promoções de caráter comercial, tais como feiras, exposições, missões comerciais, seminários e conferências, e outras, no território de ambos os países, bem como a participação dos agentes econômicos nessas promoções;

c) a instalação no território de ambos os países de representações comerciais dos agentes econômicos da outra Parte Contratante e a Concessão de tratamento não-discriminatório em relação às representações de agentes econômicos de terceiros países no que diz respeito às suas atividades;

d) a troca de informações de caráter confidencial entre as autoridades competentes e os agentes econômicos de ambos os países a respeito das leis, regulamentos e procedimentos administrativos relacionados com o comércio exterior, investimentos, impostos e taxas, atividade bancária, seguros e demais serviços financeiros e de transporte, bem como referentes aos programas e diretrizes de desenvolvimento econômico, às possibilidades de importação e exportação entre ambos os países, inclusive às concorrências e licitações a serem organizadas em ambos os países;

e) a participação mais intensa das pequenas e médias empresas na troca de mercadorias e serviços entre ambos os países, no âmbito do presente Acordo.

### Artigo IX

1. As Partes Contratantes, em conformidade com suas leis e regulamentos internos, isentarão de direitos aduaneiros os seguintes bens:

i) material para teste ou pesquisa;  
ii) amostras sem valor comercial e material publicitário;  
iii) bens que foram objeto de reparo ou que foram substituídos, assim como suas peças sobressalentes, dentro do seu período de garantia;

iv) donativos de caráter humanitário, cultural e esportivo.

2. Os bens e produtos acima mencionados não poderão ser comercializados, nem aproveitados por terceiros com fins lucrativos.

### Artigo X

Cada Parte Contratante concederá, em conformidade com suas leis e regulamentos, facilidades de trânsito em seu território às mercadorias originárias do território do outro país e destinadas a terceiros países, assim como às mercadorias originárias de terceiros países com destino à outra Parte Contratante.

### Artigo XI

1. Com o propósito de assegurar a implementação do presente Acordo, as Partes Contratantes concordam em dar continui-

dade à Comissão Mista bilateral, a reunir-se alternadamente em Brasília e Bucareste, por solicitação de uma das Partes, em data a serem mutuamente acordadas.

2. A Comissão Mista procurará abordar temas que conduzam ao fortalecimento e ao aprofundamento das relações bilaterais, especialmente no âmbito da cooperação comercial e econômica.

3. As Partes Contratantes estimularão a participação de representantes governamentais e de agentes econômicos de ambos os países na Comissão Mista, cuja chefia será de nível condizente.

### Artigo XII

As Partes Contratantes designam como órgãos encarregados da execução do presente Acordo, pela República Federativa do Brasil, o Ministério da Relações Exteriores e, pela Romênia, o Ministério do Comércio.

### Artigo XIII

1. As controvérsias que possam surgir a respeito da interpretação ou aplicação do presente Acordo serão solucionadas mediante consultas diretas entre os órgãos mencionados no Artigo XII, por via diplomática ou no âmbito da Comissão Mista, mencionada no Artigo XI do presente Acordo.

2. As controvérsias que possam surgir a respeito do cumprimento dos contratos, concluídos ao amparo do presente Acordo, serão solucionadas segundo as disposições contratuais específicas previstas nos respectivos contratos e/ou conforme a legislação aplicável.

### Artigo XIV

As disposições do presente Acordo também serão aplicáveis aos contratos concluídos durante sua vigência e cumpridos após sua expiração.

### Artigo XV

O presente Acordo será válido por um período de 5 (cinco) anos e será automaticamente prorrogado por períodos sucessivos de 3 (três) anos, a menos que uma das Partes Contratantes comunique à outra, por escrito e por via diplomática, sua intenção de denunciá-lo, com antecedência de 90 (noventa) dias em relação à data prevista para sua expiração.

### Artigo XVI

O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data do recebimento da última notificação a respeito do cumprimento das formalidades internas para sua aprovação.

### Artigo XVII

1. Ao entrar em vigor, o presente Acordo substituirá o Acordo de Comércio e Pagamentos assinado entre os Governos dos dois países em Brasília, em 5 de julho de 1975.

2. O Banco Central do Brasil e as autoridades financeiras e bancárias da Romênia adotarão as providências que se fizerem necessárias para o término da conta em moeda-convênio prevista no acima referido Acordo de Comércio e Pagamentos.

Feito em Brasília, 23 de fevereiro de 1994, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e romena, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil, **Roberto Abdenur**, Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores.

Pelo Governo da Romênia, **Cristian Ionescu**, Ministro do Comércio.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 73, DE 1995**

**Aprova o texto do Acordo Internacional sobre a utilização de Estações Terrenas de Bordo da INMARSAT em Águas Territoriais e em Portos, concluído em Londres, em 16 de outubro de 1985, e assinado pelo Brasil em 29 de janeiro de 1987.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo Internacional sobre a utilização de Estações Terrenas de Bordo da INMARSAT em Águas Territoriais e em Portos, concluído em Londres, em 16 de outubro de 1985, e assinado pelo Brasil em 29 de janeiro de 1987.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de maio de 1995. – Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

**ACORDO INTERNACIONAL SOBRE A UTILIZAÇÃO DE  
ESTAÇÕES TERRENAS DE BORDO DA INMARSAT  
EM ÁGUAS TERRITORIAIS E EM PORTOS**

**PREÂMBULO**

Os Estados-Partes (adiante designados "Partes") do presente Acordo,

Desejando atingir os objetivos contemplados na Recomendação 3 da Conferência Internacional sobre o Estabelecimento de um Sistema Marítimo Internacional de Satélite, 1975-1976, e

Tendo decidido melhorar as comunicações de socorro e as relativas à segurança da vida humana no mar, assim como a eficiência e a gestão dos navios,

Acordam:

**ARTIGO 1**

1. Em conformidade com as disposições enunciadas neste Acordo, e em harmonia com os direitos de navegação estabelecidos pelas leis internacionais, as Partes autorizarão em suas águas territoriais e em seus portos a operação de estações terrenas de bordo aprovadas, que pertençam ao sistema marítimo de telecomunicações espaciais provido pela Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite (INMARSAT) e que se achem devidamente instaladas a bordo de navios portando bandeiras de qualquer outra das Partes (adiante designados "estações terrenas de bordo da INMARSAT").

2. Tal autorização se limitará em todo o momento à utilização pelas estações terrenas de bordo da INMARSAT, das freqüências do serviço móvel marítimo por satélite, e estará sujeita a que tais estações cumpram as normas pertinentes do Regulamento de Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações e com as condições que se enunciam no Artigo 2 do presente Acordo.

**ARTIGO 2**

1. A operação das estações terrenas de bordo da INMARSAT estará sujeita às seguintes condições:

a) ela não será prejudicial à paz, à ordem nem à segurança do Estado Costeiro do qual se trate;

b) ela não produzirá interferências prejudiciais para outros serviços de radiocomunicação que funcionem dentro das fronteiras do território do Estado Costeiro;

c) ela dará prioridade para as comunicações de socorro e segurança efetuadas em conformidade com os convênios internacionais pertinentes e, em particular, com o Regulamento de Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações;

d) serão tomadas medidas de prevenção, sujeitas às normas regulamentares vigentes em matéria de segurança, quando as estações terrenas de bordo da Inmarsat operarem em uma zona em que se manifeste a presença de gases explosivos, especialmente durante o curso de atividades relacionadas com o petróleo e outras substâncias inflamáveis;

e) as estações terrenas de bordo da Inmarsat se submeterão à inspeção das autoridades do Estado Costeiro quando por estas requerida, sem prejuízo dos direitos de navegação reconhecidos pelas leis internacionais.

2. Neste Acordo se entenderá como "Estado Costeiro" aquele em cujas águas territoriais e em cujos portos opere, sujeita às disposições do presente instrumento, a estação terrena de bordo da Inmarsat.

**ARTIGO 3**

Sem prejuízo dos direitos de navegação estabelecidos pelas leis internacionais, as Partes poderão restringir, suspender ou proibir a operação das estações terrenas de bordo da Inmarsat nos portos e zonas das águas territoriais que elas especificarem. Sem prejuízo da entrada em vigor de tais restrições, suspensões ou proibições segundo determine a Parte interessada, estas serão notificadas ao Depositário do presente Acordo com a maior brevidade possível.

**ARTIGO 4**

Sem prejuízo das comunicações de socorro e segurança, a autorização a que se refere o parágrafo 1) do Artigo 1 deste Acordo poderá ser limitada aos direitos que, com relação ao mesmo parágrafo e Artigo, o Estado de abandeiramento conceda em suas águas territoriais e em seus portos aos navios do Estado Costeiro de que se trate.

**ARTIGO 5**

Nada no presente Acordo poderá ser interpretado como impedindo que qualquer Parte conceda quaisquer facilidades mais amplas em relação à operação das estações terrenas de bordo da Inmarsat.

**ARTIGO 6**

Este Acordo não será aplicável aos navios de guerra nem a outros navios governamentais operados com fins não-comerciais.

**ARTIGO 7**

1. Qualquer Estado poderá constituir-se em Parte no presente Acordo mediante:

- a) assinatura; ou
- b) assinatura, sujeita à ratificação, aceitação ou aprovação, seguida por ratificação, aceitação ou aprovação; ou
- c) acesso ou adesão.

2. Este Acordo estará aberto para assinatura em Londres desde 1º de janeiro de 1986 até que entre em vigor, a partir do que permanecerá aberto para acesso ou adesão.

**ARTIGO 8**

1. Este Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias depois da data em que 25 (vinte e cinco) Estados tenham se tornado Partes.

2. Para o Estado cujo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação, acesso ou adesão tenha sido depositado posteriormente à data de entrada em vigor do presente Acordo, este começará a vigor na data em que se haja efetuado o dito depósito.

## ARTIGO 9

Qualquer Parte poderá retirar-se do Acordo a qualquer momento, mediante notificação dirigida ao Depositário. A retirada se tornará efetiva 90 (noventa) dias depois da data em que o Depositário tenha recebido a comunicação da Parte neste sentido.

## ARTIGO 10

1. O Depositário do presente Acordo será o Diretor-Geral da INMARSAT.

2. O Depositário informará, especialmente e sem demora, a todas as Partes do presente Acordo, sobre:

- a) toda assinatura do Acordo;
- b) a data de entrada em vigor deste Acordo;
- c) depósito de qualquer instrumento de ratificação, aceitação, aprovação, acesso ou adesão;
- d) a data em que qualquer Estado tenha cessado de ser uma Parte deste Acordo;
- e) quaisquer outras notificações e comunicações relacionadas com este Acordo.

3. Quando da entrada em vigor do presente Acordo, o Depositário enviará cópia autenticada do original ao Secretário-Geral das Nações Unidas, a fim de que seja registrada e publicada em conformidade com o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas. Também remeterá cópia autêntica do Acordo à União Internacional de Telecomunicações e à Organização Marítima Internacional.

## ARTIGO 11

Este Acordo fica estabelecido em um único original em inglês, francês, russo e espanhol, sendo todos os textos igualmente autênticos, e será confiado à custódia do Depositário, que enviará cópia autêntica às Partes.

Em fé do qual, os abaixo-assinados, devidamente autorizados para este efeito por seus respectivos Governos, assinam o presente Acordo.

Feito em Londres, no dia dezois de outubro de mil novecentos e oitenta e cinco.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, DE 1995

**Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 28 de dezembro de 1992.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 28 de dezembro de 1992.

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do referido Acordo, bem como quaisquer atos que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de maio de 1995. — Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

**ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI SOBRE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA AMBIENTAL**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Oriental do Uruguai  
(doravante denominados "Partes Contratantes")

Considerando:

A fraterna e tradicional amizade que une os dois países;

A necessidade de tornar cada vez mais efetivos os princípios de boa-vizinhança a estreita cooperação entre os dois países;

O espírito do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, de 12 de junho de 1975;

O Acordo para a Criação dos Comitês de Fronteira assinado em 14 de dezembro de 1989;

A declaração Conjunta sobre Meio Ambiente, assinada pelos Presidentes em 16 de setembro de 1991, que consigna a decisão de negociar um Acordo dispondo sobre as seguintes matérias, entre outras: conservação da diversidade biológica e dos recursos hidrobiológicos, prevenção de acidentes e catástrofes, tratamento de dejetos e produtos nocivos ou perigosos, desertificação, atividade humana e meio ambiente, compatibilização e padronização de legislações nas áreas de poluição industrial, insumos agrícolas, saneamento, resíduos sólidos, uso do solo, meio ambiente urbano, contaminação transfronteiriça, educação e informação;

A Declaração de Canela, de 21 de fevereiro de 1992, que estabelece posições comuns dos países do Cone Sul sobre meio ambiente e desenvolvimento;

Os princípios da declaração de Estocolmo de 1972 e da declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992;

As ações de cooperação previstas na Agenda 21, aprovada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;

O direito soberano dos Estados de explorar seus próprios recursos segundo suas políticas de meio ambiente e desenvolvimento, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou em áreas além dos limites da jurisdição nacional;

Acordam o seguinte:

## ARTIGO I

1. As Partes Contratantes comprometem-se a intensificar a cooperação destinada a proteger e conservar o meio ambiente, como parte de seus esforços nacionais para o desenvolvimento sustentável.

2. Os objetivos principais da cooperação serão os seguintes:

a) a proteção, a conservação e a recuperação do meio ambiente;

b) a gestão, conservação e o uso racional dos recursos naturais para fins domésticos, urbanos, científicos, agropecuários, industriais, de transporte, turísticos e econômicos em geral;

c) o estabelecimento de métodos de monitoramento e de avaliação de impacto ambiental, bem como seu aperfeiçoamento;

d) a solução coordenada das questões relacionadas aos impactos ambientais derivados de atividades desenvolvidas na região fronteira, dentro do espírito de amizade prevalecente entre os dois países;

e) a proteção da saúde humana e animal e a elevação dos níveis de bem-estar social e econômico dos habitantes da região fronteira;

f) a troca de informações e a cooperação sobre questões de interesse nacional e global relativas a meio ambiente e desenvolvimento.

## ARTIGO 2

1. Para os efeitos do presente Acordo, a expressão "região fronteira" designa a área compreendida dentro de cento e cinquenta quilômetros em ambos os lados das linhas divisórias terrestres, fluviais e marítimas existentes entre as Partes Contratantes.

2. As questões referentes à região fronteira serão objeto de atenção preferencial das Partes Contratantes na aplicação do presente Acordo.

## ARTIGO 3

1. Cada Parte Contratante adotará as medidas adequadas para prevenir, reduzir e combater os impactos ambientais significativos que atividades desenvolvidas em seu território possam produzir no território da outra Parte Contratante.

2. De conformidade com os parâmetros de impacto ambiental definidos em função do presente Acordo, cada Parte Contratante será responsável por danos causados à outra Parte Contratante em decorrência de suas próprias atividades ou de atividades efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas que se encontrem em território sob sua jurisdição.

3. Com vistas a determinar a responsabilidade por danos, as Partes Contratantes definirão parâmetros de impacto ambiental que serão consignados em decisões da Comissão de Cooperação em Matéria Ambiental de que trata o artigo 4.

4. Os procedimentos relativos a responsabilidade serão definidos em protocolo que as Partes Contratantes se comprometem a assinar dentro de um prazo de seis meses a contar da data de entrada em vigor do presente Acordo.

## ARTIGO 4

1. As Partes Contratantes constituem, para a execução do presente Acordo, uma Comissão de Cooperação em Matéria Ambiental, subordinada às suas respectivas Chancelarias, doravante denominada "comissão".

2. A Comissão terá as seguintes incumbências:

a) elaborar programas para o monitoramento atmosférico, dos recursos hídricos, dos solos, da vegetação, da fauna e do meio sócio-econômico;

b) promover a harmonização da legislação ambiental de ambos os países, especialmente no que se refere a padrões de qualidade ambiental e a questões específicas como uso de fertilizantes e defensivos químicos na agropecuária e interligação ou estabelecimento de sistemas comuns de tratamento de resíduos, saneamento e águas servidas de cidades e áreas urbanas fronteiriças contíguas;

c) definir, de comum acordo, os parâmetros de impacto ambiental a que se referem os parágrafos 2 e 3 do artigo 3 do presente Acordo e proceder a sua revisão periódica em função de novas circunstâncias que o justifiquem;

d) desenvolver métodos de monitoramento e de avaliação de impacto ambiental;

e) definir medidas de atenuação, redução e eliminação dos impactos ambientais identificados;

f) trocar informações sobre atividades que possam ter impacto ambiental na região fronteira;

g) elaborar projetos e programar ações a serem executados na região fronteira e verificar sua execução;

h) estudar os demais assuntos técnicos, científicos, econômicos e sociais relacionados com o desenvolvimento sustentável dos dois países;

i) estimular o intercâmbio técnico, científico e educacional;

j) as demais que lhe sejam atribuídas em função do presente Acordo e as que as Partes Contratantes convenham em outorgar-lhe.

3. No desempenho de suas funções, a Comissão procurará, tanto quanto possível, a contribuição de entidades universitárias e de pesquisa nos vários níveis dos setores público e privado.

## ARTIGO 5

1. Cada Parte Contratante designará dois representantes permanentes na Comissão.

a) Além dos representantes permanentes, poderão participar das reuniões da Comissão, conforme a natureza dos temas tratados, em caráter *ad hoc* e como observadores, representantes de órgãos da administração pública, bem como de entidades de direito privado, nos termos do regulamento adotado pela Comissão.

b) Conforme os temas considerados em cada caso, poderão ser convidados para participar das reuniões da Comissão, em caráter *ad hoc* e como observadores, os representantes das respectivas comunidades fronteiriças.

2. Cada Parte Contratante comunicará à outra, por nota diplomática, a designação de seus representantes permanentes na Comissão.

3. As Partes Contratantes estabelecerão, de comum acordo, por meio de suas Chancelarias, as agendas das reuniões da Comissão.

4. A Comissão reunir-se-á, quando convocada, alternadamente no território de cada Parte Contratante.

5. A Comissão estabelecerá seu próprio regulamento.

## ARTIGO 6

As Partes Contratantes trocarão informações, bem como formularão e aplicarão programas conjuntos sobre questões que possam transcender a região fronteira, tais como prevenção de acidentes e catástrofes, tratamento de dejetos, produtos nocivos ou perigosos e resíduos sólidos, desertificação, meio ambiente urbano, educação e informação.

## ARTIGO 7

As Partes Contratantes trocarão informações e cooperarão na adoção de medidas relacionadas aos esforços internacionais para proteção da camada de ozônio, proteção e conservação da diversidade biológica, atenuação da mudança do clima e controle do movimento transfronteiriço de resíduos perigosos.

## ARTIGO 8

Salvo acordo em contrário, cada Parte Contratante arcará com o custo de sua participação na aplicação do presente Acordo, incluindo os custos do pessoal que participe de quaisquer atividades realizadas em seu âmbito.

## ARTIGO 9

As Partes Contratantes facilitarão a entrada de equipamentos e de pessoal relacionados com o presente Acordo, sujeito às leis e aos regulamentos de cada Parte Contratante.

## ARTIGO 10

Cada Parte Contratante notificará a outra, por via diplomática, do cumprimento das respectivas formalidades constitucionais necessárias para a vigência do presente Acordo, o qual entrará em vigor 30 dias após a data da segunda notificação.

## ARTIGO 11

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes Contratantes mediante nota diplomática. Neste caso, a denúncia surtirá efeito um ano após a entrega da referida notificação.

Feito em Montevideu, aos 28 dias do mês de dezembro de 1992, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil.

Pelo Governo da República Oriental do Uruguai.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 75, DE 1995

**Aprova o texto do Acordo sobre Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 16 de outubro de 1993.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 16 de outubro de 1993.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de maio de 1995. – Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal

#### ACORDO SOBRE PREVIDÊNCIA SOCIAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO CHILE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Chile

(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Desejosos de estabelecer normas que regulem as relações entre os dois países em matéria de previdência social,

Resolvem celebrar o presente Acordo sobre Previdência Social nos seguintes termos:

#### CAPÍTULO I Disposições Gerais

##### ARTIGO 1

1. Os termos que se relacionam a seguir têm, para os efeitos da aplicação do Acordo, o seguinte significado:

a) "Autoridade Competente" é a entidade máxima de previdência social em cada uma das Partes Contratantes;

b) "Entidade Gestora", a instituição competente para outorgar os benefícios que concede o Acordo;

c) "Organismo de Ligação", o encarregado da coordenação da aplicação do Acordo entre as instituições competentes, assim como da informação ao interessado sobre os direitos e obrigações derivados do mesmo;

d) "Trabalhador", toda pessoa que, como consequência de realizar ou ter realizado uma atividade por conta própria ou alheia, está ou esteve sujeita à legislação assinalada no artigo 2;

e) "Período de Seguro", todo período assim definido pela legislação sob a qual se tenha cumprido, assim como qualquer período considerado pela mesma legislação equivalente a um período de seguro;

f) "Beneficiário", pessoa assim definida ou admitida pela legislação em virtude da qual se concedem as prestações;

g) "Prestações pecuniárias", qualquer prestação em espécie, pensão, renda, subsídio ou indenização previstos pelas legislações mencionadas no artigo 2, incluído todo complemento, suplemento ou revalorização;

h) "Assistência Médica", a prestação de serviços médicos e farmacêuticos destinados a conservar ou restabelecer a saúde nos casos de doença comum ou profissional, acidente qualquer que seja sua causa, gravidez, parto e puerpério.

2. Os demais termos ou expressões utilizados no Acordo têm o significado que lhes atribui a legislação aplicada.

##### ARTIGO 2

O presente Acordo aplicar-se-á:

A) no Brasil

A legislação do Regime Geral de Previdência Social, no que se refere a:

a) assistência médica, farmacêutica e odontológica, ambulatorial e hospitalar;

b) incapacidade de trabalho temporária;

c) invalidez;

d) velhice;

e) morte;

f) natalidade;

g) acidente de trabalho e doença profissional;

h) salário-família.

B) no Chile:

As disposições legais, no que se refere:

a) ao Novo Sistema de Pensões por velhice, invalidez e morte, baseado na capitalização individual e ao regime de pensões por velhice, invalidez e morte, administrado pelo Instituto de Normalização Previdenciária (INP);

b) ao regime geral de prestações de saúde, incluídos os auxílios por incapacidade de trabalho e maternal; e

c) ao Seguro Social contra riscos de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.

##### ARTIGO 3

O presente Acordo será aplicado pelas entidades de previdência social das Partes Contratantes, conforme se disponha nos Ajustes Administrativos que deverão complementá-lo.

##### ARTIGO 4

1. O presente Acordo será aplicado, igualmente, tanto aos trabalhadores brasileiros no Chile quanto aos trabalhadores chilenos no Brasil, os quais terão os mesmos direitos e as mesmas obrigações dos nacionais da Parte Contratante em cujo território residam.

2. O presente Acordo será aplicado também aos trabalhadores de qualquer outra nacionalidade que prestem ou tenham prestado serviços no Brasil ou no Chile, quando residam no território de uma das Partes Contratantes.

##### ARTIGO 5

1. Os trabalhadores que prestam serviços no território de uma das Partes Contratantes estarão sujeitos às normas de previdência social vigentes no território da Parte Contratante em que desempenhem tais serviços.

2. O princípio estabelecido no parágrafo anterior terá as seguintes exceções:

a) o trabalhador de uma empresa com sede no território de uma das Partes Contratantes, que for enviado ao território da outra por um período limitado, continuará sujeito à legislação da Parte Contratante de origem, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) essa si-



tuação poderá ser mantida por um prazo máximo de cinco anos. As autoridades competentes das Partes Contratantes poderão estabelecer, de comum acordo, exceções ao disposto anteriormente para determinadas categorias ou grupos de trabalhadores, quando assim aconselhe o interesse desses;

b) o pessoal de voo das empresas de transporte aéreo e o pessoal de trânsito das empresas de transporte terrestre continuarão exclusivamente sujeitos à legislação da Parte Contratante em cujo território a empresa respectiva tenha a sede;

c) os membros da tripulação de navio sob bandeira de uma das Partes Contratantes estarão sujeitos à legislação da mesma Parte. Qualquer outra pessoa que o navio empregar em tarefas de carga e descarga, conserto e vigilância, quando estiver no porto, estará sujeita à legislação da Parte sob cuja jurisdição se encontre o navio; e

d) os membros das representações diplomáticas e consulares, organismos internacionais e demais funcionários e empregados dessas representações, assim como seus empregados domésticos, no que se refere à previdência social, serão regidos pela legislação, tratados e acordos que lhes sejam aplicáveis.

#### ARTIGO 6

O direito já adquirido às prestações pecuniárias a que se aplica o presente Acordo será conservado integralmente perante a entidade gestora da Parte Contratante de origem, nos termos de sua própria legislação, quando o trabalhador se transferir em caráter definitivo ou temporário para o território da outra Parte Contratante.

2. Os direitos em fase de aquisição serão regidos pela legislação da Parte Contratante perante o qual se façam valer.

3. O trabalhador que, em razão de transferência do território de uma Parte Contratante à outra, tiver suspensas as prestações decorrentes do presente Acordo, poderá, a pedido, voltar a percebê-las, sem prejuízo das normas vigentes nas Partes Contratantes sobre caducidade ou prescrição dos direitos relativos à previdência social.

#### CAPÍTULO II

#### Disposições Sobre Assistência Médica e Pensões

#### ARTIGO 7

1. A assistência médica, farmacêutica e odontológica em razão de doenças comuns e de acidentes de trabalho e enfermidades profissionais, assim como os atendimentos de emergência, qualquer que seja a causa, serão prestados a toda pessoa incluída na previdência social de uma das Partes Contratantes em seu deslocamento para o território da outra Parte Contratante, temporária ou definitivamente, uma vez que a entidade gestora da Parte de origem reconheça o direito e autorize a prestação.

2. A extensão e a forma da assistência médica prevista no primeiro parágrafo acima serão determinadas conforme a legislação da Parte Contratante em que ela é concedida.

3. A assistência de saúde no Chile será concedida aos trabalhadores do Brasil amparados por este Acordo, por meio da Modalidade de Atenção Institucional nos Estabelecimentos e com os recursos do Sistema Nacional de Serviços de Saúde. No Brasil, a assistência a ser concedida ao trabalhador do Chile será aquela consignada pelo Sistema Único de Saúde vigente, compreendendo os diversos graus de assistência com os recursos terapêuticos disponíveis no local de atendimento.

4. Os gastos relativos à assistência prestada correrão por conta da entidade gestora respectiva da Parte Contratante em que ela é concedida.

#### ARTIGO 8

1. Os períodos de serviço cumpridos nos territórios de ambas as Partes Contratantes poderão, desde que não simultâneos, ser

considerados para a concessão das prestações relativas às pensões por velhice, invalidez e morte, assim como às outras prestações pecuniárias, por cálculo *pro rata temporis*, na forma e nas condições a serem estabelecidas pelo Ajuste Administrativo, objeto do artigo 27 deste Acordo.

2. O cômputo desses períodos será regido pela legislação da Parte Contratante em cujo território tenham sido prestados os respectivos serviços.

#### ARTIGO 9

1. Cada entidade gestora determinará, conforme sua própria legislação e com base no total dos períodos cumpridos nos territórios de ambas as Partes Contratantes, se o interessado reúne as condições necessárias à concessão da prestação.

2. Em caso afirmativo, determinará o valor da prestação como se todos os períodos tivessem sido cumpridos conforme sua própria legislação e calculará a parcela a seu cargo na proporção existente entre os períodos cumpridos exclusivamente sob essa legislação e o total de períodos de seguro reconhecidos em ambas as Partes.

3. Quando a soma das prestações a serem pagas pelas entidades gestoras das Partes Contratantes não alcançar o mínimo vigente fixado na Parte Contratante em cujo território resida o interessado à época de apresentar seu pedido, a diferença que falte para completar o mesmo mínimo ficará a cargo da entidade gestora da Parte Contratante de residência do trabalhador.

4. Se somente no território de uma das Partes Contratantes o interessado cumprir os requisitos para obter o direito ao benefício, considerados os períodos computáveis na outra Parte Contratante e nesta última não lhe assistir direito a nenhum benefício, caberá à primeira assumir uma prestação de um valor pelo menos igual ao mínimo vigente conforme sua legislação.

#### ARTIGO 10

Quando o trabalhador, considerados os períodos de serviço prestados no território de ambas as Partes Contratantes, não preencher, simultaneamente, as condições exigidas pelas legislações das duas Partes Contratantes, seu direito será determinado nos termos de cada legislação, na medida em que se vão cumprindo tais condições.

#### ARTIGO 11

O interessado poderá optar pelo reconhecimento de seus direitos nos termos do artigo 8 ou pelo exercício separado dos mesmos, de conformidade com a legislação de uma das Partes Contratantes, independentemente dos períodos cumpridos na outra.

#### ARTIGO 12

1. Os períodos de serviço cumpridos antes do início da vigência do presente Acordo serão considerados para os efeitos da aplicação do mesmo.

2. O disposto neste artigo não afeta a aplicação das normas sobre prescrição ou caducidade vigente em cada Parte Contratante.

#### ARTIGO 13

1. O trabalhador que haja completado, no território da Parte Contratante de origem, os requisitos necessários à concessão de auxílio-doença e auxílio-natalidade terá assegurado, no caso de não se encontrar filiado à legislação da Parte Contratante de acolhimento, o direito a esses auxílios, nas condições estabelecidas pela legislação da Parte Contratante de origem e a cargo desta.

2. Quando o trabalhador já estiver vinculado à previdência social da Parte Contratante de acolhimento, esse direito será reconhecido se o período de carência for coberto pela soma dos períodos de serviço. Nesse caso, as prestações caberão à Parte Contratante de acolhimento e segundo sua legislação.

3. Em nenhum caso se reconhecerá o direito a receber o auxílio-natalidade em ambas as Partes Contratantes como resultado do mesmo evento.

### CAPÍTULO III

#### Disposições Especiais para Sistemas de Pensões de Capitalização Individual

##### ARTIGO 14

As normas do presente Acordo serão aplicadas também aos trabalhadores filiados a Sistemas de Pensões de Capitalização Individual, nos termos estabelecidos nos artigos seguintes, para efeitos de obtenção de pensões por velhice, invalidez e morte.

##### ARTIGO 15

1. Os trabalhadores, que se encontrem filiados a uma Administradora de Fundos de Pensões no Chile e recebam pensão nesse País, financiarão suas pensões com o saldo acumulado em sua conta de capitalização individual.

2. Quando o saldo acumulado for insuficiente para financiar no Chile pensões de valor ao menos igual ao montante da pensão mínima, tais trabalhadores terão direito à totalização dos períodos computáveis em virtude das disposições legais de cada uma das Partes Contratantes para obter a garantia estatal de pensões mínimas por velhice ou invalidez. Os beneficiários de pensão por morte terão o mesmo direito à totalização dos períodos do falecido para fazer jus à garantia estatal de pensões mínimas por morte.

3. Na situação contemplada no parágrafo anterior, a entidade gestora determinará o valor da prestação como se todos os períodos de seguro tivessem sido cumpridos conforme sua própria legislação e, para efeitos de pagamento do benefício, calculará a parcela a seu cargo na proporção existente entre os períodos de seguro cumpridos exclusivamente sob essa legislação e o total dos períodos de seguro computáveis em ambas as Partes Contratantes, a menos que o trabalhador não tenha direito a pensão no Brasil, caso em que será paga a pensão mínima vigente de conformidade com a legislação chilena.

4. O parágrafo anterior não prejudica o direito, que assiste aos trabalhadores a que se refere este artigo, de totalizar os períodos computáveis em virtude das disposições legais de cada uma das Partes Contratantes, para fazer jus aos benefícios de pensão no Brasil.

5. Se o trabalhador não tiver fundos suficientes em sua conta de capitalização individual, somente poderá obter a garantia estatal de pensão mínima por velhice ou invalidez quando, reunindo os requisitos necessários, registrar no Chile, ao menos, 5 (cinco) anos de cotizações no caso de velhice e 2 (dois) anos no caso de invalidez. Também terão direito a obter a garantia estatal os beneficiários de pensão por morte, quando o segurado que falecer ainda em atividade tiver registrado 2 (dois) anos de cotizações no Chile na data do sinistro.

6. Para efeitos de determinar o cumprimento dos requisitos exigidos pelas disposições legais chilenas para ter direito a uma pensão antecipadamente, serão considerados pensionistas dos regimes previdenciários administrados pelo Instituto de Normalização Previdenciária os filiados que hajam obtido pensão conforme a legislação brasileira.

##### ARTIGO 16

1. Os trabalhadores que se encontrem filiados a uma Administradora de Pensões no Chile e se habilitem a uma pensão no Brasil terão direito à totalização dos períodos computáveis em virtude das disposições legais de cada uma das Partes Contratantes, a fim de exercer seu direito à pensão de conformidade com a legislação brasileira. O mesmo direito terão seus beneficiários de pen-

são por morte. O disposto anteriormente neste parágrafo não prejudica o exercício dos direitos previdenciários que tais trabalhadores possam pleitear no Chile com os fundos acumulados em sua conta de capitalização individual e de conformidade com a legislação chilena.

2. Quando esses trabalhadores não tiverem direito à pensão de conformidade com a legislação chilena ou tendo direito a tal benefício houverem esgotado os fundos de sua conta de capitalização individual destinados a seu financiamento, a pensão que obtenham de conformidade com a legislação do Brasil será de valor equivalente à pensão mínima vigente no Brasil, sempre que reúnam os requisitos para tanto.

##### ARTIGO 17

A determinação da procedência e o valor da pensão correspondente serão fixados de conformidade com a legislação vigente no território da Parte Contratante que a conceda, salvo se o presente Acordo dispuser de outra maneira.

### CAPÍTULO IV

#### Disposições Finais

##### ARTIGO 18

1. As entidades gestoras das Partes Contratantes pagarão as prestações pecuniárias em sua própria moeda.

2. As transferências de numerário para o pagamento de prestações serão efetuadas conforme acordado entre as Partes Contratantes.

##### ARTIGO 19

1. Os exames médicos solicitados pela entidade gestora de uma Parte Contratante, com relação aos segurados que se encontrem no território da Parte Contratante, serão levados a efeito pela entidade gestora desta última.

2. Quando houver solicitação de benefício de pensão, por invalidez, a avaliação de incapacidade será efetuada pelo organismo pertinente da Parte Contratante de requerimento. Os antecedentes de tal avaliação servirão de base para o pronunciamento que deve efetuar a outra Parte Contratante, deferindo ou indeferindo a solicitação do benefício.

##### ARTIGO 20

1. As prestações pecuniárias concedidas de conformidade com o regime de uma ou de ambas as Partes Contratantes não serão objeto de redução, suspensão ou extinção exclusivamente pelo fato do beneficiário residir no território da outra Parte Contratante.

2. Assim mesmo, tais prestações serão isentadas de toda redução por força de comissões de qualquer natureza no momento de seu pagamento.

##### ARTIGO 21

1. Os documentos requeridos para os fins do presente Acordo não necessitarão tradução oficial, visto ou legalização por parte das autoridades diplomáticas e consulares e de registro público, desde que tenham sido tramitados por qualquer organismo de ligação nele previsto.

2. A correspondência entre as autoridades competentes, organismos de ligação e entidades gestoras das Partes Contratantes será redigida no respectivo idioma oficial.

##### ARTIGO 22

Os requerimentos, os recursos e outros documentos produzirão efeito ainda que, devendo ser examinados em uma das Partes Contratantes, sejam apresentados na outra, dentro dos prazos estabelecidos pela legislação da primeira.

## ARTIGO 23

As autoridades consulares das Partes Contratantes poderão representar, sem mandato governamental especial, seu próprios nacionais perante as autoridades competentes e as entidades gestoras em matéria de previdência social da outra Parte Contratante.

## ARTIGO 24

1. Para a aplicação do presente Acordo, a autoridade competente de cada Parte Contratante designará os organismos de ligação, mediante comunicação à autoridade competente da outra Parte Contratante. Os organismos de ligação prestar-se-ão os bons ofícios e a colaboração técnica que seja necessária.

2. Para os fins do presente Acordo, entende-se por autoridades competentes o Ministério da Previdência Social do Brasil e o Ministério do Trabalho e Previdência Social do Chile.

## ARTIGO 25

1. O presente Acordo estará sujeito ao cumprimento das formalidades constitucionais de cada uma das Partes Contratantes para sua entrada em vigor. Para tal efeito, cada uma delas comunicará à outra, por via diplomática, o cumprimento de seus próprios requisitos.

2. O presente Acordo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data da última notificação a que se refere o parágrafo anterior.

## ARTIGO 26

1. O presente Acordo terá a duração de 10 (dez) anos e será renovado automaticamente por períodos iguais e sucessivos, salvo denúncia escrita por qualquer das Partes Contratantes, a qual somente surtirá efeito 6 (seis) meses depois da data do recebimento da notificação.

2. As Partes Contratantes, de comum acordo, regulamentarão as situações resultantes de direitos em fase de aquisição, para sua aplicação, caso termine a vigência do presente Acordo.

3. As disposições do presente Acordo, em caso de sua denúncia por uma das Partes Contratantes, continuarão sendo aplicadas aos direitos adquiridos durante sua vigência.

## ARTIGO 27

1. As autoridades competentes estarão habilitadas a preparar e a firmar o Ajuste Administrativo necessário à aplicação do presente Acordo.

2. A elaboração de outros Ajustes Administrativos que se fizerem necessários será atribuída pelas autoridades competentes a uma Comissão Bilateral de Peritos que, ademais, se incumbirá de assessorar tais autoridades quando essas o requererem ou por sua própria iniciativa, no concernente à aplicação deste Acordo, dos Ajustes Administrativos e dos demais documentos adicionais que se estabeleçam, bem como de toda outra função atinente a tais documentos que, de comum acordo, resolvam assinar as autoridades competentes.

Feito em Santiago do Chile, em 16 de outubro de 1993, em quatro textos originais, dois em português e dois em espanhol, sendo todos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil **Celso L. N. Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores – Pelo Governo da República do Chile **Enrique Silva Cimma**, Ministro das Relações Exteriores.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 1995

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade do Vale do Itajaí para executar na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 469, de 29 de abril de 1993, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão à Fundação Universidade do Vale do Itajaí para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de maio de 1995. – Senador **José Sarney**, Presidente.

## PARECER Nº 5, DE 1995-CN

**Da Comissão Mista, sobre a constitucionalidade e o mérito da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, que "Dispõe sobre a fixação das mensalidades escolares e dá outras providências".**

**Relator: Deputado Paes Landim**

## 1 – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição Federal, submeteu ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, com a finalidade de estabelecer regras para a fixação das mensalidades escolares dos estabelecimentos particulares de ensino.

Trata-se da reedição da Medida Provisória nº 963, de 30 de março de 1995, sem qualquer alteração.

Originariamente, a matéria objeto desta MP foi tratada pela MP nº 524, de 7 de junho de 1994, declarada inconstitucional, em sua quase totalidade, pelo Supremo Tribunal Federal, tendo o mesmo ocorrido com as que lhe sucederam (MP nºs 550, 575, 612, 651, 697 e 751). As MP nºs. 817, 887, 932 e 963, todas deste ano de 1995, portanto, editadas já pelo atual Presidente da República, foram bastante modificadas com relação às anteriores pela exclusão, em seus textos, dos dispositivos que sofreram contestações judiciais, aproveitando, todavia, quase que totalmente, o projeto de lei de conversão que o relator havia apresentado por ocasião de seu parecer sobre a constitucionalidade e o mérito da MP nº 751/94, a última editada pelo antecessor do atual Presidente da República.

A seguir, tecemos comentários sobre os pontos relevantes da MP em apreciação.

Esta MP estabelece que os valores das mensalidades escolares do ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior do ano letivo de 1994, convertidos de cruzeiros reais para Unidade Real de Valor (URV), ou Real, não sofrerão reajustes até que sejam completados doze meses da conversão ou até a data-base dos professores do estabelecimento de ensino, em 1995, caso esta venha a ocorrer primeiro.

O reajuste da mensalidade escolar será feito utilizando-se a variação do IPC-r acumulado desde 1º de julho de 1994 até o mês de ocorrência de uma das situações relatadas acima, devendo esse aumento ser repassado para as mensalidades em duas parcelas mensais sucessivas, não podendo a primeira ser superior a sessenta por cento da variação acumulada do IPC-r no período.

Assegura, ainda, às escolas que tiveram aumento ponderado de seus custos superior à variação do IPC-r registrada no mesmo período, o direito de repassar o excedente daí decorrente em duas parcelas mensais e sucessivas, de igual valor, após os meses em que se realizar o já mencionado reajuste, calculado com base na variação acumulada do IPC-r. No entanto, o estabelecimento de ensino que utilizar desse prerrogativa pode ficar sujeito a comprovar esse aumento adicional junto à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

Prevê, também, que o Ministério da Fazenda terá um prazo de trinta dias, após recebida a documentação comprobatória da superação dos custos do estabelecimento de ensino ao IPC-r, para manifestar-se sobre o aumento aplicado às prestações, não o fazendo nesse prazo, considerar-se-á legitimado o reajuste, não podendo a escola, contudo, nesse interregno, promover o aludido reajuste extra. E, se a documentação apresentada não justificar esse reajuste, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça poderão tomar dos interessados o compromisso de ajustamento de que trata o art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Determina que os cursos de regime semestral, com início a partir de julho de 1994, observarão o que dispõe esta MP mesmo que os encargos educacionais tenham sido fixados com base na Lei nº 8.170, de 1991.

Dá preferência de matrícula, para o período subsequente, aos alunos que queiram continuar estudando no mesmo estabelecimento de ensino, desde que não sejam inadimplentes, tenham cometido falta grave ou outro motivo previsto no regimento escolar.

Proíbe a suspensão de provas escolares de alunos, retenção de documentos escolares, inclusive os de transferência, ou a aplicação de quaisquer penalidades pedagógicas.

Estabelece que são legitimados para propositura de ações coletivas para a defesa dos direitos assegurados pela MP em análise, concorrentemente, as entidades e órgãos públicos competentes, nos termos da legislação vigente.

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078, de 1990 (Lei de Defesa do Consumidor), para penalizar o estabelecimento que aplicar índice ou fórmula de reajuste diferente do legal ou contratualmente firmado.

Veda às instituições referidas no art. 213 da Constituição Federal (escolas particulares sem finalidade lucrativa) firmar convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal ou receber recursos públicos.

Prevê o envio pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, no prazo de cento e oitenta dias, de projeto de lei regulamentando a prestação de serviços escolares por estabelecimentos particulares de ensino e, por fim, determina que os atos praticados com base na MP nº 963, de 30 de março de 1995, continuem a produzir efeitos, revogando, ainda, a Lei nº 8.170, de 17 de janeiro de 1991, e a Lei nº 8.747, de 9 de dezembro de 1993.

Durante o prazo previsto no art. 4º da Resolução nº 1/89, do Congresso Nacional, foram apresentadas 134 (cento e trinta e quatro) emendas, a saber:

Emendas nºs 001, 002, 003, 004 e 005 suprimem a expressão do art. 1º, *in fine*, "ou até a data-base dos professores do estabelecimento de ensino, em 1995, caso esta venha a ocorrer primeiro".

Emenda nº 17 dá nova redação ao art. 2º, prevendo negociação entre o estabelecimento de ensino e a entidade representativa de alunos, pais ou responsáveis, para reajustar o valor das mensalidades após decorridos doze meses da conversão para a unidade real de valor ou para o real, respeitando, no entanto, o índice acu-

mulado do IPC-r registrado entre 1º de julho de 1994 e o mês de reajuste. Estabelece, ainda, em seus parágrafos, processo de homologação do reajuste da mensalidade junto à repartição regional do Ministério da Fazenda, caso não haja no estabelecimento de ensino a associação representativa mencionada anteriormente.

Emendas nºs 18 e 20 dão a seguinte redação ao *caput* do art. 2º e suprimem todos os seus parágrafos: "Completados os doze meses da conversão tratada no artigo anterior, o valor da mensalidade escolar será ajustado por até setenta por cento da variação acumulada do IPC-r ocorrido entre 1º de julho de 1994 e o mês do reajuste, dividido em duas parcelas mensais iguais e sucessivas, incidindo sobre o valor convertido em 1994".

Emenda nº 14 dá a seguinte redação ao *caput* do art. 2º e suprime todos os seus parágrafos: "Completados doze meses da conversão tratada no artigo anterior, o valor da mensalidade escolar será ajustado pela variação de 70% do IPC-r ocorrida entre 1º de julho de 1994 e o mês do reajuste, dividido em duas parcelas mensais, sucessivas, incidindo sobre o valor convertido em 1994. A primeira parcela não pode ser superior a sessenta por cento da variação acumulada pelo IPC-r".

Emenda nº 15 suprime os §§ 1º e 2º, 3º e 4º do art. 2º

Emenda nº 19 dá a seguinte redação ao § 2º do art. 2º:

"Art. 2º (omissis)

§ 2º A Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, juntamente com a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, no âmbito de suas respectivas atribuições, nos termos da Lei nº 8.880/95, poderão solicitar documentação comprobatória da elevação ponderada de custos, exceto nos casos em que houve fixação de valores das mensalidades escolares através de negociação entre o estabelecimento de ensino e associações de pais de alunos, ou ainda alunos, legalmente constituídas."

Emendas nºs 006, 007, 008, 009, 010, 011 e 012 suprimem o § 2º do art. 2º a seguinte expressão: "Sempre que necessário (...)"

Emenda nº 021 dá a seguinte redação aos §§ 2º e 3º do art. 2º:

"Art. 2º (omissis).

§ 2º As escolas encaminharão à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda documentação necessária à comprovação da necessidade de reajuste superior à variação do IPC-r.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, a escola somente poderá praticar o reajuste após autorizado pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda."

Emendas nºs 022, 023, 028 e 029 acrescentaram a seguinte expressão ao § 2º do art. 2º, *in fine*, a seguinte expressão: "(...) exceto dos estabelecimentos de ensino que firmaram acordo com associações de pais e alunos, ou ainda de alunos, legalmente constituídas".

Emendas nºs 023, 024, 025, 026 e 030 acrescentaram ao § 2º do art. 2º, *in fine*, a seguinte expressão: "(...) exceto dos estabelecimentos de ensino que firmaram acordo com associação, legalmente constituída, de pais e alunos, ou alunos, no caso de ensino superior".

Emenda nº 016 dá a seguinte redação para o § 3º do art. 2º: "Apresentada integralmente a documentação requerida, o Ministério da Fazenda manifestar-se-á no prazo máximo de sessenta dias, sendo que a falta da manifestação impede a vigência do reajuste".

Emenda nº 013 suprime a expressão "ou omissiva" do § 4º do art. 2º

Emendas nºs 027, 031, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 043, 044, 045, 046, 047, 050, 051, 052, 053, 054 e 055 acrescentam um parágrafo (§ 6º) ao art. 2º para determinar que "Havendo necessidade de negociação nas universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários".

Emendas nºs 032, 033, 034, 035, 048 e 049 acrescentam um parágrafo (§ 6º) ao art. 2º para determinar que "Nas universidades,

havendo necessidade de negociação, elas ocorrerão no âmbito de seus conselhos universitários".

Emenda nº 056 acrescenta um parágrafo (§ 6º) ao art. 2º, com a seguinte redação:

"Art. 2º (omissis)

§ 6º Nos casos em que houve fixação dos valores das mensalidades escolares através de negociação entre o estabelecimento de ensino e associações de pais e alunos, ou entidades estudantis, legalmente constituídas, não serão admitidos reajustamentos superiores aos pactuados."

Emendas nºs 057 e 058 suprimem a seguinte expressão do art. 4º: "(...) salvo inadimplemento ou outra causa expressamente prevista no regimento do estabelecimento de ensino (...)".

Emenda nº 059 dá a seguinte redação ao art. 4º:

"Art. 4º Os alunos já matriculados terão a preferência na renovação das matrículas para o período subsequente não sendo permitido recusar a renovação sobre quaisquer argumentos."

Emenda nº 060 dá a seguinte redação ao art. 5º: "São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares, inclusive os de transferência, ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas ou administrativas, por motivo de inadimplência."

Emendas nºs 061, 071, 072, 074, 075, 076, 077 e 078 acrescentam ao art. 5º, *in fine*, a seguinte expressão: "(...) por motivo de inadimplência".

Emendas nºs 062, 063, 067 e 069 acrescentam ao final do art. 5º a seguinte expressão: "(...) por inadimplência, se garantida a quitação do débito por título de crédito ou outro instrumento permitido por lei."

Emendas nºs 064, 065, 066, 068, 070 e 073 acrescentam ao final do art. 5º a seguinte expressão: "(...) por inadimplência inferior a 60 (sessenta) dias."

Emendas nºs 079, 080, 081, 082, 087, 088 e 089 acrescentam um parágrafo (parágrafo único) ao art. 6º: "São legitimados para a propositura de ação prevista neste artigo, qualquer pai ou responsável, associações de pais do estabelecimento de ensino, associação estadual de pais, federação nacional de pais ou entidades de representação estudantil, legalmente constituídas, no caso de estabelecimentos particulares de ensino superior, sendo indispensável em qualquer caso o apoio de pelo menos 10% (dez por cento) dos pais ou estudantes do estabelecimento de ensino".

Emendas nºs 083, 084, 085, 090, 091 e 092 acrescentam ao art. 6º, *in fine*, a seguinte expressão: "sendo indispensável, em qualquer caso, o apoio de, pelo menos, 10% (dez por cento) dos pais de alunos, ou alunos, do estabelecimento de ensino".

Emenda nº 086 acrescenta os seguintes parágrafos ao art. 6º:

"§ 1º São legitimados para a propositura de ação prevista neste artigo, qualquer pai ou responsável, associações de pais do estabelecimento de ensino, associação estadual de pais, federação nacional de pais ou entidades de representação estudantil, legalmente constituídas, no caso de estabelecimentos particulares de ensino superior.

§ 2º Quando a ação não é proposta por entidade legalmente constituída, o proponente deverá ter apoio de, pelo menos, 10% (dez por cento) dos pais de alunos, ou alunos, quando se tratar de estabelecimento de ensino de até quinhentos alunos, e de 5% (cinco por cento), pelo menos, nos casos de estabelecimentos com matrícula superior a quinhentos alunos."

Emenda nºs 093 e 094 suprimem a seguinte expressão do art. 7º:

"Art. 7º (omissis)

XI - (...) ou contratualmente estabelecido".

Emenda nº 095 dá a seguinte redação ao art. 9º: "As instituições referidas no artigo 213 da Constituição e os estabelecimentos particulares de ensino que descumprirem o disposto nesta Medida Provisória, ficarão impedidas de firmar convênios, receber recursos públicos, bem como terão cassados seus Certificados de Utilidade Pública, se deles forem detentores, cuja fiscalização e as penalidades ficarão ao encargo do Ministério da Educação e do Ministério da Justiça".

Emenda nº 096 dá a seguinte redação ao art. 9º: "Considerar-se-á crime contra a economia popular o descumprimento do estabelecido neste dispositivo, ficando os infratores impedidos de, firmar convênios, receber recursos públicos, bem como terão cassados seus Certificados de Utilidade Pública, se deles forem detentores, cuja fiscalização e as penalidades ficarão ao encargo do Ministério da Educação e do Ministério da Justiça além de outras penalidades legais, judiciais ou administrativas".

Emendas nºs 097, 098, 099, 100, 101, 102 e 103 suprimem o art. 10

Emendas nºs 104, 105, 106, 107, 108 e 109 substituem no art. 11 a expressão "180 dias" por "120 dias".

Emendas nºs 110, 112, 113, 115, 117, 119 e 121 substituem no art. 11 a expressão "180 dias" por "90 dias".

Emendas nºs 111, 114, 116, 118, 120 e 122 substituem no art. 11 a expressão "180 dias" por "sessenta dias".

Emendas nº 123 dá a seguinte redação ao art. 11: "O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei disciplinando a prestação de serviços escolares por estabelecimentos particulares de ensino até o dia 15 de agosto de 1995".

Emendas nºs 124 e 125 suprimem o art. 12.

Emendas nºs 128 e 131 dão a seguinte redação ao art. 14: "Revogam-se a Lei nº 8.170, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 8.747, de 9 de dezembro de 1993, e as demais disposições em contrário".

Emendas nºs 126, 127, 129, 130, 132, 133 e 134 dão a seguinte redação ao art. 14: "Revogam-se as disposições em contrário". É o relatório.

## II - Voto

O tema educação é um dos mais enfatizados nos programas partidários e sua abordagem é inevitável em qualquer discussão sobre estratégias de desenvolvimento socioeconômico.

Todavia, a crise econômica que solapou a administração pública brasileira nos anos recentes afetou fortemente a ação governamental com vistas a melhorar os resultados referentes à prestação desse serviço educacional, apesar da existência de dispositivos constitucionais que vinculam valores substanciais da receita tributária dos três níveis da estrutura federativa nacional para aplicação no segmento educacional.

A escola pública, antanho tão festejada e hoje com raros exemplos de eficiência, máxime nos ensinos fundamental e secundário, não acompanhou as transformações econômicas e sociais ocorridas no País nas três últimas décadas, quando ocorreu uma mudança significativa no processo econômico que resultou na formação de uma classe média urbana de relevo na determinação de um novo perfil populacional. Por outro lado, a forte urbanização registrada nesse período ampliou a incapacidade do Poder Público de fornecer seus serviços básicos de modo satisfatório.

Nesse contexto, a educação, ao lado da saúde, foi a área de atuação governamental onde, com a instalação da crise econômica iniciada na segunda metade da década de setenta, primeiro se fez sentir a deterioração dos serviços públicos, fortalecendo, por conseguinte, as escolas privadas existentes e propiciando o surgimento de outras tantas que aos poucos vêm substituindo a escola pública, dada a incapacidade desta de produzir uma clientela com

condições de competir no mercado profissional, o qual se torna cada dia mais complexo e competitivo.

Isso resulta em uma ampliação do fosso que separa os mais bem postos na pirâmide social daqueles, que constituem a maioria, da base dessa pirâmide. Para atacar esse grave problema o Estado vem recorrendo a regulamentações legais de modo a intervir na relação econômica entre escolas particulares e seus usuários. Porém, tais intervenções têm-se revelado inglórias, pois, ora desagradam aos proprietários dos estabelecimentos de ensino, ora aos pais de alunos dessas escolas, quando não desagradam a ambas as partes, como sói ocorrer.

Sempre que são editadas medidas econômicas de largo alcance com vistas ao combate inflacionário, agudizam-se tais problemas em razão de as despesas com a educação constituírem-se em componente significativo do orçamento das famílias e, portanto, com reflexos inevitáveis no custo de vida, fator preponderante do processo inflacionário.

Com o advento do Real, essa regra não foi quebrada. O Executivo estabeleceu, através de Medida Provisória, uma polêmica conversão dos valores contratados em cruzeiros reais para a nova moeda, atropelando os contratos firmados entre pais e alunos e escola por ocasião da matrícula para os períodos letivos iniciados anteriormente à vigência dessa Medida Provisória, ferindo assim, o ato jurídico perfeito protegido pelo inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal.

A falta de apreciação pelo Legislativo fez com que a MP referida fosse reeditada por onze vezes, desde junho. Nesse período, o Supremo Tribunal Federal deferiu pedido de liminar da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - CONFENEN suspendendo a eficácia de diversos dispositivos contidos na MP nº 575 e sua reedição, a MP nº 612, e para todos os casos análogos que surgissem no futuro, desfigurando-a quase que totalmente. Por derradeiro, foi editada esta MP nº 988, em que estão expungidos ou modificados os dispositivos que foram objetos de concessão de liminar pelo STF, tendo em vista o respeito às cláusulas contratuais firmadas entre as partes anteriormente à vigência da MP em discussão.

Em conclusão, devemos alertar para o preceito constitucional que estabelece ser a educação um dever do Estado (art. 205 da Carta Maior), sem esquecer, contudo, que o "ensino é livre à iniciativa privada" (art. 209 da CF), tendo esta apenas a obrigação de cumprir as normas gerais de educação nacional e submeter-se a avaliações de qualidade pelo Poder Público. As escolas particulares estão apenas ocupando o vácuo deixado pela inércia do poder estatal, principalmente no ensino fundamental. As boas escolas não-públicas merecem o incentivo da sociedade e podem conviver sem problemas com escolas públicas de qualidade. Urge, portanto, que o Estado assuma suas obrigações constitucionais, dotando o ensino público de condições adequadas de funcionamento, que refletirá, inclusive, na melhoria da rede de ensino privado. Enquanto essa decisão não for tomada com firmeza haverá sempre esses conflitos que já produziram uma vasta legislação de controle dos valores das prestações escolares sem que haja surgido uma que agradasse inteiramente às partes envolvidas.

A seguir, apresentamos uma breve análise sobre os dispositivos da MP nº 963/95 que, ao nosso ver, necessitam de modificações:

#### Art. 1º caput:

Opinamos pela modificação para incluir a expressão "... efetuada no estabelecimento de ensino...". Alteramos, ainda, sua redação para substituir a expressão "... data-base dos professores do estabelecimento de ensino ..." por "... data-base dos seus professores, ..."

#### Art. 2º, § 1º:

Opinamos pela modificação para corrigir seu § 1º, *in fine*, pois faz referência a um parágrafo anterior inexistente. A expressão correta é "a que alude o caput deste artigo". Substituímos, ainda, a expressão "(...) de igual valor, (...)" por "(...) de igual percentual, (...)".

#### Art. 2º, § 2º

Opinamos pela modificação, nos termos das Emendas nºs 006 e 007, 008, 009, 010, 011 e 012, para suprimir a expressão inicial "Sempre que necessário (...)" Acatamos também, as Emendas nºs 022, 028 e 029 para acrescentar, *in fine*: "(...) exceto dos estabelecimentos de ensino que firmaram acordo com associação, legalmente constituída, de pais e alunos, ou alunos, no caso de ensino superior." substituímos, ainda a expressão: "(...) do Ministro da Justiça, no âmbito de suas atribuições poderão exigir comprovação documental" por "(...) do Ministério da Justiça, quando comunicadas da aplicação de reajuste acima da variação acumulada do IPC-R poderão requerer, no âmbito das respectivas atribuições, comprovação documental que justifique o excedente da elevação ponderada dos custos (...)".

#### Art. 2º § 4º

Substituímos a expressão "A partir da data em que recebida a comunicação(...)" por "A partir da data em que requerida a comprovação documental (...)" e suprimos, também, a omissão redacional, incluindo a palavra grifada na expressão (...) em que *esteja* computada (...).

#### Art. 2º § 6º

Opinamos pelo acréscimo deste parágrafo (§6º) com a seguinte redação, nos termos das Emendas nºs 027, 031, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 043, 044, 045, 046, 047, 050, 051, 052, 053, 054 e 055, mas com uma pequena alteração redacional, para permutar a palavra "ela" por "esta": Havendo necessidade de negociação nas Universidades, esta ocorrerá no âmbito nas Universidades "esta ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários."

#### Art. 3º

Substituímos sua redação pela seguinte: "Os encargos educacionais para os cursos de regime semestral observarão o disposto nesta lei".

#### Art. 5º:

Opinamos pelo acréscimo, *in fine*, da expressão: "(...) por motivo de inadimplência", nos termos das Emendas nºs 061, 071, 072, 074, 075, 076, 077, e 078.

#### Art. 6º:

Somos pela manutenção do dispositivo, acrescentando, no entanto, *in fine*, nos termos das Emendas nºs 083, 084, 085, 090, 091, e 092, o seguinte "(...) sendo indispensável em qualquer caso, o apoio pelo menos, 10% (dez por cento) dos pais ou estudantes do estabelecimento de ensino". Também promovemos a indispensável substituição da expressão "Medida Provisória" por "Lei".

#### Arts. 9º e 13:

Substituímos a expressão "Medida Provisória" por "Lei".

#### Art. 10:

Opinamos pela supressão, remunerando os artigos seguintes, nos termos das Emendas nºs 097, 098, 099, 100, 101, 102, e 103. Trata-se de dispositivo necessário tendo em vista esta MP prescindir de instruções complementares para que seja aplicável, dada sua clareza.

#### Art. 11:

Somos pela modificação, nos termos das Emendas nºs 110, 112, 113, 115, 117, 119 e 121, para substituímos a expressão "180 dias" por "90 dias".

#### Art. 12:

Substituímos a expressão "Ficam convalidados (...)" por "Continuam a produzir efeitos (...)".

#### Art. 14:

Somos pela modificação, nos termos das Emendas n.ºs 126, 127, 129, 130, 132, 133 e 134, com a seguinte redação: "Revogam-se as disposições em contrário".

Somos favoráveis a aprovação dos demais dispositivos na sua forma original.

Quanto às demais emendas, por não se adequarem ao acima relatado, opinamos pela rejeição.

Ante todo o exposto, opinamos pela aprovação da Medida Provisória n.º 988, de 28 de abril de 1995, nos termos do seguinte Projeto de Lei de Conversão:

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N.º 8, DE 1995

##### Dispõe sobre a fixação das mensalidades escolares e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os valores das mensalidades escolares do ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior do ano letivo de 1994, convertidos de cruzeiros reais para a Unidade real de Valor (URV) ou Real, não sofrerão reajustes até que sejam completados doze meses de conversão efetuada no estabelecimento de ensino ou até a data base dos seus professores, em 1995, caso esta venha a ocorrer primeiro.

Art. 2.º Quando ocorrer uma das situações previstas no artigo anterior, o valor da mensalidade escolar será ajustado pela variação acumulada do IPC-r ocorrida entre 1.º de julho de 1994 e o mês do reajuste, dividido em duas parcelas mensais e sucessivas, incidindo sobre o valor convertido em 1994, não podendo a primeira parcela ser superior a sessenta por cento da variação acumulada do IPC-r.

§ 1.º Nos estabelecimentos onde o ajuste não refletir a elevação ponderada dos custos, o excedente será repassado às mensalidades em duas parcelas mensais sucessivas, de igual percentual, desde que decorra o prazo de sessenta dias, contados a partir da data em que se tomar exigível a primeira parcela do ajuste a que alude o caput deste artigo.

§ 2.º A Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, quando comunicadas da aplicação de reajuste acima da variação acumulada do IPC-r, poderão requerer, no âmbito das respectivas atribuições, comprovação documental que justifique o excedente da elevação ponderada dos custos, exceto dos estabelecimentos de ensino que firmaram acordo com associações de pais e alunos, ou ainda de alunos, legalmente constituídas.

§ 3.º Apresentada integralmente a documentação requerida, o Ministério da Fazenda manifestar-se-á no prazo máximo de trinta dias, findos os quais, sem manifestação, entender-se-á legitimado o reajuste.

§ 4.º A partir da data em que requerida a comprovação documental de que trata o § 2.º e enquanto não ocorrida manifestação comissiva ou omissiva do Ministério da Fazenda, é vedada ao estabelecimento de ensino exigir mensalidade em que esteja computada a parcela relativa ao excedente da elevação ponderada.

§ 5.º Quando a documentação apresentada pelo estabelecimento de ensino não justificar o repasse do excedente da elevação ponderada, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça poderão tomar dos interessados o compromisso de ajustamento de que trata o art. 5.º § 6.º, da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985.

§ 6.º Havendo necessidade de negociação nas Universidades, esta ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

Art. 3.º Os encargos educacionais para os cursos de regime semestral observarão o disposto nesta Lei.

Art. 4.º Os alunos já matriculados terão preferência na renovação das matrículas para o período subsequente, salvo inadimplemento ou outra causa expressamente prevista no regimento do estabelecimento de ensino em igualdade de condições com os demais alunos e observado o calendário escolar da instituição de ensino.

Art. 5.º São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares, inclusive de transferência, ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas, por motivo de inadimplência.

Art. 6.º São legitimados à propositura de ações coletivas para a defesa dos direitos assegurados por esta Lei, concorrentemente, as entidades e órgãos públicos competentes, nos termos da legislação vigente, sendo indispensável, em qualquer caso, o apoio de, pelo menos, 10% (dez por cento) dos pais de alunos, ou alunos, do estabelecimento de ensino.

Art. 7.º O art. 39 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"XI – aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido."

Art. 8.º O termo de compromisso de ajustamento, previsto no § 5.º do art. 2.º será exigido, nos contratos firmados entre os estabelecimentos de ensino e os pais de alunos, ou alunos, de acordo com o disposto nos arts. 39, 42 e 51 da Lei n.º 8.078, de 1990.

Art. 9.º Às instituições referidas no art. 213 da Constituição, que descumprirem o disposto nesta Lei, é vedado firmar convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal ou receber recursos públicos.

Art. 10.º O Poder Executivo, no prazo de 90 dias, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei disciplinando a prestação de serviços escolares por estabelecimentos particulares de ensino.

Art. 11.º Continuam a produzir efeitos os atos praticados com base na Medida Provisória n.º 963, de 30 de março de 1995.

Art. 12.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1995. – Senador Ney Suassuna, Presidente – Deputado Paes Landim, Relator – Deputada Marilu Guimarães – Senador Roberto Freire – Deputado Ivandro Cunha Lima – Senador Fernando Bezerra – Senador Romero Jucá – Deputado Osmânio Pereira – Senador Júlio Campos.

#### (\*) EMENDAS OFERECIDAS AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 73, DE 1994, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

(\*) – Serão publicadas em suplemento à presente edição

#### EMENDAS OFERECIDAS AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 118, DE 1984, QUE INSTITUI O CÓDIGO CIVIL

##### EMENDA N.º 001

Dê-se ao art. 1.718 a seguinte redação:

"Art. 1.718. Compete aos pais, e na falta de um deles ao outro, com exclusividade, representar os filhos menores de dezesseis anos, bem como assisti-los até completarem a maioridade, ou serem emancipados."

##### Justificação

É até desnecessária. Porque maiores ou emancipados que os filhos sejam, eles agirão por si mesmos. A emenda foi sugerida pelo Prof. Wagner Barreira, da Universidade Federal do Ceará.

Sala das Comissões, 8 de maio de 1995. – Senador Lúcio Alcântara.



**EMENDA Nº 002**

Dê-se ao art. 1.739 a seguinte redação:

"Art. 1.739. As prestações alimentícias, de qualquer natureza, serão corrigidas monetariamente, na forma prevista em lei, se e quando o valor que as expresse estiver sofrendo corrosão inflacionária."

**Justificação**

A alteração se impõe, em virtude de não existir mais a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional, a que o Projeto alude. A emenda foi sugerida pelo Prof. Wagner Barreira, da Universidade Federal do Ceará.

Sala das Comissões, 8 de maio de 1995. – Senador Lúcio Alcântara.

**EMENDA Nº 003**

Acrescente-se ao início do art. 1.192, a expressão "Com ressalva idêntica à formulada no artigo anterior".

**Justificação**

É indispensável fazer-se na regra essa ressalva. Sem ela prejudicadas poderiam ficar as perícias judiciais, muitas vezes necessárias no processo para a defesa dos direitos dos litigantes. A emenda foi sugerida pelo Prof. Wagner Barreira, da Universidade Federal do Ceará.

Sala das Comissões, 8 de maio de 1995. – Senador Lúcio Alcântara.

**EMENDA Nº 004**

Substitua-se, no art. 233, a expressão final "no caso" por "na situação considerada".

**Justificação**

A emenda é apenas de redação. E tem por escopo evitar a repetição do vocábulo "caso", para quem eventualmente estiver lendo o texto na lei, na parte final do art. 233 e na inicial do artigo subsequente, 234. Registre-se mais que a substituição propos-

ta não altera em nada o alcance da norma legal. A emenda foi sugerida pelo Prof. Wagner Barreira, da Universidade Federal do Ceará.

Sala das Comissões, 8 de maio de 1995. – Senador Lúcio Alcântara.

**EMENDA Nº 005**

Substitua-se, no Parágrafo único, do art. 119, a expressão "prazo de decadência" por "prazo extintivo".

**Justificação**

Com a substituição proposta, parece que o texto legal fica mais adequado. O prazo de seis meses, no caso, é de decadência, e não de simples prescrição, tem-se idéia perfeita quem quer que atente para a forma liberal como ele é enunciado. A emenda foi sugerida pelo Prof. Wagner Barreira, da Universidade Federal do Ceará.

Sala das Comissões, 8 de maio de 1995. – Senador Lúcio Alcântara.

**EMENDA Nº 006**

Acrescente-se ao final do inciso II, do art. 533, a expressão "e do cônjuge do alienante".

**Justificação**

É sabido que a troca de bens ou valores como negócio jurídico se aproxima da compra e venda, com a qual guarda acentuada parença. Ora, quando o art. 496 do Projeto do Código se refere à anulabilidade da "venda de ascendente a descendente", deixa clara a inexistência de tal anulabilidade, havendo consentimento para a operação dos outros descendentes e do cônjuge do alienante. E se o consentimento deles evita a anulabilidade da venda haverá também de ser exigido para que não se dê a anulabilidade da troca. O problema é apenas o de adequar as duas situações, que não podem ser tratadas diferentemente. A emenda foi sugerida pelo Prof. Wagner Barreira, da Universidade Federal do Ceará.

Sala das Comissões, 8 de maio de 1995. – Senador Lúcio Alcântara.

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

**1 – ATA DA 56ª SESSÃO, EM 09 DE MAIO DE 1995****1.1 – ABERTURA****1.2 – EXPEDIENTE****1.2.1 – Ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados**

Encaminhando à revisão do Senado autógrafa do seguinte projeto:

– Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1995 (nº 2.304/91, na Casa de origem), que cria a Carteira de Identidade Única.

**1.2.2 – Pareceres****Referente às seguintes matérias:**

Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1991, de autoria do Senador Almir Gabriel, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1992 (nº 636, de 1991, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.969, de 11.12.73, tornando inexistente, antes de decisão terminativa do recurso interposto à Comissão Especial de Recurso do TCU, o RQ da dívida oriunda do crédito rural.

**1.2.3 – Leitura de projetos**

– Projeto de Lei do Senado nº 152, de 1995, de autoria do Senador Osmar Dias, que institui o Vale do Leite e dá outras providências.

Projeto de Lei do Senado nº 153, de 1995, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera inciso do art. 11 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, incluindo a dedução, na declaração de Imposto de Renda de pessoas físicas, do total das despesas efetivamente realizadas com instrução.

**1.2.4 – Requerimentos**

– Nº 697, de 1995, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando ao Ministro da Fazenda, informações que menciona.

– Nº 698, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que sobre o projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1995, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.



**1.2.5 – Comunicações da Presidência**

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 990, de 5 de maio de 1995, que dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

Abertura de prazo de cinco sessões ordinárias para recebimento de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1992 (nº 636, de 1991, na Casa de origem), cujo parecer foi lido anteriormente.

– Recebimento do Ofício nº S/18, de 1995 (nº 1004/95, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, solicitação para que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul – LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1995.

– Recebimento do Ofício nº 1.005/95, de 8 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul relativa ao pedido de alteração do percentual de rolagem de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1995.

– Designação dos membros da Comissão Temporária, criada através do Requerimento nº 480, de 1995, destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando o desenvolvimento do Vale do São Francisco.

– Recebimento do Ofício nº SECRE-95/1.012, do Banco Central do Brasil, encaminhando relatórios sobre endividamento dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, referentes ao mês de março do corrente ano. (Diversos nº 72, de 1995).

– Recebimento do Ofício nº S/17, de 1995 (nº 411/95, na origem), de 4 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, solicitando licença prévia para que possa julgar a "exceção da verdade", em seu mérito, oferecida contra o Senador Bernardo Cabral.

**1.2.6 – Requerimentos**

– Nº 699, de 1995, de autoria do Senador Sebastião Rocha, solicitando licença por motivo de doença pelo período de 08 (oito) dias, a contar do dia 08.05.95. **Aprovado.**

– Nº 700, de 1995, de autoria do Senador Luiz Alberto Oliveira, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 85, de 1995, de sua autoria, que altera o art. 6º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e o art. 13 da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, que "dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre", e dá outras providências.

**1.2.7 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados**

– Nº 440, de 4 de abril último, encaminhando, em resposta ao Ofício SM nº 390/95, a verificação de erro material nos textos dos autógrafos, bem como da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 1991 (nº 3.146/91, naquela Casa), que regula a ação popular.

**1.2.8 – Discursos do Expediente**

**SENADORA BENEDITA DA SILVA** – Aumento da violência no Estado do Rio de Janeiro.

**SENADO LÚCIO ALCÂNTARA** – Transposição das águas do Rio São Francisco para a bacia do Rio Jaguaribe, com vistas a beneficiar o semi-árido nordestino.

**1.2.9 – Ofício**

– Nº 536/95, da Liderança do Partido Progressista – PP, na Câmara dos Deputados, referente à substituição de membros na

Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 980/95.

**1.2.10 – Apreciação de matérias**

– Requerimentos nºs 690 a 694, de 1995, subscritos pelos Srs. Antonio Carlos Valadares, Artur da Távola, Esperidião Amin, Benedita da Silva e Carlos Patrocínio, respectivamente, lidos em sessão anterior. **Aprovados.**

**1.3 – ORDEM DO DIA**

Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1994 (nº 2.581/92, na Casa de origem), que revoga artigos do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT que tratam da organização sindical. **Votação adiada** para a sessão do dia 07.06.95, nos termos do Requerimento nº 695/95.

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1994 (nº 751/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o direito de empregados que gozam de alguma forma de estabilidade definida em lei. **Aprovado o projeto**, nos termos do Requerimento nº 701/95, ficando prejudicado o substitutivo. À sanção.

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1995 (nº 3.844/93, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de equipamento de radiocomunicação em locomotivas. **Votação adiada** para a sessão do dia 08.06.95, nos termos do Requerimento nº 702, de 1995.

Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1995 (nº 411/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 11 de junho de 1993. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final.

Projeto de Lei do Senado nº 328, de 1991, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que disciplina as eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas. **Apreciação sobrestada** para pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Requerimento nº 703/95.

Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1993, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que altera o art. 48 da Lei nº 4.504, de 10 de novembro de 1964, para permitir a redução do imposto incidente sobre terras arrendadas. **Rejeitado**, após usarem da palavra os Srs. Jader Barbalho, Bernardo Cabral e Epitácio Cafeteira. Ao Arquivo.

Requerimento nº 638-A, de 1995, do Senadores Pedro Simon e Humberto Lucena, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 49 e 51, de 1995, por alterarem artigos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal. **Aprovado.**

Requerimento nº 639, de 1995, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta das Propostas de Emendas à Constituição nºs 1, 4 e 20, de 1995, que dispõem sobre medidas provisórias. **Aprovado**, tendo usado da palavra o Sr. Epitácio Cafeteira.

Requerimento nº 640, de 1995, do Senador Ronaldo Cunha Lima, solicitando, nos termos do art. 258, do Regimento Interno, a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 9 e 14, de 1995, por tratarem de matérias que versam o mesmo assunto. **Aprovado.**

Requerimento nº 642, de 1995, do Senador Jonas Pinheiro, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. **Aprovado**, tendo usado da palavra no encaminhamento de sua votação os Srs. Jonas Pinheiro e Eduardo Suplicy.

Requerimento nº 657, de 1995, do Senador Esperidião Amin, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 49, 51 e 55, de 1995, por tratarem de matérias que versam o mesmo assunto. **Aprovado.**

Requerimento nº 651, de 1995, do Senador Carlos Wilson, solicitando, nos termos regimentais, a criação de Comissão Temporária Interna do Senado Federal composta de sete titulares e sete suplentes, para, no prazo de 90 dias, inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação. **Aprovado**, tendo usado da palavra no encaminhamento de sua votação os Srs. Jader Barbalho, José Roberto Arruda e a Sra. Júnia Marise.

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1992 (nº 4.636/90, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 20 do Código de Processo Civil. **Aprovado.** À Câmara dos Deputados.

Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1993 (nº 283/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 28 de dezembro de 1992. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final.

Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 1994 (nº 347/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Sanidade Vegetal para Proteção de Zonas Fronteiriças e Intercâmbio de seus Vegetais e Produtos Derivados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Brasília, em 14 de abril de 1993. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final.

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1995 (nº 342/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Brasília, em 14 de abril de 1993. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final.

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1995 (nº 374/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Administrativa Mútua para a Prevenção, a Pesquisa e a Repressão às Infrações Aduaneiras, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em 18 de março de 1993. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final.

### 1.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

– Redações finais dos Projeto de Decreto Legislativos nºs 21 de 1995, 54 de 1993, 91, de 1994, e 7 e 8 de 1995, apreciados na Ordem do Dia da presente sessão. Aprovadas, nos termos dos Requerimentos nºs 704 a 708, de 1995, respectivamente. À promulgação.

### 1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

– SENADOR CASILDO MALDANER – A preservação da Mata Atlântica pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

– SENADORA EMILIA FERNANDES – Saudando a passagem dos 31 anos do jornal "Zero Hora", da cidade de Porto Alegre.

– SENADOR ADEMIR ANDRADE, com líder – Manifestando posição contrária à criação do imposto que irá financiar a saúde e a agricultura no País.

– SENADOR FLAVIANO MELO – Justificando a importância do Projeto SIVAM para a Amazônia, na obtenção de um desenvolvimento sustentado na região.

– SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Justificando projeto de decreto legislativo, de sua autoria, que encaminhará a Mesa, sustando o Decreto nº 1.480, de 03.05.95, por considerá-lo inconstitucional, ferindo o direito de greve previsto na Constituição Federal.

– SENADOR EDUARDO SUPLICY – Gravidade da situação do setor de calçados no Brasil, especialmente na cidade de Franca-SP. Expectativas diante da reativação da Câmara Setorial do Calçado, anunciada pela Ministra Dorotheia Werneck.

### 1.3.3 – Comunicação da Presidência

– Término do prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nºs 112, de 1992, 15, de 1993 e 81, de 1994, (nºs 2.802/92, 170/87 e 3.434/92, na Casa de origem, respectivamente), sendo que ao Projeto de Lei nº 112/92, foram oferecidas 02 (duas) emendas e aos demais não foram oferecidas emendas.

### 1.4 – ENCERRAMENTO

### 2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 54ª Sessão, realizada em 08.05.95 e publicada no DCN (Seção II) de 09.05.95.

### 3 – ATAS DE COMISSÃO

– 6ª a 9ª Reuniões Extraordinárias, realizadas em 06, 12, 20 e 27 de abril de 1995, respectivamente.

### 4 – MESA DIRETORA

### 5 – CORREGEDOR E CORREGEDORES SUBSTITUTOS

### 6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

### 7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

### 8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## Ata da 56ª Sessão, em 9 de maio de 1995

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney; Teotônio Vilela Filho, Júlio Campos;  
Levy Dias e Romeu Tuma*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Emilia Fer-

nandes – Epitácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Roberto Arruda – José Bianco – José Eduardo

Dutra – José Fogaça – José Ignacio Ferreira – José Sarney – Julio Campos – Junia Marise – Leomar quintanilha – Levy Dias – Lucidio Portella – Lucio Alcantara – Ludio Coelho – Luiz Alberto de Oliveira – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Junior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Osmar Dias – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Romero Juca – Romeu Tuma – Sergio Machado – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Vilson Kleinubing – Waldeck Ornelas.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotônio Vilela Filho) – A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antônio Carlos Valadares, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE

**OFÍCIO DO 1º SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ENCAMINHANDO À REVISÃO DO SENADO AUTÓGRAFO DA SEGUINTE MATÉRIA:**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 1995**

(Nº 2.304/91, na Casa de origem)

**Cria a Carteira de Identidade Única.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Carteira de Identidade Única, cuja expedição obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 2º A Carteira de identidade Única será emitida pelos órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 3º A Carteira de Identidade Única conterá os seguintes elementos:

I – Armas da República e inscrição "República Federativa do Brasil";

II – nome da Unidade da Federação;

III – identificação do órgão expedidor;

IV – registro geral no órgão emissor, local e data de expedição;

V – nome, filiação, local e data de nascimento do identificado, naturalidade, estado civil, bem como, de forma resumida, a comarca, cartório, livro, folha e número do registro de nascimento;

VI – fotografia, no formato 3x4cm, assinatura e impressão digital do polegar direito do identificado;

VII – assinatura do dirigente do órgão expedidor.

Parágrafo único – À medida que forem obtidos, serão incluídos, na Carteira de Identidade Única, os seguintes dados:

I – número do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

II – número do título de eleitor e respectiva zona eleitoral;

III – número e validade da Carteira Nacional de Habilitação;

IV – número de inscrição no Programa de Integração Social – PIS, ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP;

V – Certificado de Reservista;

VI – número da Carteira de Trabalho;

VII – número de inscrição no Instituto Nacional da Seguridade Social.

Art. 4º Para a expedição da Carteira de Identidade Única, será exigida do interessado a apresentação da certidão de nascimento ou de casamento, e dos documentos que porventura já possua, dentre os relacionados no parágrafo único do artigo anterior.

Parágrafo único A inclusão dos demais dados referidos no parágrafo único do art. 3º será feita mediante apresentação do do-

cumento respectivo, perante o órgão emissor referido no art. 2º desta lei.

Art. 5º A apresentação dos documentos a que se refere o art. 4º desta lei poderá ser feita por cópia regularmente autenticada.

Art. 6º A Carteira de Identidade Única tem fé pública e validade em todo o território nacional.

§ 1º Deverá haver na Carteira espaço para as anotações referentes a cada um dos documentos relacionados no parágrafo único do art. 3º desta lei;

§ 2º A Carteira fará prova de todos os dados nela constantes, desde que regularmente incluídos, nos termos desta lei;

§ 3º Quando não houver regular anotações de qualquer dos dados referidos no parágrafo único do art. 3º desta lei, a Carteira não terá validade em relação ao mesmo.

Art. 7º O Poder Executivo aprovará o modelo da Carteira de Identidade Única e regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 8º As Carteiras de Identidade emitidas anteriormente à vigência desta lei continuarão válidas em todo o território nacional, facultado ao interessado requerer a expedição da Carteira de Identidade Única.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

### PARECERES

**PARECER Nº 302, DE 1995**

**Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1991, de autoria do Senador Almir Gabriel, que "dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências".**

**Relator: Senador Casildo Maldaner**

O Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1991, foi apresentado com o objetivo de preencher a lacuna então existente no escopo da regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Seguridade Social.

A Constituição de 1988 implantou, como se sabe, várias mudanças de ordem social, instituindo o conceito de Seguridade e fixando várias normas relativas ao seu custeio e aos benefícios assegurados. Fixou também o prazo de um ano para regulamentação da matéria e de mais 18 meses para implantação definitiva da nova sistemática.

Na parte relativa à Previdência Social, deveriam ter sido editadas, até outubro de 1989, as respectivas leis de custeio e de benefícios. Ocorre que, até início de 1991, estas leis ainda não eram realidade.

Assim, em março de 1991, o então Senador Almir Gabriel apresentou o PLS nº 23/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui seu Plano de Custeio (também apresentou o PLS nº 22/91, instituindo o Plano de Benefícios Previdenciários).

O Projeto de Lei do Senado nº 23 foi analisado pela Comissão de Assuntos Sociais, resultando na aprovação do Parecer nº 52, de 1991, de autoria do ilustre Senador Ronaldo Aragão. Seguindo para deliberação do Plenário, o Projeto foi objeto de duas emendas, que tiveram parecer contrário do relator.

Em fins de maio de 1991, o Projeto de Lei estava em condições de ser incluído na pauta de votações do Senado.

Ocorre que, em meados do mesmo ano, foi editada a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, tratando da mesma matéria, ou seja, organização da Seguridade Social e Plano de Custeio (a Lei nº 8.213, que institui o Plano de Benefícios da Previdência Social,

também foi editada na mesma data). Com isso, foi prejudicada a tramitação do PLS nº 23, de 1991.

Cabe ressaltar, ademais, que, muito mais que dispor da mesma matéria, a Lei nº 8.212/91 regulamenta a questão praticamente nos mesmos moldes do Projeto proposto pelo nobre Senador Almir Gabriel.

Nesse contexto, embora reconhecendo a relevância do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1991, entendemos que ele encontra-se prejudicado em face da vigência da Lei nº 8.212/91. Assim, somos por sua rejeição.

Sala das Comissões, 11 de abril de 1991. – Beni Veras, Presidente – Casildo Maldaner, Relator – Jonas Pinheiro – Waldeck Ornelas – José Alves – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Romero Jucá – Benedita da Silva – Carlos Wilson – Antonio Carlos Magalhães – Joel de Holanda – Emília Fernandes – Ronaldo Cunha Lima – Osmar Dias.

#### PARECER Nº 303, DE 1995

Na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1992 (nº 636-B, de 1991, na Casa de origem), que "Acréscena parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.969, de 11-12-73, tornando inexigível, antes de decisão terminativa do recurso interposto à Comissão Especial de Recurso do PROAGRO, a dívida oriunda do crédito rural".

Relator: Senador Leomar Quintanilha

#### Relatório

Trata-se de proposição originária da Câmara dos Deputados na qual o seu autor, o ilustre Deputado Pedro Abrão, acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.969, de 11-12-73, tornando inexigível a dívida do crédito rural antes da decisão terminativa dos recursos interpostos à Comissão Especial de Recursos do PROAGRO.

Fundamentando a proposta, o ilustre autor argumenta que as instituições financeiras vêm sistematicamente executando os produtores antes da decisão da Comissão Especial, isto é, antes de se definir se os produtores têm ou não direitos aos benefícios do PROAGRO, já que este se destina a exonerá-los das dívidas por frustrações de suas atividades em caso de perdas de rendimentos motivadas por eventos adversos.

#### Análise

A proposição em análise é de grande propriedade. Defende que os débitos oriundos do crédito rural só possam ser cobrados após a manifestação da Comissão Especial de Recursos do PROAGRO, a quem incumbe em caráter terminativo o pronunciamento sobre a cobertura do seguro. Na realidade, busca-se atribuir efeito suspensivo ao recurso tempestivamente interposto à citada Comissão Especial, vedando ao agente financeiro, até decisão final da-quele colegiado, a cobrança dos capitais mutuados.

Se não é justo cobrar do cliente a liquidação da dívida antes da decisão de seu pedido de indenização de perdas, também não se pode penalizar o agente financeiro, obrigando-o a aguardar por até cinco anos – prazo que se reserva o gestor do PROAGRO e que se estende ao órgão encarregado de proceder ao exame do pleito, no caso a Comissão Especial de Recursos – CER. O PROAGRO não pode ser utilizado como medida protelatória da dívida sob pena de inviabilizar o crédito rural.

Diante disso, mister se faz estabelecer prazo para que o órgão responsável pela análise do pedido de indenização de perdas se pronuncie.

Nesse sentido, através da Resolução 2.103, de 31-8-94, o Banco Central introduziu alterações nas normas do PROAGRO,

valendo destacar a obrigatoriedade de o agente prorrogar, pelo prazo de até 120 dias, o vencimento original da operação de crédito rural pendente de providências na esfera administrativa (Banco ou CER), desde que esteja em curso normal e a comunicação de perdas e o recurso à CER, quando for o caso, tenham sido apresentados tempestivamente.

Desta forma, visando resguardar o equilíbrio contratual entre o agente financeiro e o tomador de crédito, acreditamos que o projeto poderá ser aperfeiçoado com o estabelecimento de prazo para decisão sobre o seguro, na forma do substitutivo anexo.

#### EMENDA Nº 1-CAE (SUBSTITUTIVO)

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1992 (nº 636-B, de 1991, na Casa de origem), que "Acréscena parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.969, de 11-12-73, tornando inexigível, antes de decisão terminativa do recurso interposto à Comissão Especial de Recurso do Proagro, a dívida oriunda do crédito rural".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 6º .....

§ 1º As dívidas oriundas do crédito rural são inexigíveis antes da decisão terminativa dos recursos interpostos à Comissão Especial instituída por este artigo, que terá o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias para analisá-las.

§ 2º Considerar-se-á provido o recurso caso a CER não se pronuncie no prazo estabelecido no parágrafo anterior."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 4 de maio de 1995. – Gilberto Miranda, Presidente – Leomar Quintanilha, Relator – Osmar Dias – Carlos Patrocínio – Jefferson Peres – Fernando Bezerra – Beni Veras – Pedro Piva – Carlos Bezerra – Arlindo Porto – Lauro Campos – Vahmir Campelo – Jonas Pinheiro – Eduardo Suplicy – Ronaldo Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 1995

Institui o Vale do Leite e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Vale do Leite que o empregador, pessoa jurídica, entregará ao empregado com salário equivalente a até 3 (três) salários mínimos para compra de leite.

§ 1º Cada trabalhador terá direito a vales, na proporção de um litro de leite diário para cada uma das situações seguintes:

- a) gestação da mulher trabalhadora;
- b) gestação da esposa;
- c) responsabilidade por dependente menor de 2 (dois) anos.

§ 2º O direito ao recebimento do Vale do Leite dependerá de comprovação, junto ao empregador, das situações previstas no § 1º

Art. 2º O Vale do Leite, concedido nas condições e limites definidos nesta Lei, no que se refere à contribuição do empregador:

- a) não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos;

b) não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço;

c) não se configura como rendimento tributável do trabalhador.

Art. 3º Sem prejuízo da dedução como despesa operacional, a pessoa jurídica poderá deduzir, do Imposto de Renda devido, o valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do imposto de renda sobre o valor das despesas comprovadamente realizadas, no período-base, na concessão do Vale do Leite, até o limite de 10% (dez por cento) do imposto devido, na forma em que dispuser o regulamento desta lei.

Art. 4º A inobservância do disposto nesta Lei sujeita os responsáveis às penalidades previstas na legislação.

Art. 5º O poder executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

Duplo é o objetivo do Projeto de Lei ora apresentando. Pretende-se, de um lado, a melhoria da situação nutricional de parte da população de baixa renda. De outro lado, a proposta objetiva a estabilização do mercado do leite no país a preços mais elevados que os atuais, de modo, a fortalecer os setores pecuário e industrial, num período em que se acharão expostos à concorrência do Mercosul.

Nesse sentido, os alvos primeiros da propositura são a gestação e a primeira infância, beneficiadas ambas, nos termos colocados, com um litro de leite diário, em forma de vales utilizáveis na sua compra, custeados pelos empregadores.

É evidente que, sob esse ponto de vista, a medida não passa de uma paliativo, uma ação compensatória que não alcança as causas primeiras do problema da pobreza e da fome em nosso país. Uma solução definitiva deveria atacar, principalmente, as fontes do desemprego, da exclusão de parte importante da população do processo produtivo.

No entanto, a situação é hoje tão grave que paliativos podem assumir importância crucial para a sobrevivência das camadas mais pobres de trabalhadores. Uma alimentação adequada e suficiente no período pré-natal e nos primeiros anos de vida garante não apenas a saúde posterior mais a capacidade de aprendizagem do indivíduo, sendo, por conseguinte, fundamental para a formação de trabalhadores e, principalmente, de cidadãos.

Sob esse ponto de vista, parece-nos claro que uma renda mensal de até três meses mínimos é manifestamente insuficiente para prover uma família trabalhadora de quantidade adequada desse alimento fundamental que é o leite.

Os objetivos do Projeto não se esgotam, contudo, na assistência às crianças das famílias de trabalhadores mais pobres. Pretende, também, mediante a elevação da demanda por leite por propiciar, estabilizar os preços do produto em patamar mais elevado que o atual e fortalecer, dessa maneira, agroindústria de laticínios, bem como, o segmento de produtores rurais.

Como se sabe, o mercado do leite apresenta acentuado caráter cíclico: alternam-se períodos de produção escassa e preços elevados com outros de abundância de produto e preços irrisórios. A atualização da demanda reprime dos trabalhadores de baixa renda permitiria normalizar o mercado ou, aos menos, diminuir a amplitude das oscilações atuais de preços.

Objetar-se-á que a medida, caso convertida em lei, elevaria os custos das empresas brasileiras com pessoal, de maneira, que, se a competitividade do setor de lei e derivados ganharia com ela, a dos demais setores da economia decairia. A esse respeito, cabe lembrar, em primeiro lugar, que não é significativa a participação

dos trabalhadores de até três salários nos custos das empresas com pessoal. Em segundo lugar, a possibilidade de o empregador deduzir parcela de suas despesas com o programa do seu imposto de renda devido, reduz ainda mais a suposta carga do projeto sobre a classe empresarial. Finalmente, o ônus residual da distribuição de leite aos trabalhadores mais pobres deve ser confrontado com os benefícios, imensos, da medida.

A esse respeito, é necessário lembrar, a proposta em questão equivale a elevar o salário dos trabalhadores mais pobres em percentuais que variaram entre 10 e 30%. A diferença, no caso é que esse aumento está vinculado ao consumo de um alimento essencial à saúde nos primeiros anos de vida. Este aumento de salário, vinculado e indireto, não apresenta os inconvenientes sempre apontados quando se discute a puta e simples elevação do mínimo: não repercute sobre as faixas de salário mais elevadas e não incrementa o ônus do sistema previdenciário. Repercutiria, sim, intensamente, sobre as condições de sobrevivência, saúde e educação dos trabalhadores de baixa renda do país.

Essas razões por que apresentamos o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1995. – Senador Osmar Dias.

(À Comissão de Assuntos Sociais (decisão terminativa))

**O SR. PRESIDENTE** (Teotônio Vilela) – O projeto será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antônio Carlos Valadares.

É lido o seguinte

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 1995

**Altera inciso do art. 11 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, incluindo a dedução, na declaração de Imposto de Renda de pessoas físicas, do total das despesas efetivamente realizadas com instrução.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do art. 11 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 11. ....

V – todas as despesas efetivamente feitas com instrução do contribuinte e seus dependentes, envolvendo mensalidades escolares, uniformes, livros, materiais escolares e transporte escolar.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os efeitos financeiros que lhe são próprios a partir do exercício subsequente.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza atinge sobremaneira o empregado, o assalariado, aquele que tem retenção automática do imposto devido, no momento do seu pagamento. Presume-se, desta forma, que o imposto deve sofrer seus ajustes quando do término do exercício financeiro. Para tanto, existe com esse propósito a chamada Declaração de Ajuste, feita anualmente, onde são determinados os parâmetros complementares para a adequação do imposto realmente devido.

É sabido por todos da obrigação do estado em promover a educação aos cidadãos brasileiros. Todavia, esse preceito constitucional vem sendo dividido com a iniciativa particular, visto que o

governo não se encontra aparelhado e preparado para cumprir esse papel.

Ora, aquilo que deveria ser responsabilidade do estado acaba caindo sobre os ombros do cidadão. É justo que lhe seja transferida essa obrigação? Entendemos que não. A doutrina também entende que não, por isso mesmo já existe preceito legal para que o cidadão possa deduzir as despesas com instrução sua e de seus dependentes, mas restrita à 650 (seiscentas e cinquenta) UFIR.

Parece-nos que a lei em princípio procurou justiça fiscal, mas com os índices inflacionários a que estivemos sujeitos durante os últimos anos o valor das despesas com instrução, hoje, é muito superior à 650 UFIR. A diferença, que se pretende eliminar, acaba formando o montante que se vê tributado pelo imposto de renda. É aquela parte que a pessoa física está gastando para assumir a responsabilidade do estado que o governo acaba tributando também.

O projeto visa tão somente promover justiça fiscal e social, sem que isso agride os direitos de ambas as partes. Por isso, conto com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1995. — Senador Lúcio Alcântara.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.383 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

**Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências**

Art. 11. Na declaração de ajuste anual (art. 12) poderão ser deduzidos:

I — os pagamentos feitos, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas provenientes de exames laboratoriais e serviços radiológicos;

II — as contribuições e doações efetuadas a entidades de que trata o art. 1º da Lei nº 3.830(5), de 25 de novembro de 1960, observadas as condições estabelecidas no art. 2º da mesma lei;

III — as doações de que trata o art. 260 da Lei nº 8.069(6), de 13 de julho de 1990;

IV — a soma dos valores referidos no art. 10 desta lei;

V — as despesas feitas com instrução do contribuinte e seus dependentes até o limite anual individual de seiscentos e cinquenta UFIR.

§ 1º O disposto no inciso I:

a) aplica-se, também, aos pagamentos feitos a empresas brasileiras ou autorizadas a funcionar no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização e cuidados médicos e dentários, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas de natureza médica, odontológica e hospitalar;

b) restringe-se aos pagamentos feitos pelo contribuinte, relativos ao seu próprio tratamento e ao de seus dependentes;

c) é condicionado a que os pagamentos sejam especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro de Pessoas Jurídicas de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento.

§ 2º Não se incluem entre as deduções de que trata o inciso I deste artigo as despesas ressarcidas por entidade de qualquer espécie.

§ 3º A soma das deduções previstas nos incisos II e III está limitada a dez por cento da base de cálculo do imposto, na declaração de ajuste anual.

§ 4º As deduções de que trata este artigo serão convertidas em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês do pagamento ou no mês em que tiverem sido consideradas na base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto.

(À Comissão de Assuntos Econômicos (Decisão Terminativa))

**O SR. PRESIDENTE** (Teotônio Vilela Filho) — O projeto será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 697, DE 1995

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no Art. 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados, ao Presidente da Caixa Econômica Federal, através do Senhor Ministro da Fazenda, esclarecimentos sobre as seguintes questões:

1) Qual o volume de recursos que a Caixa Econômica Federal dispõe para a aplicação no setor habitacional durante o exercício de 1995 e a previsão para o de 1996, e de que fontes são provenientes esses recursos?

2) Quantas unidades habitacionais poderiam ser construídas com esse volume de recursos?

3) Quantas unidades habitacionais deverão ser financiadas pela Caixa Econômica Federal para mutuários de baixa renda, no decorrer deste ano?

4) Qual o déficit habitacional do Brasil, avaliado pela Caixa Econômica Federal, destacando o déficit de moradias na Região Nordeste e na Região Centro-Sul? No Nordeste, discriminar por Estado.

5) Qual o valor expresso em reais dos recursos liberados pela Caixa Econômica Federal no setor habitacional em todo o Brasil durante os anos de 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994 e 1995? Discriminar valores por Estado, destinados ao setor público e à iniciativa privada.

6) Qual o custo máximo aceito pela Caixa Econômica Federal para o financiamento ao setor público (Companhias de Habitação dos Estados e Municípios) de moradias populares que tenham um, dois ou três quartos, excluindo-se do montante as obras de infraestrutura?

7) Quantos imóveis construídos e financiados pela Caixa Econômica Federal não foram entregues aos interessados em cada Estado, e quais os reais motivos deste retardamento?

8) Qual a posição da Caixa Econômica Federal na adoção de um programa de distribuição de lotes urbanizados? Existe algum programa previsto ou em andamento?

9) Quanto ao custo da moradia popular no Brasil, qual o percentual médio incidente sobre o valor da prestação mensal relacionado com o item infraestrutura?

10) Qual o índice de inadimplência dos mutuários da Caixa Econômica Federal por Estado?

### Justificação

A habitação tem sido há muito um grande problema social no Brasil. Como homens públicos, temos o direito e o dever de lutar para garantir esse direito constitucional aos nossos concidadãos, assegurado no art. 23, item IX, da Constituição Federal.

Com a finalidade de dar conhecimento à Casa, e em defesa da execução imediata de programas habitacionais, com vistas à correção do déficit habitacional e proporcionar empregos no setor da construção civil, julgamos necessários os esclarecimentos aqui solicitados.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1995. – Senador Antônio Carlos Valadares.

(À Mesa, para decisão)

**O SR. PRESIDENTE** (Teotônio Vilela Filho) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antônio Carlos Valadares.

É lido o seguinte

### REQUERIMENTO Nº 698, DE 1995

Nos termos do art. 255, II, item 12, do Regimento Interno, requero que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1995, que estabelece regras para produção independente de energia elétrica e dá outras providências, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1995. – Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotônio Vilela Filho) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotônio Vilela Filho) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 990, de 5 de maio de 1995, que "dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

### SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Coutinho Jorge		Carlos Bezerra
Ronaldo Cunha Lima		Gilvam Borges
	PFL	
Francelino Pereira		Vilson Kleinübing
José Alves		Hugo Napoleão
	PSDB	
José Ignácio Ferreira		Lúcio Alcântara
	PDT	
Erandes Amorim		Sebastião Rocha
	PT	
Lauro Campos		José Eduardo Dutra

### DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco (PFL-PTB)	
Arolde de Oliveira		Roberto
Pessoa Albérico Cordeiro		João Iensen
	PMDB	
Jorge Wilson		Zila Bezerra
	PSDB	
Adroaldo Streck		Eduardo Mascarenhas

PPR

Jair Bolsonaro Benedito Guimarães

PDT

Miro Teixeira Giovanni Queiroz

BL (PL-PSD-PSC)

Elton Rohnelt Francisco Horta

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 09/05/95 – designação da Comissão Mista.

Dia 09/05/95 – instalação da Comissão Mista.

Até 11/05/95 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 20/05/95 – prazo final da Comissão Mista.

Até 04/06/95 – prazo no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotônio Vilela Filho) – Foi encaminhado à publicação parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, que conclui favoravelmente ao Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1992 (nº 636/91, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, tornando inextinguível, antes da decisão terminativa do recurso interposto à Comissão Especial de Recursos do PROAGRO, a dívida oriunda do crédito rural.

A matéria ficará sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotônio Vilela Filho) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/18, de 1995 (nº 1004/95, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, solicitação para que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul – LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1995.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotônio Vilela Filho) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 1005/95, de 8 do corrente, encaminhando, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul relativa ao pedido de alteração do percentual de rolagem de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1995.

O expediente será anexado ao processado do Ofício nº S/14, de 1995, e despachado à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotônio Vilela Filho) – De acordo com as indicações das Lideranças, a Presidência designa os membros da Comissão Temporária, criada através do Requerimento nº 480, de 1995, destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando o desenvolvimento do Vale do São Francisco.

### SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Humberto Lucena		Ney Suassuna
Renan Calheiros		Fernando Bezerra
	PFL	
Waldeck Ornelas		Joel de Hollanda
José Alves		Francelino Pereira
	PSDB	
Beni Veras		Carlos Wilson
	PPR/PP/PTB/PT	
Arlindo Porto		Osmar Dias
Roberto Freire		José Dutra

**O SR. PRESIDENTE** (Teotônio Vilela Filho) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº SECRE-95/1.012, encaminhando relatórios sobre o endividamento dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, referentes ao mês de março do corrente ano.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos para conhecimento. (DIVERSOS Nº 72, de 1995)

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº s/17, de 1995 (nº 441/95, na origem), de 4 do corrente, solicitando, nos termos do art. 53, § 1º, da Constituição Federal, licença prévia para que possa julgar a "exceção da verdade", em seu mérito, oferecida contra o Senador Bernardo Cabral.

A matéria será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotônio Vilela Filho) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 699, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 43, inciso-I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença por motivo de doença, instruída com laudo de inspeção de saúde onde estarei impossibilitado de comparecer às sessões do Senado pelo período de 8 (oito) dias a contar da data deste requerimento.

Cordialmente,

Sala das Sessões, 8 de maio de 1995. – Senador **Sebastião Rocha**.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotônio Vilela Filho) – O requerimento está devidamente instruído com atestado médico, previsto no art. 43, I, do Regimento Interno.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

*O Sr. Teotônio Vilela Filho, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 700, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 256, alínea a do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei nº 85 de 1995, de minha autoria, que altera o art. 6º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que "Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo,...", e o art. 13 da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, que "Dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre", e dá outras providências.

Sala das Sessões, 28 de abril de 1995. – Senador **Luiz Alberto Oliveira**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O requerimento será publicado e incluído em Ordem do Dia posteriormente.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício Antônio Carlos Valadares.

É lido o seguinte

SGM-P 440/95

Brasília, 4 de maio de 1995

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. SM/390, de 10 de abril de 1995, levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 4.571/89, do Senado Federal (nº 384/89 nessa Casa), foi prejudicado, em virtude da aprovação do Projeto de Lei apensado a este, de número 3.146/89, (nº 133/91 no Senado), de autoria do Sr. Deputado Tito Costa, que "regula a ação popular", proposição essa encaminhada à revisão do Senado, através do Of. PS-GSE/386, de 11 de dezembro de 1991.

Todavia, cumpre-me comunicar a Vossa Excelência a verificação de erro material nos textos dos autógrafos, bem como da redação final do projeto aprovado:

Onde se lê:

"Art. 6º A ação popular será proposta contra o agente que praticou o ato final ou subscreveu o contrato, e seus beneficiários, podendo ser requerida a citação, para integrar a lide, das pessoas que houverem participado do ato ou do contrato impugnado, mediante autorização, aprovação, ratificação, homologação, aditamento ou avaliação, ou que, por omissão, tenham concorrido para sua efetivação."

Leia-se

"Art. 6º A ação popular será proposta contra o agente que praticou o ato final ou subscreveu o contrato, e seus beneficiários, podendo ser requerida a citação, para integrar a lide, das pessoas que houverem participado do ato ou do contrato impugnado, mediante autorização, aprovação, ratificação, homologação, aditamento ou avaliação, ou que, por omissão, tenham concorrido para sua efetivação."

Parágrafo único – Excluem-se das disposições deste artigo as autoridades, funcionários e administradores, quando o ato impugnado tiver natureza normativa infraconstitucional e a respectiva participação decorrer de:

I – opinião, palavra ou voto emitido no desempenho de mandato de representação popular; ou

II – manifestação de caráter opinativo no exercício regular de função pública."

Onde se lê:

"Art. 8º....."

§ 1º Os autores que abandonarem a causa, nos termos deste artigo serão condenados nas custas devidas e até o momento do abandono e em 10% (dez por cento) de honorários sobre o valor de causa, arbitrado pelo Juiz, na forma do artigo 23 desta Lei."

Leia-se:

"Art. 8º....."

§ 1º Os autores que, por má fé, abandonarem a causa, nos termos deste artigo serão condenados nas custas devidas e até o momento do abandono e em 10% (dez por cento) de honorários sobre o valor da causa, arbitrado pelo Juiz, na forma do artigo 23 desta Lei."



**Onde se lê:**

"Art. 23. A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação condenará o autor popular e seus litisconsortes em honorários de advogado em base razoável, sobre o valor do ato ou contrato impugnado, e se for de valor inestimável, o Juiz arbitrará os honorários no mínimo de 1000 (um mil) Obrigações do Tesouro Nacional - OTNs, além das custas, salários de Perito, despesas judiciais e extrajudiciais diretamente relacionadas com a ação e comprovadas nos autos."

**Leia-se:**

"Art. 23. A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação proposta com evidente má fé, condenará o autor popular e seus litisconsortes em honorários de advogado, tomando por base para sua fixação, a complexidade da causa, além das custas, salários de Perito, despesas judiciais e extrajudiciais diretamente relacionadas com a ação e comprovadas nos autos."

**Onde se lê:**

"Art. 32. A ação popular prescreve em 5 (cinco) anos, a contar da data do ato ou contrato impugnado, só se interrompendo com o ajuizamento da ação, com a sentença e com o julgado de última instância."

**Leia-se:**

"Art. 32. A ação popular prescreve em 5 (cinco) anos, a contar da data do ato ou contrato impugnado, só se interrompendo com o ajuizamento da ação."

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência manifestações de elevada estima e apreço. - Deputado **Luís Eduardo**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) - O expediente será anexado ao processado da matéria em referência e despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Codificação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva, por cessão do Senador Gilvam Borges.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, na verdade, hoje, eu gostaria de falar a respeito da privatização, ou melhor, da flexibilização do petróleo, segundo os argumentos do nosso Presidente.

Lamentavelmente, o Estado do Rio de Janeiro, nesse final de semana, deu um *show* à parte no que diz respeito à criminalidade. Eu não poderia, como representante daquele Estado, deixar de estar aqui para compartilhar com esta Casa de um sentimento que nos assola, moradores do Estado do Rio de Janeiro.

Nem todos sabem, mas temos muito medo de que não seja ajustada uma política de segurança pública e que fiquemos entre a ineficiência do Poder Público e a eficiência do crime organizado.

A Secretaria de Segurança do nosso Estado já constatou as suas dificuldades para conter a criminalidade. Tivemos um momento de operação em que a intervenção militar foi um fato relevante, mas não o mais importante. Dizia eu, naquela época, que aquela ação era dura, mas de um efeito altamente psicológico, porque tínhamos que ter uma atuação democrática do Poder Público que inibisse a violência. E isso só podemos garantir quando temos um fortalecimento da cidadania. E o que é fortalecimento da cidadania senão a participação do povo, a participação da população no implemento das políticas? Porque obriga o Estado a exercer a sua função.

Temos visto, ao longo do tempo, novos governos se instalando e constatamos que há por parte dos mesmos o interesse pelo grande capital e um enorme abandono social. Estamos verificando, que a violência - que não é causa, e sim efeito - está acontecendo todos os dias e não temos a solução para esse grande problema. Na verdade, o problema é estrutural, decorre de uma ineficiência conjuntural.

Estamos vivendo esse problema no Rio de Janeiro e também, por que não dizer, no resto do Brasil. Não podemos aceitar que o Estado tenha apenas uma visão apenas autoritária, militarista e repressiva; ele tem outras responsabilidades. Não podemos aceitar também apenas a ação das forças democráticas, corretas na defesa dos direitos humanos, mas exageradas nas críticas às causas econômicas e sociais da violência. Não podemos permitir, de forma alguma, que essa dificuldade continue desafiando o Poder Público e cada um de nós que temos responsabilidade pública.

Temos, nesse momento, que derrubar mitos; não podemos aceitá-los na questão da violência. A abordagem genérica não vai ajudar a resolver a questão. Temos a necessidade de fazer um debate profundo, consciente e leve, destacando a importância do crime organizado.

Não podemos aceitar a medida do Estado autoritário, repressivo, militarista; e não podemos também apenas falar dos direitos humanos sem garantir que a população esteja tranqüila, seja qual for a classe social.

A abordagem genérica não tem levado a uma ação estratégica para que o combate à violência possa ser amadurecido com propostas sociais. Temos que tratar a questão e destacar a importância do crime organizado, porque ele está muito mais vinculado a situações conjunturais do que à violência de origem social. Não podemos aceitar o entendimento de que o crime está de tal forma integrado no nosso País que não possamos combatê-lo.

Na minha avaliação, o crime pode acabar, podemos destruí-lo, mas ele é proporcional à ausência do Poder Público. Não vejo de outra forma, porque todas as vezes que o Poder Público agiu, garantindo democraticamente a cidadania, o crime foi combatido, em outras instâncias, em outras situações.

Por que, agora, nos sentimos abandonados? Temos a tarefa - eu, como representante do Rio de Janeiro, e os meus Pares -, nesta Casa, de lutar para que este País possa crescer. Mas constatamos, depois de uma semana de cansaço, a impotência diante da ausência do Poder Público e do crime organizado, com todas as suas manifestações, no Estado do Rio de Janeiro.

É para dar medo, mas temos que agir imediatamente. No Rio de Janeiro não tivemos ainda condições para implementar uma política de segurança pública. E, por falta dessa política de segurança pública, temos visto apenas o autoritarismo. Não é possível conviver com o autoritarismo, pois somos humanistas e como tal devemos tratar dessas questões.

Por essa razão, estamos nesta Casa defendendo, dentro das convicções que temos a respeito dos direitos humanos, a tese segundo a qual as pessoas não podem ficar expostas ao crime organizado, e o Poder Público deve exercer o seu papel.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, já tive a oportunidade de dizer que a ausência do Estado, do Poder Público, na verdade, é a maior responsável por tudo que estamos assistindo hoje.

**O Sr. Josaphat Marinho** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** - Com prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Josaphat Marinho** - Percebo o cuidado de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senadora, em colocar o problema da violência, especialmente no Rio de Janeiro. Não creio, como lhe parece, que haja condição de extirpar o crime. Se possível fosse, ele já não haveria em nenhuma parte do mundo. Pode, porém, ser reduzido, restrin-

gido, e, aí sim, V. Ex<sup>a</sup> tem razão: não basta a ação punitiva; é necessário criar condições sociais de produção, de desenvolvimento da economia em geral, de aumento da cultura, igualizando as pessoas para que as ações criminosas se reduzam. Em realidade, o que se apura — e se apura não aqui apenas, mas no mundo — é que só há um razoável cumprimento das leis na medida em que as pessoas se encontram mais ou menos iguais na satisfação de suas necessidades.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte.

Destacamos também a questão da impunidade. É um fator que nos leva a refletir sobre a questão do crime organizado, que, na verdade, tem modalidades diferenciadas: o narcotráfico, o assalto a banco, o seqüestro, a prostituição infanto-juvenil, a receptação de objetos roubados, o tráfico de bebês — sobre o qual já tive oportunidade de falar —, o desvio de verbas públicas, a lavagem de dinheiro.

Estamos vivendo em meio a tudo isso. Não se trata só dessa situação localizada, que acontece nas favelas, sobre a qual tomamos conhecimento através das primeiras páginas dos jornais. A lentidão da Justiça, dos processos judiciais e a falência do sistema penitenciário alimentam a criminalidade.

A sociedade está desmobilizada. O aparelho policial está inadequado, ineficiente. Há corrupção, há uma cultura da violência, transmitida pelos meios de comunicação. Estamos vivendo um momento difícil e singular. Temos que dismantlar esse centro de comando; temos que acabar com a rede de cumplicidade. Tenho certeza de que não acabaremos com o crime organizado neste País, mas poderemos diminuir suas manifestações na medida em que inibirmos, uma por uma, suas ações. Estas não ocorrem isoladamente; constatamos que, no Brasil, existem verdadeiras máquinas, e sabemos onde está o comando dessas máquinas: não apenas no que chamo de pivetes do crime organizado, pendurados nas favelas, mas nos palácios, no asfalto. É preciso combater a interferência, mediante os poderes chamados legais, desses comandos na sociedade.

**O Sr. Gerson Camata** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador.

**O Sr. Gerson Camata** — Senadora Benedita da Silva, acompanho, com o interesse com que o todo o Brasil deve fazê-lo, a fala de V. Ex<sup>a</sup>, Senadora pelo Rio de Janeiro. Traz V. Ex<sup>a</sup> ao Plenário do Senado Federal e à reflexão do País o drama que o Rio de Janeiro vive. Como há muitos anos não tenho oportunidade de ir ao Rio de Janeiro, pelo menos pelos jornais e pelas televisões acompanho o desenrolar dos fatos. Reflito sobre o assunto e, muitas vezes, receio que se estenda pelo Brasil o que lá está ocorrendo. V. Ex<sup>a</sup> focaliza, com conhecimento de quem vive no Rio de Janeiro, de quem conversa com suas autoridades, o fato de que, na verdade, há uma guerra de quadrilhas no Rio de Janeiro; bandos que se enfrentam. Lembro-me de que recentemente o motivo alegado pela Rússia para intervir na Chechênia foi o de que, naquele País, atrás do movimento de independência, haveria um covil de bandidos, onde era legal falsificar dinheiro, traficar drogas. Por isto o Governo da Rússia estaria invadindo o território da Chechênia: restabelecer o que seria a normalidade. O Rio de Janeiro — parece-me — já está quase no início de um processo de conflagração, em que expedições punitivas de bandidos de um morro marcham em direção ao outro morro. Há trocas, há volta de uns vingadores de um morro para o outro. É a população, que não está armada, que vive no Rio de Janeiro, fica pressionada entre os tiroteios. Assistimos a cenas de pessoas que abandonam suas casas, correm, fogem. V. Ex<sup>a</sup> enfoca o fato de as autoridades estarem desprepara-

das bem como o Judiciário. No entanto, preocupa-me o fato de que, segundo se informa, tudo começa com o tráfico de drogas. Quer dizer, o movimento financeiro, econômico do tráfico de drogas financia as armas, as lutas entre as quadrilhas, os seqüestros e os assaltos a bancos. No entanto, sabe-se que quem alimenta o traficante é a classe média alta do Rio de Janeiro, que vai ao morro comprar a droga. Se durante noventa dias, ou cento e oitenta, os viciados se abstivessem das drogas, certamente as quadrilhas entrariam em uma crise terrível e definhariam por falta de recursos. De modo que se trata de uma sociedade inteira que, pelo bem do Brasil, precisa meditar muito. Nós, brasileiros, temos que nos preocupar com o Rio de Janeiro, a grande vitrina do Brasil, queiram ou não. O Rio de Janeiro é a grande capital turística do Brasil. O que acontece lá reflete fora do Brasil, mas com o olho mais estendido para o Brasil do que para o Rio de Janeiro. Qualquer acontecimento ruim para o Rio de Janeiro também o é para Brasília, Vitória, Ceará, Bahia, para todos os Estados. Sendo assim, o interesse de todos os brasileiros deve, neste momento, alinhar-se à preocupação que V. Ex<sup>a</sup> coloca, nesta Casa, com tanta prudência, com tanto conhecimento, à reflexão e à meditação dos seus concidadãos brasileiros.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** — Agradeço o aparte a V. Ex<sup>a</sup>. É bom que coloquemos aqui essa questão, que é realmente importante e intensa, como pano de fundo.

Temos uma exclusão social. Não podemos fugir dessa questão, que é real. Temos o desemprego, o menor abandonado, a repressão, a discriminação, enfim, temos a ausência do Poder Público que ajuda o crime organizado, na medida em que aparece o "Robin Hood" da favela, local em que o crime organizado começa a ser uma fonte de renda, onde observamos pessoas que trabalham para esse crime, se sustentam e têm o seu salário a partir desse "emprego". Portanto, não há sequer uma perspectiva de vida para aquela criança que nasce e convive naquele meio e com aquela situação, porque falta vaga na escola, seus pais estão desempregados e há uma situação econômica que arrocha cada vez mais essa base da pirâmide social, à qual não pode nos abandonar no nosso discurso, nem tampouco no nosso dia-a-dia.

Por isso estou aqui. Entendo o esvaziamento econômico que o meu Estado está sofrendo e, em consequência disso, o aumento dos bolsões de miséria. Penso que o Governo do Estado deve ter uma ação imediata, prioritária, não apenas por se tratar de vitrina, mas por considerar que o Estado está sofrendo politicamente por falta de injeção de recursos a nível Federal. Queremos recuperá-lo política e economicamente. No entanto, estamos vendo intervenções que, na nossa avaliação, são demagógicas, porque sofrem um efeito apenas momentâneo, mas, na verdade, não estão nos dando a garantia de que precisamos. Sr. Presidente, há uma sofisticação do crime! Pergunto-lhes: para onde iremos? Nós, moradores em pânico, que assistimos, agora, o assassinato de praticamente sessenta e oito pessoas. As coisas não estão tão tranquilas! Não foi apenas briga de quadrilhas pura e simplesmente.

Existe, na atuação dos policiais mal remunerados, mal equipados, ações altamente exageradas; mesmo quando o sujeito se rende, eles têm o papel de fulminá-los, como assistimos frequentemente. Todo esse quadro depõe contra a formação das nossas crianças, dos adolescentes e dos adultos. Por isso as pessoas estão saindo, porque, de um lado, tem-se uma polícia e, do outro, bandidos armados até os dentes. Estamos vendo que essa operação é também de execução e não desmonta nada.

**O SR. PRESIDENTE (José Sarney)** — Nobre Senadora Benedita da Silva, lamento comunicar-lhe que V. Ex<sup>a</sup> dispõe de um minuto para concluir o seu pronunciamento.

**O Sr. Bernardo Cabral** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A. SRA. BENEDITA DA SILVA** – Estou concluindo, Sr. Presidente, lamentando profundamente não poder dar apartes aos meus nobres colegas.

Sr. Presidente, gostaria de falar um pouco a respeito dos Fuzis M-16 usados pelos traficantes, pois disseram ser iguais aos usados na guerra da Bósnia.

Sr. Presidente, isso é a guerra no Brasil! Não é guerra apenas no Estado do Rio de Janeiro, é no Brasil que essas coisas estão acontecendo. Mas, como essas armas chegam a esses lugares? Como é possível não termos ação de uma polícia reciclada, treinada, com um salário digno? Como há vazamento dessas operações? Como há essa extrapolação de competência?

Temos que ter uma ação conjunta das polícias, mas temos que ter uma ação também conjunta das políticas sociais.

Faço este apelo ao Presidente da República e não mais ao Governo do Estado: que haja recursos para o Estado do Rio de Janeiro armar a polícia e colocá-la em condição de igualdade com os marginais. Mas que não se esqueçam, também, dos bolsões de miséria, do esvaziamento econômico, da tristeza e da insegurança que é total.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara, por cessão do Sr. Senador Nabor Júnior.

*O SR. LÚCIO ALCÂNTARA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte

Of.Lid. PP nº 536/95

Brasília, 4 de maio de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a grata satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar, em substituição aos já indicados, como representantes do Partido Progressista junto a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória a seguir relacionada, os seguintes Deputados:

1) Medida Provisória nº 980/95

Titular: Deputado **Laprovita Vieira**

Suplente: Deputado **Renato Johnsson**

Sirvo-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Partido Progressista – PP.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Será feita a substituição solicitada.

Em sessão anterior, foram lidos os Requerimentos nºs 690 a 694, de 1995, dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Artur da Távola, Esperidião Amin, Benedita da Silva e Carlos Patrocínio, solicitando, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, sejam consideradas como licenças autorizadas suas ausências dos trabalhos da Casa nos períodos mencionados.

Os requerimentos deixaram de serem votados, naquelas oportunidade, por falta de **quorum**.

Em votação o Requerimento nº 690, de 1995, do Senador Antônio Carlos Valadares.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 691, de 1995, do Senador Artur da Távola.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 692, de 1995, do Senador Esperidião Amin.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 693, de 1995, da Senadora Benedita da Silva.

OS Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 694, de 1995, do Senador Carlos Patrocínio.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Passa-se a

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1994 (nº 2.581/92, na Casa de origem), que revoga artigos do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho – Parecer favorável, sob nº 187, de 1994, da Comissão

– de **Assuntos Sociais**.

(Dependendo de votação do Requerimento nº 695, de 1995, lido em Sessão anterior)

Em votação o Requerimento nº 695.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria voltará à Ordem do Dia na data estabelecida pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1994 (nº 751/91, na Casa de Origem), que dispõe sobre o direito de empregados que gozam de alguma forma de estabilidade definida em lei, tendo

Parecer sob nº 318, de 1994, da Comissão

– de **Assuntos Sociais**, favorável nos termos do Substitutivo que apresenta.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária de ontem.

Passa-se à votação do substitutivo, que tem preferência regimental.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte.

## REQUERIMENTO Nº 701, DE 1995

Nos termos do art. 311, alínea c, do Regimento Interno, requerio preferência para o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1994, a fim de ser submetido à apreciação do Plenário antes do Substitutivo.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1995. – **Eduardo Suplicy**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à votação do projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à sanção.

Fica prejudicado o substitutivo.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 1994**  
(Nº 751/91, na Casa de origem)

**Dispõe sobre o direito de empregados que gozam de alguma forma de estabilidade definida em lei.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os empregados, sindicalizados ou não, que gozem de alguma forma de estabilidade definida em lei, de caráter efetivo ou de suplência, não poderão ser dispensados, afastados ou suspensos de suas atividades laborais, antes de competente averiguação da falta grave a eles imputada, na Justiça competente, mediante sentença transitada em julgado.

§ 1º O empregador deverá ajuizar o inquérito para apuração da falta grave no prazo máximo de dez dias, contados da data da ocorrência do evento a apurar, sob pena de prescrição do direito de ação.

§ 2º No prazo referido no § 1º, a empresa deverá notificar o empregado sobre o ajuizamento do inquérito, a fim de proporcionar-lhe o mais amplo direito de defesa.

Art. 2º Fica assegurada a reintegração imediata, na atividade funcional anterior, ao empregado sindicalizado ou não, dotado de alguma estabilidade definida em lei, de caráter efetivo ou de suplência, que esteja dispensado, afastado ou suspenso, arbitrariamente ou em razão de falta grave a apurar, enquanto não transitar em julgado a sentença a ser proferida no inquérito judicial respectivo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Item 3:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1995 (nº 3.844/93, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de equipamento de radiocomunicação em locomotivas, tendo

Parecer favorável, sob nº 199, de 1995, da Comissão

– de **Serviços de Infra-Estrutura**.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária de ontem.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte

**REQUERIMENTO Nº 702, DE 1994**

Nos termos do art. 315, combinado com a alínea c do art. 279 do Regimento Interno, requeiro adiamento da votação do Projeto de Lei da Câmara nº 14/95, a fim de ser feita na sessão de 8-6-95.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1995. – **Ramez Tebet**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria retornará à Ordem do Dia na data estabelecida pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Item 4:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1995 (nº 411/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 11 de junho de 1993, tendo

Parecer favorável, sob nº 265, de 1995, da Comissão de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária de ontem.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, o projeto irá à Comissão Diretora para redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Item 5:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, DE 1991**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 91,

§§ 3º a 5º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 328, de 1991, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que disciplina as eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, tendo

Pareceres, sob nºs 393, de 1992, e 266, de 1993, da Comissão

– De **Constituição Justiça e Cidadania**, 1º **pronunciamento**: favorável ao Projeto e às Emendas de nºs 1 e 2-CCJ; 2º **pronunciamento**: contrário às Emendas de Plenário, com votos vencidos dos Senadores Jutahy Magalhães e Pedro Teixeira, em separado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte

**REQUERIMENTO Nº 703, DE 1995**

Nos termos do art. 335 do Regimento Interno, requeiro sobrestamento do estudo do Projeto de Lei do Senado nº 328, de 1991, a fim de aguardar a conclusão dos trabalhos da Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 518/94.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1995. – **Roberto Requião**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O requerimento lido será remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de acordo com art. 253 do Regimento Interno.

A matéria fica sobrestada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Item 6:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1993, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que altera o art. 48 da Lei nº 4.504, de 10 de novembro de 1964, para permitir a redução do imposto incidente sobre terras arrendadas.

– Parecer favorável, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ronaldo Aragão.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária de ontem.

Em votação.

**O SR. JADER BARBALHO** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jader Barbalho.

**O SR. JADER BARBALHO** (PMDB-PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o presente projeto, em que pese ser louvável quanto ao aspecto de mérito, de um modo geral, no meu entendimento e pelos dados estatísticos, ele não corresponderá a expectativa face a concentração fundiária no Brasil. Se levarmos em conta o número de propriedades rurais a serem abrangidas por este projeto e as consequências da redução do imposto, é diminuto, Sr. Presidente, e de difícil aplicação.

Portanto, a liderança do PMDB recomenda a rejeição do projeto, a rejeição do parecer. Essa é a recomendação, por entender que a repercussão em favor dessa política de arrendamento com redução do imposto – o ITR – terá consequências diminutas e a fiscalização, repito, por parte do Governo no sentido de efetivamente colocá-lo em prática, no meu entendimento, também não obterá resultados satisfatórios.

Por essa razão, a orientação da Liderança do PMDB é no sentido da rejeição.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O PMDB manifesta-se pela rejeição do Projeto.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PP-AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o eminente Senador Jader Barbalho tem razão. Além do problema estatístico, há uma dificuldade para que se faça uma fiscalização eficaz na evasão que evidentemente ocorrerá. Imagine V. Ex<sup>a</sup> como se controlaria a utilização desse benefício.

Não bastasse o fato de a arrecadação do ITR ser tão pequena, visto que esse imposto baseia-se em declaração feita pelo próprio contribuinte, há aquilo que dizia ainda há pouco da evasão fiscal. Aliás esse foi um assunto tratado ao longo da Assembléia Nacional Constituinte, o que me leva a acompanhar o voto da Liderança do PMDB e recomendar à Bancada do PP que sigamos o caminho da rejeição.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O PP manifesta-se pela rejeição do projeto.

**O SR. EPITACIO CAFETEIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EPITACIO CAFETEIRA** (PPR-MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como este, existem inúmeros outros projetos que, em determinado momento da Legislação anterior, foram colocados em votação, solicitando-se a um Senador – e não a uma Comissão – o encargo de proferir um parecer. O parecer do nobre Senador Ronaldo Aragão não passou por Comissão alguma.

Recomendo à Bancada do PPR a votação contrária à aprovação e solicito ainda à Mesa que examine casos dessa natureza, a fim de que não tenhamos que estar a cada dia a mostrar irregularidades na hora da apreciação do parecer, como o aqodamento com que essa matéria passou ao largo das Comissões para vir a plenário.

Agora, corremos o risco de aprovar coisas que, na realidade, precisam ser rejeitadas. Essa é a recomendação que faço à Mesa na hora em que ofereço nosso voto contrário à aprovação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – As ponderações do Senador Epitacio Cafeteira são procedentes, mas, infelizmente, a

Mesa não dispõe de instrumento legal para não deixar de submeter à apreciação do Plenário, uma vez que a matéria já se encontra totalmente instruída e incluída na pauta dos nossos trabalhos.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

É o seguinte o projeto rejeitado:

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, DE 1993

**Altera o art. 48 da Lei nº 4.504, de 10 de novembro de 1964, para permitir a redução do imposto incidente sobre terras arrendadas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 48 da Lei nº 4.504, de 10 de novembro de 1964, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 1º Se o latifúndio, por exploração ou dimensão, for, por seu proprietário, arrendado a trabalhadores rurais, o imposto sobre ele incidente será reduzido num percentual correspondente a três vezes o valor que pagaria a área arrendada.

§ 2º O arrendamento previsto no parágrafo anterior poderá ser feito ao Governo Federal, que o subarrendará.

§ 3º O arrendamento previsto nos parágrafos anteriores não será impedido por eventuais loteamentos de parte do latifúndio, prevalecendo para determinação da área arrendável a extensão da área indivisa."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já que o projeto foi rejeitado, quero dizer que votei a favor, porque se trata de um projeto de ex-Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Taquigrafia registrará a declaração de voto de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – **Item 7:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 638-A, de 1995, do Senadores Pedro Simon e Humberto Lucena, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 49 e 51, de 1995, por alterarem artigos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os projetos de resolução passam a tramitar conjuntamente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – **Item 8:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 639, de 1995, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta das Propostas de Emendas à Constituição nºs 1, 4 e 20, de 1995, que dispõem sobre medidas provisórias.

Em votação o requerimento.

**O SR. EPITACIO CAFETEIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra, para encaminhar, ao Líder do PPR, Senador Epitácio Cafeteira.

**O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA** (PPR-MA. Para encaminhar. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, é de minha autoria uma emenda a respeito do assunto. Todavia, não se trata de uma emenda ao artigo, mas de uma modificação no parágrafo único. Por isso, solicito à Mesa que inclua também essa proposta de emenda constitucional. Aqui constam três emendas, mas na realidade estão tramitando quatro emendas na Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Peço ao Senador Epitácio Cafeteira que formalize o pedido de tramitação em conjunto e mande à Mesa para ser submetido à votação conjuntamente.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

As Propostas de Emenda à Constituição n°s 1, 4 e 20 tramitarão conjuntamente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Item 9:

Votação, em turno único, do Requerimento n° 640, de 1995, do Senador Ronaldo Cunha Lima, solicitando, nos termos do art. 258, do Regimento Interno, a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição n°s 9 e 14, de 1995, por tratarem de matérias que versam o mesmo assunto.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

As Propostas de Emendas à Constituição n°s 9 e 14 passam a tramitar em conjunto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Item 10

Votação, em turno único, do Requerimento n° 642, de 1995, do Senador Jonas Pinheiro, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado n° 81, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Em votação o requerimento.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, para encaminhar a votação.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL-MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>. e Srs. Senadores, este projeto de autoria do nobre Senador Eduardo Suplicy é de máxima importância para o Brasil; e foi assim previsto na própria Constituição Brasileira.

Após a Constituição, as cooperativas ficavam sem uma lei que as ordenasse. E esse projeto nada mais faz do que ordenar o sistema cooperativista em todo o País, que passou por grandes momentos para lavrar uma lei que viesse modernizar o sistema no Brasil. O que estamos pedindo – e gostaria de também receber a aquiescência do nobre Senador Eduardo Suplicy – é que este projeto, esta atividade, por ter na sua essência atividade econômica, pudesse passar também pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado a fim de que aprofundássemos, se necessário for, o seu estudo.

Assim também já fizemos com relação a um projeto igual na Câmara dos Deputados. Por isso, pedíamos o apoio dos nobres Pares ao nosso requerimento, pois, com certeza, na Comissão de Assuntos Econômicos deveremos dar uma maior contribuição no sentido de aprofundar o debate, o estudo e a aprovação deste projeto.

Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT-SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, estou de acordo com a proposta do Senador Jonas Pinheiro. Acredito que a Comissão de Assuntos Econômicos poderá, de fato, examinar o mérito e aperfeiçoar o projeto que regulamenta as cooperativas, sobretudo as agrícolas, em nosso País. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Item 12:

Votação, em turno único, do Requerimento n° 657, de 1995, do Senador Esperidião Amin, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução n°s 49, 51 e 55, de 1995, por tratarem de matérias que versam o mesmo assunto.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Resolução n° 55 passa a tramitar em conjunto com os Projetos de Resolução n°s 49 e 51, de 1995.

**O SR. CARLOS WILSON** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CARLOS WILSON** (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Parece-me que a Mesa deixou de apreciar o Item 11 da pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Senhor Senador, V. Ex<sup>a</sup> nos desculpe. Realmente, houve antecipação do Item 12, em face de estar sendo examinado pela Assessoria da Mesa o Item 11 da pauta. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Item 11:

Votação, em turno único, do Requerimento n° 651, de 1995, do Senador Carlos Wilson, solicitando, nos termos regimentais, a criação de Comissão Temporária Interna do Senado Federal composta de sete titulares e sete suplentes, para, no prazo de 90 dias, inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação.

**O SR. JADER BARBALHO** – Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jader Barbalho.

**O SR. JADER BARBALHO** (PMDB-PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicitamos a palavra para manifestar a nossa concordância e solidariedade e cumprimentar o Senador Carlos Wilson pela oportunidade da presente proposta. Entendemos, inclusive, que será fundamental, quando o Congresso Nacional tiver oportunidade de discutir o Orçamento da União para 1996, estabelecer, à vista do relatório dessa Comissão, as prioridades para a conclusão de obras neste País.

Não é mais possível a sociedade brasileira continuar presenciando o início de novas obras ou o lançamento de novos programas, sem ver qualquer preocupação com as obras já iniciadas, existentes em toda parte deste País, e que, orçamento após orçamento, não são concluídas.

Entendo, portanto, que a proposta do Senador Carlos Wilson é da maior pertinência e ajudará muito o Congresso na elaboração do Orçamento para 1996. Recomendo à Bancada do PMDB a sua aprovação.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** (PP-DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a aquiescência do Líder do PP, Senador Bernardo Cabral, gostaria de manifestar a nossa concordância com essa proposta.

Recentemente, em uma troca de idéias com Parlamentares mais experientes do Congresso Nacional, e, ainda hoje, falando com pessoas com grande experiência na vida política do País, ficamos sabendo que, no passado, a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, e especificamente membros do Senado, antes de aprovar determinadas emendas e de destinar recursos a obras públicas no Brasil – isso foi lembrado inclusive pelo Senador Antonio Carlos Magalhães –, visitava e vistoriava as obras, até para verificar se elas existiam e se eram necessárias. Somente depois disso a Comissão de Orçamento se pronunciava.

O que vemos no País hoje – e o Senador Carlos Wilson, em recente pronunciamento, fez um inventário interessante disto – é que há centenas de obras, financiadas inteiramente pela União, ou com participação da União, que estão inconclusas. E o que se tem gasto com essas obras paradas, seja com multas contratuais, seja com despesas de manutenção de canteiros de obras, representa valores maiores do que seria necessário para concluí-las. Além disso, destinam-se recursos no Orçamento para o início de novas obras.

O requerimento do Senador Carlos Wilson é, na verdade, uma grande contribuição que o Senado pode dar ao País, para que sejam concluídas essas obras. Com a permissão do Senador Bernardo Cabral, encaminhamos favoravelmente a esse requerimento.

**A SRA. JÚNIA MARISE** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise.

**A SRA. JÚNIA MARISE** (PDT-MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, penso que em boa hora o Senado Federal vai aprovar a proposta de criação da Comissão temporária destinada a fazer o inventário das obras do Governo Federal.

Ao longo dos anos, temos tido a oportunidade de citar aqui grandes obras que envolveram milhões e milhões de cruzeiros e dólares e que ficaram inacabadas. É o caso da Ferrovia do Aço, uma das obras mais importantes, que, há 15 ou 20 anos, o Governo entendeu de realizar em Minas Gerais. Hoje, no entanto, ela está inacabada, ligando determinado lugar a lugar algum, como um retrato do mau investimento público em nosso País.

Portanto, a Liderança do PDT encaminha favoravelmente à proposta do Senador Carlos Wilson, recomendando, assim, à Bancada a aprovação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Item 13:

## SUBSTITUTIVO DO SENADO

### AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 1992

Discussão, em turno suplementar, do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1992 (nº 4.636/90, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 20 do Código de Processo Civil, tendo

Parecer sob nº 279, de 1995, da

– Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido.

Discussão, em turno suplementar, do Substituto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

**Redação do vencido, para o turno suplementar, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1992 (nº 4.636, de 1990, na Casa de origem), que, acrescenta parágrafo ao art. 20 do Código de Processo Civil.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 20 do Código de Processo Civil, instituído pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º

§ 6º Os honorários de advogados serão corrigidos nas mesmas bases e condições da atualização monetária dos débitos fiscais, a partir da data do evento ou da data do ajuizamento da ação, dependendo de ter sido ou não atualizado o valor dado à causa."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Item 14:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1993 (nº 283/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevidéu, em 28 de dezembro de 1992, tendo

Parecer favorável, sob nº 275, de 1995, da Comissão

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Item 15:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 1994 (nº 347/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Sanidade Vegetal para Proteção de Zonas Fronteiriças e Intercâmbio de seus Vegetais e Produtos Derivados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Brasília, em 14 de abril de 1993, tendo

Parecer favorável, sob nº 276, de 1995, da Comissão

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 16:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1995 (nº 342/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Brasília, em 14 de abril de 1993, tendo

Parecer favorável, sob nº 277, de 1995, da Comissão

– de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 17:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1995 (nº 374/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Administrativa Mútua para a Prevenção, a Pesquisa e a Repressão às Infrações Aduaneiras, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em 18 de março de 1993, tendo

Parecer favorável, sob nº 278, de 1995, da Comissão

– de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.**

Sobre a mesa, pareceres oferecendo as redações finais de proposições aprovadas na Ordem do Dia, na presente sessão, e que, nos termos do parágrafo único do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

São lidos os seguintes

#### **PARECER Nº 304, DE 1995**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1995 (nº 411, de 1994, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1995 (nº 411, de 1994, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 11 de junho de 1993.

Sala de Reuniões da Comissão, 9 de maio de 1995. – José Sarney, Presidente – Julio Campos – Relator – Antônio Carlos Valadares – Teotônio Vilela Filho.

#### **ANEXO AO PARECER Nº 304, DE 1995**

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1995 (nº 411, de 1994, na Câmara dos Deputados).**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1995**

**Aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 11 de junho de 1993.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 11 de junho de 1993.

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem modificação do Acordo, bem como quaisquer atos que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### **PARECER Nº 305, DE 1995**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1993 (nº 283, de 1993, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1993 (nº 283, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 28 de dezembro de 1992.

Sala de Reuniões da Comissão, 9 de maio de 1995. – Teotônio Vilela Filho, Presidente – Renan Calheiros, Relator – Levy Dias – Antônio Carlos Valadares.

#### **ANEXO AO PARECER Nº 305, DE 1995**

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1993 (nº 283, de 1993, na Câmara dos Deputados).**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1995**

**Aprova o texto de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa celebrado entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 28 de dezembro de 1992.**

O Congresso Nacional decreta:



Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 28 de dezembro de 1992.

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do referido Acordo, bem como quaisquer atos que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### **PARECER Nº 306, DE 1995**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 1994 (nº 347, de 1993, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 1994 (nº 347, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprovou o texto do Acordo sobre Sanidade Vegetal para Proteção de Zonas Fronteiriças e Intercâmbio de seus Vegetais e Produtos Derivados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Brasília, em 14 de abril de 1993.

Sala de Reuniões da Comissão, 9 de maio de 1995. – Teotônio Vilela Filho, Presidente – Renan Calheiros, Relator – Antônio Carlos Valadares – Levy Dias.

#### **ANEXO AO PARECER Nº 306, DE 1994**

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 1994 (nº 347, de 1993, na Câmara dos Deputados).**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1995**

**Aprova o texto do Acordo sobre Sanidade Vegetal para Proteção de Zonas Fronteiriças e Intercâmbio de seus Vegetais e Produtos Derivados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Brasília, em 14 de abril de 1993.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre Sanidade Vegetal para Proteção de Zonas Fronteiriças e Intercâmbio de seus Vegetais e Produtos Derivados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Brasília, em 14 de abril de 1993.

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem modificação do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### **PARECER Nº 307, DE 1995**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1995 (nº 342, de 1993, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1995 (nº 342, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Brasília, em 14 de abril de 1993.

Sala de Reuniões da Comissão, 9 de maio de 1995. – Teotônio Vilela Filho, Presidente – Renan Calheiros, Relator – Antônio Carlos Valadares – Levy Dias.

#### **ANEXO AO PARECER Nº 307, DE 1995**

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1995 (nº 342, de 1993, na Câmara dos Deputados).**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, , Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1995**

**Aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Brasília, em 14 de abril de 1993.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Brasília, em 14 de abril de 1993.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### **PARECER Nº 308, DE 1995**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1995 (nº 374, de 1993, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1995 (nº 374, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Administrativa Mútua para a Prevenção, a Pesquisa e a Repressão às Infrações Aduaneiras, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em 18 de março de 1993.

Sala de Reuniões da Comissão, 9 de maio de 1995. – Teotônio Vilela Filho, Presidente – Renan Calheiros, Relator – Antônio Carlos Valadares – Levy Dias.

## ANEXO AO PARECER Nº 308, DE 1995

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1995 (nº 374, de 1993, na Câmara dos Deputados).**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1995

**Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Administrativa Mútua para a Prevenção, a Pesquisa e a Repressão às Infrações Aduaneiras, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em 18 de março de 1993.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação Administrativa Mútua para a Prevenção, a Pesquisa e a Repressão às Infrações Aduaneiras, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em 18 de março de 1993.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE (José Sarney)** – Os pareceres lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido e aprovado o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 704, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1995 (nº 411/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 11 de junho de 1993.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1995. – **Bello Parga – Levy Dias.**

**O SR. PRESIDENTE (José Sarney)** – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE (José Sarney)** – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido e aprovado o seguinte

## REQUERIMENTO Nº 705, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1993 (nº 283/93, na Casa de origem), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 28 de dezembro de 1992.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1995. – **Ramez Tebet.**

**O SR. PRESIDENTE (José Sarney)** – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE (José Sarney)** – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido e aprovado o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 706, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 1994 (nº 347/93, na Casa de origem), que aprova o texto do Acordo sobre Sanidade Vegetal para Proteção de Zonas Fronteiriças e Intercâmbio de seus Vegetais e produtos Derivados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Brasília, em 14 de abril de 1993.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1995. – **Ramez Tebet.**

**O SR. PRESIDENTE (José Sarney)** – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE (José Sarney)** – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido e aprovado o seguinte.

## REQUERIMENTO Nº 707, DE 1995

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1995 (nº 342/93, na Casa de origem), que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Brasília em 14 de abril de 1993.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1995. – **Ramez Tebet.**

**O SR. PRESIDENTE (José Sarney)** – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido e aprovado o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 708, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1995 (nº 374/93, na Casa de origem), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Administrativa Mútua para a Prevenção, a Pesquisa e a Repressão às Infrações Aduaneiras, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em 18 de março de 1993.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1995. – Ramez Tebet.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner.

V. Exª dispõe de 50 minutos.

**O SR. CASILDO MALDANER** (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trago para reflexão nesta tarde um tema que, para nós, de Santa Catarina, é de extraordinária importância.

Santa Catarina trabalha e quer trabalhar mais. Santa Catarina produz muito e quer produzir ainda mais riquezas. Santa Catarina contribui e quer contribuir muito mais para o progresso e para o desenvolvimento do nosso País. Tudo isso, evidentemente, acolado a um projeto equilibrado de proteção ambiental, do qual meu Estado não se furta a participar.

Para tanto, contudo, meu Estado deve contar com a atenção e o apoio das autoridades públicas federais. Do Governo brasileiro, espera-se a conciliação de políticas públicas arrojadas com uma legislação normativa esclarecida.

Entretanto, toda essa disposição de que o povo catarinense se orgulha e pela qual é admirado em todo o Brasil está prestes a ruir diante de tanto obstáculo. A vocação natural de Santa Catarina para a liderança econômica nacional está sendo injustamente torpedeada.

E, sem hesitação, podemos afirmar que a base de todo esse projeto de deterioração se sustenta, em grande medida, na equivocada legislação ambiental que ora vigora e regula o acesso do homem à Mata Atlântica. Considerada historicamente como autêntico santuário ecológico socioeconômico, a se estender sobre grande faixa de terras ao longo da costa brasileira, a Mata se vê hoje num impasse quase suicida.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Bancada catarinense no Congresso, especialmente neste Senado, ergue hoje a voz em uníssono para manifestar sua insatisfação com as normas que re-

gulam a exploração econômica nos ditos santuários ecológicos nacionais. Com uma rigidez que beira o irracionalismo, a legislação atual exclui taxativamente o homem de suas prioridades de proteção e preservação.

Trata-se do malfadado Decreto 750, de 10 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a exploração da vegetação da Mata Atlântica. Há mais de dois anos em vigor, o decreto, mais do que visar a disciplinar do acesso do homem à Mata, vedou abusadamente a participação do mesmo em qualquer projeto de parceria com a natureza local.

Como é do conhecimento de todos, o Decreto tinha como objetivo principal regular a exploração da Mata Atlântica, de modo a preservar sua existência contra múltiplos processos de devastação incontrolável. Ambientalistas brasileiros e estrangeiros vinham denunciando, há pelo menos duas décadas, a drástica subtração territorial e biológica a que estava sendo sujeita a Mata Atlântica em toda a sua vasta extensão ao longo da costa brasileira.

À época, talvez influenciados por uma onda moralista de preservação ecológica radical que invadiu o mundo inteiro, as autoridades brasileiras preferiram, politicamente, aderir ao movimento, sem atender à contrapartida de uma devida reflexão sobre o impacto socioeconômico nas regiões potencialmente afetadas.

Para ser mais preciso, o Governo brasileiro parece ter se sentido pressionado pelas diversas organizações governamentais e não-governamentais que, incessantemente, exigiam o "fechamento" da Mata Atlântica como única solução plausível contra os efeitos da destruição em marcha.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, ingenuamente cegos dentro de uma redoma ideológica que privilegiava o tombamento *tout court* de territórios identificados como patrimônios ecológicos, toda sorte de intelectuais, políticos e cidadãos comuns associados a entidades ambientalistas enveredaram por um caminho extremo de preservação da natureza.

Desse modo, considerada como patrimônio congelado, inerte e estático na linha do tempo e do espaço, a Mata Atlântica não teve a oportunidade de reivindicar sua participação na discussão como entidade autônoma. Em outras palavras, não teve a oportunidade de se expressar na voz de centenas de trabalhadores que dela extraem sua sobrevivência; mas a ela devotam um respeito quase religioso.

Portanto, imaginada como um ente destituído de um movimento próprio e historicamente determinado em sua interação com o homem e com as comunidades que ali vivem e sobrevivem, a Mata Atlântica se converteu, equivocadamente, em vitrine ecológica. Isolada de qualquer contato, se destinaria apenas à admiração distanciada dos olhos e da memória.

Na mente desses extremistas do verde, patrimônio ecológico se confunde com patrimônio cultural, o que resulta na deturpada equivalência de sentidos quando se imagina a preservação da Mata enquanto museu que conserva um estimado inventário de "objetos biológicos" em extinção. Numa versão mais sofisticada, se compararmos com a invenção dos sofríveis zoológicos no século XIX – sofríveis para os animais, é claro – os ecossistemas que nos sobram tendem a tomar a forma de uma excepcional geladeira botânica.

Contudo, se adotarmos tal visão, cometeremos um erro crasso na concepção de nosso mundo. Julgaremos o destino dos bens da natureza na artificial condição de proprietários objetivamente alheios de seu ciclo de desenvolvimento. Afastados de nossa relação de pertencimento, condenaremos à morte não só os diversos ecossistemas do planeta, mas também – o que é pior – o próprio homem. Sem nos incluirmos como parte necessariamente envolvida no processo de relacionamento com a natureza, invali-

daremos toda e qualquer iniciativa de preservação ambiental. Nesse sentido, confundiremos os conceitos de cultura e natureza de maneira absolutamente irresponsável.

Sr. Presidente, felizmente, com a velocidade das trocas de informações de que a mídia e a ciência se valem hoje, a política ambiental adquire novos parâmetros em sua conduta no mundo e no Brasil. Foram revistos diversos paradigmas, e abandonadas outras dezenas de doutrinas ortodoxas no campo da preservação ambiental.

Com efeito, a legislação que normatiza a exploração da Mata Atlântica trouxe nesses dois anos de aplicação inúmeros contratempos à população catarinense, sobretudo àquela que trabalha no campo dentro da área ambiental atingida. Sem a terra para plantar, os segmentos ruralistas se sentiram profundamente prejudicados pelo forte cerceamento imposto pelo decreto.

Com essa discriminação para com aqueles que mais se empenhavam em preservar a Mata Atlântica, reuniram-se em Santa Catarina, no início deste ano, os segmentos populacionais e as entidades direta ou indiretamente envolvidas com o assunto.

Em fevereiro, formou-se Grupo de Trabalho de alto nível, composto por representantes do meio rural, dos sindicatos de empresários e de trabalhadores, do IBAMA, do IBGE, de várias Organizações Não-Governamentais, órgãos de Governo e várias associações florestais. Competia ao Grupo discutir a obsolescência do decreto e procurar alternativas para o impasse.

Naturalmente, Sr. Presidente, o consenso se materializou na reivindicação conjunta de propor a alteração do Decreto nº 750. Segundo os relatórios divulgados pelo Grupo de Trabalho, as consequências lesivas do decreto se configuram, entre outras razões, na equivocada conceituação da Mata Atlântica em relação a seus limites geográficos e composição florística, haja vista que o decreto considera a Mata Atlântica no meu Estado, Santa Catarina, não só abrangente da Costa Atlântica, mas também de todo o Estado, até a fronteira com a Argentina; tudo é Mata Atlântica; não há limites.

Do ponto de vista da redação, ele peca pela incongruência de seus artigos no que concerne às possibilidades de uso ou proteção dos recursos florestais. Além disso, limita as possibilidades de expansão das áreas reflorestadas, necessárias ao suprimento de atividades industriais consumidoras de biomassa florestal.

No entanto, de tudo o que foi examinado, a consequência mais funesta para o povo catarinense tem sido o aumento do êxodo rural. Sem perspectivas de trabalho com a terra e com a vegetação enquadrada no patrimônio da Mata Atlântica, os camponeses vendem o pouco que lhes resta e partem sem esperança para a periferia de nossas cidades.

Ora, o decreto se esqueceu da preservação e da proteção do homem da terra. Ele cria dificuldade para a realização de atividades agro-silvo-pastoris tradicionais, historicamente desenvolvidas pelas populações rurais, que utilizam a prática do "pouso" como instrumento de fertilização e conservação do solo.

Por isso, Sr. Presidente, além de apontar os problemas da legislação atual, o Grupo de Trabalho fez questão de elaborar uma proposta de projeto que viesse a substituir em curto espaço de tempo o Decreto nº 750. Todavia, a iniciativa de revisão do mesmo é de competência do Governo Federal.

Entendemos que, com as alterações devidamente processadas, o projeto deve ser encaminhado pelo Governo ao Congresso Nacional, pois a Constituição, em seu art. 225, estabelece que a matéria deve ser objeto de lei e não de decreto.

Para acelerar o trâmite dessas alterações, Santa Catarina fez enviar, no último dia 19 de abril, ao Ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Gustavo Krause, nossa proposta de nova redação do Decreto nº 750.

Não é preciso frisar que a proposta conta com o mais sólido apoio de toda a sociedade catarinense representada no Congresso Nacional. Em destaque nesta Casa, a proposta tem como subscritores os colegas Esperidião Amin e Vilson Kleinübing, ilustres representantes de Santa Catarina, os quais comigo têm somado esforços no sentido de agilizar a revisão do Decreto nº 750.

Sem mais ocupar o tempo dos Srs. Senadores, quero apenas realçar que, graças à sensibilidade dos novos tempos, simbolicamente condensados nas iniciativas reivindicatórias do povo catarinense, a Mata Atlântica poderá voltar a ostentar uma dinâmica de equilíbrio com o homem talvez jamais testemunhada.

Tenho a convicção de que o momento atual está ávido por uma nova ordem de relacionamento do homem com o homem e deste com a natureza a que pertence. Por isso, a iniciativa de meu Estado vai inaugurar na prática uma nova política ambiental, cujas diretrizes conduzirão indubitavelmente interpretações bem mais sábias para o alcance equilibrado do homem com o seu meio ambiente.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o que gostaria de trazer, na tarde de hoje, a esta Casa. Uma proposta para, no mínimo, emergencialmente resolver-se a questão, porque estamos parados. Tudo isso tem a ver com o desenvolvimento, tudo tem a ver com o social. Estamos perplexos, as entidades governamentais e não-governamentais que realizaram a proposta, nós de Santa Catarina, os segmentos do Rio Grande do Sul, do Paraná, enfim, todos que habitam a Costa Atlântica. E, no caso do meu Estado, toda a região territorial, que é considerada Mata Atlântica pelo decreto.

Ainda hoje, o Prefeito do Município de Tapiranga, no meu Estado, na fronteira com a Argentina, me dizia: "Maldaner, temos muitas dificuldades; numa comunidade, para reformarmos um paiol ou qualquer coisa, temos que pedir autorização ao IBAMA. Em Chapecó, que fica no oeste catarinense, na fronteira com a Argentina, recomenda-se que se vá à capital Florianópolis e que se encaminhe o requerimento; de lá, muitas vezes mandam que se encaminhe a Brasília, para que autorizem ou verifiquem, atendendo ou não. E isso leva meses".

De forma, Sr. Presidente, que não há como mexer um galpão qualquer de uma comunidade se não houver autorização. Hoje, se alguém tiver que alterar qualquer coisa, essa pessoa tem que se cuidar, porque é perigoso. Qualquer outro ser, vegetal ou animal, tem mais proteção do que o próprio homem, segundo esse Decreto nº 750. Por isso, precisamos urgentemente alterá-lo, o que tem que ser feito por lei, é claro! Que o Governo mande um projeto a esta Casa, ao Congresso Nacional, para que nós o analisemos.

Já entregamos em conjunto o Fórum Catarinense, no Congresso Nacional, ao Ministro Gustavo Krause, para que S. Ex.<sup>a</sup> leve ao Presidente da República, a fim de que esse decreto seja emergencialmente alterado, para que se possa, no mínimo, coordená-lo melhor.

E qual seria a solução mais definitiva posteriormente? A descentralização. O Brasil é muito grande para que em um decreto, genericamente falando, preveja-se as funções de conservação do meio ambiente no meu Estado, no Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Norte, no Amazonas, ou em qualquer lugar.

Este País é muito grande, muito diverso; não há como fazermos um regulamento para que seja observado em todo o território nacional. Precisamos descentralizar, fazer com que os Estados participem da conservação do meio ambiente, do seu desenvolvimento sustentado; e os Estados, por sua vez, devem fazer o mesmo com relação aos seus Municípios. Dessa forma, daríamos mais agilidade ao desenvolvimento, para que ele também ocorresse em relação aos animais e aos vegetais. A parte humana deve estar entrelaçada nesse processo.

Por isso, Sr. Presidente, trago nesta tarde essa preocupação, que não é só minha, mas de todos, a fim de que, de uma vez por todas, sejamos mais pragmáticos na condução de um problema tão veemente.

Eram essas as considerações que queria fazer.  
Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Levy Dias, 3º Secretário.*

**A SRA. EMÍLIA FERNANDES** – Sr. Presidente, com base no art. 14, VII, do Regimento Interno, peço a V. Exª para fazer uma manifestação.

**O SR. PRESIDENTE** (Levy Dias) – V. Exª tem cinco minutos.

**A SRA. EMÍLIA FERNANDES** (PTB-RS. Para uma comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesta sessão, gostaria de fazer uso da palavra para saudar a passagem dos 31 anos de existência do jornal **Zero Hora**, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Atualmente o quinto maior jornal do Brasil, esse veículo de comunicação está entre os mais modernos do País, com abrangente linha editorial e projeto gráfico arrojado.

O sucesso desse empreendimento editorial deve-se, em grande parte, ao seu fundador, Maurício Sirotsky Sobrinho, idealizador do projeto e, até sua morte, líder pessoal do trabalho de construção não apenas do jornal, mas do Grupo RBS – de TV e rádio.

A presença de **ZERO HORA** atualmente em todo o Rio Grande é fruto também do compromisso de seus atuais diretores, Jaime Sirotsky – Presidente do Conselho de Administração –, Nelson Sirotsky – Diretor Presidente –, dos Vice-Presidentes Fernando Ernesto Correa, Pedro Sirotsky, Carlos Melzer e Marcos Dvoskin e também do Diretor Coordenador Editorial, Lauro Schirmer, e do Diretor de Redação, Augusto Nunes.

A importante função social de informar e de esclarecer a população gaúcha que **ZERO HORA** desempenha também se deve ao trabalho competente e de qualidade desenvolvido pelos profissionais de todas as áreas do jornal, desde a redação até a distribuição.

Em especial, destacando o espaço conquistado pelas mulheres na sociedade, e especialmente em **ZERO HORA**, onde ocupam funções importantes à frente de vários editoriais, quero citar a jornalista Ana Amélia Lemos, Diretora do Grupo RBS em Brasília, pelo seu trabalho em defesa de uma imprensa livre e dos interesses do Rio Grande do Sul.

Encerro, ressaltando a importância de **ZERO HORA** para o nosso Estado, desejando que se desenvolva cada vez mais, fortalecendo a liberdade de imprensa e o acesso da população ao direito de informar e ser informada.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Levy Dias) – A Presidência lembra ao Plenário que as inscrições para interpelar o Sr. Ministro do Planejamento e Orçamento José Serra continuam abertas.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Levy Dias) – Concedo a palavra a V. Exª por 20 minutos.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB-PA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de manifestar, em nome da Liderança do PSB, a nossa posição contrária ao que a mídia expõe quase como fato consumado.

O Governo Federal aperta todos os setores, mas há dois que estão realmente passando por uma extrema dificuldade: a Agricultura e a Saúde Pública. É evidente que também o setor de Transportes passa por mais dificuldades, e o Governo nega dinheiro para qualquer necessidade.

Recentemente, lançou-se uma campanha em que o Ministro da Saúde Adib Jatene e agora também o Ministro da Agricultura Andrade Vieira defendem a idéia de que volte a existir no Brasil o Imposto sobre Movimentação Financeira, o imposto sobre o cheque.

É evidente que fica muito fácil para o Ministro da Agricultura, dono de um dos maiores bancos privados deste País, acatar e defender uma proposta dessa espécie, colocando mais uma vez ou pretendendo colocar nas costas do cidadão brasileiro a responsabilidade pelos custos do financiamento agrícola e pelo atendimento ao setor de saúde.

É lamentável que o Ministro José Eduardo Andrade Vieira não questione o que os banqueiros nacionais estão recebendo dos impostos arrecadados do povo. Só este ano, o Governo Federal está pagando, de juros reais, R\$26 bilhões aos banqueiros nacionais.

Desejamos ouvir a explicação do Ministro José Serra a esse respeito no plenário do Senado, na próxima quinta-feira, dia 11.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por que não se questiona o serviço dessa dívida? Por que todos falam claramente que 20% de tudo o que está sendo arrecadado neste País está indo para as mãos dos banqueiros nacionais?

Em 1995, o Governo brasileiro toma dos banqueiros R\$181 bilhões e paga, ao mesmo tempo, R\$180 bilhões, restando desse processo, que se dá em operações mensais, um aumento da dívida interna de R\$26 bilhões, que correspondem aos juros que estamos recolhendo a esses banqueiros.

Portanto, o Partido Socialista Brasileiro entende que o Governo Federal deveria se preocupar, de imediato, com a reforma tributária, com a reforma fiscal. Deveria preocupar-se em buscar uma posição frente aos serviços das dívidas interna e externa, e não apertar e garrotear todos os setores desse Governo, que precisam de aplicação para o atendimento das necessidades da população, fazendo com que os responsáveis por esses setores recorram, mais uma vez, a um novo tipo de imposto, que é a retomada do IPMF, para sustentar a saúde e o financiamento da agricultura no nosso País.

Daquí a pouco, o Ministro dos Transportes vai pedir um novo IPMF, e todos os setores desfalcados e necessitados deste País solicitarão que se crie um novo imposto para sustentar as suas necessidades de aplicação de recursos públicos.

Nós, do Partido Socialista Brasileiro, no Senado e na Câmara Federal, já manifestamos, de antemão, a nossa posição contrária.

O Presidente Fernando Henrique está fazendo o seguinte: não dá o dinheiro, mas, ao mesmo tempo, não assume a paternidade da lei, dizendo que se o Congresso fizer, será muito bem-vinda.

É evidente que são de seu interesse atitudes desse tipo, que nós condenamos. Creio que o Congresso Nacional não permitirá a recriação desse imposto, mesmo sendo ele desejado por uma figura da capacidade, da coerência e do trabalho prestigiado de Adib Jatene, Ministro da Saúde.

Tenho certeza de que o Congresso Nacional não aceitará mais esse imposto. Devemos nos unir para analisarmos detalhadamente esse Orçamento, buscando verificar os pecados que estão sendo cometidos com o dinheiro da população ao ser paga essa enorme dívida interna brasileira, que, inclusive, é usada como instrumento no sentido de segurar o consumo. O Banco Central está tomando dinheiro dos banqueiros a um preço altíssimo, e os banqueiros, por sua vez, tomando o dinheiro da classe média alta des-

te País através de aplicações de CDBs, poupanças e outros títulos mais.

Dáí por que esperamos que o Governo se convença de que o *Ministro Adib Jatene* e o *Ministro José Eduardo Andrade Vieira* – banqueiro, colocado confortavelmente na situação em que se encontra – saibam, de antemão, que o Congresso Nacional, creio eu, não aceitará a criação desse novo imposto para o atendimento dessas necessidades.

Vamos reverter essa situação, buscando combater os imensos lucros que os banqueiros estão tendo por intermédio dos juros altíssimos pagos por essa dívida interna contraída.

Essa a nossa manifestação.

*Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Levy Dias, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos)** – Concedo a palavra ao nobre Senador Flaviano Melo.

**O SR. FLAVIANO MELO (PMDB-AC.** Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, só quem vive na Amazônia sabe o quanto é difícil nela sobreviver. É como amazônica que retomo, hoje, o debate a respeito do sistema de vigilância da região, o projeto SIVAM, tão combatido nas suas particularidades e esquecido quanto à essência e que, até agora, não conseguiu ser colocado em prática.

É preciso ter-se em mente, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, a situação da Amazônia. É uma região sofrida, incompreendida, explorada e mal assistida, representando quase dois terços do território nacional, com sua reserva biológica e mineral para o futuro e que, no entanto, ao longo dos anos, tem sido depredada de modo sistemático.

Os exemplos são abundantes, vindos desde o Ciclo da Borracha, que tantas divisas representou para o Brasil, mas tão pouco ou quase nada trouxe de benefícios para a região, hoje na humilhante situação de indigência, conforme testemunham as atuais condições de vida dos seringueiros e demais habitantes locais.

Os desmatamentos avançam, especialmente com a pecuária extensiva e a exploração madeireira irracional.

A política de uso dos seus recursos minerais é feita sem sustentação na realidade.

O garimpo descontrolado, a omissão ou má ação governamental, nessa área, dão margem à exploração do homem pelo homem, à poluição e depredação do meio ambiente, à evasão de riquezas não retomáveis, à miséria, à pobreza e ao aviltamento do seu povo.

Os índios da região, vítimas naturais do processo de depredação, continuam a ter suas áreas invadidas e, como a maioria dos habitantes locais, estão na miséria, com fome, vítimas das mais diferentes doenças.

Há ainda denúncias de que a Amazônia está em vias de transformar-se em pólo abastecedor a serviço do narcotráfico. O seu isolamento, dificuldades de acesso, pobreza, vizinhança com países que cronicamente padecem dos males da droga levam a região a essa ameaça.

Atualmente, por exemplo, no sul da Amazônia, em sua fronteira com o Peru e a Bolívia, e na região do alto Rio Negro, na divisa com a Colômbia, a presença do narcotráfico é extremamente forte.

Paralelo a tudo isso estão as mais diversas ações governamentais ou da iniciativa privada, realizadas de forma inadequada à realidade local e que, assim, redundaram em sucessivos fracassos ou não tiveram resultados compensadores. Cito como exemplos a

Transamazônica, a Perimetral Norte, o Projeto Jari, além de hidrelétricas, projetos de colonização, entre muitos outros.

Uma simples análise do quadro, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, leva à conclusão de que a Amazônia, definitivamente, não aceita ações isoladas ou políticas individualizadas. A região precisa, sim, de políticas adequadas e globais baseadas em informações concretas e corretas sobre a sua realidade.

Esse trabalho, pelo que entendo, é o que preconiza o projeto SIVAM que, porém, vem sendo severamente bombardeado. Seja por seu custo, seja por seu caráter estratégico, seja por questões relacionadas à lisura dos atos de escolha da empresa fornecedora de bens e serviços (a Raytheon), seja pela possível fraude ao INSS da empresa selecionada como integradora brasileira neste processo (a ESCA).

Não quero, aqui, tecer críticas a tais procedimentos. Ao contrário. Reconheço em muitos destes ataques a preocupação justa e fundada na preservação da lei e no respeito aos procedimentos que a ética e a lisura determinam no trato com a coisa pública.

Alerto, porém, para o fato de que não podemos deixar que o particular enfraqueça o essencial junto à opinião pública, que é a importância de um projeto da natureza do SIVAM para a Amazônia, uma vez que se constitui num extraordinário sistema de conhecimento regional e de repasse de informações que garantam o planejamento adequado e o sucesso das ações a serem executadas na região.

Segundo o projeto apresentado nesta Casa, o SIVAM, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, não é um projeto simplesmente destinado a fazer o controle do tráfego aéreo da Amazônia. É um pouco disso e muito mais.

Vai permitir, por exemplo, o monitoramento diário dos seus recursos hídricos por mais de 300 plataformas de coleta de dados espalhadas nos rios da região.

O mapeamento com relevo será procedido através de sensores específicos, permitindo produzir cartas atualizadas e em escala adequada.

Os radares e sensores meteorológicos permitirão um levantamento e acompanhamento da evolução climática regional.

As estações/rádio a serem implantadas darão margem à veiculação imediata das mensagens.

Todas as informações serão tratadas, processadas de modo global pelos Centros Regionais de Vigilância e pelo Centro de Controle Geral – que difundirão estes dados a seus usuários e provedores de informações a quem estarão interligados como o Departamento de Águas, a FUNAI, o IBAMA, a Polícia Federal, o IBGE, entre outros, para que possam executar e controlar suas tarefas de maneira eficaz.

A informação, ferramenta essencial, dirá no momento exato quando o desmatamento ocorrer, quando o rio se poluir, quando a movimentação irregular se processar e fará mais: proverá dados básicos sobre geologia, relevo e clima para a ação de planejamento político do Governo.

O Governo Federal disporá, portanto, dos instrumentos que precisa para traçar, implementar, executar e controlar as políticas regionais de modo integrado e coerente.

Assim, a Polícia Federal, por exemplo, poderá desenvolver ação mais eficaz contra o narcotráfico; a FUNAI, melhor controlar e agir nos casos de invasões de terras indígenas; o IBAMA, conduzir, de forma correta, suas medidas na preservação do meio ambiente, etc.

No campo social o zoneamento agro-ecológico e urbano e o direcionamento adequado de investimentos governamentais serão a consequência natural.

A iniciativa privada também será beneficiada, pois terá informações para a implantação de novos empreendimentos. Conforme já disse outras vezes: se dermos aos empresários opções de investimentos rentáveis que não agredam a natureza, eles acolherão as sugestões oferecidas. Isto, repito, somente é possível com maior conhecimento sobre a região.

Sei que um projeto grandioso como esse, envolvendo recursos da ordem de 1 bilhão e 400 milhões de dólares, certamente desperta a cobiça de muitos, dando ensejo a que ilegalidades possam ser tentadas.

Para a ilegalidade, o caminho correto é a aplicação da lei. Havendo ilícito, ele deverá ser investigado e punido. Se a ESCA, por exemplo, é culpada, que seja punida. E que o Governo indique outra empresa para desempenhar a sua função.

Segundo a imprensa, o Presidente Fernando Henrique Cardoso já cogita esta medida. Cabe, então, tomar a decisão com a maior rapidez. O que não pode ocorrer é a paralisação do projeto ou mesmo a demora na sua execução, como vem acontecendo.

A Amazônia tem urgência desse trabalho. E há um outro fator que também precisa ser levado em conta: se até o próximo dia 15 de junho o Brasil não assinar o contrato comercial que permite o início do projeto, junto ao EXIMBANK (banco norte-americano que financia a maior parte do projeto SIVAM), começa a pagar a chamada "taxa de compromisso" (COMMITMENT FEE).

Essa taxa é retroativa a 1º de dezembro de 94 e, até 15 de junho de 95, soma por volta de 3 milhões de dólares, ou seja, é um dinheiro que vai se pagar por um financiamento que sequer se usou.

É certo que não será por causa disso que vamos deixar de questionar quaisquer ilegalidades que tenham ocorrido ou que possam acontecer no processo. Mas é preciso uma imediata solução para a questão. Afinal, estamos há quase meio ano discutindo o assunto, sem que praticamente nada tenha sido resolvido. Enquanto isso, a Amazônia continua sendo depredada.

Por todos estes fatos, levanto aqui um questionamento destinado à meditação de todos: a quem interessa a extinção do SIVAM?

**O Sr. Ademir Andrade** – V. Exª me concede um aparte?

**O SR. FLAVIANO MELO** – Concedo o aparte ao Senador Ademir Andrade.

**O Sr. Ademir Andrade** – Senador Flaviano Melo, concordo plenamente com V. Exª. V. Exa. faz uma análise da nossa situação, das nossas dificuldades e da necessidade da implantação do Projeto SIVAM.

O que estranho é que diante de tantas coisas de que precisamos, a implantação desse projeto seja colocada como prioridade e executada, em toda a sua totalidade, praticamente, com financiamento externo. Fico muito preocupado em não definirmos as nossas prioridades. São um bilhão e quatrocentos milhões de dólares investidos nesse projeto. Também estou convencido de que ele é necessário, mas será que, antes de se conseguir o financiamento para a realização de despesa de tamanho vulto, não seria mais importante asfaltar, por exemplo, toda a rodovia Transamazônica? A construção de mais de dois mil quilômetros dessa rodovia não chegaria a custar quatrocentos milhões de dólares. Não seria mais prioritário asfaltar os mil quilômetros da rodovia Santarém-Cuiabá, a qual se tornaria um grande corredor de exportação da produção agrícola da área que V. Exª representa nesta Casa? Para isso, seriam gastos apenas cerca de cento e vinte milhões de dólares. Não seria mais importante levar a energia da Hidrelétrica de Tucuruí a todo o oeste da Amazônia, a Manaus, a Macapá, à margem direita do Rio Amazonas, a Itaituba, a Santarém? Quanto desenvolvimento não haveria na nossa região! Para tudo isso, seriam necessários apenas quinhentos milhões de dólares. Senador Flaviano Melo, o que me preocupa é que obras muito mais prioritárias do

que o Projeto SIVAM, as quais trariam uma melhoria de vida incomparavelmente maior para o nosso povo, não são sequer consideradas. Essa é a minha dúvida, o meu questionamento. Considero que todas essas coisas são necessárias, inclusive o Projeto SIVAM. Entretanto, eu, no exercício do Governo, jamais faria um empréstimo desse para implantar o SIVAM, antes de haver colocado energia em toda a Amazônia, asfaltado suas rodovias e aplicado recursos na reforma agrária, para dar melhores condições de vida ao povo.

Essa prioridade tem que ser cautelosamente analisada por nós, até em nível de desconfiança: por que o Governo, vendo coisas tão necessárias, preocupa-se com esta questão da segurança e não se preocupa com o essencial? Enquanto não se fizer uma obra prioritária, não se pode fazer outra. Essa era a opinião que gostaria de manifestar em relação ao pronunciamento de V. Exª.

**O SR. FLAVIANO MELO** – Obrigado pelo aparte, Senador Ademir Andrade, mas permita-me discordar.

O SIVAM dará condições de se encontrar uma forma definitiva de exploração da Amazônia, pois vamos ter um zoneamento agroecológico total da região, e informações que vão subsidiar o Governo para trazer de fato o desenvolvimento sustentado para a nossa região.

Entendo a sua preocupação. No meu estado mesmo, as rodovias federais, a BR-317 e a BR-364, estão praticamente intransitáveis. Oitenta por cento dos nossos municípios não podem ser alcançados durante o inverno e muitos deles nem mesmo durante o verão.

Mas o Governo já decidiu, e esse projeto vai ser de fundamental importância para o desenvolvimento da nossa região. A informação é fundamental para que possamos encontrar, definitivamente, uma forma de exploração da nossa riqueza, que está morrendo, acabando-se.

Não adianta quereremos importar modelos, derrubar floresta para plantar feijão ou soja, temos lá uma riqueza que deve ser explorada, e para isso precisamos ter a informação concreta, precisa e definitiva da nossa região.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. FLAVIANO MELO** – Ouço V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Como o Senador Ademir Andrade, também pergunto se não haveria gastos de maior prioridade, inclusive na Região Amazônica, do que o Projeto SIVAM. Gostaria que o Executivo, que aqui propôs que se gastasse um bilhão e quatrocentos milhões de dólares – na verdade, será o dobro disso ao longo do período em que se pagará o projeto, dados os seus custos financeiros –, apresentasse projetos alternativos e a respectiva relação de benefício e custo social. Para a realização de gasto tão extraordinário, avalio que deveríamos ter examinado melhor a matéria. Deveríamos ter tido o cuidado que eu havia recomendado no dia 21 de dezembro, pois soou estranha a maneira acelerada como o Senado votou o projeto. Utilizou-se um requerimento de urgência baseado em perigo para a segurança nacional que não havia.

Seria perfeitamente viável este projeto tramitar com maior prudência, para que depois não tivéssemos os problemas que estamos observando.

Ainda hoje, na **Folha de S. Paulo**, o Professor de Física da UNICAMP, Rogério Cerqueira César, chama a atenção para alguns aspectos importantes. Afirma ele que é relevante, caso se aprove o Projeto SIVAM, que ele seja executado com o desenvolvimento de tecnologia nacional, criando-se oportunidades adicionais e não confiando-se simplesmente em tecnologia de empresas estrangeiras. A parte principal deste projeto poderia basear-se naquilo que o corpo tecnológico das universidades brasileiras e das empresas brasileiras estariam em condição de realizar, conforme o



editorial sobre o assunto SIVAM divulgado à página 3 do jornal *Folha de S. Paulo*.

**O SR. FLAVIANO MELO** – Li o artigo desse físico da UNICAMP. Não discordo que o projeto seja realizado com tecnologia nacional, com mão-de-obra nacional.

Não é isso, entretanto, que está em discussão. Chamo a atenção para o fato de que, sempre que aparece algo que venha a beneficiar a Amazônia, percebe-se um "torpedeamento" vindo de todos os lados.

Sobre esse Projeto SIVAM, cujo empréstimo foi aprovado pelo Senado, assisti a duas explanações da equipe responsável, na Comissão de Relações Exteriores. Depois que houve esse problema com a ESCA, o torpedeamento foi geral. Infelizmente, hoje vemos que ele está morrendo e corre o risco de não ser executado. Essa a minha grande preocupação.

**O Sr. Nabor Junior** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FLAVIANO MELO** – Concedo o aparte ao Senador Nabor Junior.

**O Sr. Nabor Junior** – Considero o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> da maior relevância e de grande oportunidade. V. Ex<sup>a</sup> está trazendo ao debate desta Casa um problema que tem suscitado, realmente, manifestações em vários segmentos da sociedade brasileira, que é o Projeto SIVAM. É evidente que existem pessoas que defendem a implantação desse projeto, como nós da Amazônia, por exemplo, que entendemos que ele vai contribuir para um melhor conhecimento das nossas potencialidades. A Amazônia ainda é uma área praticamente desconhecida. Não temos um projeto de desenvolvimento integrado para essa região. Temos acompanhado vários depoimentos de pessoas, como Samuel Benchimol, que é um dos amazônidas mais ilustres deste País, que em seu livro "Amazônia" afirma não existir ainda um projeto de desenvolvimento da Região. O SIVAM viria contribuir para se conhecer a Amazônia, para saber qual é a sua verdadeira vocação, quais são as áreas apropriadas para agricultura, onde estão as jazidas de minério que podem ser exploradas etc. Então, considero da maior valia o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, porque está trazendo à colação dos companheiros do Senado um problema da maior relevância para o nosso País. Contudo, é preciso que se entenda que todos os grandes investimentos neste País, em todos os tempos, foram feitos na Região Centro-Sul, na Região Sul, e pouca coisa existe de concreto na Região Norte, na Região Amazônica. A própria Transamazônia, a que se reportou há pouco o Senador Ademir Andrade, ficou pela metade: o Governo iniciou, mas não concluiu. É uma estrada que está totalmente abandonada. A BR-364, que tinha a finalidade de oferecer uma saída do Brasil para o Pacífico, passando pela nossa Região, também não tem definido um prazo de conclusão. O mesmo ocorre com a Cuiabá-Santarém. Quer dizer, todos os investimentos que o Governo pretende fazer na Região Norte não têm consequência, não têm conclusão, porque os recursos são escassos, e o Governo nem sempre lhes dá continuidade. Por isso, toda essa celeuma, essa verdadeira batalha que se faz a respeito do Projeto SIVAM existe porque ele vai ser implantado na Região Amazônica. Se fosse em outra Região do País, tenho quase absoluta convicção de que não haveria essas manifestações contra a sua implantação. De qualquer sorte, V. Ex<sup>a</sup> está tendo a oportunidade de trazer um assunto dessa relevância para discussão no Plenário do Senado Federal e por isso parabeno V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. FLAVIANO MELO** – Muito obrigado, Senador Nabor Junior, pelo seu aparte. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Realmente, o que afirmei aqui, V. Ex<sup>a</sup> comprovou. Tudo o que acontece para benefício da Amazônia é boicotado, sofremos uma pressão imensa dos órgãos, das entidades envolvidas para que não aconteça.

Concordo com V. Ex<sup>a</sup> que, se isso fosse no Sudeste ou no Sul do País, não haveria nenhum problema e estaria sendo aplaudido por todos daquela Região.

**O Sr. Geraldo Mello** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Flaviano Melo?

**O SR. FLAVIANO MELO** – Concedo o aparte ao Senador Geraldo Mello.

**O Sr. Geraldo Mello** – Agradeço a oportunidade e confesso a V. Ex<sup>a</sup> que o seu discurso fez-me romper uma certa timidez com a qual venho encarando a discussão desse Projeto SIVAM. Tenho um gosto especial pelo assunto, já que envolve questões relacionadas à segurança do voo e à maior disponibilidade de informações que permitam seja feita a aviação no País no nível da maioria das nações mais maduras do mundo. Esse gosto decorre do fato de que privadamente sou aviador. Embora esta seja uma Casa madura, que contribua com a experiência e o equilíbrio dos homens e mulheres que a integram para tirar, muitas vezes, o componente apaixonado que possa haver num momento de decisões graves do País, resisti a participar das discussões até agora porque sempre senti, em torno da discussão do Projeto SIVAM, que há muito mais frases de efeito, muito mais a suspeita, fundada ou não, instantânea em cada aspecto que envolve as decisões mais graves que se relacionam com o projeto de maior vulto no País. Não vi, por exemplo, nessa discussão toda, o esclarecimento de uma questão elementar: dois consórcios disputaram uma licitação, e, se fosse divulgada a informação de quanto esses consórcios cobraram, quais foram as vantagens oferecidas por eles, muito provavelmente descobrir-se-ia que quem ganhou deveria realmente ter ganho. Por isso, não haveria motivo para se envolver essa decisão em tanta suspeita. Com relação à questão levantada por dois eminentes Senadores, Ademir Andrade e Eduardo Suplicy, referente à aplicação de uma quantia tão elevada de US\$1,4 bilhão nesse projeto, quando há outras alternativas – há e sempre haverá – creio que os investimentos em infra-estrutura sempre serão questionados. A construção do aterro do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, não deveria ter sido feita, pois, naquela hora, havia outras necessidades no País – e houve quem acreditasse que não deveria ter sido feita. Quando se foi construir a Avenida Brasil, também no Rio de Janeiro, houve quem entendesse que não era o momento de fazê-la. Quando se foi fazer a CHESF no Nordeste para gerar energia elétrica, uma das teses mais discutidas para justificar a sua não construção foi a de que não havia mercado de energia elétrica na Região. Calculava-se o mercado pelo consumo de energia elétrica do Nordeste naquela região, que tinha que ser baixo por trezentos motivos, um dos quais era o de que não existia energia elétrica para ser consumida. Atualmente, por exemplo, US\$1,400 bilhão constitui uma quantia astronômica, se fosse constar da conta pessoal de qualquer dos Senadores ou de todos juntos. Seria interessante que se comparasse o orçamento desse projeto com o custo do metrô do Rio de Janeiro, ou o da cidade de São Paulo, ou o quanto poderá custar o metrô de Brasília. Francamente, não sei se essas mesmas restrições foram feitas na época. Se formos verificar o portfólio financeiro dessas obras que acabo de citar, não devemos esquecer de acrescentar, por exemplo, a Ponte Rio-Niterói. Se formos verificar, talvez descobriremos que muito dessa dívida externa do Brasil está associada a empreendimentos contra os quais muitos aqui, hoje, posicionam-se-iam contra.

Provavelmente seria contra. Mas o metrô está construído e funcionando, a ponte está lá servindo. O fato de se dizer, hoje, que é contra não vai paralisar o metrô, nem bloquear a ponte. O Rio de Janeiro e São Paulo vão se beneficiar. E é justo que se beneficiem. As suas populações merecem esse benefício. Diante do desenvolvimento que esses investimentos propiciaram, graças a Deus, ao



Rio de Janeiro e a São Paulo, espero que tenhamos a perspectiva necessária para, verificando o orçamento desse Projeto SIVAM e comparando com os investimentos que o País já fez em outras atividades de relevância discutível, definir se ele é tão caro quanto se diz, sem me referir aos benefícios diretos que, seguramente, a Nação e esta Casa conhecem. Mas V. Ex<sup>a</sup> está trazendo informações sobre esse assunto que dispensam a minha palavra. Quis apenas acrescentar ao seu raciocínio uma visão crítica em torno da discussão, um tanto quanto apaixonada, que se passou a fazer. Penso que está na hora de se discutir e de se debater realmente esse assunto, mas sem paixão. Devemos colocar o Brasil acima das nossas emoções.

**O Sr. Ademir Andrade** – Senador Flaviano Melo, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. FLAVIANO MELO** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer, Senador Ademir Andrade.

**O Sr. Ademir Andrade** – Nobre Senador Geraldo Melo, neste País costumamos decidir de cima para baixo. Quando colocaram a questão do Projeto SIVAM, ninguém tomou conhecimento e nem jamais foi consultado, nem os Governadores de Estado, nem os Senadores da República, nem os Deputados Federais, nem os Prefeitos, ninguém. O Brasil precisa mudar, Senador Geraldo Melo. O Brasil precisa passar por discussões, onde sua população tenha oportunidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos. Fazendo soar a campainha.) – A Mesa adverte o nobre Senador Ademir Andrade de que o aparte só pode ser dirigido ao orador e não ao aparteante.

**O Sr. Ademir Andrade** – Sr. Presidente, peço desculpas. Como dizia, o Brasil precisa mudar, precisamos decidir através da discussão e devemos ter o direito de participar da mesma. Se o Governo Federal fosse a cada região discutir conosco sobre o que deve ser feito, tenho certeza de que tudo estaria melhor.

**O SR. FLAVIANO MELO** – Senador Geraldo Melo, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que ilustrou meu pronunciamento com muita propriedade.

Como engenheiro, trabalhei na ponte Rio-Niterói e no metrô do Rio de Janeiro. Tenho noção do custo dessas duas obras, mas não discuto sua importância para aquela cidade, como também a do metrô de São Paulo. Discuto um pouco o metrô de Brasília, que está paralisado; gastou-se muito dinheiro, não está funcionando e é necessário.

Mas, gostaria de ser consultado no momento de se conceber o SIVAM. Isso me interessaria. Opinaria favoravelmente, porque vejo, pela primeira vez, que algo de concreto, algo com profundidade está para acontecer na Amazônia: um plano de desenvolvimento para a Região, um plano global, envolvendo todos os Estados, a área como um todo. Neste caso, poderemos aproveitar nossa riqueza, que é muito grande.

**O Sr. Geraldo Melo** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um outro aparte?

**O SR. FLAVIANO MELO** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Geraldo Melo** – Senador Flaviano Melo, gostaria apenas de complementar o meu pensamento, em face da observação muito procedente do Senador Ademir Andrade. Não divirjo em nada da idéia de que o País precisa discutir os seus problemas e discutir as soluções. Entretanto, essas discussões precisam ser conseqüentes e não apenas o exercício de uma tertúlia, ou seja, chamarmos a população e pedirmos que todos parem as suas atividades a fim de discutirem questões que, muitas vezes, não têm a mínima noção do que se trata. Há o momento de se discutir. Por exemplo, o que estamos fazendo aqui, no dia de hoje, é discutir. Esta Casa, o Congresso Nacional está discutindo o SIVAM. Mas o SIVAM ainda não foi realizado. Portanto, se surgirem, amanhã, razões e convicções da sociedade brasileira e do seu Congresso de que esta é uma obra que não deve ser realizada, ela não será. O

respeito e a confiança que tenho no critério de patriotismo do Presidente da República autorizam-me a dizer que, caso a obra seja considerada impatriótica, Sua Excelência não hesitará em interrompê-la. No entanto, o que considero sem sentido é dizer que se vai discutir com a população, antes de se ter o desenho de um determinado projeto, se deve-se ou não colocar radares, sensores e equipamentos sensíveis de alta precisão e de alta tecnologia, que não foram sequer vistos por ninguém no País. Penso que o momento de discutir chegará, como parece ter chegado. Agora estamos discutindo se deve-se ou não continuar. Eu, pessoalmente, entendo que deve sim, à luz de tudo que ouvi até agora. Não exitaria em modificar minha opinião se surgissem razões relevantes para fazer, mas até agora não aconteceu. Pedindo desculpas por mais esta interrupção, concordo que teria sido muito interessante consultar a população de Brasília sobre a construção do metrô. A população estaria pronta a opinar. Mas, perguntar à população do Pará, do Amazonas, ou do Rio Grande do Sul, enfim, do Brasil inteiro, se devem ser instalados radares com essa ou aquela capacidade, nesse ou naquele lugar, sem ao menos a existência do projeto, sem decisão governamental, sem grandes esclarecimentos à população, não seria conveniente agora.

**O SR. FLAVIANO MELO** – Muito obrigado, Senador Geraldo Melo.

**O Sr. Iris Rezende** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre Senador Flaviano Melo?

**O SR. FLAVIANO MELO** – Pois não, nobre Senador Iris Rezende.

**O Sr. Iris Rezende** – Senador Flaviano Melo, louvo o gesto de V. Ex<sup>a</sup> trazendo à discussão um assunto que se tornou um tanto polêmico. É esta a função do representante do povo. E V. Ex<sup>a</sup> vem defender um projeto que se destina à Amazônia. Ouvi com muita atenção toda a sua exposição e endosso inteiramente a queixa que faz em relação ao tratamento que se dispensa ao interior deste País. Nós todos do interior temos sido vítimas desse tratamento. Foi um dos itens do meu primeiro pronunciamento nesta Casa: o de conchamar o País a se voltar inteiramente para o interior brasileiro, porque, aqui, encontraremos a solução para os grandes problemas enfrentados por este País. Lembro-me bem quando se deu início à construção da Ferrovia Norte-Sul, da Ferrovia Leste-Oeste, parecia que o mundo ia acabar. São projetos realmente de muito interesse para o interior brasileiro. Estarei assinando em branco todo projeto que V. Ex<sup>a</sup> e nossos Colegas desta Casa venham a desenvolver em benefício da Amazônia, em benefício do oeste brasileiro. Mas devo ressaltar uma certa apreensão pessoal quanto a essa questão. Confesso não estar ainda em condições de discuti-la aqui com inteiro conhecimento de causa, mas sempre coloco minhas dúvidas em projetos que surgem em final de Governo. O atual Governo não tem responsabilidade direta sobre esse projeto. Quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência, já era quase um fato consumado. Assim, concordo com o nobre Senador Ademir Andrade quando salienta essa questão. Tenho certeza absoluta de que, se o Governo convocasse V. Ex<sup>a</sup>, convocasse o Senador Nabor Junior, os Senadores do Estado do Amazonas, do Pará e de todos os Estados que integram o norte do País, com US\$1,4 bilhão de dólares à disposição de V. Ex<sup>s</sup> para investimento naquela região, tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> jamais pensaria em investir todo esse dinheiro no SIVAM, porque, na verdade, é um montante de recursos que daria para, por exemplo, asfaltar 6 mil quilômetros de estradas da melhor qualidade – V. Ex<sup>a</sup> é engenheiro, sabe disso –; daria para construir uma, duas, três ou quatro usinas hidrelétricas no montante de 800 megawatts, que seria suficiente para atender, durante anos, as exigências de energia da Amazônia. Quer dizer, é um dinheiro que daria

para emendar o Brasil ao Pacífico sem dificuldades. Então, vêm as apreensões. Não me coloco contra o projeto, porque estou estudando, estou procurando conhecê-lo com mais profundidade. Aí, sim, assumirei uma posição. Mas solidarizo-me com V. Exª quando se queixa quanto à atenção do Governo, da sociedade, da elite deste País em relação ao interior brasileiro. Nesse aspecto, V. Exª tem a minha solidariedade, assim como, volto a repetir, nessa luta para que nos voltemos para essa região que está aberta, está à espera da ação do homem. Agora, oportunamente, vou confessar-me se era esse projeto o mais importante para a Amazônia, porque o temos observado neste País – isso acontece em relação aos Governos Federal, Estaduais e Municipais –, é que os governantes não entenderam ainda que o primeiro item para um bom governo é estabelecer prioridades. Não sei se o SIVAM é a prioridade número um da nossa Amazônia, do nosso Centro-Oeste. Agradeço a V. Exª pelo aparte.

**O SR. FLAVIANO MELO** – Muito obrigado, Senador Iris Rezende. Quero-lhe contar um fato, para ilustrar um pouco a questão do SIVAM.

Quando assumi o Governo do meu Estado, em 1987, criei uma fundação de tecnologia e fui muito criticado por criar mais um órgão. Mas entendia que o Estado do Acre precisava daquela fundação para que fossem realizadas pesquisas de efeito prático e mais imediato. No meu modo de entender, as pesquisas científicas de longo prazo deveriam ser realizadas pelos institutos nacionais.

Obtive grandes resultados com essa fundação. Um deles foi exatamente o de se começar o zoneamento agroecológico do meu Estado com fotos de satélites. Fui buscar recursos no Japão e continuei prosseguir com esse trabalho. Hoje, essa fundação é reconhecida internacionalmente. Uma grande parte das entidades não governamentais do exterior conhece essa fundação.

Digo isso para explicar essa questão do SIVAM. Não se pode comparar esse projeto com a construção de uma estrada ou de uma hidrelétrica, que são necessárias, mas ele representa um instrumento que nos ajudará a encontrar a forma de desenvolvimento da nossa região.

A quem interessa a extinção do SIVAM?

Sem grandes vãos de imaginação ou exercícios intelectuais aprofundados, dou alguns exemplos. Serão beneficiários com a extinção do SIVAM:

- Os maus empresários da exploração madeireira;
- Os exploradores dos garimpos ilegais e predatórios do meio ambiente;
- os invasores e exploradores de terras indígenas;
- os contrabandistas que evadem as riquezas regionais, levando o País e enriquecendo ladrões;
- os narcotraficantes que mercadejam na Amazônia, infestando as cidades com drogas;
- enfim, todos aqueles que não têm qualquer compromisso com a Amazônia e o seu povo e que se utilizam da região com interesses escusos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, muito tenho ouvido falar a respeito da necessidade de se defender a Região Amazônica, inclusive de interesses internacionais. No meu entender, a defesa da Amazônia está no conhecimento real da região.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos)** – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade. (Pausa)

S. Exª dispensa o uso da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, informo a esta Casa que apresentei hoje à Mesa

um projeto de decreto legislativo que susta o Decreto nº 1.480, de 3 de maio de 1995, do Poder Executivo, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em caso de paralisações dos serviços públicos federais.

No nosso entendimento, o referido decreto, assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo Secretário da Administração Federal, Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira, é claramente inconstitucional.

Gostaria de relembrar aqui que, entre os atos da ditadura militar, um dos que merecia o maior repúdio por parte dos democratas, dos progressistas de nosso País era justamente a cassação de um direito inalienável da classe trabalhadora, respeitado em qualquer país que se diga civilizado: o direito de greve.

As históricas greves do ABC paulista foram, sem dúvida, uma ponta de mudança na conquista das liberdades democráticas deste País.

Diversas personalidades políticas estiveram no ABC para hipotecar irrestrita solidariedade à greve dos metalúrgicos, que, na época, era ilegal, pelo menos à luz da legislação da ditadura.

Lembro-me de que estiveram lá presentes, entre outros, o saudoso Deputado Ulysses Guimarães, o saudoso Senador Teotônio Vilela e o saudoso sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

Passado algum tempo, a luta democrática conseguiu inscrever na Constituição de 1988 o direito de greve. Prevê o art. 37 da Constituição que os funcionários públicos também teriam o direito de greve e que a sua regulamentação seria feita através de lei complementar.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, registramos que o processo legislativo normalmente é feito através de leis ordinárias. Esse é o rito normal. No entanto, os legisladores constituídos de 1988, entendiam que determinada matéria, em função do seu grau de importância e de complexidade, exigiam a adoção de leis complementares para regular alguns artigos da Constituição. Entre estes estava o art. 37, que previa o direito de greve dos servidores públicos ao exigir a aprovação de lei complementar, uma lei hierarquicamente superior à legislação ordinária, posto que, inclusive, ela exige um quorum qualificado, de maioria absoluta dos Congressistas para a sua aprovação.

O referido Decreto nº 1.480, de autoria do Poder Executivo, exorbita claramente as prerrogativas deste Poder. Esta Casa, assim como a Câmara dos Deputados, tem diuturnamente criticado a proliferação de medidas provisórias por entender que o Poder Executivo estaria exorbitando de suas prerrogativas e legislando, passando por cima do Congresso Nacional.

Neste decreto temos mais um exemplo claro de ação exorbitante por parte do Poder Executivo.

Gostaria de relembrar também que a Mesa da Câmara dos Deputados, em decorrência de uma greve de seus servidores, de maneira apressada, atabalhoada, tentou, através de um projeto de resolução, regulamentar o direito de greve, classificando algumas das atividades da Casa como essenciais.

No entanto, o art. 7º da Constituição, que prevê a regulamentação das categorias essenciais, exige uma legislação ordinária para regular – utilizando os ensinamentos do nosso mestre Senador Josaphat Marinho – a Constituição, e, no caso, o projeto de resolução da Câmara dos Deputados, apesar do parecer favorável do Deputado Prisco Viana, mereceu um voto em separado do Deputado Hélio Bicudo, arguindo a sua constitucionalidade e juridicidade. Esse foi, inclusive, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa, arquivando o referido projeto.

Ora, no caso de uma matéria que exija lei ordinária para regulamentá-la não cabe um projeto de resolução, da mesma forma que em uma matéria que exija lei complementar, como é o caso do

art. 37 da Constituição brasileira – que regulamenta o direito de greve dos servidores públicos –, também não cabe decreto presidencial.

Por isso e por entender, também, que, além dos seus aspectos de inconstitucionalidade, o referido decreto tem pontos de vista profundamente autoritários, que se chocam inclusive com o passado de seus dois signatários, é que estamos apresentando esse projeto de decreto legislativo a esta Casa.

Desde já, conclamamos, se possível, a sua apreciação em regime de urgência pelo Senado Federal, para que seja restabelecido, neste caso, o verdadeiro estado de direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos)** – Tem a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP, Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, em decorrência da grave evolução que ocorre com o setor de calçados em todo o Brasil ao longo dos últimos dez meses, desde a instituição do Plano Real, pelo fechamento ou desativação de aproximadamente 150 fábricas e a dispensa de quase 60 mil empregados, estive pessoalmente em uma das cidades mais atingidas pela crise no Estado de São Paulo, a cidade de Franca, ontem, 8 de maio, para constatar os problemas, ouvir sugestões e debater soluções com todos os segmentos envolvidos naquela comunidade.

Já na semana passada, o Senador Pedro Simon havia aqui falado da crítica situação do setor de calçados em todo o Brasil, salientando as dificuldades, sobretudo as que ocorriam nas cidades do Vale dos Sinos, como Novo Hamburgo e outras.

Aqui estiveram, há cerca de duas semanas, os vereadores do Partido dos Trabalhadores, Gilmar Dominicci, Presidente do PT de Franca, Gilson Pelizaro, bem como Antônio José Martins, o Pardal, convidando-me para analisar, em Franca, esse assunto, juntamente com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados, Rubens Aparecido Faciolli.

Estive ontem em audiência pública na Câmara Municipal, onde estiveram presentes representantes do Sindicato das Indústrias e dos Trabalhadores, assim como também visitei o Prefeito Ary Pedro Baleeiro que, com os representantes do Sindicato das Indústrias e dos Trabalhadores, salientou as dificuldades que estão caracterizando o setor.

Como o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, receberá em audiência, na próxima quinta-feira às 15h30min, os representantes tanto de empresários quanto de trabalhadores das indústrias de calçados de todo o País, considero importante registrar no Senado, e mesmo transmitir ao Presidente, o estado de espírito da comunidade de Franca.

Franca e outros centros produtores de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul vêm sofrendo fortemente as consequências decorrentes das diretrizes fixadas pela política cambial de facilidades para a importação de produtos, sobretudo vindos da Ásia, a preço que, segundo indícios, podem estar abaixo de reais níveis de custo.

Ontem, o Prefeito Ary Pedro Baleeiro também relatou-me da visita que recentemente fez a Franca o Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** – Concede-me V. Exª um aparte?

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Ouço V. Exª com prazer.

**O Sr. Romeu Tuma** – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, é importantíssima essa manifestação do nobre Senador Eduardo Suplicy com relação à indústria calçadista de Franca e do Rio Grande do Sul. S. Exª sentiu a aflição dos trabalhadores desse setor. Muitas vezes autoridades do Governo dizem que a indústria calçadista não se modernizou, não se robotizou. Esse indicativo significa mais desemprego, porque o calçado tem a sua feitura no

trabalho manual, que lhe dá a qualidade; e a concorrência, pela imposição de impostos, quase que estrangula essa indústria. Há facilidade na importação e dificuldade na exportação. A política cambial já trazia várias consequências para essa promissora indústria exportadora de calçados. Nesse quadro de dificuldades e mais os juros altos, a indústria calçadista pede financiamentos em condições favoráveis, redução da taxa de impostos, principalmente na exportação, e que se corrija um pouco essa facilidade da importação de calçados oriundos da Ásia e da China a preços que praticamente não custeiam nem a mão-de-obra do calçado brasileiro. Cumprimento V. Exª, nobre Senador Eduardo Suplicy, pela oportunidade desta manifestação e reafirmo-lhe minha solidariedade na sua luta em benefício da indústria calçadista de Franca e do Rio Grande do Sul.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – As suas observações são pertinentes, Senador Romeu Tuma, na medida em que pôde também perceber de perto como em Franca, nas diversas indústrias, que o trabalho manual constitui aprendizado, conhecimento importante para todos que trabalham nesse setor.

Tive oportunidade de visitar quatro indústrias: a Decolores, a Kissol, a Francano e a Makerli, onde constatei a diminuição significativa de funcionários, respectivamente, nesses últimos dez ou doze meses, ou seja, de 400 para 160, de 2.200 para 800, de 650 para 90 e de 400 para 10. A fábrica Makerli está inteiramente desativada, estava, pelo menos, ontem, e se formou uma cooperativa. O Governo do Estado de São Paulo é proprietário de 49% da empresa, digo, o BANESPA, na verdade, é proprietário de 49% da empresa e acabou não honrando o compromisso de financiar o capital de giro necessário para que aquela empresa pudesse retomar suas atividades.

Cerca de 35 trabalhadores da empresa Makerli estão se organizando para tentar a retomada da produção; todavia, faz-se necessária alguma ajuda de capital de giro para que possa haver essa retomada.

A cidade de Franca, hoje com 300 mil habitantes, chegou a ter, em 1984, quase 35 mil empregados nas indústrias de calçados. Elas chegam a 380 empresas, com uma capacidade de produzir 37 milhões de pares por ano.

Em outubro de 1994, estavam empregando 25 mil pessoas, que recebiam, no ano passado, por esta época, um piso salarial da ordem de R\$126 por mês.

Estima-se que, nesses últimos dez, doze meses, quase 10 mil empregados foram despedidos, tendo-se registrado o fechamento de tradicionais empresas, como a Pestalozzi, que tinha 600 empregados; a Sidimar, 400; a Sasrina, 80; a Santiago, 400; a Vulcabras, 600; a Sorbonne, 180; a Castaldi, 180; a Use 4, 200; a Shoes & Cia., 200; a Albarus, 150; a Sparks, 200; a Toullon, 200; a Italicus, 250; a Medeiros, 150; a Lombardi, 150; a Hípicos, 80; e a Gapi, 80. Outras que diminuíram consideravelmente o número de empregados: a Personal-Arabeli, de 400 para 10; a Paragon, de 600 para 80; a Guaraldo, de 600 para 150; a Ravelli, de 300 para 80; a Satierrf, de 200 para 50; a Italy Shoe, de 250 para 70 e a J.G. Peixoto de 150 para 20, segundo levantamento realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Franca.

Observei, Sr. Presidente, bancadas inteiras, inúmeros equipamentos relativamente novos, significativa capacidade potencial instalada, recursos físicos e humanos completamente ociosos, desativados.

Os diversos empresários com quem conversei, como o Sr. Renato Cintra, o Sr. Paulo Cintra, o Sr. Luiz Felipe Junqueira, observaram a dificuldade de se voltar a ter sua produção colocada no exterior, diante da perda de condições de continuar fornecendo produtos a preços competitivos.

É preciso observar que, em 1º de julho do ano passado, uma URV foi fixada em torno de um dólar e houve a sobrevalorização do Real, que passou a valer cerca de 91 e depois poucos mais de 80 centavos de dólar e isso dificultou enormemente as possibilidades de competição diante dos custos que gradativamente foram subindo.

As dificuldades, por seu turno, estão relacionadas, sobretudo, à evolução da taxa de câmbio, que não tem acompanhado o aumento dos custos internos, aos impostos que incidem sobre as exportações de forma diferente do que ocorre em outros países, à diferença específica de tratamento que a Argentina tem dado aos seus calçados, protegidos por uma tarifa de importação da ordem de 27%, enquanto o Brasil tem permitido que calçados da Argentina e dos países do MERCOSUL entrem em nosso País sem pagamento de imposto e ao fato adicional de nossas compras de couro argentino, em estágio de salgado e *wet-blue*, serem taxadas em 15%, como imposto de exportação. Tratamentos, portanto, que conflitam com os princípios de isonomia.

Enquanto em 1993 e em 1994 as exportações brasileiras de calçados somaram US\$1,932 milhões e US\$1,823 milhões, respectivamente; as importações de calçados cresceram, excepcionalmente, passando de US\$32 milhões para US\$258 milhões. Para 1995, prevê-se que as exportações serão de US\$1200 milhões de dólares, enquanto as importações totalizarão, excepcionalmente, US\$550 milhões.

Sr. Presidente, será importante, por ocasião da audiência que o Presidente Fernando Henrique Cardoso concederá, nesta quinta-feira, aos representantes do setor, que Sua Excelência possa anunciar medidas capazes de reverter essa evolução. Algumas terão que ser adotadas de imediato para evitar o fechamento de mais empresas e a dispensa de trabalhadores que correm o risco de perder muito de seu conhecimento acumulado.

A reativação da Câmara Setorial do Calçado, já convocada para o próximo dia 16 pela Ministra Dorothea Werneck, será um passo fundamental para que se debatam políticas alternativas que possam criar melhores condições para um forte desenvolvimento e recuperação do setor. Mas para isso será necessário que estejam presentes tanto os empresários quanto os trabalhadores dos setores que formam a cadeia produtiva, quais sejam: de calçados, de couro, de frigorífico, pecuária, etc.

Será preciso levar-se em conta que as cerca de 4 mil empresas de calçados e couro constituem, na verdade, um setor altamente competitivo no Brasil. Sabe-se que empresas familiares competem com grandes empresas; portanto, empresas de um, dois, três, quatro sapateiros produzem sapatos doméstica e artesanalmente e estão competindo, muitas vezes, em condições de fornecer sapatos de boa qualidade como grandes empresas que possuem mil, dois mil, quatro mil ou mais empregados.

Obviamente, é saudável a competição externa e o Presidente da República deve levar isso em conta. Entretanto, é preciso estar atento porque isso pode ter um efeito predatório quando realizado em condições extremamente desfavoráveis, como as diagnosticadas pelos inúmeros estudos já encaminhados ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

É preciso ressaltar, portanto, que os principais aspectos, que têm sido levados em conta nos estudos encaminhados pelas indústrias e mesmo pelos sindicatos de trabalhadores, apontam principalmente para a carga tributária nas exportações. Na medida em que o Brasil tributa os produtos exportados, a competitividade dos exportadores brasileiros pode ficar prejudicada perante os concorrentes internacionais.

Recentemente, foi reeditada a medida provisória, anunciada em agosto de 1993, determinando a devolução do PIS-PASEP, COFINS sobre matérias-primas da cadeia exportadora. Esse é um

passo para a resolução do problema, mas não é suficiente. Uma medição feita por uma empresa de consultoria das entidades que compõem o Programa Calçado do Brasil mostrou que há 17% de impostos embutidos nos preços do calçado exportado, considerada apenas a fase de produção do calçado e dos fornecedores imediatos.

Aqui poderá o Presidente da República considerar isenção maior de tributos na ponta do processo, como ocorre com os competidores brasileiros.

No que diz respeito à oportunidades de financiamentos, em Franca tive notícia de que o BNDES esteve visitando aquela cidade e noventa e dois produtores de calçados se credenciaram para obter empréstimo junto àquele Banco. Entretanto, uma vez apresentadas as condições, praticamente nenhuma das empresas acabou obtendo o financiamento do BNDES.

Outro ponto importante refere-se ao que fazer com as importações, que estão chegando num volume bastante acentuado. Ainda hoje, o *Jornal do Brasil* noticia que 1.750 pares de calçados da China chegarão nesta semana no Rio Grande do Sul, depois do descarregamento de 70 containers, amanhã, no Porto de Imbituba, em Santa Catarina. Informa-se que a entrada do calçado chinês a 1/3 do preço do similar nacional poderá agravar ainda mais a crise do setor calçadista, que já fechou mais de cem indústrias no Vale dos Sinos e em Franca, com mais de 40 mil demissões, segundo informação do *Jornal do Brasil* de hoje.

Está-se prevendo uma grande manifestação em Novo Hamburgo no próximo dia 15, caso o Senhor Presidente da República não apresente, na quinta-feira próxima, uma solução favorável para a recuperação do setor.

Ainda ontem, o empresário Cláudio Strassburger, um pioneiro na exportação de calçados brasileiros, publicou uma nota, fazendo um apelo a Hebert de Souza, o Betinho, e a Srª Ruth Cardoso, para que olhem com cuidado o que está acontecendo com a indústria de calçados no Brasil, diante dessa forma de procedimento.

**O Sr. Pedro Simon** – Permita-me V. Exª um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Concedo a aparte a V. Exª.

**O Sr. Pedro Simon** – Senador Eduardo Suplicy, eu gostaria de dizer que V. Exª está trazendo à tona uma questão realmente importante. Talvez, esse seja um dos dramas mais sérios que estamos vivendo neste País. Eu também já abordei esse assunto da tribuna. Na oportunidade, tive a honra de ter um aparte de V. Exª. No Rio Grande do Sul, a região calçadista do Vale do Rio dos Sinos, é uma das mais prósperas e a que mais se desenvolveu. A cada dia, o setor calçadista do Brasil concorre com os melhores do mundo. Não há por que falar em calçado italiano e francês, porque o brasileiro tem condições de competição, inclusive, com o sapato popular mais simples, mais singelo. Há indústrias fantásticas e uma mão-de-obra de primeiríssima grandeza. Ao lado de grandes indústrias, existe uma imensidão de pequenas e médias indústrias – é o grande setor de mão-de-obra do Rio Grande do Sul, e que tanto progrediu, alcançando mercados em quase todo o mundo. De repente, estamos vivendo este problema, que me parece grave demais, devendo o Governo encará-lo com a seriedade que ele merece. Estou me referindo ao Rio Grande do Sul, mas podemos citar outros exemplos em São Paulo, como a cidade de Franca, o Ceará, onde fábricas de calçados estão se instalando, além de outros Estados do País. Mas falo do Rio Grande do Sul, porque ali há cerca de quarenta mil desempregados, segundo estatísticas mais recentes. Estamos importando – V. Exª noticia e é verdade – calçados da China a um dólar o par. Essa é uma competição que não existe. O equívoco do Brasil foi abrir as importações, elencando justificativas como a de que somos uma economia de mercado liberal, cujas portas estão abertas a transações mundiais. Está-se vendo que não é bem assim. Nos jornais de hoje, Mário Henrique

Simonsen está dizendo que duvida que tenhamos superávit na balança comercial até o fim do ano, porque abrimos as portas para as importações e não se sabe quando elas se fecharão. O Governo diz que liberou as importações, porque é uma das formas de fazer frente aos grupos internos organizados que não querem baixar os preços e podem mantê-los altos, porque são oligopólios. A maneira de sacudi-los é por meio da importação, mas, na verdade, o Governo importou uma infinidade de bobagens, de bugigangas e artigos desnecessários. Em primeiro lugar, o fato de importar esse calçado a um dólar não significa que, aqui no Brasil, o trabalhador brasileiro o esteja pagando muito mais barato. Com essa infinidade de importações desnecessárias, o comércio intermediário é que está fazendo lucro. O que está acontecendo é que as fábricas, ao invés de produzirem aqui, demitem os empregados, ficam na ociosidade, importam e vendem. O interessante é que, no caso do calçado, quem está importando são as próprias fábricas de calçado. Se não o fizerem, terceiros o farão. Argumentam que, dessa forma, mantêm o comércio, a ligação; que, se deixarem de importar e ninguém mais o fizer, voltarão a produzir no Brasil. Dessa maneira, estão perdendo o comércio em nível internacional. A China, por exemplo, está vendendo tênis, um sapato popular, a praticamente um dólar e roubando-nos mercado, como o dos Estados Unidos e outros. Então, estamos perdendo o mercado interno. Quer dizer, estamos brigando por uma fatia do mercado interno onde essas mercadorias estão entrando em condições tais que não dá para o fabricante brasileiro competir. Alguém me fez a seguinte pergunta em Porto Alegre: Senador Pedro Simon, V. Ex.<sup>a</sup> é contra a que se importe barato e a que o trabalhador, com isso, compre mais barato? Ora, se pudéssemos fazer um contrato por vinte anos em que a China garantiria ao trabalhador brasileiro comprar sapatos por um dólar, durante vinte anos, perfeito. Na verdade, isso causaria a quebra da nossa indústria calçadista. Ora, sabemos o que é **dumping**. No momento em que aqui não houver concorrência, o preço não será mais um dólar, irá subir. Quando alguém da seriedade do Dr. Cláudio Strassburger, que foi Vice-Governador, Deputado Federal, um dos pioneiros da indústria de calçados, uma pessoa digna, séria, responsável, divulga uma nota desse teor na imprensa do Rio Grande do Sul, podemos considerá-la dramática. Mas é séria e partiu de quem se dedicou a vida inteira ao setor de calçados. Cláudio Strassburger não é um aventureiro, não é um homem que iniciou sua indústria calçadista ontem. Porém, na essência, ele é um sapateiro, um produtor de calçados. Avançou no setor e tudo o que ganha investe na indústria calçadista. No entanto, lança uma nota que é um desespero. O Presidente da República e as diversas autoridades têm que ler a sua mensagem, publicada hoje no Rio Grande do Sul. O meu Estado vive uma situação muito difícil. Temos um Governador muito competente e responsável, o Sr. Antônio Brito, que está marcando uma reunião para quinta-feira com o Presidente da República. Ali, espera-se de Sua Excelência uma palavra com relação a essa questão da indústria calçadista. O Rio Grande do Sul vive, talvez, um dos seus piores momentos. No setor agrícola, o desespero é total. Os produtores de soja, os chamados primários, estão produzindo uma safra praticamente recorde e não sabem o que irão fazer com ela. Na verdade, vamos ter que sentar à mesa e discutir o problema da produção da agricultura brasileira. Em qualquer país de Primeiro Mundo, a agricultura é subsidiada; no Brasil, além de subsidiada tem que competir. Com isso, a qualquer momento o Brasil estará importando trigo, arroz, produtos que entram subsidiados para fazer concorrência ao produto brasileiro; aqui, há que pagar um juro praticamente escorchantes no Banco do Brasil. O pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> é muito oportuno, daí por que trago a minha solidariedade e agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, como representante do Rio Grande do Sul, um dos Estados

preocupadíssimos com essa questão. A meu ver, é necessário que o Presidente Fernando Henrique Cardoso e seus Ministros entendam que se trata de uma questão séria. Não se pode deixar de compreender que uma indústria, com tamanha tradição, com milhares de empregados, seja extinta, sem trazer consequências drásticas e dramáticas do ponto de vista inclusive social.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Senador Pedro Simon, agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> que trouxe reflexões importantes para analisarmos esse problema tão sério, que atinge o Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e algumas Regiões do Nordeste, nas quais existem indústrias de calçados e artefatos de couro.

É interessante o que está acontecendo com a indústria de calçados, diferentemente de certos setores que se caracterizam por haver poucas empresas, por oligopólios – por exemplo: a indústria automobilística só pode existir quando há grandes empresas, por causa das economias de escala exigidas. A indústria de calçados tem uma particularidade: um artesão, um sapateiro consegue fazer sapatos numa indústria com alguns equipamentos, podendo trabalhar em casa. Então, há indústrias, às vezes até muito boas, modernas, com poucas pessoas, que competem em igualdade de condições com indústrias de quinhentos, mil, dois, três, quatro mil pessoas. Assim, por sua natureza, pelas características tecnológicas, a indústria de calçados é muito competitiva, no sentido de ser sempre caracterizada – e no Brasil tem sido – por um grande número de produtores. Segmentos mais modernizados tecnologicamente convivem com outros de caráter mais artesanal, mas há em todas elas, para produção de certos tipos de calçado, sobretudo os de maior qualidade, a característica do artesanato.

Há produtos que requerem um pouco menos de artesanato, mas é interessante analisar a competição que está sofrendo o Brasil, vinda, sobretudo, de países do Oriente, que estão conseguindo produzir a custos unitários mais baixos, havendo, entretanto, indícios de que estes custos possam estar sendo não inteiramente refletidos nos preços dos calçados que aqui chegam. Mas não é tão fácil detectar se está havendo **dumping** ou não. É preciso que o Brasil, numa atitude de franqueza com a China e com os outros exportadores, tenha a possibilidade de estar examinando isso com os produtores chineses e com os de outros países da Ásia.

Sim, é saudável para a economia brasileira estar competindo com outros. E, obviamente, do ponto de vista da população brasileira, do ponto de vista do trabalhador que ganha salário mínimo, que tem hoje uma renda relativamente baixa, de cem reais por mês, poder adquirir um calçado que aqui entra a um preço de um dólar ou um dólar e meio, ou de um a três reais, pode significar para ele uma melhoria de seu padrão de vida, se esse produto realmente chegar ao mercado a um preço menor.

Mas V. Ex.<sup>a</sup> observou, com propriedade, que precisamos ver diversos aspectos: a competição é saudável, mas será que está sendo feita de forma efetivamente saudável ou tem ela a intenção de um **dumping**?

Em segundo lugar, deve-se ter o cuidado – e essa é uma responsabilidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso e de seus Ministros da área econômica – com o desenvolvimento de uma indústria que, diante de uma competição tão acentuada, realizada de uma hora para outra, pode tornar-se predatória, com danos graves para uma indústria que foi montada, que realizou investimentos, que desenvolveu tecnologias e, sobretudo, conhecimento, capacidade, habilidade por parte daqueles que aprenderam a fazer sapatos. Se se fecharem as indústrias – como está acontecendo –, não será tão fácil recuperá-las com o mesmo vigor de antes.

O processo de abertura de uma economia precisa levar em conta esses aspectos. Pode-se, de uma hora para outra, se não tiver o cuidado necessário, destruir um setor industrial, como ocorreu,

por exemplo, na Argentina com alguns dos seus segmentos industriais.

Ainda ontem, o Ministro Pedro Malan, numa entrevista para o programa *Marília Gabriela*, em diálogo com o Presidente da FIESP, dizia que a política cambial não vai ser modificada por ter alguns aspectos positivos. Pelo menos, ontem, S. Ex.<sup>a</sup> não estava considerando que a política cambial, colocada de uma forma às vezes, tão teimosa, de um lado, pode ter aspectos relevantes e positivos para o objetivo da estabilização dos preços, por outro, vem acarretando problemas sérios para alguns setores, principalmente o de calçados, assim como da indústria têxtil e de outros setores exportadores que também competem com importações.

Há alguns aspectos que, parece-me, o Ministro Pedro Malan e as autoridades econômicas precisam levar em conta, que são os lados positivos e negativos de se manter a taxa de câmbio fixa por tanto tempo para os próprios objetivos da política econômica.

De um lado, até mesmo para o pagamento do serviço da dívida externa, manter a taxa de câmbio fixa por tanto tempo, significa que menos Reais são necessários para pagar o serviço da dívida externa. Se houvesse a desvalorização, teria que haver mais Reais. De outra feita, essa taxa de câmbio fixa ou a banda cambial sendo constante por tanto tempo, par a par com uma evolução de custos crescentes e uma inflação da ordem de quase 30% já acumulada, desde 1º de julho, envolve, por exemplo, a necessidade de o Governo estar aumentando as taxas de juros para atrair fluxo externo de aplicações de curto prazo para compensar o déficit da balança comercial. E isso, por outro lado, acarreta um serviço da dívida interna cada vez maior. Já está, hoje, bem maior do que aquilo que se economiza em termos de serviço da dívida externa.

Eu gostaria também, Senador Pedro Simon, de salientar alguns aspectos que se agravam numa situação crítica como é o caso dos trabalhadores. O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados de Franca, a Federação Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados do Rio Grande do Sul e a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional no Rio Grande do Sul produziram estudos que mostram uma preocupação que precisa ser levada em conta por parte do Presidente da República e das autoridades. Em muitos casos, houve o não pagamento de direitos trabalhistas, o não registro devido de ex-trabalhadores e a utilização de mão-de-obra de crianças menores de quatorze anos.

O Prefeito Ary Baleeiro disse-me ontem que em Franca isso não seria tão sério quanto teria sido apresentado por pesquisa realizada, e aqui por mim registrada, pelo DIEESE e pelo Sindicato dos Trabalhadores. Entretanto, seria importante que a Prefeitura de Franca realizasse um levantamento completo, o qual eu gostaria de trazer ao conhecimento desta Casa.

Refiro-me a esses problemas ressaltados pelos trabalhadores para indicar quão importante é a representação dos trabalhadores na Câmara Setorial de Calçados. A Ministra Dorothea Werneck anunciou para o próximo dia 16 a reativação da Câmara de Calçados.

É importante que os problemas apresentados pelos trabalhadores das diversas regiões do País onde se produzem calçados possam ser considerados, para que haja uma solução de parceria, levando-se em conta as sugestões tanto dos trabalhadores quanto de empresários. Dessa forma, haverá um desenvolvimento mais saudável da indústria de calçados no Brasil.

Sr. Presidente, gostaria também de registrar que, ontem, na audiência pública da Câmara Municipal de Franca, foi debatido o assunto do Programa de Garantia de Renda Mínima. O Vereador Gilmar Dominici, Presidente do PT, fez uma indicação ao Prefeito Ary Pedro Baleeiro, para que em Franca, assim como em Campinas e no Distrito Federal, introduza-se um Programa de Garantia

de Renda Mínima. Em diversas cidades, como Jundiá e Ribeirão Preto, vereadores estão apresentando propostas para instituir o Programa de Garantia de Renda Mínima que guardam relação com a proposta já aprovada pelo Senado Federal. As experiências de Campinas e do Distrito Federal têm sido, portanto, muito significativas e devem ser objeto de exame, para o aperfeiçoamento desta proposição.

Sr. Presidente, já que na próxima quinta-feira, a partir das 14h30min, teremos a presença do Ministro do Planejamento, Sr. José Serra, gostaria de sugerir a todos os representantes das indústrias de calçados, entre eles os de Franca, os do Rio Grande do Sul e outros, que, após a audiência com o Presidente da República, a realizar-se na tarde de quinta-feira, compareçam ao Senado Federal e participem da arguição que estaremos fazendo ao Ministro José Serra.

Aproveitando a presença dos Senadores José Fogaça e Pedro Simon, Sr. Presidente, gostaria de informá-los a respeito do que foi por mim sugerido, ou seja, de que seria interessante que a representação do Rio Grande do Sul, após audiência com o Presidente da República, comparecesse ao Senado no momento em que estivermos arguindo o Ministro do Planejamento, para que nós refirmos também ao assunto dos calçados.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma)** – Na presente sessão, terminou o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1992 (nº 2.802/92, na Casa de origem), que altera os §§ 1º e 2º e acrescenta os §§ 3º, 4º, 5º e 6º ao art. 389 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

– Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1993 (nº 170/87, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 3º e parágrafo único do art. 6º, da Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985; e

– Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1994 (nº 3.434/92, na Casa de origem), que altera a *Consolidação das Leis do Trabalho*, dispondo sobre o *jus postulandi*, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista.

O Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1992, recebeu duas emendas e volta à Comissão competente para exame das mesmas.

As demais proposições não receberam emendas e serão incluídas em Ordem do Dia, oportunamente.

São as seguintes as emendas recebidas:

#### **EMENDAS OFERECIDAS AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 1992 (Nº 2.802, de 1992, na Câmara dos Deputados)**

**Altera os §§ 1º e 2º e acrescenta os §§ 3º, 4º, 5º e 6º ao art. 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**

##### **EMENDA Nº 1**

**Altera os §§ 1º e 2º e acrescenta os §§ 3º, 4º, 5º e 6º ao art. 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 112/92 a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:  
'Art. 389. ....



§ 1º Os estabelecimentos em que trabalham pelo menos 30 (trinta) trabalhadores, mulheres e homens com mais de 16 (dezesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido guardar, sob vigilância e assistência técnica e educacional, os seus filhos do período de amamentação até os seis anos de idade.

§ 2º .....  
 § 3º .....  
 § 4º .....  
 § 5º .....  
 § 6º .....

#### Justificação

A apresentação desta emenda tem por fundamento a maternidade como função social, ao preconizar a educação infantil como dever do Estado e a obrigação dos empregadores de atender aos filhos de seus empregados de ambos os sexos, não mais apenas das trabalhadoras, como disposto na atual CLT, ratificando o princípio da igualdade entre mulheres e homens, conforme disposto no art. 5º, inciso I, e no art. 7º, inciso XXV, da Constituição Federal.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1995. — Senadora **Benedita da Silva**.

#### EMENDA Nº 2

Substituam-se, no art. 1º do PLC 112/92, o qual dá nova redação ao art. 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-43, os parágrafos 1º, 3º e 6º pelos que se seguem:

§ 1º Os estabelecimentos, exceto as microempresas, em que trabalham pelo menos 30 (trinta) funcionários com mais de dezesseis anos de idade terão local apropriado onde seja permitido guardar, sob a vigilância e assistência técnica e educacional, os seus filhos do período de amamentação até os 6 (seis) anos de idade.

§ 3º Para a exigência contida no § 1º deste artigo as empresas poderão adotar o sistema de reembolso, cujo benefício deverá cobrir o pagamento da mensalidade da creche ou pré-escola de livre escolha do trabalhador, do período de amamentação até os 6 (seis) anos de idade.

§ 6º Vinte por cento dos recursos destinados ao SESC e SESI serão aplicados em investimentos em creches e pré-escolas para atendimento às empresas com até 100 (cem) trabalhadores com mais de 16 (dezesseis) anos de idade. As empresas com maior número de empregados não são beneficiadas com recursos oriundos desta fonte.

#### Justificação

A assistência aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas é direito dos trabalhadores assegurado pela Constituição Federal. A Constituição também tem por fundamento a maternidade como função social e a igualdade de tratamento entre homens e mulheres, devendo os empregadores atender aos filhos de seus empregados de ambos os sexos, não apenas das trabalhadoras.

**Emília Fernandes**

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Não foram designadas matérias para a Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h08min.)

#### ATA DA 54ª SESSÃO, REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 1995 (Publicada no DCN, Seção II, de 9 de maio de 1995)

#### RETIFICAÇÃO

Na página 7827, 1ª coluna, logo após o Requerimento nº 696, de 1995, na fala da Presidência:

**Onde de lê:**

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) — O requerimento fica prejudicado, em virtude de a matéria já ter sido adiada por duas vezes.

**Leia-se:**

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) — O requerimento fica prejudicado, em virtude da falta de quorum em plenário para sua votação.

#### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

#### ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 1995.

Às dez horas do dia seis de abril de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Antônio Carlos Magalhães, presentes os Senhores Senadores Flaviano Melo, Pedro Simon, Casildo Maldaner, Guilherme Palmeira, Hugo Napoleão, José Agripino, Joel de Hollanda, Geraldo Melo, Ludio Coelho, Epitácio Cafeteira, Benedita da Silva, Bernardo Cabral, Marluce Pinto, Sebastião Rocha, Romeu Tuma, José Alves, Carlos Wilson, e Pedro Piva, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Nabor Júnior, Humberto Lucena e Artur da Távola. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e submete a apreciação a Ata da reunião anterior; não havendo discussão e submetida a votação, é a mesma aprovada por unanimidade. A seguir, passa-se a apreciação da pauta, sendo determinado que, em consonância com o Regimento Interno, a reunião tome-se secreta, para que sejam ouvidos os Senhores Embaixadores Luiz Antonio Jardim Gagliardi, Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso e Romeo Zero, acerca das missões para as quais estão sendo indicados e, ainda, para deliberar sobre as seguintes matérias: **Mensagem nº 48, de 1995**, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor **LUIZ ANTONIO JARDIM GAGLIARDI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia"; tendo como Relator o Senhor Senador Pedro Simon; **Mensagem nº 70, de 1995**, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor **CYRO GABRIEL DO ESPÍRITO SANTO CARDOSO**, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos"; tendo como Relator o Senhor Senador Flaviano Melo e **Mensagem nº 80, de 1995**, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor **ROMEO ZERO**, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde"; tendo como Relator o Senhor Senador Joel de Hollanda. Reaberta a reunião, em caráter público, o Senhor Presidente, tendo em vista a necessidade do comparecimento dos Senhores Senadores à Sessão do Congresso Nacional, para apreciação e votação de matérias relevantes, resolve, juntamente com os demais membros da Comissão, realizar a apreciação e votação, em bloco, das demais maté-

rias constantes da pauta. Sendo assim, são deliberadas as seguintes matérias: item 04 – **Projeto de Decreto Legislativo nº 24 de 1993**, que, "aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Sociedades Mercantis, concluída em Montevideu, em 08 de maio de 1979"; tendo como Relator o Senhor Senador Geraldo Melo, com parecer favorável; item 05 – **Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1993**, que, "aprova o texto do Acordo de Cooperação para Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e seus Precursores e Produtos Químicos Imediatos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Brasília, em 16 de setembro de 1991"; tendo como Relator o Senhor Senador Romeu Tuma, com parecer favorável; item 06 – **Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1993**, que, "aprova os textos da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios de 1973, de seu Protocolo de 1978, de suas Emendas de 1984 e de seus Anexos Opcionais III, IV e V"; tendo como Relator o Senhor Senador Nabor Júnior, com parecer favorável; item 07 – **Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1994**, que, "aprova os textos do Protocolo sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador), adotado em São Salvador, em 17 de novembro de 1988, e do Protocolo Referente à Abolição da Pena de Morte, adotado em Assunção, Paraguai, em 8 de junho de 1990"; tendo como Relator o Senhor Senador Casildo Maldaner, com parecer favorável; item 08 – **Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1994**, que, "aprova o texto do Ajuste sobre Cooperação e Intercâmbio de Tecnologia de Saúde, complementar ao Acordo Sanitário de 16 de julho de 1971, celebrado entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Assunção, em 21 de julho de 1992"; tendo como Relator o Senhor Senador Casildo Maldaner, com parecer favorável; item 09 – **Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1994**, que, "aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e uso de Armas Químicas existentes no mundo, assinada pelo Brasil em 13.01.93"; tendo como Relator o Senhor Senador Casildo Maldaner, com parecer favorável quanto ao mérito e, também, pelo exame da Comissão de Assuntos Sociais; item 10 – **Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1994**, que, "aprova o texto do Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial Trabalhista e Administrativa, concluído pelos governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, em Las Leñas, em 27.06.92, no âmbito do Tratado de Assunção"; tendo como Relator o Senhor Senador Sebastião Rocha, com parecer favorável; item 11 – **Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 1994**, que, "aprova o texto das Emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional (IMO), adotadas pela Resolução A. 724 (17), durante a XVII Sessão Regular da IMO, em Londres, em 7 de novembro de 1991"; tendo como Relator o Senhor Senador Sebastião Rocha, com parecer favorável; item 12 – **Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1994**, que, "aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia, em Brasília, em 10 de maio de 1993"; tendo como Relatora a Senhora Senadora Benedita da Silva, com parecer favorável; item 13 – **Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 1994**, que, "aprova o texto do Acordo no Domínio dos Transportes Marítimos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Popular de Angola, em Luanda, em 28 de janeiro de 1989"; tendo como Relatora a Senhora Senadora Benedita da Silva, com parecer favorável; item 14 – **Projeto de Decreto Legislativo nº 94**, que "aprova o texto do Acordo sobre Comércio e

Cooperação Econômica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, em Brasília, em 23 de fevereiro de 1994"; tendo como Relatora a Senhora Senadora Benedita da Silva, com parecer favorável; item 15 – **Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1994**, que, "aprova o Acordo-Quadro de Cooperação celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Brasília, em 07.05.91"; tendo como Relator o Senhor Senador Lúdio Coelho, com parecer favorável; adiada a apreciação do item 16 – **Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 1994**, pela ausência justificada do Senhor Relator, Senador Humberto Lucena; item 17 – **Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1993**, que, "aprova os textos da Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias, celebrada no Panamá, em 30 de janeiro de 1975, na I Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado, e do seu Protocolo Adicional, celebrado em Montevideu, em 8 de maio de 1979"; tendo como Relator o Senhor Senador Bernardo Cabral, com parecer favorável. Esgotados os assuntos da Pauta, o Senhor Presidente agradece a presença de todos, dando por cumprida a finalidade da sessão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação.

Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, Presidente.

#### ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 1995.

Às dezessete horas do dia doze de abril de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães, presentes os Senhores Senadores Nabor Junior, Flaviano Melo, Pedro Simon, José Agripino, Artur da Távola, Benedita da Silva, Bernardo Cabral, Marluce Pinto, Sebastião Rocha, Romeu Tuma, Mauro Miranda, Ronaldo Cunha Lima, Edison Lobão, Ademir Andrade, e, ainda, os Senhores Senadores Valmir Campelo, Sérgio Machado, Esperidião Amin, Elcio Alvares, Jader Barbalho, Eduardo Suplicy, Roberto Requião e Roberto Freire, não membros, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Casildo Maldaner, Humberto Lucena, Guilherme Palmeira, Hugo Napoleão, Joel de Hollanda, Geraldo Melo, Lúdio Coelho e Epitácio Cafeteira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e submete à discussão e votação a ata da reunião anterior, que é aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente esclarece a finalidade da reunião, salientando que a mesma destina-se a ouvir, em audiência pública, os Senhores Ministros Ronaldo Mota Sardenberg, da Secretaria de Assuntos Estratégicos e Mauro José Miranda Gandra, da Aeronáutica, sobre o Programa de Implantação e Execução do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, que comparecem à Comissão em atendimento ao deliberado por este Colegiado por proposta dos Senhores Senadores Bernardo Cabral e Jader Barbalho. Dessa forma, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Ministro Ronaldo Mota Sardenberg, e, posteriormente, ao Senhor Ministro Mauro José Miranda Gandra, para fazerem suas exposições. Concluída a fala dos Senhores Ministros, passa-se à fase de interpelações, quando usam da palavra os Senhores Senadores Jader Barbalho, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Sebastião Rocha, Bernardo Cabral e Esperidião Amin, cujo o inteiro teor dos debates é transcrito na íntegra, em anexo a esta. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Ministros e dos Parlamentares presentes, encerrando a reunião, pelo que eu, Paulo Roberto Almeida Campos,



Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, Presidente

### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Presidente: Senador Antônio Carlos Magalhães

Vice-Presidente: Senador Bernardo Cabral

#### ANEXO A ATA DA REUNIÃO DO DIA 12 DE ABRIL DE 1995, QUE SE PUBLICA DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO SENHOR PRESIDENTE

Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião do dia 12 de abril de 1995.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Há uma Ata. Pode ser dispensada a sua leitura, tendo em vista que está sobre a mesa para o conhecimento dos Srs. membros da Comissão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira se manifestar, colocarei em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esta reunião foi convocada, por deliberação da própria Comissão, com o objetivo de ouvir os Ministros Ronaldo Sardenberg, titular da Secretaria de Assuntos Estratégicos, e Mauro José Miranda Gandra, titular da Pasta da Aeronáutica, que vêm à Comissão para prestar esclarecimentos sobre o Programa de Implantação e Execução da Vigilância da Amazônia, também conhecido como SIVAM.

Objetivando dar uma melhor orientação a essa reunião concederei a palavra ao Ministro Ronaldo Sardenberg, para que faça a sua exposição.

**O SR RONALDO SARDENBERG** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o convite que, em tão boa hora, nos foi formulado, a mim e ao Brigadeiro Gandra, tendo em vista a atenção que vem sendo devotada ao SIVAM pelo Congresso e pela imprensa.

O fato de ser esse projeto de interesse verdadeiramente nacional, a disposição do Ministro da Aeronáutica e a minha é a de prestar todas as informações que sejam de nosso conhecimento. O Senado Federal e o público certamente têm todo o direito de serem informados e esta reunião será um meio importante para fazê-lo.

Na realidade, temos atendido a todas as solicitações, requerimentos de informações e outras iniciativas que recebemos de ambas as Casas, e mantido grande número de contatos pessoais com parlamentares, com vistas a trocar idéias sobre esse assunto e esclarecer dúvidas acaso existentes.

A nossa convicção – a convicção do Governo – é a de que o Projeto SIVAM/SIPAM é um projeto importante, um grande projeto, que deve ser impulsionado.

Na realidade, esta é uma iniciativa que remonta a décadas anteriores, vem do passado. É, até certo ponto, um prolongamento das sucessivas fases do Projeto DACTA, de controle de vôo; mas ele vai além da questão do controle de vôo e defesa aérea. Sua concepção decorre não apenas da convicção de que era imperioso estender essa cobertura à Amazônia, mas também que os problemas que caracterizam a região justificam a adoção de um mecanismo mais amplo, tecnologicamente avançado, que pudesse contribuir para a solução dos seus problemas.

Assim, o SIVAM/SIPAM foi estruturado também em termos de um projeto de levantamento de dados, de variada ordem, e que terá um impacto multidisciplinar e de longa duração. Conseqüentemente, sua operação irá interessar a quase todos os ministérios, aos governos estaduais e aos governos municipais na região. Representará – esperamos – a recuperação de um atraso histórico com a utilização de tecnologias muito avançadas, com vistas a resgatar a Amazônia do abandono histórico e acelerar seu processo de integração na sociedade nacional.

A própria concepção de desenvolvimento da região, em condições saudáveis, tanto do ponto de vista ambiental quanto do ponto de vista social, será afetada de forma positiva pelas informações que serão coletadas, analisadas e disseminadas nos quadros do Projeto SIVAM/SIPAM.

Todos esses fatores e mais a confiança no processo de implantação do SIVAM levaram o atual Governo a apoiá-lo.

Nossa expectativa é a de que a Amazônia possa entrar o próximo milênio em condições mais satisfatórias que as atuais, e o primeiro passo nesse sentido, em benefício de sua população, em benefício do seu desenvolvimento, é usar de forma competente a tecnologia moderna de levantamento e conhecimento de dados, que assim informará os futuros projetos e programas de desenvolvimento na região, além de ter outros aspectos de uso imediato.

Desde que assumi a Secretaria de Assuntos Estratégicos, tenho procurado estudar essa questão, a questão do SIVAM/SIPAM. Participei de várias reuniões com o meu antecessor, estive várias vezes com o Brigadeiro Gandra, Ministro da Aeronáutica, e com outras pessoas, para receber informações, briefing e dados.

Espero que hoje, com este depoimento, possamos, no limite apenas do conhecimento de cada um, esclarecer dúvidas que possam existir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Brigadeiro Gandra, Ministro da Aeronáutica.

**O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA** – Tenho a impressão de que, como intróito, o Ministro Sardenberg já disse quase tudo que devia ser dito.

Entretanto, na presença dos nobres Senadores e Senadoras, farei algumas considerações:

A Amazônia tem sido um problema nacional. É comum transformarem-se os problemas em equação. Portanto, vejo a Amazônia como um problema, mas armada numa equação. Essa equação é, de certa forma, procurada por todos os brasileiros, para que, uma vez resolvida, traga ao Brasil a integração definitiva da Amazônia e a manutenção de sua soberania.

No caso específico da discussão, que, aliás, é uma discussão boa, porque traz problemas que talvez não tivessem sido levantados antes, mas tem, a meu ver, um problema de raiz, ou seja, aqueles que apóiam o programa e os que não apóiam talvez estejam vendo a equação com sinais trocados. Entretanto, tenho a certeza de que todos os brasileiros, patriotas que são, têm o mesmo objetivo, que é o de resolver o problema de integração definitiva da Amazônia, manutenção de sua soberania, solução dos problemas, principalmente da gente da Amazônia.

Penso que, de certa forma, é isso que estamos fazendo aqui. Como disse o Ministro Sardenberg, estamos dispostos a prestar os esclarecimentos. Acredito que, para ordenar, seria interessante uma apresentação do Presidente do C.C./SIVAM(?), que é um homem que há mais de quatro anos vem trabalhando no assunto, e depois dessa apresentação, quando então todos os conhecimentos daqueles que ainda não os têm, porque muitos dos Senadores aqui presentes já os têm, uma vez que o ex-Ministro Lobo veio a esta Comissão pelo menos três vezes. Após a equalização desses co-

nhcimentos, dispomo-nos a responder todas as perguntas que foram formuladas.

Sr. Presidente, era o que teria a dizer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Na minha inteligência, V. Ex.<sup>a</sup> pode incorporar como parte de sua exposição. Se é assim, pode ser.

**O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA** – É o que gostaria, exatamente como parte.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra ao Brigadeiro Marco Antônio de Oliveira.

**O SR. ELCIO ALVARES** – Sr. Presidente, pela ordem. Parece-me que este depoimento é da mais alta importância. Não tenho certeza de que ele está sendo gravado. Então, seria interessante que o exposito tivesse oportunidade de falar perto do microfone.

Muito obrigado.

**O SR. MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA** – Senhoras e Senhores, obrigado pela oportunidade que nos foi dada de apresentar o projeto SIVAM à Comissão de Relações Exteriores.

O Projeto SIVAM não nasceu no último ano, já conta quatro anos. Em 1988/89, dávamos os primeiros passos para a concepção do sistema SIVAM, sem saber ainda o nome. Coberta toda a Região Sul do País, e estando por terminar a cobertura de radares da Região Sudeste, tínhamos o planejamento de iniciar imediatamente a cobertura da região amazônica com nossos radares para fins de controle de tráfego aéreo, evidentemente para a segurança da navegação aérea. Contávamos, então, apenas com um radar, em Belém, e planejávamos um radar em Manaus e Boa Vista, porque nos parecia, àquela época, que seriam suficientes para atender à demanda do tráfego naquela região.

Aquela época – e precisamos contar um pouco da história, para situar o SIVAM no seu contexto histórico – tínhamos um problema muito sério da presença de garimpeiros na área ianomâmi. A Presidência da República encarregou o Ministério da Aeronáutica de retirar esses garimpeiros da área ianomâmi. E por que o Ministério da Aeronáutica? Porque era óbvio que todos os garimpeiros chegavam ao garimpo em pequenas aeronaves. Se o Ministério da Aeronáutica tivesse competência de impedir que essas aeronaves voassem para as regiões de garimpo, certamente esse problema estaria resolvido. A questão era apenas retirar os garimpeiros, que não sobreviveriam sem o necessário apoio logístico.

O Ministério da Aeronáutica mobilizou seus recursos para uma ação emergencial de fiscalização: apreender todas as aeronaves irregulares e não permitir vôos para a região indígena. Isso foi feito durante um período muito curto, porque uma ação judicial impediu que o Ministério da Aeronáutica continuasse nesta ação. Além da medida judicial, identificou-se, naquele exato momento, que tínhamos muitos outros componentes associados à questão indígena. Não se tratava apenas de retirar os garimpeiros das áreas indígenas; tínhamos que colocá-los em algum lugar. Pedia-nos o governador de Roraima que este lugar não fosse Boa Vista, porque a cidade não tinha infra-estrutura capaz de suportar tantos garimpeiros retornando dos garimpos das áreas indígenas, o que se estimava ser da ordem de 50 mil garimpeiros.

O Ministério da Aeronáutica, incapaz de cumprir a missão que lhe foi determinada pela Presidência, levou o problema ao Presidente. Assim, foi criada a Operação Ianomâmi 2. Seriam retirados os garimpeiros com o apoio do Exército e da Polícia Federal. E todos nós nos lembramos do que ocorreu naquela ocasião. Tivemos problemas, incidentes graves, de parte a parte, e novamente uma ação judicial impediu que a ação fosse levada a cabo.

Diante dessa situação, concluímos que a operação de retirada de garimpeiros das áreas indígenas não se limitava somente a impedir o seu acesso àquela região. Baseado nisso, foi feito 1990

um documento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, uma exposição de motivos, assinada pelos Ministros da Justiça e da Aeronáutica e pelo Ministro-Chefe da SAE. Nós apresentamos apenas o que pedíamos ao Presidente. Os argumentanda praticamente já apresentamos aos senhores.

O que pedimos ao Presidente é que a SAE implementasse um sistema nacional de coordenação que permitisse aos órgãos governamentais reprimir todos os ilícitos que ocorriam na região amazônica, porque o governo agia de modo descoordenado nessas ações.

Ao Ministério da Aeronáutica caberia implementar um sistema de vigilância, porque sabemos, ainda hoje, que o elemento fundamental para o transporte na região amazônica continua sendo o avião. Se pudéssemos vigiar os céus da Amazônia, se pudéssemos controlar o tráfego lícito e ilícito, estaríamos contribuindo fortemente para manter uma vigilância sistemática na região amazônica. Ao Ministério da Justiça caberia estruturar um conjunto de medidas que se permitisse integrar ao sistema, de forma a habilitá-lo ao desenvolvimento das ações e de suas responsabilidades. O Ministério da Justiça não só tinha a Polícia Federal como também a FUNAI, dois órgãos especialmente importantes nesta missão. Além disso, era preciso estruturar um conjunto de medidas legais que permitisse que, ao interceptar um avião, fosse permitida uma ação repressiva sobre essa aeronave. Atualmente, não aplicamos tal legislação, a não ser em caso de guerra. O Presidente autorizou. Ao autorizar, empreendemos os primeiros trabalhos para conceber tudo aquilo que nós propusemos e o Senhor Presidente havia aprovado. Começamos, então, a perceber que o problema era muitíssimo mais complexo do que nós havíamos antecipado anteriormente. Nós não tínhamos apenas um problema de áreas indígenas, nós não tínhamos apenas um problema de mineração irregular, nós tínhamos problemas de desvio de exploração de recursos naturais, de contrabando, de narcotráfico e de guerrilha.

Nós tínhamos problemas sérios aqui, nesta região, em que os guerrilheiros colombianos apoiavam fortemente os seus garimpeiros, e deles cobravam dívidas. O ouro adquirido, eles trocavam por drogas ou, diretamente, por armas. Ou, ainda, era utilizado para lavar o dinheiro dos narcotraficantes. Nós só tomamos conhecimento mais fortemente – aliás, o País só tomou conhecimento disso – quando perdemos cinco soldados de uma patrulha do Exército, que impedia os garimpeiros colombianos de garimparem do lado brasileiro. E, por oportuno, é bom que se diga: garimpeiro não tem fronteira. Ele não sabe e não deseja saber se está na Colômbia ou na Venezuela. Ele sabe que há ouro e que vai tirá-lo dali.

Então, não é só um problema de ilícito com relação às áreas indígenas, mas começamos a ter problemas diplomáticos. Todos os senhores estão lembrados daquele avião nosso que foi metralhado do outro lado da fronteira.

Nessa área de Guajará-Mirim, Assis Brasil e Brasília, identificamos um forte contrabando e forte narcotráfico. Os narcotraficantes usavam as rotas via Tefé, para sair, por Belém, e, depois, para o Caribe; e a rota via Eirunepé para voarem direto, também, para o exterior.

A essa época, colocamos um radar em Boa Vista e, em menos de um mês, não identificamos 800 vôos sobre a região. Muitos deles, naturalmente, eram vôos de garimpeiros, mas mais de 400 desses vôos, não sabíamos, exatamente, do que tratavam. E não sabíamos porque as características de vôo não poderiam ser comparadas com os pequenos aviões que levam e trazem os garimpeiros.

Ao percebermos que a situação era muitíssimo mais complexa, tivemos que buscar, de forma mais organizada e mais científica, as causas, porque não era possível que nós nos preocupássemos apenas em atacar os efeitos. Buscamos, nas consequências da exploração desordenada da Amazônia, algumas das causas que es-

tavam produzindo os efeitos que estávamos sentindo: a ocupação dos espaços de forma inadequada, ações predatórias de todo tipo.

Não é possível estabelecer uma cultura sobre uma determinada região sem que se interfira no meio-ambiente: redução da biodiversidade – onde o homem pisou, ele reduziu a biodiversidade –, ocorrência de ilícitos de toda ordem, degradação ambiental, concentração populacional pela frustração ou êxito dos grandes projetos, deterioração dos serviços urbanos – é evidente, uma coisa é consequência da outra –, degradação do serviço de saúde e agravamento dos aspectos sócio-econômicos.

Mas o que o Brasil mais sentia eram os efeitos, e os efeitos se faziam fortemente numa época em que o Brasil era colocado como réu no banco dos países desenvolvidos. Mas, a nível interno, a imprensa sempre evidenciou interesses conflitantes, como podemos ver até hoje. Não há uma unanimidade quanto a isso. Ainda bem! Os grupos ecológicos, buscando espaço e soluções, ninguém tenha dúvida de que a Amazônia é, hoje, o grande pólo ignitor da questão ecológica.

Abordagens unilaterais e, alguma vezes, consideradas extremadas, planejamentos estanques e ações emergenciais. Demos dois exemplos aqui: a Operação Ianomâmi 1 e Operação Ianomâmi 2. E fizemos ainda uma operação de atendimento de saúde, na área dos ianomâmis. Tudo o que o governo fazia, era emergencial. Nós íamos, fazíamos e voltávamos, imediatamente, porque ninguém ficava na região para manter, sistematicamente, uma presença do governo. E daí, o maior fator adverso: a fragilidade do poder público na região.

E, em nível internacional, a contestação forte do modelo de desenvolvimento regional. Modelo que não inventamos, modelo que estamos importando deles. E aí temos que nos reportar, por exemplo, à década de 80, quando, pela primeira vez o satélite mostrava as grandes queimadas na Amazônia, trazendo sofrimento em termos de sermos, inclusive, qualificados como os bárbaros do século XX, porque estávamos queimando a Amazônia. Esqueciam eles que, se estávamos queimando a Amazônia, queimando biomassa, queimavam eles os planetas porque queimam em grande quantidade combustível fóssil, muito mais do que todos os países subdesenvolvidos.

Mas é preciso que também compreendamos que o Brasil e os outros países em processo de desenvolvimento buscam o mesmo modelo, que apresenta hoje a degradação ambiental perceptível não só no Hemisfério Norte mas também em todo o planeta.

A criação de uma imagem nociva do País no exterior. Não havia um jornal que não contivesse uma menção depreciativa do Brasil nessa época. Aliás, as notícias que víamos no exterior e coletávamos do Brasil não davam conta de nenhuma reação do Governo brasileiro no sentido de estancar esse processo de depredação do meio ambiente que estava ocorrendo na Amazônia, sobretudo em consequência do planejamento governamental, que pela primeira vez foi nosso, incrementando incentivos fiscais para que desenvolvêssemos grandes projetos na Amazônia. E hoje sabemos até o nome do zoneamento ecológico e econômico.

Não sabíamos usar a Amazônia como ainda não sabemos, e não sabemos porque não a conhecemos. As pressões internacionais do G-7. E aqui gostaria de fazer a observação: nunca acreditei em dinheiro a fundo perdido. Seria conveniente que nós, brasileiros, tivéssemos muita atenção com essa questão dos dinheiros a fundo perdido. O que estamos cedendo em troca, quais são os compromissos que estamos assumindo? Serão eles menos importantes ou danosos ou daninhos ao Brasil do que o fato de contrarmos equipamentos estrangeiros para instalar em nosso País?

Redução do fluxo de recurso. Isto para nós é mortal, uma vez que o Brasil carece de recursos para se desenvolver, e precisa-

mos a toda hora de recursos e não os tínhamos. A BR-364 foi paralisada por falta de recursos. Nenhum outro recurso entrou para produzir qualquer desenvolvimento na Amazônia. Precisávamos continuar a desenvolver o que era causa. E o que tínhamos como causas? Tínhamos que atacá-las, e aqui listamos um conjunto de fatores que gostaríamos de mostrar com mais ênfase. Primeiro, a atuação ineficaz das instituições públicas.

Ineficaz por falta de energia, porque o homem estava lá apenas guardando uma posição, absolutamente sem recursos e sem meios. E aqueles que conhecem os PINs – postos indígenas – sabem muito bem que o homem que está ali não consegue sequer se comunicar com o resto do Brasil. Sabem que os postos do IBAMA também não têm recursos para coibir a depredação que se faz do lado dele e sabem também que muitas vezes o nosso agente é cooptado pelo poder econômico, que deseja desmatar e retirar algum bem ou alguma riqueza da nossa natureza. Essa é a causa final de tudo que estudamos, a causa-síntese: a presença efetiva do Estado.

E tínhamos e temos o desafio de o Brasil urgentemente pôr em prática um programa de governo suficientemente estruturado que permita a promoção do desenvolvimento da região amazônica e que propicie harmonia entre as necessidades humanas e ambientais.

Vejo que temos muitos Senadores da Amazônia. Não queremos ensinar sobre a Amazônia para alguém. O que queríamos apenas é que refletissem sobre isso, o que significa a Amazônia para o Brasil – 5,2 milhões de quilômetros quadrados, comparativamente 55% do território americano e 50% da superfície da Europa, 60% do território brasileiro, 12% da nossa população e com 3,2 habitantes por quilômetro quadrado. Novamente fazemos um reparo: isto é uma mentira, porque a distribuímos homogeneamente e sabemos que esta população está concentrada em alguns locais, um terço das florestas tropicais do planeta e a maior bacia de água doce do mundo. Isto é uma riqueza incomensurável e sobre a qual precisamos ter consciência.

Os números estão nítidos e visualizá-los é bem melhor. A Amazônia corresponde a 32 países da Europa e o Brigadeiro Mauro José Miranda Gandra dizia ainda há pouco que a Amazônia é um problema e temos uma equação, que consiste em transformar a Amazônia em solução, não para os outros, mas para nós, brasileiros. Com esse intento é que mostramos esse quadro.

Levamos quatro milhões de anos, cientificamente pesquisados, para atingir o primeiro bilhão de habitantes na terra; o segundo bilhão atingimos em cem anos; o terceiro, em pouco mais de trinta anos. Se continuar no mesmo nível, na virada do século estaremos com seis bilhões de pessoas. O último espaço vazio no mundo, decentemente habitável, rico, é a Amazônia. Ninguém vai morar na Sibéria, nos pólos ou nos desertos da África.

A equação que apresentamos para transformar a Amazônia de problema em solução é a criação do sistema de proteção à Amazônia, com o objetivo explicitado no pedido que encaminhamos ao Presidente da República, que consiste em um sistema nacional de coordenação, um grande fórum em que poderemos integrar e avaliar informações entre os órgãos do Governo e poder produzir planejamento e ações coordenadas entre esses mesmos órgãos do Governo, sempre respeitando a posição institucional de cada um.

Demos o nome de "Ações Estratégicas". Na realidade, quebramos o problema em tantos problemas menores para os quais temos um conjunto de soluções. A primeira solução é gerar conhecimento atualizado sobre a Amazônia. Se não o gerarmos, certamente não saberemos usar a Amazônia. Não temos uma Amazônia, mas várias. A segunda seria sistematizar o controle, a fiscalização, a monitorização e a vigilância da região. A terceira, expandir e

aprimorar os meios de comunicações. Não temos comunicações, hoje, na Amazônia; os meios são incipientes. A quarta seria integrar diferentes recursos técnicos com o objetivo de reduzir esforço e assegurar a dinâmica do processo e eficácia dos resultados.

Queremos um conjunto de medidas e de soluções que nos permita efetivamente dizer que a Amazônia é nossa, que o poder público está presente e que temos condições científicas de usá-la.

Quem seriam os participantes desse sistema? São todas as organizações do Governo que têm responsabilidade direta sobre a região Amazônica – diretamente, vale dizer, porque todos temos essa responsabilidade – e mais os Governos dos Estados. Não podemos simplesmente pretender fazer uma intromissão no estado. A municipalidade, que tem sido também ouvida, faz parte integrante do sistema. Vamos chegar em nível de município e produzir soluções nesse nível e, para isso, é preciso que a municipalidade esteja mobilizada.

Mas viemos aqui falar do SIVAM.

Pouco adiantaria, eu diria, a concepção gráfica ou pouco adiantaria criar mais um órgão no Governo se esse órgão não tivesse energia, eficácia ou eficiência. É por isso que existe o SIVAM, que tem a finalidade precípua de se constituir num conjunto de meios para produzir o conhecimento essencial às atividades do sistema de proteção à Amazônia. Visa produzir informações para *aquela fórum em que se vão debater as políticas da Amazônia*, não é debater as políticas tentando pular na frente dos órgãos responsáveis, setorialmente, pela política da região Amazônica. É cooperação o sentido do SIVAM.

O SIVAM compreende três grandes subsistemas:

1 – o sistema de aquisição de dados, que consiste em obter as informações. A informação bruta é muito pouco utilizada e há também informação perecível, que é usada no momento ou não se usa mais. Temos um tratamento dessas informações para dar ao cliente o conhecimento da forma que ele quer e no tempo em que ele deseja. É por isso que temos um forte sistema de tratamento de dados e de imagens.

De nada adiantaria que isso ficasse restrito a um determinado órgão. Por essa razão, um grande sistema de comunicações vai produzir a comunicação desde o cidadão que está no posto indígena até o presidente da FUNAI. O conceito de integração da informação é que não podemos pretender mais que uma estação meteorológica seja hoje de uso exclusivo do INPE ou do Ministério da Aeronáutica, do Ministério da Agricultura ou do Ministério da Marinha, que são os que mais usam a informação meteorológica neste País. Ela tem que ser usada para diferentes fins, e não só para controle de tráfego aéreo, para monitorização ambiental, para as políticas de uso de solo. O que se pretende é otimizar o mesmo dispositivo para diferentes fins. Evidentemente, vamos produzir um extraordinário banco de dados. Vamos impelir os usuários a trabalharem pela quantidade de informação disponível. E ele não poderá jamais se esquivar de ter tomado uma atitude, emergencial ou não, pela falta de informação. Teremos um poderoso banco de dados sobre a Amazônia. Para se colocar a informação para o usuário e ligá-la a esse banco é necessário a telecomunicação. Pictoriamente, mostraremos ainda que temos um avião de vidência aérea que complementa a informação satélite, que é limitada, sobretudo as que temos acesso.

Precisamos de aeronaves de sensoriamento remoto, precisamos mapear a Amazônia. Não vamos mapear a Amazônia com a precisão de um metro, coisa que este País nunca teve capacidade para fazer. Sempre que necessário tivemos que contratar serviços de outros para fazer esse mapeamento. Vamos vigiar os céus o tempo todo com radares fixos, radares móveis, radares em aviões, de tal forma que exercemos uma vigilância completa sobre a

Amazônia, sobretudo nas áreas críticas. Falar em vigilância completa sobre a Amazônia é uma proposição de risco, mas com relação às áreas críticas nós nos perdemos. As informações geradas pelos próprios usuários, a radiolocalização, nós rastreamos as equipes do INPE e INPA que estão operando na região Amazônica. Nós sabemos, por exemplo, ao olharmos para uma tela como esta, qual é a posição geográfica dessas equipes. As comunicações, como já dissemos, são importantíssimas e se são importantes para nós elas o são também para aqueles que executam ações ilícitas. Vamos ouvir as comunicações em todo o espectro hoje utilizado.

Quanto aos monitores ambientais, nós hoje estamos com uma capacidade para duzentos e pretendemos subir para seiscentos monitores ambientais. Vamos medir a qualidade do ar, a qualidade da água, a vazão dos rios, a umidade, vamos medir a espessura da camada de ozônio, o tempo todo. Essas informações entrarão automaticamente nesses centros, sem a necessidade de o homem estar monitorando ou transmitindo. Elas entrarão automaticamente nesses centros. Por isso é que dissemos que ao completarmos esse conjunto de informações vamos produzir informações suficientes para nenhum órgão dizer que deixou de tomar determinada atitude por falta de informações sobre a região.

Quanto à questão das telecomunicações, mostramos esquematicamente aqui os troncos básicos de Belém, Manaus, Porto Velho e Brasília. Também mostramos as cidades da rede secundária, até onde atinge essa rede e mostramos a rede terciária, porque seria muito complicado mostrar, em toda a Amazônia, onde vamos atingir com as telecomunicações. Mas todos os pontos, como Tabatinga, São Gabriela da Cachoeira terão uma rede terciária. Por isso dissemos que o cidadão aqui, por exemplo, em Melo Franco, vai passar a mão no telefone, vai discar meia dúzia de dígitos e vai chegar em Brasília imediatamente, não só com voz mas com texto e imagem.

Para que V. Ex.<sup>as</sup> tenham uma idéia da envergadura do projeto, sobretudo na área de telecomunicações, temos previstos mil localidades para chegarmos. Com relação à cobertura de radares, não pretendemos que a imprensa noticie jamais tragédias como aquela do Comandante Gares. Nós teremos absoluta cobertura na Amazônia. O que está em vermelho aqui significa o que já está funcionando, usando recursos do Ministério da Aeronáutica, radares que foram transferidos do Sul do País para o Norte do País e usando recursos financeiros do orçamento da SAE nós já estamos com Manaus, Boa Vista, Gabriel da Cachoeira operando; Tabatinga entra em operação antes de julho deste ano. São radares diferentes e que não estão em áreas críticas. Talvez tenhamos que fazer alguma mudança aqui porque há uma área de mineração e narcotráfico nessa região de Conceição do Araguaia. Mas também é certo – e vãos requerimentos de informações a esse respeito já nos foram enviados – ou seja, se o radar não tem limitações técnicas e que não vamos obter cobertura total. É verdade, pois não há como se obter cobertura total de radar na Amazônia para o tráfego ilícito. É só o avião voar baixo que não vamos enxergá-lo. Mas para enxergarmos quem voa baixo vamos ter aviões equipados com radares. Ele pode até taxiá-las pelas pistas, se houver pistas, mas vamos enxergá-lo desde que se mova. Teremos seis aviões. Seis aviões são suficientes? Não, mas são suficientes para as áreas críticas e é também o que poderemos fazer. Os recursos tinham que ser repartidos entre todos os segmentos do SIVAM.

Nós listamos algumas potencialidades do sistema na área de saúde, na área de uso do solo, meio ambiente, controle de tráfego e vigilância. São apenas algumas das potencialidades que teremos disponíveis imediatamente após o início do sistema SIVAM, após o início da operação dos nossos centros.

Terminamos a parte conceitual sobre o SIVAM e talvez isso interesse mais porque é o que está em destaque na imprensa hoje. Como é que nós adquiriremos e instalaremos esses sistemas?

Depois de concebido o sistema, vamos produzir não só as informações de natureza estratégica, de defesa, mas uma quantidade de informações de natureza econômica fantástica percebemos que não poderíamos deixar que essas informações fossem manipuladas por quem quer que fosse; ou seja, queríamos evitar, primeiro, que utilizando a lei, no amparo da lei, uma empresa que se habilitasse para adquirir os documentos do edital tivesse acesso a informações que são estratégicas, não só para a defesa mas também para a repressão dos ilícitos que temos na região. Foi por isso que pedimos ao Presidente a dispensa da licitação. A dispensa da licitação não foi feita para entregar debaixo dos panos para uma empresa ou para quem quer que seja todo o sistema SIVAM. Ela foi feita para se preservar isso. Nós fizemos, no passado, licitação para comprar os radares brasileiros e alguém contestou isso? Não. Mas nós pedimos ao Presidente e nós nos autolimitamos. O texto que está aqui fomos nós que o propusemos ao Presidente. Nós dispensamos o art. 1º mas não abrimos mão de que fossem promovidas consultas para se obter os melhores preços e as melhores condições técnicas e de financiamento. O conselho de defesa foi reunido e com autorização do conselho de defesa o Sr. Presidente assinou o decreto. Toda concorrência tem princípios bastante claros, princípios básicos, que são os da publicidade e o da competitividade. Se nós não produzirmos a publicidade não há como se ter a competitividade. Havia que se produzir alguma coisa e colocá-la disponível para aqueles países que tinham competência ou condições de produzir e fornecer os equipamentos e sobretudo os financiamentos para o Brasil. Montamos um conjunto de informações que é a configuração dos requisitos básicos do sistema, requisitos que têm sido às vezes tomados... Alguém nos pergunta, por exemplo, mas vocês deram informações para os países estrangeiros? Nós demos as informações essenciais para que eles pudessem fazer uma proposta, senão não teríamos como ter uma proposta na mão. Mas as informações que são consideradas sigilosas nunca foram incluídas nesses documentos.

Quanto às instruções para participação, são as regras do jogo, como temos num edital de qualquer licitação. Quanto ao escopo da participação da empresa integradora brasileira, nós não poderíamos permitir que aqui viesse uma empresa estrangeira e nos fornecesse equipamento, montasse todo *soft* do sistema, como já foi feito no País e depois eles fossem embora e ficassemos com uma brilhante caixa preta. Nós precisávamos ter alguém no País que pudesse controlar o *soft*. Nós precisávamos de alguém no País que tivesse as informações sobre a integração desses equipamentos. Como é que um equipamento que produz informações meteorológicas casa com um equipamento que produz informações por satélite? São técnicas importantes e que nem sempre dominamos. Não são todas as empresas que dominam essas técnicas. E não poderíamos jamais deixar que isso ficasse na mão realmente na mão de quem não devesse ter essas informações!

É por isso que incluímos como obrigatoriedade a existência de uma empresa brasileira. Esclarecimentos gerais, porque quando receberam essas informações, eles fizeram milhões de perguntas, e nós respondemos a todas elas, sempre por intermédio das Embaixadas.

Nós tínhamos que distribuir essa documentação, mas como fazê-lo sem publicar em jornais? Como fazer a publicação e garantir o sigilo? Então, a SAE preparou, junto com o Ministério das Relações Exteriores, uma relação de dezesseis países. Encaminhamos a eles a documentação e o termo de sigilo. Eles seriam responsáveis solidariamente com a empresa a quem fossem distribuídos esses documentos, pelo sigilo contido naqueles documentos.

Nós queríamos usar as Embaixadas como nossas parceiras nessa questão do sigilo. Não queríamos que empresas, usando de subterfúgios, empresas que tivessem atividades irregulares, mas com fachada brilhante, pudessem ter acesso a esses documentos.

E foi assim que fizemos a divulgação. E para as empresas brasileiras, o que também é muito questionado, publicamos um edital nos jornais mais importantes do País, informando sobre o Sistema, informando as áreas para as quais necessitaríamos de credenciamento de empresas, e credenciamos 130 empresas para fornecimento de materiais no Brasil.

Ao final, tivemos a maior concorrência de que já se teve notícia neste País, em termos de comparecimento de grupos e empresas. Nunca houve no Brasil nenhuma concorrência internacional com 62 empresas participando, ou até mais de 62 empresas, em quatro grupos: um capitaneado pela Raytheon, americana; o grupo alemão-italiano, capitaneado pela Dasa e Alenia; o grupo UNIX, americano; e o grupo Thompson-Alcatel, francês.

Fizemos uma recomendação para as empresas brasileiras: que não se associassem em definitivo com nenhum grupo, porque as empresas brasileiras ganharão com qualquer grupo que venha a ganhar. Estará reservada a fatia para as empresas brasileiras participarem. Por isso é que V. Ex.<sup>as</sup> vêem repetida a EMBRAER em quase todas elas, e outras empresas. Além dos quatro grupos, tivemos empresas que se apresentaram isoladamente, para o fornecimento de segmentos específicos, porque nós não proibíamos.

Como foi feita a seleção da empresa integradora brasileira? A SAE preparou documentos e os encaminhou ao Sindicato Nacional dos Consultores, ao Sindicato Nacional de Informática, dizendo das características do Sistema e dizendo ao Sindicato que ele assumisse a responsabilidade pelo relacionamento das suas filiadas, indicando-nos as empresas que estavam interessadas; e já deixávamos um *menu* de potencialidades, de exigências que faríamos dessas empresas, para fazermos a seleção final.

Então, tivemos a ENGEVIX, EXXON, HIDROSERVICE, PROMON, THEMAG, AUTS, CMW, DIGITAL; ao todo dezesseis empresas. Analisamos profundamente cada uma delas. Analisamos, sobretudo, o que a empresa já havia feito de similar, o que já havia produzido em termos de *software* de controle de processos fechados, qual o corpo técnico da empresa, qual a sua saúde financeira, qual a sua potencialidade, se tinha alguma conexão com empresas estrangeiras. Essas foram nossas preocupações básicas.

Dáí escolhemos três empresas: ESCA, HIDROSERVICE e PROMON como potencialmente as melhores dentre esses grupos. Tínhamos uma comissão para fazer essa análise. A ESCA foi escolhida porque reunia a maior quantidade de atributos, e reunia atributos insuperáveis, como confiabilidade na manutenção de sigilo de informações de natureza militar, por exemplo, das corvetas de Marinha, por exemplo do nosso Sistema de Defesa Aérea. Os *software* de defesa aérea deste País foram desenvolvidos pela ESCA. E esse *software* tem que ser integrado ao *software* de controle e vigilância do espaço aéreo da Amazônia.

Além disso, a ESCA desenvolveu todo o sistema de simulação que temos de controle de tráfego aéreo no Brasil.

Ela desenvolveu toda a técnica de compatibilizar radar americano, com radar italiano, com radar francês. Isso nos permitia que, se na licitação ganhasse um radar alemão, fôssemos capazes de fazer o radar alemão "conversar" com o radar francês, que já está instalado no País. A ESCA reunia uma quantidade de atributos muito grande, e a seleção recaiu sobre ela.

Como fizemos para analisar as propostas dos outros grupos? Poderíamos simplesmente ter escolhido um grupo e dito: este é o melhor grupo, este é o melhor financiamento; mas nós convocamos oitenta profissionais de vários Ministérios. Esses profissio-

nais foram divididos em equipes, por segmentos específicos, e trabalhavam absolutamente isolados. Contratamos um andar inteiro para que não houvesse nenhum tipo de intermediação entre um grupo e outro, exceto esse grupo amarelo, que era o grupo de logística, porque não há como definir um ganhador sem analisar a logística de todos os segmentos específicos. Então, o único segmento que tinha acesso às informações dos diferentes grupos de trabalho era o segmento de logística.

Num segundo nível, tínhamos os coordenadores desses grupos, que levavam as dúvidas ao grupo final de coordenação, e faziam a interlocução entre grupos, de forma que as informações eram absolutamente estanques.

Quais as medidas de segurança que tomamos? Como já dissemos, fizemos um manual e o distribuímos a todos os componentes, inclusive definindo suas responsabilidades, até responsabilidades penais, no caso de que permitissem o vazamento de informações.

O local foi absolutamente isolado; o acesso era restrito à equipe e controlado por seguranças.

As comunicações eram restritas: só tínhamos um telefone, e todos sabíamos que o telefone era grampeado; todos que entravam no prédio sabiam que o telefone era grampeado.

Era proibido entrar com mala ou sair com mala ou qualquer tipo de papel.

Rede de computadores com código de acesso específico para determinados grupos: ninguém podia atingir as outras redes; as redes eram locais, para cada grupo.

Codificação na identificação das propostas: ninguém sabia de quem era a proposta "a", "b" ou "c", exceto nos documentos técnicos, em que vêm impressos os nomes das empresas; mas, quando se fazia o cômputo final, ninguém sabia quem era a proposta "a", "b" ou "c", a não ser o grupo de coordenação.

Foi incentivada a não emissão de comentários fora do local de trabalho, o que é muito próprio da natureza humana, de comentar no bar qualquer coisa sobre trabalho.

Comunicação aos fornecedores centralizada no grupo de coordenação: ninguém estava autorizado a dar informação aos grupos que estavam sendo avaliados.

Quem avaliou as propostas técnicas? A Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo; a Comissão de Coordenação do Projeto SIVAM; a ESCA que, já contratada, contratava profissionais que indicávamos e que tinham bons conhecimentos técnicos; e os representantes dos Ministérios da Justiça, Marinha, Aeronáutica, Meio Ambiente, Agricultura, Ciência e Tecnologia e Secretaria de Assuntos Estratégicos; ao todo perfaziam oitenta profissionais.

Que critério usamos?

1) o critério da lei e a conformidade com o edital;  
2) adequação do objeto; esses dois critérios praticamente se somam;

3) o nível de participação das empresas brasileiras nos fornecimentos.

A proposta comercial consistia apenas em associar números, mas essa associação era feita por gente profissional, porque às vezes o equipamento em si era barato, mas quando se media o seu ciclo de vida, ele se tornava muito mais caro do que o do competidor. Então, tínhamos que ter gente altamente profissional na área de análise comercial. E era o pessoal da CICEA, os economistas nossos da Comissão, da própria da CC-SIVAM, que era coordenadora, e os economistas que contratávamos por intermédio da empresa integradora.

Quais foram os critérios?

1) melhor preço;

2) equalização das propostas; quanto ao melhor preço, alguém dirá: a lei dispõe que vence a empresa que apresentar o menor preço. O que significa para nós o melhor preço? É que, depois de equalizadas as propostas técnicas, e dito que todos os equipamentos na realidade eram bons, queríamos avaliar "laranja com laranja, banana com banana"; então, equalizamos as propostas técnicas de tal forma que, quando associada ao preço, teríamos a melhor técnica com o melhor preço. Então teríamos, seguramente, o melhor preço;

3) melhores condições de pagamento.

Esses foram os três critérios básicos para a seleção das propostas comerciais; mas finalmente, o quarto critério foram as propostas de financiamento, porque isso era fundamental: o Brasil não tem dinheiro para financiar esse projeto.

Seria preciso que tivéssemos o financiamento integral; não valia ter 50% e o País apropriar o resto.

Por que optamos por isto? Porque no Sistema DACTA contratamos empréstimo externo para comprar os equipamentos. Compramos os equipamentos e enchemos o paiol, mas depois não tínhamos recursos no orçamento para instalá-los. Estamos instalando, ainda hoje, equipamentos que deveriam ter sido instalados em 1985. Os senhores podem bem imaginar, em termos de informática, o que estamos instalando hoje, se os equipamentos foram concebidos no início da década de 80. Tudo isso porque não tivemos os recursos necessários.

Dessa vez, dissemos: queremos os recursos para tudo, queremos para comprar os equipamentos, queremos para instalar esses equipamentos, queremos recursos para a logística desses equipamentos, queremos recursos para as empresas brasileiras, queremos recursos para as obras civis, tudo de tal forma que o sistema pudesse ser entregue ao Governo operando no prazo previsto.

Os critérios: pré-requisitos que deveriam ser atendidos e a abrangência teria que ser total, 100%. Qualidade da proposta: fomos audaciosos nos pedidos, pedimos 20 anos no financiamento e 8 anos de carência.

Aqueles que são versados em economia, olhando o panorama de 1993, poderiam dizer: "os senhores jamais irão encontrar um financiamento desses, até porque não tem financiamento nenhum para o Brasil". Todos os agentes financeiros, todos eles, sem exceção, estavam fechados para o Brasil. Não havia financiamento, mas pedimos.

Depois de tudo analisado, técnica comercial e de financiamento, sobraram dois grupos, que foram classificados: o Grupo americano e o CSF da ALCATEL. Tudo isso está documentado, temos a documentação. A cada passo – vamos comentar isso mais na frente – era dado conhecimento do que estava acontecendo, era dado conhecimento dos critérios; ninguém reclamou dos critérios no momento que deveria reclamar, ninguém nunca reclamou da seleção feita. Dissemos a eles: os senhores estão preliminarmente escolhidos, o que não impede que usemos, dos outros grupos que não foram classificados, algum segmento específico que seja do interesse do Governo. Porque isso atenderia a determinação do Presidente: a seleção dos melhores preços e das melhores técnicas. Tomados esses dois grupos, passamos para uma fase seguinte, que durou cerca de um mês, durante todo o mês de julho.

Precisávamos otimizar o sistema. Muitos deles ofereceram coisas excepcionalmente boas que não precisávamos. Eram apenas gorduras para aumentar o preço do sistema. Ofereceram coisas que não tínhamos pedido e eram excelentes, que precisávamos incorporar.

Então, fizemos um trabalho de melhoria funcional, de otimização funcional do sistema, melhoria da configuração, e isso serviu de base para uma nova proposta daqueles dois grupos. Jun-



tamos segmentos dos grupos perdedores, para que eles analisassem em conjunto. Tudo isso, tudo o que o Brigadeiro está dizendo foi absolutamente transcrito em ata; de todas as decisões foram feitas atas e comunicações aos grupos, nessa mesma ocasião.

Finalmente, ficamos com a proposta comercial da proposta americana de 1 bilhão 115 milhões de dólares, a preço fixo. A proposta francesa era de 1 bilhão 203 milhões. Ou seja, atingimos o objetivo de estabelecer competição. Os preços estavam extremamente próximos.

Mas eles haviam se esquecido de algumas coisas, tais como garantia contratual. A lei não me permite fazer um contrato sem a garantia contratual. Então, listamos o que eles tinham se esquecido e dissemos: os senhores refaçam as suas propostas comerciais, porque se esqueceram de incluir esses itens.

Finalmente, a proposta comercial final, grupo americano com 1 bilhão 178 milhões de dólares, e o grupo francês com 1 bilhão 225 milhões de dólares.

A solução escolhida atendeu à melhor solução técnica, atendeu ao menor preço e atendeu ao menor risco de financiamento do projeto. E vamos ver por que ela atendeu ao menor risco de financiamento.

A proposta francesa nos financiava do seu total 62,1% de recursos garantidos pela COFACE, como 6,92% de juros. Havia US\$370 milhões, US\$26,4 milhões que o Brasil deveria lançar de títulos no mercado internacional a juros de 10 a 10,5%, juros de 170, fixados em 10%, e 200, variáveis, de acordo com o mercado.

Os senhores podem imaginar o que isso teria significado de risco. Naquela ocasião, não havia o Plano Real. Cento e dez milhões de dólares da EKN, a Ericsson está fornecendo o radar aeromarcado. O Eximbank ainda financiou US\$50 milhões, dentro da proposta francesa, porque eram equipamentos americanos que estavam sendo vendidos pelos franceses – eles deram cobertura à proposta francesa.

Eis a proposta americana: 73% contra 62%, garantido pelo Eximbank a juros de 6,92%; US\$239 milhões, 17% do total produzido pela própria Raytheon para 9% de juros; US\$85 milhões pela EKN – os radares continuam sendo da Ericsson, e a Raytheon e seus subfornecedores produziram o empréstimo de US\$48 milhões, também a 9%.

Essa decisão foi tomada no final de julho e imediatamente saiu a MP do real, que proibia o lançamento de títulos do Governo brasileiro no exterior. Além do mais, temos um projeto que, em termos de pagamento e financiamento, abrange dezoito anos. A Thompson disse que garantia o **underwriting** dos títulos. Garantir o **underwriting** e permanecer com os títulos durante dez anos dá uma diferença muito grande. Todos os senhores sabem que quem fica com título brasileiro no mercado, durante três meses em carteira, certamente vai à falência. Nenhum banco privado é capaz de sustentar isso e o banco privado que sustentaria isso seria o **Credit Lyonnais**. Se os senhores acompanhassem o desenvolvimento dos fatos, nos diriam hoje qual a situação do **Credit Lyonnais** e qual a capacidade que ele teria de sustentar tais títulos.

Ao nos referirmos à proposta americana, afirmamos que a RAYTHEON produziu um financiamento de US\$239 milhões. Por que ela teve que fazer isso? Porque pedimos oito anos de carência, e o EXIMBANK não financia com esse prazo de carência, só financia 85% dos valores dos equipamentos. Os 15% restantes o Governo brasileiro teria que pagar. Como não queríamos desembolsar nada nos próximos oito anos, a RAYTHEON produziu os dinheiros com que o Governo brasileiro teria que participar, fornecendo-nos de empréstimo. Por isso, ela não é fornecedora. Os dinheiros que aqui estão destinam-se ao custeio dos juros do EXIMBANK e fornecimento de parte de 15% do Governo brasileiro e

para as obras civis, ou seja, a Raytheon não tem qualquer fornecimento dentro desses US\$239 milhões. Não estamos incidindo na lei, pois feito o empréstimo de promissória, o fornecedor não é quem está fazendo o financiamento.

Esta é a proposta americana e suas respectivas taxas: Eximbank, 6,92% – idêntico; 8,37 na americana. Neste ponto, há acordo entre a proposta francesa e a sueca; RAYTHEON, 9% – os títulos que seriam lançados seriam 10% e 10,5%; comissão de compromisso, 0,5 contra 0,5; comissão de administração, 0,75 flat; seguro, 6,71 e 8,34.

Como vamos pagar esse financiamento? Até o sistema ficar pronto, vamos pagar muito pouco desse financiamento, não chegando a US\$50 milhões. Aqui, já iniciamos com valores mais altos, porque são referentes aos financiamentos. Começamos a pagar o capital porque a carência dos empréstimos da EKN e da Raytheon é menor do que a do Eximbank.

Mas observem que – esse aqui é o semestre – ao atingirmos dez anos, pagaremos, em um ano apenas, menos de 200 milhões de dólares.

Esse gráfico, com a demonstração dessa curva, foi levado ao conhecimento do Ministério da Fazenda e do Banco Central, que consideram excelentes as condições de pagamentos.

Qual é a participação das empresas brasileiras em todo esse processo? As empresas brasileiras vão abocanhar 38,8% do valor total de 1 bilhão e 395 milhões de dólares; 547 milhões de dólares estão destinados às empresas brasileiras. Muito mais do que foi pedido no edital.

Finalizando, gostaríamos de dizer que todas as decisões no CCSIVAM, nesta fase, eram apresentadas simultaneamente aos Ministros da Aeronáutica e da SAE. Em seguida, essas decisões eram apresentadas ao Presidente da República. Se o Presidente concordasse, prosseguíamos. E sobre todas elas foram emitidas notas à imprensa, informando sobre o que aconteceu e sobre os passos seguintes. Também eram informadas todas as empresas participantes, sem exceção. Nunca houve contestação por parte de qualquer empresa a respeito do critério ou resultado. Sempre eram realizadas reuniões, além das cartas, no sentido de dar conhecimento às empresas de todas as decisões tomadas – claramente, como estou falando a V. Ex<sup>as</sup>, nada foi omitido. De forma que, durante todo o tempo, as empresas tiveram conhecimento dos critérios usados nesse processo seletivo.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Terminada a exposição, concedo a palavra ao autor do requerimento de convocação, Senador Jader Barbalho.

**O SR. JADER BARBALHO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Mauro Gandra, Sr. Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg, em primeiro lugar, desejamos registrar o nosso apoio quanto ao mérito do projeto. Consideramos que esse projeto é importante para o Brasil e, particularmente, para a Amazônia.

Desejamos agradecer ao Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, ao Ministro da Aeronáutica e ao Presidente do CCSIVAM os esclarecimentos a respeito do projeto.

O motivo da convocação, que, aliás, é de um requerimento de minha autoria e da autoria do vice-Presidente desta Comissão, Senador Bernardo Cabral, foi em razão de fatos noticiados pela imprensa, relativos a procedimentos no processo de contratação das empresas, já aqui abordados pelo Presidente do CCSIVAM.

O Sr. Presidente desta Comissão autorizou, em boa hora, o nosso acesso à documentação relativa a esses procedimentos. Ago-

ra, de certa forma, e de forma muito válida, acrescentado pelos esclarecimentos do Brigadeiro Marco Antônio Oliveira.

Mas, Sr. Presidente, eu pediria permissão a V. Ex.<sup>a</sup> e aos integrantes desta Comissão no sentido de fazer um roteiro da apreciação dos documentos, para que eu possa fazer a minha indagação. Creio, de certa forma, assim, auxiliar os colegas que integram esta Comissão de Relações Exteriores e, no caso, fundamentalmente, de Defesa Nacional.

Eu pediria perdão se tivesse que repetir alguns dados que já foram neste encontro expostos.

O processo de escolha da empresa integradora e, posteriormente, da empresa fornecedora dos equipamentos para este projeto derivam de uma exposição de motivos interministerial do dia 1º de julho de 1993.

Nesta Exposição de Motivos, em diversos pontos, o Senhor Presidente da República é alertado para a necessidade da dispensa de licitação ou a inexigibilidade desta licitação. Em um dos trechos se diz: "Todavia, a supracitada legislação dispôs, também, que é dispensável a licitação quando houver a possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em Decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional", situação que, a nosso ver, abrange perfeitamente o SIVAM.

O documento, todo ele, fala em sigilo e na segurança nacional como motivação para que o Senhor Presidente da República possa convocar o Conselho de Defesa Nacional.

Ao finalizar a Exposição de Motivos, os Srs. Ministros que assinaram o encerram: "Ele é, portanto, um projeto de segurança nacional e também internacional. E, por isso, julgamo-lo merecedor da viabilidade por financiamentos que pouparão, num futuro imediato, a dura realidade financeira da União."

Em consequência dessa Exposição de Motivos, que considera este Projeto um projeto de segurança nacional, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional, baixou o Decreto nº 892, no dia 12 de agosto de 1993, já tratado na Exposição em que ele dispensa a exigência da licitação. Portanto, com base na segurança nacional.

A partir daí, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República solicita aos sindicatos das empresas de informática e consultoria que ouçam os seus associados, para que eles manifestem interesse.

Também esse documento trata da questão sigilosa. E se estabelecem também alguns itens desde já: que a empresa deve possuir experiência, nos últimos dez anos, na integração de sistemas multidisciplinares, envolvendo projetos com investimentos superiores a 200 milhões de dólares. Portanto, nenhuma empresa poderia participar deste empreendimento, se não tivesse, nos últimos dez anos, participado de empreendimentos desta natureza. E passa a elencar uma série de serviços e obras que essa empresa deverá ter realizado, como, por exemplo, ter elaborado uma concepção operacional e funcional do Sistema de Controle de Tráfego Aéreo e Defesa Aérea, ter participado da implantação de sistema de radares, ter executado o desenvolvimento de softwares em tempo real para tratamento de dados de radar, aplicados ao controle de tráfego aéreo. *Enfim, vem detalhando que tipo de empresa pode participar deste empreendimento. Está tudo aqui listado. É um longo documento em que a Secretaria de Assuntos Estratégicos relaciona, a partir daí, a resposta de diversas empresas. Aliás, na exposição do Brigadeiro Marcos Oliveira, foram relacionadas as empresas que se interessaram pelo assunto.*

Sr. Presidente, há uma ata de escolha da integradora e gerenciadora, no dia 13 de setembro, em que esta Comissão encarre-

gada decide pela escolha da empresa gerenciadora e integradora do projeto.

E aqui há várias explicações de todas as medidas tomadas, as diligências que foram implementadas. Já que tudo era sigiloso, havia a necessidade de se fazer diligências junto às empresas. Permitam-me V. Ex.<sup>s</sup> que eu faça a leitura, que me parece interessante:

"É fundamental que esta empresa... o desenvolvimento do software estratégico do sistema", um dos trechos.

O item 7 diz que a mesma terá acesso inclusive às informações do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, em razão de seu interfaceamento e a integração com o Sistema de Vigilância da Amazônia, a serem desenvolvidas informações, estas classificadas como "de segurança nacional". A empresa, portanto, terá que ter acesso a isso. -

Finalizando, diz o Exm.<sup>o</sup> Sr. Vice-Presidente Executivo que, conforme solicitara, por volta do final de agosto de 1993 e início de setembro de 1993, aos senhores gerentes dos projetos SISCER(?) e SIVAM e aos senhores diretores de logística e ao diretor técnico operacional, gostaria de conhecer o resultado das avaliações sobre as empresas indicadas pela Informática e pela SINAENCO, que são as duas empresas representativas dessas empresas.

Ao final de suas avaliações, apenas duas empresas apresentaram perfis de experiência próximos ao desejado: a Hidroservice Engenharia Ltda e a ESCA - Engenharia de Sistemas de Controle e Automação. A Hidroservice Engenharia Ltda, que já trabalhara para o CINDACTA I, mas que, desde então, se distanciara do Ministério da Aeronáutica, no que concerne a projetos similares, não se desenvolvendo e nem se atualizando sobre as evoluções das necessidades aeronáuticas nesta área.

A Comissão, portanto, entende que, apesar de a empresa Hidroservice já ter prestado serviços nesta área, distanciou-se do Ministério da Aeronáutica e deixou de se atualizar.

Prossegue ainda a Ata: Restou a ESCA, cujo perfil a partir dos trabalhos realizados para o próprio Ministério da Aeronáutica são muito convincentes, não só por seu potencial técnico, mas principalmente por sua experiência e confiabilidade.

Afinal de contas, enfocou o Diretor Técnico Operacional, é uma empresa que demonstrou, em vários contratos firmados com o Ministério da Aeronáutica, sua competência, notadamente pelos vários desenvolvimentos dos softwares para o sistema de controle do tráfego aéreo, para o sistema da defesa aérea e pelos inúmeros serviços análogos prestados ao Ministério da Aeronáutica, que a torna uma empresa muito especializada, com ampla e indiscutível capacitação técnica e confiabilidade mais que suficiente para os serviços de que trata, acrescentando que os outros serviços necessários à implantação do Projeto SIVAM, tais como projetos, instalações, testes e outros serviços correlatos, poderiam ser prestados através de licitação, desde que não houvesse comprometimento ao sistema e à legislação em vigor.

Enfatizou, ainda, que a empresa ESCA tem tido um desempenho normal nos compromissos contratuais assumidos com o SISCER(?), no que foi apoiado pelo Sr. Diretor de Infra-Estrutura.

Ao final, Sr. Presidente, dessa reunião, a empresa ESCA foi a empresa escolhida pela Comissão para executar o trabalho de integração e de gerência.

Sr. Presidente, a empresa Hidroservice manifesta, num dos trechos do seu interesse, o seguinte: "A Hidroservice reúne experiência, tecnologia e equipe que a capacitam para a realização dos referidos trabalhos. A Hidroservice, como é do conhecimento de V. S.<sup>a</sup>, é uma empresa integralmente brasileira, fundada em 1958, e tem realizado estudos de planejamento, projetos, gerenciamento da implantação de empreendimentos de infra-estrutura de vulto e complexidade, destacando o sistema de supervisão e controle, in-



clusivo do tráfego aéreo e da defesa aérea e de sistemas de comunicação projetados e especificados pela Hidroservice, implantados sob a sua supervisão.

Sr. Presidente, isso foi a Ata do dia 13 de setembro, quando a Comissão decidiu pela empresa ESCA.

No dia 16 de setembro de 1993, três dias depois, o Subsecretário de Programas e Projetos Estratégicos da SAE envia para o presidente dos sindicatos dessas duas empresas o seguinte ofício:

Sr. Presidente, refiro-me ao Ofício nº 001-SIPAM-SAE-PR, datado de 16 de junho de 1993, onde esta Subsecretaria solicitava a esse representativo sindicato a indicação dentre as suas associadas de empresas com certos requisitos e que desejasse participar da ampliação da infra-estrutura de sistemas na Região Amazônica;

2 - acusamos o recebimento da documentação enviada pelas firmas interessadas em participar do mencionado projeto e aproveitamos para informarmos que esses foram encaminhados à SIS-SEA Comissão de Desenvolvimento do Projeto de implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo, sito à Rua General Justo, nº 160, Rio de Janeiro, órgão do Ministério da Aeronáutica encarregado da coordenação das ações relativas à implantação do sistema de vigilância da Amazônia.

Assina o Sr. Sérgio Pedro Bambini, Subsecretário de Programas e Projetos Estratégicos.

Sr. Presidente, faça esse registro, porque não consegui entender a razão pela qual, três dias após a decisão da escolha da Empresa ESCA para a integradora e gerenciadora, a Subsecretaria da SAE - Visto estava a informar aos sindicatos que havia remetido a documentação quando, há três dias, o assunto já estaria resolvido.

Sr. Presidente, a decisão para a escolha da ESCA foi no dia 13 de setembro. Para o conhecimento da Comissão, quero dizer que no dia 28 de setembro, portanto, 15 dias após, houve uma consulta da Comissão de Coordenação para a implantação dos sistema de vigilância da Amazônia ao Dr. Celso Antônio Bandeira de Mello que solicita um parecer para que este administrativista informe a respeito dos procedimentos para a escolha da empresa gerenciadora.

Nesse longo expediente, evidentemente, não teria condições de fazer a leitura da consulta. A empresa ESCA é identificada em todo o documento. E, mais uma vez, para o efeito da pergunta que farei ao final destas considerações, diz o seguinte:

Assim, por envolverem elementos relativos aos procedimentos de defesa da integridade e da soberania da Nação o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo ouvido o Conselho de Defesa Nacional e se refere ao Decreto do Presidente da República e pede a manifestação do parecerista a respeito do assunto.

Diz mais na consulta:

A base do SVAM assenta-se em um programa cujo coração está no software e não apenas em máquinas e equipamentos.

Gostaria que a Comissão atentasse para este detalhe que é o motivo da minha indagação aos Srs. Ministros.

Mais adiante, diz:

Assim sendo, tendo em vista o nível de segurança a ser empregado, bem como a necessidade de se deter perfeito e exclusivo domínio brasileiro da parte nuclear do sistema entende-se que a concepção e o desenvolvimento do software, sobretudo, nesta parte deve emergir de tecnologia nacional a cargo de uma empresa da mais alta confiabilidade e especialização.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Sr. Celso Antônio Bandeira de Mello respondeu à consulta, afirmativamente, com as considerações que foram elencadas neste documento de consulta. Quero registrar que essa declaração deve ser motivo de apreciação por esta Comissão para efeito ainda da pergunta que farei aos Srs. Ministros. Cataloga que 90% das atividades realizadas pela Empresa ESCA foram para o Ministério da Aeronáutica. Na relação dos tra-

balhos apresentam-se apenas dois outros organismos do Governo: para ser fiel neste relatório, a ESCA trabalhou para Polícia Federal e para o IBAMA.

Sr. Presidente, ao final, no dia 9 de dezembro de 1993, o Ministro da Aeronáutica depois de receber todos os dados despachou para que se processasse o início dos procedimentos necessários à contratação da Empresa ESCA Engenharia Sistemas de Controle e Automação S.A.

Esta, Sr. Presidente, é a primeira parte relativa à ESCA, ao histórico da empresa gerenciadora, à empresa integradora do sistema e à empresa, portanto, que vai desenvolver o software de todo este importante sistema de segurança nacional para o nosso País e, fundamentalmente, aos assuntos que são, no meu entendimento, do maior interesse para a Amazônia e para o Brasil.

Posteriormente, como foi dito aqui, houve uma consulta às embaixadas em relação ao fornecimento de equipamentos e financiamento a ser oferecido, que já foi aqui exposto detalhadamente pelo Brigadeiro Marcos Oliveira.

Como também foi dito pelo Brigadeiro, levamos sempre em conta a questão do sigilo, a fim de preservarmos os interesses da segurança nacional.

Na ata do dia 18 de abril de 1994 foram preliminarmente selecionadas várias empresas. Isto já foi dito e não vou tomar o tempo de V.Ex.s. No dia 20 de maio de 1994 houve a classificação de dois consórcios apenas, da Thompson e da Raytheon. Ao final, a empresa Raytheon foi a escolhida. O Brigadeiro Marcos Oliveira já teve a oportunidade de apresentar os detalhes e a motivação da escolha da empresa. Por último, o relatório final do Presidente do CCSIVAM ao Ministro da Aeronáutica, expondo todos os procedimentos para a escolha da empresa americana.

Sr. Presidente, gostaria de ressaltar, depois deste relatório, que a empresa integradora do Sistema, a ESCA - já foi dito pelo Brigadeiro, mas gostaria de registrar -, participou da análise das propostas para escolha da fornecedora dos equipamentos. Portanto, a ESCA teve uma participação fundamental para a análise das propostas técnica, comercial e de financiamento.

Tive oportunidade de verificar que, dos órgãos que participaram da avaliação para escolha da empresa fornecedora, estavam a Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ministério da Justiça, o Ministério da Aeronáutica, o Ministério da Marinha, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério das Comunicações, o Ministério da Agricultura e a empresa integradora brasileira, ESCA S.A.

Sr. Presidente, no grupo de coordenação de oito membros, a ESCA participou com dois membros, os engenheiros Zaref Balei Jadiaim(?) e Sérgio Dizesbergen(?).

No que diz respeito ao tratamento e visualização de dados, de onze membros a ESCA participou com quatro, os engenheiros Valter Piso(?), Ivone Keiko Tomizava(?), Daniel Tavares Corrêa Xavier e Raul Jorge Henrique da Silva.

Em telecomunicações, com mutação e transmissão, de doze membros a ESCA participou com cinco, os Engenheiros Ricardo de Trefe(?), Laércio Catete Reis, Valdemir Brandão, Renato Queirós de Lúlio e Mauro Sérgio Rodrigues Oliveira(?).

De telecomunicações, comutação e transmissão, de cinco membros, a ESCA participou com um, a Engenheira Milene Teixeira Frota.

De garantia de qualidade, eram dois membros e a ESCA participou com um, o engenheiro Paulo Arantes Azambuja.

Na área de análise financeira, foram nove membros e a ESCA participou com cinco, o engenheiro Sérgio Kirsensberg, os economistas Vagner Inforzato, Rúbia Mara Finezi, Luís Felipe Tosta Cocuzi e a Administradora Eliana Corezi Rocha(?).

Na área ambiental, dos onze membros a ESCA participou com um, o engenheiro Farid César Shed(?).

Sr. Presidente, da análise desses documentos verificou-se que a ESCA, participando do projeto, participou da análise das referidas propostas.

Os senhores verificarão ao final, na minha indagação, que não me move nesta questão absolutamente nenhuma postura preconceituosa, em assunto desta magnitude, em relação a qualquer autoridade brasileira ou qualquer pessoa envolvida neste projeto. Mas gostaria de referir-me à proposta da empresa Thompson, que, aliás, perdeu e, portanto, é fundamental.

Na sua proposta, manifestando seu interesse em participar dos equipamentos, a Thompson diz: "Além disso, a Thompson desenvolve há mais de doze anos com a ESCA relações de trabalho harmoniosas e eficazes que se prolongarão e evoluirão naturalmente, se o consórcio for escolhido para o SIVAM". Evidentemente, que isto reforça o final da decisão, porque não foi a Thompson, pois se fosse a Thompson, de certa forma, ficaria muito desagradável que eu fizesse a leitura deste documento que fala da longa relação entre esta empresa brasileira e a empresa francesa. Aliás, o Brigadeiro fez questão de ressaltar, a relação até entre as empresas, a que venceu e a que perdeu.

Na detecção de radar a empresa francesa passa, ao final, a ser subcontratada da empresa americana. Há, portanto, um relacionamento entre elas mesmas no fornecimento de equipamento para esta área.

Sr. Presidente, por último, gostaria de tecer breves considerações a respeito do documento relativo ao escopo das ações das atividades da ESCA e chamar atenção da Comissão sobre a importância desta empresa em relação a este projeto.

Há, evidentemente, uma longa lista das atividades desta empresa responsável pela integração, mas referir-me-ei apenas às responsabilidades da empresa integradora brasileira neste contexto. Entre um elenco de responsabilidades da empresa, está o desenvolvimento de software de operação e inteligência do sistema. É ela quem desenvolverá e conhecerá, portanto, a operação e a integração deste sistema, além do elenco de atividades desta empresa e da integração que terá de ter com a empresa estrangeira.

Ressalto que minha preocupação não é fazer nenhum juízo preconceituoso em relação à lisura deste empreendimento, que considero importante para o País.

Após fazer este breve relatório, pois seria muito difícil tecer consideração sobre todos os dados, gostaria de cumprimentar o Ministro da Aeronáutica e, por consequência, o Brigadeiro Presidente do CCSIVAM, por sua exposição e pelo entusiasmo com que eles desejam a implantação deste projeto que comungamos, bem assim o Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Sr. Presidente, tenho uma única pergunta a fazer, com uma breve consideração. Os documentos por mim lidos e alguns referenciados aqui apontam e comprovam o peso decisivo da empresa integradora ESCA na definição dos procedimentos para escolha da empresa que fornecerá equipamentos e serviços para o Projeto SIVAM. Considerando que o tema, como bem destacado pela Presidência da República e pelas autoridades militares e civis envolvidas no Projeto SIVAM, envolve a soberania nacional, o conhecimento de assuntos estratégicos, como minérios, biodiversidade, fronteiras e, repito, a própria segurança nacional, pergunto aos Srs. Ministros: V.Ex.s consideram adequado, oportuno e conveniente ao País a contratação de uma sociedade comercial privada, dirigida por estrangeiro, para atuar como integradora e gerenciadora do Sistema de Informações Software do Projeto SIVAM, cuja infraestrutura operacional também ficará a cargo de empresa comercial privada estrangeira? É a única pergunta, Sr. Presidente, com os

meus agradecimentos e os meus cumprimentos aos Ministros que vieram a esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, em primeiro lugar, o Ministro da Aeronáutica e, em seguida, o Ministro dos Assuntos Estratégicos. Informo que ambos podem, também, defender pontos de vista a respeito dos outros assuntos abordados, tendo em vista que a pergunta foi ampla.

**O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Senador Jader Barbalho, porque S. Ex.<sup>a</sup> fez um relato impressionante num processo muito difícil, com detalhes que, sinceramente, não saberia como responder.

Por não saber responder é que vim amparado pelo Brigadeiro Marco Antônio de Oliveira, que está há 4 anos no Ministério. Daí o fato de parabenizá-lo, já que fez um relatório absolutamente consistente.

Vou-me fixar na pergunta. Pode parecer estranho esse casamento, há cerca de 20 anos, do Ministério da Aeronáutica com uma empresa. E como nasceu esse casamento? Nasceu a partir do momento em que a Empresa ESCA havia-se organizado e estava fazendo o planejamento do metrô de São Paulo, que foi um planejamento muito difícil, levado a cabo, afinal, com a sua implantação.

Depois de algum tempo, começamos a ver que era muito difícil entrar nos meandros desse sistema, não só nos meandros do hardware dos equipamentos, mas principalmente do software. A essa época, a empresa ESCA havia-se organizado e estava fazendo o planejamento do metrô de São Paulo, que foi um planejamento muito difícil, levado a cabo, afinal, com a sua implantação.

Posteriormente, vou pedir ao Brigadeiro Oliveira que está na área do DACTA há muito mais tempo do que eu, que sou apenas um observador de longe, que dê uma explicação melhor.

Essa empresa veio a se juntar com o Ministério da Aeronáutica, inteirando-se do processo de integração desse sistema DACTA. Aprendeu e desenvolveu novos softwares, corrigindo problemas que existiam, pois esses softwares só demonstravam desempenho em aeronaves francesas, como por exemplo o Mirage.

A empresa, com a parceria com o Ministério da Aeronáutica, foi a nossa inteligência permanente. E por que digo inteligência permanente? Porque todos os senhores sabem que o órgão executivo tem uma rotatividade muito grande nos seus quadros, notadamente nos ministérios militares, pois mesmo que se mantenham no posto por 8 ou 10 anos, um dia isso é rompido, pois os militares têm que fazer cursos, têm que cumprir transferências e há, também, um outro aspecto que é bastante conhecido de todos, já que não é somente um aspecto dos ministérios militares, mas de todo o nosso Poder Executivo, qual seja, em função dos baixos salários, às vezes, o não conseguem manter técnicos que tenham uma capacitação e um conhecimento que são atingidos com ensino, com pesquisa e, principalmente, com o trabalho, ou seja, on the job training.

Partindo da premissa de que segurança nacional não é exclusividade das Forças Armadas, mas uma obrigação de todo o cidadão brasileiro, essa parceria foi feita.

Vou-me referir ao problema do Sr. Steve Ortiz(?). Tive oportunidade de falar, recentemente, numa entrevista, quando da passagem da Escola Superior de Guerra, sobre a problema da nacionalidade do Sr. Steve Ortiz e suas ligações, portanto, de nacionalidade americana. Pelo que sei e pelo que fui informado, o Sr. Steve Ortiz era cidadão equatoriano. Ao fazer um curso nos Estados Unidos, naturalizou-se cidadão norte-americano. Posteriormente, transferiu-se para o Brasil, onde mora há 21 anos. É casado com uma brasileira há 26 anos e tem 3 filhos brasileiros.

De certa forma, essa situação configura aquela posição de uma Nação aberta que recebe imigrantes e pessoas que vêm trabalhar aqui, muitas das quais são descendentes de imigrantes que, à época, vieram para as Forças Armadas e até para o nosso Alto Comando.

Costumo dizer que há uma representação do Eixo – desculpem-me, é apenas uma brincadeira –: há dois oficiais quatro estrelas descendentes de alemães; há um oficial japonês, nissei, que foi promovido recentemente; e há um oficial italiano. Claro que todos são brasileiros. Sou brasileiro, mas, afinal de contas, também sou descendente de portugueses.

Essa miscigenação de nacionalidades que construiu um país novo como o Brasil e uma Nação gigante como os Estados Unidos sofre influência do fator tempo – não apenas de tempo –, que é o fator incisivo na pergunta, nobre Senador.

Tenho certeza de que, daqui a 10 ou 20 anos, esses filhos do Sr. Esteve Ortiz serão tão ou mais brasileiros do que nós. Quantos imigrantes que ainda não são naturalizados e são mais brasileiros do que muitos de nós?

Essa parceria tem demonstrado frutos muito importantes e tem-nos dado uma segurança do espaço aéreo brasileiro, que abrange um espaço maior do que a Europa Ocidental. Essa parceria cobre uma área maior nos nossos três DACTAs. Essa empresa detém *software* em relação à defesa aérea, que, graças a Deus, não nos preocupa muito, em função da grande tarefa desempenhada pela nossa Diplomacia durante anos e anos.

Nesse cenário, há fronteiras absolutamente pacíficas. Na verdade, a nossa preocupação – sei que é sua preocupação também – não está nas nossas fronteiras; sua preocupação diz respeito à integridade e à soberania da Amazônia.

Mesmo sendo possuidora do *software*, a empresa Esca não terá acesso, pelo que me consta, pelo que sei e pelo que me tem sido informado, aos dados estratégicos sejam eles de natureza militar – afinal de contas, há uma pequena parcela militar na área da defesa aérea –, de natureza econômica e de natureza de soberania.

Eu até diria que dificilmente uma outra empresa que não tivesse esse tipo de conhecimento rapidamente se adaptaria a essa função. A informação que tenho é a de que qualquer outra empresa levaria de cinco a seis anos para atingir esse nível.

Talvez, o perigo fosse o de que, ao deixarmos essa empresa numa situação muito difícil, viéssemos a perder a competência de 800 homens, sendo que 200 deles são engenheiros. A metade desses homens possui pós-graduação e tem grande experiência na área e, em sua grande maioria, são cidadãos brasileiros.

Pelo que sei o engenheiro Ortiz – creio que ele é engenheiro – detém 33% da empresa, o engenheiro Monteiro detém 33% e a própria empresa mantém, como pessoa jurídica, o restante dessas ações.

Não sei se respondi à sua pergunta, mas era assim que gostaria de tê-lo feito.

**O SR. JADER BARBALHO** – Sr. Presidente, se me fosse permitido, até para colaborar com os nossos trabalhos – sei que é o interesse da Comissão –, gostaria de, dentro do assunto, fazer um pequeno desdobramento. Gostaria de falar desse casamento de 20 anos.

O senhor não tem medo de um divórcio entre o Ministério da Aeronáutica e essa empresa? O senhor não tem receio de que essa empresa possa ter problemas que qualquer empresa comercial tem, e que, por via de consequência, suas dificuldades possam se transformar em dificuldades nessas relações para o Ministério da Aeronáutica?

Não quero absolutamente fazer reparo algum à questão da nacionalidade, do dever de todos nós termos este País aberto aos estrangeiros. A minha preocupação é com as consequências dessa vinculação, visto que elas podem trazer problemas para o Ministério da Aeronáutica e, a posteriori, para o País.

E se ela inexistir por qualquer razão? V. Ex.<sup>a</sup> acaba de dizer que seriam necessários cinco anos para que uma outra empresa pudesse se habilitar.

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma indagação dentro desse assunto, já que, sob o ângulo da segurança nacional, o tema me interessa.

Sr. Ministro, já que essa empresa é tão importante, não seria o caso de se transformar a ESCA em empresa estatal, ao invés de se fazer a política de privatizações? Pelo que ficou claro nesse projeto, nenhuma outra empresa terá condições de vencer nenhuma outra licitação. Está claro que, seja qual for o Governo, face as informações que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de relatar, a ESCA continuará a prestar esses serviços.

Estamos na época da política de privatizações. Não seria o caso de se estatizar a ESCA e vinculá-la ao Ministério da Aeronáutica com todo esse pessoal habilitado?

Essas são as minhas preocupações. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> desdobrasse esse assunto, se possível.

**O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA** – Pois não.

Esse é um dos grandes problemas vividos por nós no Ministério da Aeronáutica e – acredito – em todas as áreas que lidam com tecnologia.

Às vezes, colocamos carga de trabalho numa empresa – falo de empresas fabricantes, mantenedoras. Essa carga de trabalho exige uma infra-estrutura e requer, portanto, cursos, conhecimento, equipamento.

Pela legislação brasileira, anualmente, a cada exercício – com algumas exceções, pode-se passar três anos sem fazê-lo – somos obrigados a fazer uma licitação. Às vezes, numa licitação que trata de menor preço, somos obrigados a contratar outra empresa que ainda não dispõe de todo aquele conhecimento, embora apresente condições de fazê-lo. Com isso, somos obrigados a recomendar todo o processo.

V. Ex.<sup>a</sup> tem toda razão. Realmente, ficar apenas com uma única empresa representa um risco para a Segurança Nacional, mas, infelizmente, esse é um dos problemas com os quais temos que conviver, porque é muito difícil haver uma empresa desse tipo. Provavelmente, somente com uma outra Nação ou, como eu disse, com uma maturação de seis anos, haveria condições de uma outra empresa ter essa capacidade. Concordo com V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. JADER BARBALHO** – O que V. Ex.<sup>a</sup> acha a respeito da estatização da empresa?

**O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA** – Eu estaria indo de encontro à posição muito firme do Governo a que pertenço. Eu ficaria com muita dificuldade de responder a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O Sr. Ministro Ronaldo Sardenberg gostaria de falar?

**O SR. RONALDO SARDENBERG** – Igualmente, gostaria de agradecer à exposição feita pelo nobre Senador. S. Ex.<sup>a</sup> colocou a questão de uma maneira muito clara.

Gostaria de adicionar aos comentários do Brigadeiro Mauro Gandra, embora os mesmos tenham sido extensos, que não é de se estranhar que uma empresa privada trate de questões de segurança nacional. A própria Raytheon é uma empresa privada; a Thompson é também uma empresa privada. Ambas prestam aos seus respectivos países, aos seus respectivos Governos trabalhos na área de segurança.

De maneira que, num sistema capitalista, o normal é que empresas privadas se ocupem de áreas relativas à segurança nacional.

Além disso, gostaria de observar que o projeto não é exclusivamente de caráter militar. O projeto tem uma ampla faixa civil, que deverá – creio – merecer o acompanhamento e a fiscalização

do Poder Legislativo, na medida em que o projeto for sendo implementado.

Concordo que o ideal seria que houvesse outras empresas que pudessem ter um papel desse tipo. Penso que é característico de um país em desenvolvimento que isso não ocorra e que tenhamos um pequeno número de empresas que se dediquem a certas questões de grande componente tecnológico. Efetivamente, essa é uma limitação, uma dificuldade.

Queria dizer também que, caso haja alterações na razão social ou em outros aspectos da companhia integradora, o Governo sempre terá a possibilidade de denunciar o acordo, de fazer com que o contrato caduque. Muito obrigado.

**O SR. JADER BARBALHO** – Sr. Presidente, como fiz com o Sr. Ministro da Aeronáutica, gostaria de fazer a seguinte indagação.

O Ministro Ronaldo Sardenberg diz que, em outros países, é normal a atuação de várias empresas. A minha preocupação é a de que ficou claro; de acordo com a exposição do Sr. Ministro da Aeronáutica, que só existe uma empresa no País. Dessa forma, não estamos no patamar de outros países como o Ministro se referiu, como no caso da Thompson e da Raytheon, que atuam nessa área.

A minha preocupação é pela declaração sincera do Ministro da Aeronáutica de que o País só está habilitado com uma empresa e que a preparação de qualquer uma outra demandaria de cinco a seis anos. Isso, no meu entendimento, implica numa questão grave de segurança nacional. Daí a minha indagação. No caso de uma, como se faz? Fica-se só com uma? E se a iniciativa privada brasileira não se interessar? Vamos ficar eternamente com uma empresa? E as consequências caso essa empresa acesse dificuldades? Daí insisto na indagação. É um problema de natureza grave, em que pese reconhecer os problemas que os Ministros expuseram.

Mas volto a insistir, não seria o caso de o governo brasileiro providenciar a estatização dessa empresa? Porque, na verdade, ela é uma empresa do Ministério da Aeronáutica nesse assunto. Ela está vinculada ao Ministério da Aeronáutica. Se o Ministério da Aeronáutica daqui a um ano, daqui a dois anos abrir uma outra licitação a respeito disso, o Presidente da República, seja ele quem for, vai ter que baixar novamente e ouvir do Conselho de Defesa Nacional, dispensando licitação pública.

Estou levantando apenas uma hipótese sem nenhum preconceito. Quero, Sr. Ministro, que fique claro que não estou aqui com nenhum preconceito em relação a nenhuma dessas empresas, a nenhum desses setores. Não me interessa. Portanto situei-me apenas na questão da segurança nacional, que é o caso do interesse desta Comissão, porque me preocupa. A partir desse quadro que aí está, quem decide o encaminhamento todo, tecnicamente, é essa empresa – ficou claro em todo o encaminhamento. A partir daí, qualquer desdobramento será ainda essa empresa. Se o país não tem, a curto prazo, condições de viabilizar ou de interessar a empresa privada; só vejo, em que pese concordar que muitas áreas devam ser privatizadas, fico a imaginar essa idéia de ficar até na contramão, ser considerado até na contramão da história, mas diante de uma realidade grave que é essa realidade de termos uma empresa, que é uma empresa comercial, quer dizer, privada, detendo esse mercado, que é um mercado que envolve a segurança nacional.

Gostaria de ouvir do Ministro Ronaldo Sardenberg, que é o responsável pelos assuntos estratégicos, como imaginar uma saída para esse impasse; se imagina, como poderíamos sair desse impasse.

**O SR. RONALDO SARDENBERG** – O exemplo que vou lhe dar, Senador, o que me ocorreu, é o exemplo das nossas duas recentes privatizações de empresas vinculadas. Daí um pouco a minha reticência em responder francamente que seria favorável à

estatização de uma empresa, quando o Ministério da Aeronáutica sai de duas privatizações.

Embora juridicamente não possa dizer que isso seja aceitável, nessas duas empresas, primeiramente na Celma, na qual fui presidente do conselho de administração, logo antes da privatização, e agora, recentemente, na Embraer, a União, através do Ministério da Aeronáutica, detém uma ação preferencial, chamada *golden share* – é uma ação de ouro.

Pode ser que, num caso específico de uma empresa de tal natureza estratégica, porque não estamos falando somente de natureza estratégica militar e sim de natureza até estratégica comercial, de metais, de biodiversidade, poder-se-ia, assim, e isso naturalmente poderia ser algo tratado em lei, que empresas dessa natureza tivessem também uma ação preferencial detida, da qual a União seria detentora e que tivesse, como temos na *golden share* da Embraer e da Celma, uma capacidade de impedir que essa empresa mudasse rumos do seu objeto social. Portanto, é uma solução mais ou menos mediana daquilo que V. Ex.<sup>a</sup> está preconizando.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Há oradores, mas a preferência é para os membros da Comissão, a começar pelo segundo orador que subscreve o requerimento, o Senador Bernardo Cabral, Vice-Presidente da Comissão.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, Sr. Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Mauro Gandra, Sr. Embaixador, Secretário de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg, a essa altura, os eminentes Companheiros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional estão a confirmar o acerto com que se houve a Comissão em não deixar que fossem precipitadas as vontades das autoridades que hoje aqui se encontram.

O meu requerimento é datado do dia 06 de março, onde eu pedia a presença do titular da Comissão de Implantação de Controle do Espaço Aéreo, que aqui se encontra, o Brigadeiro Marcos Antônio Ribeiro; e tendo o eminente Senador Jader Barbalho um idêntico requerimento em outra Comissão, o Presidente desta Comissão, o Senador Antonio Carlos Magalhães, uniu os dois pedidos.

Primeiro, é preciso que fique bem claro aos eminentes Brigadeiro, Ministro da Aeronáutica e Secretário de Assuntos Estratégicos a posição dos dois Senadores que representam, um, o Estado do Pará e, o outro, o Estado do Amazonas, no que diz respeito ao projeto SIPAM/SIVAM\*. Agradeço a documentação maciça que recebi, toda ela em caráter reservado, assim como o Senador Jader Barbalho, com dois anexos, absolutamente confidenciais, o que permitiu que trocássemos idéias no dia-a-dia e ficássemos a par do que aqui se passou.

É claro que tanto S. Ex.<sup>a</sup> quanto eu – e S. Ex.<sup>a</sup> já o registrou – não temos nenhuma *parti pris*, nenhum preconceito, senão queremos aquilo que consta no documento reservado – creio que posso torná-lo público –, que relaciona as principais áreas de contribuição: 1 – proteção ambiental; 2 – controle da ocupação e do uso do solo; 3 – vigilância e controle de fronteiras; 4 – prevenção e controle de endemias e epidemias; 5 – atuação da defesa civil; 6 – identificação e combate a atividades ilícitas; 7 – proteção de terras indígenas; 8 – vigilância e controle do tráfego aéreo; 9 – apoio ao controle e à circulação fluvial e 10 – apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento sustentável da região.

Como observam V. Ex.<sup>as</sup>, esse elenco envolve, sem dúvida nenhuma, assuntos estratégicos e de natureza da soberania nacional.

Combinamos hoje pela manhã, o Senador Jader Barbalho e eu, que S. Ex.<sup>a</sup> faria a exposição maior e a pergunta e, se necessário, eu acoplaria alguma coisa.

Tenho uma única pergunta a fazer, que tanto poderá ser respondida pelo Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Mauro Gandra, quanto pelo Embaixador Ronaldo Sardenberg\*. Na resposta do

Brigadeiro Mauro Gandra, S. Ex<sup>a</sup> declarou, peremptoriamente, que a Esca – é evidente que toda essa forma de se abordar tem sua razão de ser, pelo que a imprensa produziu ainda hoje, mas não quero entrar nesse mérito – não teria acesso aos assuntos estratégicos e de natureza de soberania nacional, resguardando-se o Governo quanto a isso. A minha pergunta é em função de um certo estardalhaço que se criou em torno da empresa. Quais as consequências para a Nação, uma vez que a Esca desenvolve um software – aqui foi bem dito, operação inteligência –, se não for concretizada a operacionalidade por parte da empresa? É a pergunta.

E faço um esclarecimento a mais, Embaixador Ronaldo Sardenberg. O eminente Senador Jader Barbalho falou do casamento, do divórcio, da ruptura contratual, o Brigadeiro falou da denúncia, mas até agora ainda não vi quais serão as consequências para a Nação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Ministro Ronaldo Sardenberg.

**O SR. RONALDO SARDENBERG** – Se o projeto não se operacionalizar imediatamente, em virtude da incapacidade da Esca de fazê-lo, haverá consequências dramáticas, no sentido de que, no mínimo, se atrasa um cronograma, isso significando que os dados que serão coletados pelo projeto não estarão disponíveis. Como mencionou o Senador Bernardo Cabral, com muita propriedade, esses dados são muito abrangentes. O fato de que tantas áreas são abrangidas, tantas áreas são afetadas por essa coleta de dados, significa que se permitirá, nesse processo, a formulação de novas políticas de desenvolvimento para a região, a formulação de novos esquemas de repressão a atividades ilícitas, além de aperfeiçoar a questão do controle aéreo e da capacidade de defesa aérea do País.

Quando falo em novas concepções de desenvolvimento, quero mencionar, especificamente, a idéia de desenvolvimento sustentável. Temos, na Amazônia, a oportunidade de operacionalizar o conceito de desenvolvimento sustentável. Esse projeto é um passo gigantesco nesse sentido, porque permite o conhecimento da região. Em termos de cartografia, por exemplo, seguramente, os nossos conhecimentos da região estão atrasados em pelo menos cinquenta anos, talvez mais. Temos de fazer um esforço para recuperar esse tempo perdido, em benefício da própria população da região e do desenvolvimento do Brasil como um todo.

Assim, as consequências são, no mínimo, de um atraso importante nesse processo e, no máximo, de que se perca uma janela de oportunidade.

Precisamos entender, também, que projetos desse tipo não são formulados facilmente. Esse projeto está há muitos anos em processo de formulação. Só nos últimos anos foi possível acelerá-lo. Se se perde essa oportunidade, nada nos garante de que, no futuro, ela reaparecerá. Espero ter respondido à pergunta do Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Há oradores inscritos.

Concedo, pela ordem, a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma; depois, ao Senador Sebastião Rocha. Mais tarde, passaremos a palavra aos que não são membros da Comissão.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ministros, nossos preliminares agradecimentos pela presença de V. Ex<sup>as</sup> nesta Casa, para não somente esclarecer aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas à própria população, hoje ansiosa para tomar conhecimento desse grande projeto, através da imprensa que aqui se encontra, a qual, acredito, poderá dar conhecimento à sociedade interessada na instalação desse grande projeto de interesse nacional, o SIVAM/SIPAM.

Preliminarmente, conversando com o ilustre Senador Roberto Freire, e com respeito à exposição brilhante do grande Líder

Jader Barbalho, que fez uma análise da documentação recebida por esta Casa, discutiu-se sobre a estatização da empresa Esca. Levantava o nobre Senador Roberto Freire a idéia de que o que se discute aqui são dois aspectos: o material e a inteligência, ou seja, a competência e a capacidade na produção de software. As correntes foram as duas grandes empresas que, num primeiro momento, disputaram a instalação do projeto, como brilhantemente expôs o Brigadeiro Oliveira. S. Ex<sup>a</sup> trouxe documentos que, pelo meu conhecimento, eram reservados, mas desejou trazê-los com toda a lhanza e abertura, para que a população não pusesse em dúvida os objetivos desse projeto; para isso, eles vão fornecer material, caro companheiro Jader Barbalho.

Ao longo desses anos, venho lendo que a Marinha desenvolve um projeto de um submarino nuclear. Ela se preocupou em desenvolver a sua inteligência. No aspecto de um projeto de segurança nacional, às vezes há o interesse de que as próprias Forças Armadas desenvolvam seus projetos de inteligência, para que possam, num momento deste, terem os seus engenheiros, militares, superando a necessidade da contratação de uma empresa privada, que poderá – esta é a preocupação do ilustre Senador Jader Barbalho – pôr em risco os conceitos de segurança nacional, com o conhecimento dos dados que, em tese, deveriam ser sigilosos.

Atualmente, nossas universidades desenvolvem projetos mediante seus alunos, muitos deles, inclusive, estudando no exterior, em várias universidades que desenvolvem sistemas modernos de infra-estrutura em informática, de software. Poderemos, num futuro não muito distante, estimulá-los a prestar serviços ao Governo – claro, com salários dignos. Se estatizarmos empresas, como disse o Senador Roberto Freire, provavelmente ficaríamos com o fundo de comércio e os engenheiros deixariam a empresa para procurarem outros empregos, porque o salário do Estado não compensaria, talvez, o desenvolvimento intelectual deles.

Gostaria inicialmente de fazer algumas perguntas operacionais aos membros que aqui fizeram exposição, nossos dois ilustres ministros e mais o Brigadeiro Oliveira, que fizeram referência à importância do sistema SIVAM-SIPAM no combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas.

Durante os oito anos que militei à frente da Polícia Federal – e o meu ilustre chefe à época, Senador Bernardo Cabral, sabe das dificuldades que tínhamos –, não era tarefa fácil conseguir informações nas regiões que o senhor apresentou na Cabeça de Cachorro, para cima de Tabatinga, e Iauaretê.

Os representantes da Amazônia – parece-me que são cerca de vinte e um – juntam-se aos outros sessenta senadores, que têm metade do coração com a Amazônia e metade com seus respectivos Estados. Não há quem não diga que a Amazônia é sua ou que o Senna e o Pelé são seus ídolos. Qualquer brasileiro de médio conhecimento tem isso na mente.

Nessa região, às vezes, para identificar campos de pouso clandestinos ou queimadas, nos baseamos em dados fornecidos através de aerofotogrametria – parece que há um outro termo –, que são dados que o satélite envia, que são decodificados e transformados em mapas para leitura dos técnicos.

Baseávamo-nos nos mapas do INPE e posteriormente nos da EMBRAPA – gostaria de mencionar essas duas instituições, porque elas têm grande capacidade para fazer o acompanhamento dessas regiões da Amazônia.

Além disso, tínhamos algumas dificuldades na área de comunicação terrestre, homem a homem. Aqueles que ficavam às vezes perdidos numa área tentando identificar uma plantação de coca, do epadu, a coca brasileira, plantada por comunidades indígenas a serviço da Colômbia, que era vizinha da estrutura que o

senhor mostrou, da instalação de radar e sistema de vigilância, ficavam perdidos e não conseguíamos fazer as comunicações.

Um dia, visitando a própria Thompson, foi-nos dito que estavam desenvolvendo um sistema de comunicação pelo rádio não mais pelo ar, mas pelo solo, através de ondas terrestres que não seriam interrompidas e que foi desenvolvido para áreas onde a floresta é densa, como na Amazônia.

Vi pelos gráficos que me mostraram, que recebi da telecomunicações, órgãos usuários, estações satélite de baixa capacidade, telefone, fac-símile, terminal de texto e painel solar. Não vejo nem os gráficos de intercomunicação ou rádio – aquele que se leva na cintura para numa hora de emergência poder se comunicar e pedir um apoio.

Pergunto se isso solucionaria. Nesse sistema – acredito eu via satélite – como seriam feitas as comunicações? Via rádio, *hand talk*. Não o rádio telefonia, como o senhor tão bem expôs.

Vi também que os senhores estão propondo no planejamento geral aeronaves de sensoramento remoto e de vigilância aérea. Uma vez conversei com o Brigadeiro Lobo – à época acho que ele era Comandante do Ar –, em Tabatinga, sobre a como poderia ser feita a interceptação de aeronaves clandestinas que sobrevoavam a região para transportar drogas, identificadas através do satélite ou do sistema de radar. Ele me dizia – isso tem mais ou menos uns três anos e meio ou quatro – que ele colocaria uma base de tucanos experimentalmente para interceptar esses aviões.

Recebi aqui um questionamento sobre se a EMBRAER – todos queremos que ela se desenvolva – teria capacidade de fabricar o avião-radar que está proposto no planejamento e se além desses aviões, do Tucano, das aeronaves da EMBRAER, como o o Brasília, se não me engano, haveria a idéia de se adquirir outros tipos de aeronave.

Não sei se li aqui ou no documento sobre o AMX, que também é uma proposta da EMBRAER para um avião de maior velocidade para interceptar jatos. Até hoje não apreendemos um jato de transporte de drogas, provavelmente porque não sei se eles não usam, cai no perdimento, ou se realmente é mais fácil identificar um jato do que um avião monomotor ou um bimotor convencional.

Desculpem-me por estar me alongando, mas tenho uma preocupação muito grande com essa parte da Amazônia, onde se instala, com mais facilidade, o crime organizado.

O Senador Jader Barbalho, que foi Governador do Pará, sabe que hoje a Polícia Federal não tem mais a presença que tinha há alguns anos, porque perdeu a capacidade operacional, em razão de vários fatos que não seriam o objetivo da nossa discussão.

Tivemos uma informação recente, e isso me entristece muito, de que, várias vezes, fizemos a Operação Neblina, com o apoio integral da Aeronáutica, através de aviões monomotores e helicópteros, porque ninguém se desloca na Amazônia sem ser pelo ar. A certas regiões não se consegue chegar nem mesmo pelo rio; somente pelo ar. A perna do cidadão da Região Amazônica é o avião, a Aeronáutica, tanto que esta é decantada em prosa e verso pelos habitantes, principalmente os de São Gabriel da Cachoeira e Iauaretê\*, onde a própria comunidade religiosa ensina os índios a cantarem as canções da Aeronáutica. Então, aproveito para dirigir as nossas homenagens à Aeronáutica.

Enfim, surgiram informes de que os produtores de drogas na região da Colômbia voltaram a plantar o opadu não mais como roça para a prática do ato religioso dos *ianomâmis* e de outras comunidades indígenas existentes na região, mas para explorar a comercialmente.

Acho que esse sistema é urgente. Os Senadores Jader Barbalho e Bernardo Cabral disseram que não se pode afastar a viabilidade da instalação desse projeto. O que me preocupa é saber qual

o prazo – se o contrato for assinado – de instalação e operacionalidade desse projeto; se há intenção de comprar outros tipos de aeronaves que não sejam só da EMBRAER; e também a respeito das outras questões que levantei sobre o aproveitamento dos sistemas já existentes no IPE, na EMBRAPA e – lembro-me agora – no Projeto Pró-Amazônia, que a Polícia Federal vem desenvolvendo isoladamente, já com alocamento de verba.

Trata-se, é claro, de um sistema modesto diante da grandiosidade do SIVAM-SIPAM. Mas já se vem desenvolvendo um projeto de instalação de sistemas operacionais na Região Amazônica, para apoio das unidades policiais que poderão vir a ser instaladas no decorrer dos próximos anos.

Muito obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Antônio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Ministro Mauro José Miranda Gandra.

**O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente, quero dizer que o rádio é muito vulnerável para esse tipo de comunicação, tanto que uma das virtudes do SIVAM é justamente a possibilidade de "escanear" – aportuguesando o termo *scanner*, que é uma procura de frequências –, comunicações, via rádio, de elementos que estão no ilícito.

Portanto, o rádio é útil, mas limitado; hoje, até o nosso telefone celular, sabemos bem disso. Outro dia, o meu assistente estava voando em um *Lear Jet* e ouviu uma comunicação inteira entre duas pessoas falando por celular; talvez uma sim, outra não.

No caso das aeronaves, realmente as de detecção de radar e as de sensoramento remoto serão do tipo Brasília, com motores mais potentes, justamente para se poder carregar esse equipamento, que é grande, e se ter maior autonomia.

No caso dos aviões de interceptação, já temos dois esquadrões – um em Porto Velho, outro em Boa Vista – de Tucanos normais, próprios para treinamento, armados com metralhadoras 762, que são eficazes contra aeronaves de baixo desempenho, como é o caso das geralmente usadas no ilícito.

Há também a proposta muito firme do Ministério da Aeronáutica de aprovar o desenvolvimento de uma aeronave chamada ALX, desenvolvida a partir do Tucano, mais especificamente do Supertucano, que já está disputando uma concorrência internacional nos Estados Unidos da América para aeronaves de treinamento. Trata-se do GEITEX(?). Essa aeronave vai ser muito mais eficaz e com um desempenho muito melhor do que o Tucano normal e acreditamos que sua série esteja sendo começada dentro de dois anos.

No que se refere ao problema das atividades já desenvolvidas por INPI, como o senhor mencionou, o programa da Polícia Federal justamente o SIVAM pretende coordenar e integrar, além daquilo que pode fazer, essas atividades que já são desenvolvidas normalmente. E o INPI fatalmente será um grande usuário do sistema SIVAM.

Quanto às outras aeronaves há uma previsão de aquisição de três HS-125/800 que são aeronaves de inspeção de voo que terão como objetivo inspecionar os sistema de radar e de apoio à navegação aérea como um todo.

Acredito que assim teria respondido às suas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Antônio Carlos Magalhães) – Tem a palavra o Sr. Senador Sebastião Rocha.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srª Senadora, Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, agradecer ao Presidente Antônio Carlos Magalhães por ter convocado essa reunião, no dia de hoje, sobretudo às vésperas de um feriado, decorrente de um debate estabelecido ontem no plenário do Senado, onde tive a oportunidade de proferir um discurso e, nos apartes oferecidos ao pronunciamento, foi sugerido e o Sr. Presidente acatou de imediato e está-nos brindando com a presença dos Minis-



tros que fazem explanações tão profundas e importantes com a mesma qualidade das que foram feitas pelo Senador Jader Barbalho a respeito desse assunto.

Infelizmente, Sr. Presidente, devo dizer que vou enveredar por caminho diverso daquele dos Senadores que me antecederam. Vejo na pessoa dos Srs. Ministros aqui presentes o Poder Executivo. Não cabe, portanto, qualquer dúvida, qualquer suspeita a respeito de posições ou de afirmações dos Ministros, uma vez que considero que tudo o que foi dito tenha sido feito em nome do Poder Executivo e que os Srs. Ministros tão bem representam e tão bem trouxeram o assunto a nível de explanações, inclusive respondendo às perguntas que foram colocadas nesta Casa.

Vou levantar antes um questionamento para, depois, fazer as perguntas diretas, pouco extensas, mas para que possamos elucidar algumas dúvidas e gostaria de deixar S. Ex.<sup>as</sup> a vontade, pois caso alguma das perguntas que fizer forem de caráter sigiloso que possam se resguardar e, portanto, não oferecer respostas.

Tem, portanto, sido dito aqui durante muito tempo que o argumento básico para muito do que foi feito é o sigilo. Na minha terra e já ouvi isso por aqui também: "segredo entre mais de dois não é mais segredo". Tenho a mesma interpretação com relação a sigilo e me pergunto se sigilo repartido com mais de dois continua sendo sigilo.

A Amazônia é vista como um problema, bem colocado pelo Sr. Ministros Mauro Gandra e, nós, da Amazônia, sempre procuramos resistir a essa afirmação de que ela seja um problema e, sim, que possa ser a solução. O Sr. Ministros colocou esse ponto e apresenta o SIVAM como uma proposta alternativa de solução para os vários problemas da Amazônia. Temos problemas tão graves de tráfico de droga e de contrabando no Rio de Janeiro, por exemplo, e, talvez, não tenha sido necessário um SIVAM para aquele Estado.

Outros projetos que já foram oferecidos, inclusive pelo governo Militar para a Amazônia como a Transamazônica – coloco apenas para dizer que estamos acostumados com compromissos assumidos por governos federais e nem sempre cumpridos. Foi no governo militar, por exemplo, que se iniciou a Transamazônica e hoje o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso veta recursos para aquela região, veta recursos para a energia elétrica na Amazônia.

A pergunta que faço é como que se vai resolver o problema? Nos gabinetes? O Presidente, quando esteve na Amazônia, disse que não seria neles. Seria a partir dos debates com o povo da região. Esse assunto do SIVAM, se bem recorde, nunca foi discutido com os povos da Amazônia, com o povo Amazônida ou mesmo com Parlamentares ou governadores da Amazônia especificamente para saber se é prioridade realmente ou para se saber se o povo daquela região não está precisando de estrada ou energia.

Num segundo momento, retirando, portanto, a urgência, e é isso que quero contestar porque tudo foi feito em cima da urgência. Considero extremamente importante e necessário o SIVAM e lhe sou favorável, mas queria que governo discutisse com os governadores, com os Parlamentares e, se fosse possível, com o povo da Amazônia. Reuniu-se com as ONGs recentemente, em Manaus, para saber se a ordem de prioridade é essa: atender primeiramente ao SIVAM, depois à Transamazônica ou nunca mais à Transamazônica. Há também o Calha Norte. Há a perimetral norte que o governo federal quer estadualizar. Foi iniciativa do governo federal ligar os estados de Amapá e Roraima onde o trecho que foi iniciado está e, agora, o governo federal quer estadualizar, ou seja, passar para o estado desistindo desse projeto federal.

Isso é apenas para se levantar a hipótese de que o SIVAM seja mais uma dessas promessas que estão sendo colocadas com

essa possibilidade de garantir que a Amazônia se transforme numa solução como foi a Transamazônica, como foram outros projetos e, no entanto, por dificuldades financeiras ou de outra natureza, esse projeto não possa ser concluído.

Foi dito também que a Esca conhece os segredos há vinte anos. Ora, se há uma empresa dessa natureza, acredito que não precisaria convidar mais nenhuma, pois bastaria chamar a Esca e ele sozinho faria tudo sem precisar de todo esse trabalho e talvez dos custos e das despesas que foram realizadas com o processo de escolha, de seleção, e diria de licitação no caso da Esca. Bastaria convidar a Esca e não precisaria de toda essa perda de tempo e de dinheiro, uma vez que os Ministros têm a concepção de que somente a Esca, em todo o País, tinha condições plenas de realizar esse projeto a nível de empresa integradora.

Ficamos, então, mais uma vez, submissos a essa possibilidade de levantadas denúncias contra a Esca e algumas já confirmadas pelo Ministro Reinhold Stephanes, termos que ficar submissos a uma empresa que está na nota oficial do Ministro da Previdência Social de que eventualmente não esteja honrando seus compromissos com a Nação, com a Seguridade Social e, portanto, em desacordo com a Constituição Federal no seu art. 195, § 3º.

Parece-me também que o que mais se levou em conta na escolha da Esca foi a capacidade, o corpo técnico, a saúde financeira – que nem sei se é tanta – porque há essas denúncias de não honrar os compromissos financeiros colocando, assim, em dúvida a saúde financeira da empresa e outras questões.

Parece-me que o que menos pesou nessa decisão foi a questão do sigilo e, portanto, a integridade e segurança da Nação. Isso apenas para argumentar algumas das colocações que foram feitas para que agora eu possa oferecer as perguntas e algumas delas mencionadas como a questão de, mais uma vez, o homem da Amazônia não estar sendo escutado em um projeto e é claro que nós, Senadores, representamos a Amazônia, mas não há um consenso e é isso que quero dizer. Há posições favoráveis e somos favoráveis ao projeto, mas a respeito da prioridade, da urgência e da foram como as coisas estão andando, não há consenso pois não sou favorável a isso dessa maneira.

Foi muito bem colocado pelo Brigadeiro Oliveira das questões de se combater os ilícitos na Amazônia, quais sejam contrabando, tráfico de drogas. Correto. Foram feitas outras tentativas e não se conseguiu mesmo através de medidas judiciais. O SIVAM vai permitir detectar com mais eficácia esses ilícitos e como é que se vai combater esses ilícitos? Haverá uma nova maneira de se combater? Vai-se detectar, mas como se vai poder combater com mais eficácia e diferente das formas anteriores que foram utilizadas. Vão ser usados novamente os procedimentos da Aeronáutica ou Exército ocuparem a região para tirar os garimpeiros ou seja lá quem for.

Ainda sobre a urgência: havia algum prazo fixado pelas empresas, no caso, sobretudo a Raytheon e a Thompson a respeito de que, se esgotado aquele prazo, não poderiam oferecer os equipamentos ou até os financiadores do projeto, uma vez esgotado o prazo, após determinada data, não poderiam mais financiar o projeto para que se pudesse justificar a urgência? Se tivesse determinado que a partir de tal data os financiadores do projeto se negam a emprestar o dinheiro ao Brasil para que faça, então, no caso, poderia aceitar o argumento da urgência.

Dispensa de licitação. Gostaria que ficasse mais claro. O que aconteceria se não tivesse havido a licitação, pois disse muito bem, mais uma vez, o Brigadeiro Oliveira que nos dezesseis países, sessenta e duas empresas apresentaram as propostas. Há alguma regra que estabeleça punição ou sanção para a empresa ou para

o país que, porventura, venha a quebrar o sigilo, divulgando informações contidas em um envelope lacrado?

O fato de a Raytheon se dispor a emprestar dinheiro para a União, para financiar o projeto, parece que influenciou na decisão do Governo brasileiro em optar pela Raytheon. Será que isso é correto em um processo licitatório normal? Dar vantagens para uma empresa apenas porque ela tem mais dinheiro do que a outra, sendo que as duas estavam cumprindo todos os outros requisitos básicos para atender ao projeto? Será que esse fator de a Raytheon emprestar o dinheiro desequilibrou o processo em favor da Raytheon? Existem duas empresas chamadas Raytheon, Brigadeiro Oliveira: uma que fornecerá os equipamentos e a outra que emprestará o dinheiro? V. Ex<sup>a</sup> disse que não é a mesma Raytheon, e que a Raytheon que vai oferecer os 287 milhões de reais não tem nada a ver com a que fornecerá os equipamentos. Então, gostaria de saber se há duas empresas Raytheon: uma financiadora e outra fornecedora. Pelo que entendo, trata-se da mesma empresa que fornecerá os equipamentos e que, portanto, emprestará o dinheiro ao Brasil para comprar da própria Raytheon os equipamentos, e com juros daí decorrentes de aproximadamente 100% durante o pagamento desses recursos. A Raytheon vai usufruir na venda dos equipamentos e também na questão de auferir os lucros decorrentes dos juros relativos a essa parte do que será emprestado ao Brasil.

Há também uma pergunta a fazer, não sei se os Ministros vão poder me responder, mas que não posso deixar de fazê-la pelas denúncias que constam da imprensa sobretudo: a CIA, de fato, ofereceu denúncias oficialmente contra a Thompson\*. Caso tenha oferecido, gostaria de saber se essas denúncias influenciaram no processo de escolha da Raytheon, ao invés da Thompson. O Presidente Itamar Franco respondeu ou enviou alguma correspondência ao Presidente Bill Clinton a respeito do assunto? Gostaria também de me referir a um outro assunto que foi levantado pela imprensa, se o Brasil poderia, em contrapartida, vender, para os Estados Unidos, aviões para o projeto de JPATS\*, que seriam destinados à marinha e à aeronáutica americana para desenvolverem esse projeto? Os Ministros se interessaram em averiguar se as denúncias contra a Raytheon, lá nos Estados Unidos, de corrupção são verdadeiras? (contra a Esca\* vou detalhar várias denúncias posteriormente.) S. Ex<sup>s</sup> procuraram analisá-las? Já existe algum veredicto no sentido de as denúncias serem improcedentes ou não? Quando falo "os ministros", dirijo-me ao Poder Executivo, porque S. Ex<sup>s</sup> são conselheiros, além de auxiliares, do Presidente da República. Assim, na condição de conselheiros, os Ministros continuariam garantindo a saúde financeira e a idoneidade da Esca, sugerindo ao Presidente que assine este contrato, dentro do prazo que está aí previsto, 17 de abril? Os Ministros teriam, hoje, elementos para garantir a idoneidade da Esca e a sua saúde financeira para orientar corretamente o Presidente da República a respeito da assinatura desse contrato?

Uma outra pergunta de grande interesse para nós da Amazônia é se a Raytheon, ou o Serviço de Informação Americano vai ou não ter acesso às informações produzidas pelo SIVAM. Temos garantias disso? Há relatos, na imprensa, de informações de autoridades americanas dizendo que seriam privilegiadas por estarem recebendo essas informações diretamente dos Estados Unidos? E também se os Ministros podem nos confirmar se já está definido e decidido que o Presidente da República vai assinar o contrato dia 17 de abril?

São essas as perguntas que gostaria de fazer.

Acredito não ser necessário mais nenhum esclarecimento, porque disse e reafirmei ontem minha boa-fé.

Queria, mais uma vez, deixar claro que ontem não fui manipulado nem o estou sendo hoje quanto a essas arguições. Esse foi

um trabalho pessoal, apesar de não ser da profundidade dos trabalhos feitos pelos Senadores Jader Barbalho e Bernardo Cabral, mas é um trabalho que trago para contribuir com esta Comissão, com os Ministros e com a Nação. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Todos viram que foi de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RONALDO SARDEMBERG** – Tomaria a iniciativa de responder a muitas das perguntas que nos foram formuladas, e pediria ao Brigadeiro Gandra que as complementasse quando houver necessidade.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer, por uma questão de justiça, que a descrição que o Senador fez da atitude do Presidente Fernando Henrique Cardoso com relação à Amazônia é uma opinião do Senador, e que respeito muito, mas que eu não compartilho dessa opinião. Por casualidade, estive nesta visita à Amazônia e acompanhei o Presidente como membro daquela comitiva. Por todas as partes, o Presidente conversou com os líderes, com a população da região, com os meios intelectuais, com os representantes das ONGs da região. De maneira que há todo um esforço por parte do Presidente e do Governo, sim, de ouvir democraticamente as posições da região com relação a todos os assuntos, e isso inclui o SIVAM e o SIPAM.

Com relação ao veto do Presidente da República, no que tange à Rodovia Transamazônica, pelo contrário, o Presidente anunciou que dedicaria recursos para nova pavimentação da rodovia a partir deste ano. Sua Excelência anunciou isso publicamente, em Manaus.

Da mesma forma, o Presidente da República anunciou que consideraria as várias opções energéticas para a Amazônia em regime de urgência, não só a possibilidade de aproveitamento de Tucuruí, mas também a questão do gás de Urucu e a possibilidade de uso da energia da Hidroelétrica de Gori(?), na Venezuela. Sua Excelência foi muito claro e muito insistente nesse ponto.

Com relação a outros pontos, talvez já respondendo diretamente às perguntas, gostaria de dizer-lhe que a utilidade do processo de seleção foi justamente assegurar à população que a companhia selecionada tinha condições de realizar o que lhe foi destinado. De maneira que, de forma alguma, não é uma perda de tempo. Muito estranho seria se não se seguisse um procedimento desse tipo.

Com relação à utilidade do SIVAM, na medida em que o povo quer estrada, energia, saúde, alimentação, e o Governo participa desses anseios do povo, a utilidade do SIVAM é justamente levantar dados, informações, fazer com que o Governo erre menos, isto é, acerte mais. O resultado final do Projeto SIVAM, especialmente o Projeto SIPAM, é criar um movimento na sociedade para que se possam mobilizar mais recursos para a Amazônia, para que a Amazônia possa mobilizar seus próprios recursos, para que o País como um todo possa também mobilizar mais recursos para a Amazônia. O Projeto é extremamente positivo nesse sentido, pois cria uma demanda social: as informações não mais chegarão ao conhecimento do público e do Governo com semanas e meses de atraso. Elas chegarão em tempo real, enquanto estão ocorrendo, o que permitirá uma consciência do processo político, do processo social, muito mais apurada.

Não tenho ciência de que tenha havido qualquer tipo de urgência, fixada por qualquer empresa. Mas, evidentemente, o Brigadeiro Oliveira, que acompanhou esse processo por quatro anos, poderá ser mais preciso do que eu nessa informação. Agora, em qualquer caso, em qualquer situação da vida, a regra é que quando se tem um financiamento, se use o financiamento, mesmo para comprar uma casa, um automóvel. Quando uma pessoa recebe um financiamento, a primeira coisa que faz é dar utilidade prática a



esse financiamento. O caso do SIVAM/SIPAM é o mesmo. Seria estranho, esquisito, deixarmos os recursos já disponíveis ociosos.

Em relação à quebra de sigilo e à possibilidade de existir essa quebra de sigilo. Como foi explicado, os 16 governos que foram contactados assinaram termos de responsabilidade. Portanto, há um compromisso de governo a governo. E essa responsabilidade dos governos é solidária com as empresas de seus respectivos países. Então, não se pode pedir a um governo estrangeiro mais do que um compromisso desse tipo. E esse compromisso foi pedido.

Quanto ao fato de que a companhia vencedora do processo de seleção ofereceu melhores condições de financiamento, isso é verdade. E também ofereceu melhores condições de preço e tecnologia. De maneira que, nos três quesitos, essa companhia foi vencedora. Seria estranho que essa performance não fosse levada em consideração por quem julgou, na oportunidade, o processo.

Com relação às denúncias, a CIA não fez qualquer denúncia oficial ou privada ao Governo brasileiro. Houve, sim, uma troca de correspondências entre o Presidente Itamar Franco e o Presidente Bill Clinton. O Presidente Bill Clinton escreveu ao Presidente Itamar Franco, demonstrando o interesse do Governo americano com relação a esse projeto. Essa carta foi respondida pelo Presidente Itamar Franco.

Em relação às denúncias contra a Raytheon, o que houve foi uma denúncia feita na Câmara dos Deputados. Essa denúncia dizia respeito a um episódio que havia ocorrido anteriormente, e sobre o qual o Senado teve conhecimento antes de julgar os contratos de financiamento. O Senado recebeu informação, através do Relator da Comissão de Economia, por intermédio do Ministro da SAE, no dia 14 de dezembro, e julgou a questão do contrato de financiamento no dia 21 de dezembro. Portanto, foram dadas ao Senado, em tempo hábil, todas as informações necessárias.

O Presidente da República não vai assinar o contrato, de qualquer forma; quem assina são autoridades de nível mais baixo. E não há nenhum prazo específico para que o Presidente assine. Desde o dia 15 de fevereiro a imprensa afirma a notícia de que 15 de março era o último dia para a assinatura do contrato. Não, o contrato está sendo negociado; está em fase final de negociação. E não vamos – nem o Brigadeiro Mauro Gandra, nem eu; longe de nossa intenção – orientar o Presidente sobre o contrato. Vamos, sim, aconselhá-lo com relação ao mesmo.

Quanto ao acesso da Companhia Raytheon a informações confidenciais. A Companhia Raytheon deve prestar serviços de instalação e fornecimento de equipamentos. Toda previsão, como temos explicado, por diversas vezes, através da imprensa – principalmente o Brigadeiro Marco Antônio de Oliveira –, o resto, não cabe à Companhia Raytheon. A Companhia Raytheon não tem acesso privilegiado a esse tipo de informações sigilosas. Não deve ter e não terá.

Era o comentário que eu gostaria de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Indago ao eminente Senador Sebastião Rocha se está satisfeito com as respostas. Se não, poderá usar da palavra, por dois minutos, dentro do tempo regimental.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, prefiro ouvir os Srs. Ministros, porque talvez um complemento o outro.

**O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA** – Foi realmente isso, Sr. Presidente, que realmente o Embaixador Sardenberg e eu havíamos combinado: as questões que ele, porventura, não tivesse respondido eu procuraria cobrir.

A primeira, sobre a qual eu gostaria de me referenciar seria com relação ao problema da presença.

Realmente, no caso da presença, Senador, só posso falar pelo Ministério da Aeronáutica. O Ministério da Aeronáutica está

na Amazônia antes mesmo da sua criação. Portanto, é uma presença garantida, como V. Ex.<sup>a</sup> bem sabe, na Amazônia.

No caso dos Sistemas de Controle de Tráfego Aéreo e Detecção, o Ministério da Aeronáutica, há vinte e um anos, vem mantendo esses sistemas, mantendo, portanto, a segurança dos passageiros e, também, a defesa aérea. Portanto, acredito que sob esse aspecto não haveria problema, embora eu reconheça que V. Ex.<sup>a</sup> tem razão quando diz que em outros programas o Poder Executivo não acompanhou aquele ímpeto inicial, a exemplo do Projeto Calha Norte e da própria Transamazônica, ambos extremamente importantes para a Amazônia.

No caso do empréstimo do dinheiro, provavelmente o Brigadeiro Marco Antônio de Oliveira fará alguma consideração também. Mas eu gostaria de lembrar que esse empréstimo é para ser usado como a parte que caberia ao Governo participar. Portanto, esses 240 milhões estarão limitados apenas para as partes a serem elaboradas no Brasil. Apenas a quantia que está sendo financiada pelo Eximbank é que será usada, em parte, para a compra de equipamentos da Raytheon.

Quanto ao problema GEIPETS, afirmo a V. Ex.<sup>a</sup> que não há nenhum acordo secreto para que um programa venha resolver o problema do outro. Seria muito bom para o Brasil que ganhássemos também o GEIPETS(?), mas são concorrências totalmente dissociadas.

O caso das denúncias. As denúncias em relação à empresa ESCA, no momento, são o calcanhar-de-aquiles do processo. A companhia ESCA terá que mostrar que agiu corretamente. Esse assunto não está passado em julgado, está nas mãos do Ministério da Previdência. É um assunto que realmente deve ser considerado para a assinatura do contrato.

Quanto ainda ao problema da ESCA, e de terem sido convidadas as outras empresas, diria o seguinte: até mesmo esse convite, de certa forma, com as informações que foram dadas pelas demais empresas, veio confirmar que as outras empresas estavam num patamar tecnológico para o tipo de ação abaixo da ESCA.

Essas as informações que gostaria de dar.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Brigadeiro Marco Antônio de Oliveira.

**O SR. MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA** – Obrigado, Senador, pela oportunidade de estendermos a nossa apresentação.

Com relação aos prazos para financiamentos, tivemos dois limitantes na contratação dos financiamentos. O primeiro limitante foi a situação complicada em que o Brasil estava na ocasião para poder conseguir qualquer tipo de financiamento. Então, prorrogamos os prazos durante esse processo de seleção por três vezes: duas vezes por pedido das empresas, por questões de natureza técnica; e uma vez por nossa iniciativa, porque o Brasil estava em vias de negociar o acordo com os bancos particulares e com o Clube de Paris.

Tínhamos a exata compreensão de que as empresas não teriam condições de fornecer o financiamento se o Brasil não tivesse negociado esses acordos. Portanto, atrasamos a entrega das propostas de financiamento. Esse foi o batente inferior.

O batente superior: por que não demorar? Imediatamente após termos o compromisso final de financiamento, os juros saltaram de 6,92, para 8,70, por aí. Se esperássemos mais, a tendência dos juros era subir no mercado internacional. Então, ficamos no meio do caminho e ainda conseguimos bons juros – não só eu considero, o Banco Central considerou que a negociação foi boa.

Com relação aos US\$239 milhões aportados pela Raytheon – não existem duas Raytheon; existe uma única Raytheon, fornecedora de equipamentos no contrato –, eles foram para cobrir aquilo que solicitamos dos 15% que deveriam ser cobertos pelo

Governo brasileiro e os US\$110 milhões que eram para obras civis. Então, dentro desses recursos (US\$239 milhões), não há fornecimento de equipamento. Absolutamente não há nenhum equipamento a ser fornecido. Inclusive, serviços para empresas brasileiras serão pagos com esse dinheiro também.

De forma que pretendo ter respondido à pergunta de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** – Sinceramente, não posso me dar por convencido da questão. Primeiro, a urgência. Gostaria de dizer também que, por mais que não seja da área dos Ministros aqui presentes, e sim da área financeira do Governo, de fato, uma resolução do Senado veda esse tipo de transação. Estou com a resolução em mãos. É o art. 11 da Resolução nº 96/89, que vou ler na íntegra:

Art. 11. É vedado à União e às suas autarquias assumir compromissos diretamente com fornecedores – a Raytheon é uma fornecedora desses equipamentos. Não tem como provar o contrário –, prestadoras de serviços ou empreiteiras de obras, mediante emissão ou aval de promissórias, aceites, duplicatas ou outras operações similares.

Não é uma questão que tem a ver, digamos, com V. Ex<sup>as</sup>, porque pertence a um outro governo, mas não dá para entender também uma segmentação entre um governo e outro, uma separação. Tem que ser visto como uma continuidade. Também é uma questão que diz respeito ao próprio Senado e que temos que reavaliar aqui dentro também se, de fato, esse empréstimo, essa autorização tem validade ou não tem validade.

Por último, gostaria ainda, para consolidar a pergunta sobre qual o conselho, eu gostaria ainda de insistir se os Ministros já estão perfeitamente em condições de dar as informações que o Presidente precisa, se não para assinar o contrato, mas para decidir, porque o que a imprensa divulgou é que o Presidente assinaria o contrato. Se Sua Excelência não vai assinar, eu gostaria até de saber quem vai fazê-lo, quem é a pessoa responsável que vai assinar, a autoridade responsável pela assinatura do contrato. A decisão final é do Presidente da República e me parece que aconselhado pelos seus Ministros.

Estou com uma nota oficial do Ministério da Previdência Social, que me foi passada pelo Deputado Arlindo Chinaglia, aqui presente, que levantou essa questão na Câmara dos Deputados e na imprensa, que diz o seguinte:

O Ministro da Previdência e Assistência Social, a propósito das denúncias do Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), esclarece: A Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização da Superintendência do INSS, em São Paulo, está concluindo uma fiscalização integrada nas empresas do grupo ESCA.

As eventuais irregularidades identificadas na fraude de guias de recolhimento da Previdência Social serão apuradas, definidas as responsabilidades, nos termos da lei.

A parte das guias de recolhimento falsas apreendidas" – confirmando, portanto, a apreensão de guias falsas – "compõe um processo administrativo que deverá ser encaminhado ao Ministério Público pela Procuradoria-Geral do INSS em São Paulo.

Para fechar a minha participação, gostaria de saber, se confirmadas essas denúncias, qual vai ser a posição oficial.

Talvez não dê para prejudicar, não quero, também, exigir isso dos Ministros, deixe S. Ex<sup>as</sup> à vontade para responderem ou não aquilo que acharem que está ao seu alcance, mas isso aqui me parece, já, um documento oficial de que há irregularidades. Nesse caso, eu gostaria de saber qual seria a posição adotada pelo Ministério da Aeronáutica e pela SAE.

Obrigado.

**O SR. RONALDO SARDENBERG** – Com relação a essa denúncia, eu quero dizer que partilho da opinião do Ministro Gan-

dra de que se trata de um problema de natureza previdenciária, o que pode ser um calcanhar de Aquiles neste momento, em relação ao projeto.

Por isso mesmo, (fora do microfone), já tarde da noite, eu pedi ao Ministro Stephanes que proporcionasse à SAE as informações de que ele pudesse dispor.

S. Ex<sup>a</sup>, a partir de ontem à noite, começou a me dar informações em caráter informal, mas vai formalizá-las no correr dos próximos dias. Eu vou examinar essas informações que nós vamos receber e procederemos de acordo com a lei.

Essa é a informação que eu poderia dar neste momento.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, Ministro Mauro Gandra, Ministro Ronaldo Sardenberg, primeiro gostaria de fazer uma pergunta ao Ministro Mauro Gandra: os recentes progressos das tecnologias, como a utilização de satélites, as facilidades de acesso a sistemas desenvolvidos para fins militares e, agora, disponíveis para uso civil, tornam viáveis novas soluções para a vigilância de vastos territórios, como a Amazônia. Duas tecnologias já estão disponíveis, atualmente: o conceito Wide Area Augmentation System é um programa lançado pela Federal Aviation Administration, nos Estados Unidos, e em processo de licitação junto a empresas americanas para o controle de aviões de carreira; e o radar transorizonte – Over The Horizon Radar –, para vigilância permanente de extensas regiões, em implantação na Sibéria.

A conjunção dessas tecnologias, segundo estimativas, permitiria diminuir em pelo menos 30% o custo do programa SIVAM, em comparação com as soluções clássicas, trazendo paralelamente maiores vantagens operacionais.

O radar Over The Horizon – OTH utiliza a propriedade das ondas HF (3 a 30 megahertz) de se refletirem sobre certas camadas da ionosfera para detectar aviões que evoluem em diversas altitudes, mesmo rente ao solo, o que justifica seu nome de radar transorizonte. Seu alcance é superior a 3000 km.

Hoje, apenas os americanos e os russos adquiriram conhecimento suficiente para poder propor radares Over the Horizon operacionais.

Os Estados Unidos se recusaram a fornecer à Austrália, engajada igualmente no desenvolvimento de um sistema de vigilância utilizando os radares OTH.

Por outro lado, os russos têm se disposto a ceder seus conhecimentos na matéria e, atualmente, especialistas da ex-União Soviética estão na Austrália, trabalhando no projeto GINDALE(?).

Foi após o exame pelo Senado, no dia 21 de dezembro, que tornei a perguntar com mais detalhes ao Ministro Flores, da SAE, a respeito dessa questão. S. Ex<sup>a</sup> respondeu-me que se de fato os proponentes tinham essa possibilidade, porque não teriam colocado o fornecimento disso naquela ocasião.

Mas, em verdade, a forma de licitação era apenas para a forma de projeto que foi apresentada.

Então, eu pergunto se, à época da licitação do SIVAM, a SAE tinha conhecimento dessas novas tecnologias? Em caso positivo, porque a escolha da antiga tecnologia foi promovida no processo de definição?

Se porventura constatar-se que a ESCA, em virtude das fraudes mencionadas há pouco, está impossibilitada de participar do projeto SIVAM, terá, pois, o Governo que cumprir o que diz o § 3º do art. 195 da Constituição, mencionado pelo Senador Sebastião Rocha:

A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

A regulamentação desse dispositivo também está no art. 47, caput, I, a, da Lei nº 8212/91, que instituiu o plano da seguridade social e dispõe que a empresa que transgredir as normas dessa lei sujeitar-se-á à inabilitação para licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da administração direta ou indireta federal, estadual, do Distrito Federal, ou municipal.

Então, se porventura todo o processo de escolha relativo ao projeto SIVAM ficar anulado pelo procedimento indevido da ESCA, se a SAE, portanto, puder, com o Ministério da Aeronáutica, realizar nova escolha, considerará essa nova tecnologia?

Ontem, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no diálogo com os Senadores, na reunião com os líderes, na residência do Vice-Presidente Marco Maciel, mencionou que pelo acordo o Brasil estaria pagando multa por atraso na assinatura do contrato.

Por que motivo o Brasil concordou com cláusula de multa? De quanto é a multa?

Em se constatando irregularidade no procedimento da empresa, como a que agora se verificou com a ESCA junto ao INSS, ainda estará valendo essa multa, ou isso significará que não há por que haver multa, porque, inevitavelmente, o atraso vai precisar acontecer?

O Brigadeiro Marcos Antônio Oliveira mostrou os custos da ordem de US\$1,4 bilhão do projeto. Mas, na verdade, eu me recordo, ao ter examinado os documentos, que o custo total, incluindo-se o custo financeiro ao longo de todo o período, incluindo o de carência e mais o de pagamento, até que seja concluído, é da ordem de US\$2,8 bilhões; e eu gostaria apenas de confirmar se esse é o custo, porque como o Senado está reexaminando o assunto é importante que tenhamos conhecimento dessa despesa, que seria praticamente o dobro. Obviamente, creio que seria importante recordar o período todo.

O Senador Sebastião Rocha perguntou se a CIA havia feito alguma comunicação, e o Ministro Sardenberg mencionou que ao Governo brasileiro não houve comunicação. O que houve, portanto, pelo que sabemos, foi uma divulgação à imprensa, pelo menos à imprensa norte-americana, e que repercutiu na imprensa brasileira. Segundo o que me recordo, a CIA como que procurou demonstrar a sua capacidade de estar ajudando o governo norte-americano a apurar e até detectar eventual ação de corrupção de empresas ou de grupos de interesse, no caso franceses, que estavam tentando obter o contrato SIVAM. E a partir daí houve diversos comentários, indícios pela imprensa; e eu pergunto se a Secretaria de Assuntos Estratégicos tem estrutura, capacidade de detectar qualquer ação irregular ou ilícita de quem quer que seja, como, por exemplo, num contrato dessa importância, dessa magnitude? Se procurou fazê-lo, se encontrou algo que considera relevante, importante que o Senado tenha conhecimento, até para que o Senado possa auxiliar, na medida em que constitui obrigação nossa, constitucional, de estar também fiscalizando os atos do Executivo.

Mas, concluindo, Sr. Presidente, gostaria de ressaltar mais uma vez o quão importante é a oposição viva, fiscalizadora na democracia, porque não fosse ontem o Deputado Arlindo Chinaglia mostrar fatos que eram do conhecimento do Governo, nós não estaríamos hoje ouvindo o Ministro da Aeronáutica e o Secretário de Assuntos Estratégicos muito bem colocarem que, agora, há um "calcanhar de Aquiles".

Mas aqui fica a indagação: aquele fato de a fiscalização detectar cerca de 100 guias de recolhimento da Previdência Social que não constavam na conta-corrente do INSS, da ESCA, isto foi

observado em diligência de fiscais no escritório da empresa de Osasco em dezembro. Ora, dos fiscais para a chefia, há um escalão; da chefia para a outra, deve haver no máximo dois ou três escalões até chegar ao Ministro. Então, em dezembro, era o Ministro Sérgio Cutolo. Detectado, isso e dado o conhecimento público da importância da ESCA no contratado SIVAM, a pergunta que obviamente um Senador tem que fazer é se o Ministro Sérgio Cutolo não informou ao Ministro Mário Flores, ao Ministro Lobo. E passando o Ministério da Previdência do Ministro Cutolo para o Ministro Reinhold Stephanes, se esse, então, logo em janeiro, não informou aos Ministros aqui presentes. V. Ex<sup>as</sup> não de convir, é mais do que óbvio que isso foi detectado; e será que o Ministro Reinhold Stephanes só soube ontem? Esta pergunta precisa ser feita: será que o Ministro Reinhold Stephanes só soube que a ESCA fraudou o INSS graças ao Deputado Arlindo Chinaglia ontem? Graças à Oposição? Quer dizer, feliz é o País que tem Oposição para mostrar coisas. Mas um Governo responsável deveria ter agido prontamente!

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes de V. Ex<sup>a</sup> concedê-la aos Ministros.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Pediria ao eminente Senador Eduardo Suplicy que confirmasse o que eu ouvi do relato que sofreu uma omissão e precisa tornar-se claro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Pois não.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Ontem no jantar com os Líderes estava eu entre V. Ex<sup>a</sup> e o Presidente; portanto, acompanhei a conversa de perto. E V. Ex<sup>a</sup> há de confirmar que o Presidente da República, em caráter informal – era só uma conversa reservada, em homenagem aos que estavam ali –, fez questão de dizer que estava ciente das coisas... (Falhas na gravação)... na Secretaria de Assuntos Estratégicos e no Ministério da Aeronáutica, como V. Ex<sup>a</sup> anunciou o problema do INSS que ele desconhecia".

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Nos seus detalhes.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – V. Ex<sup>a</sup> foi claro. O Senhor Presidente declarou a V. Ex<sup>a</sup> que só tinha tomado conhecimento porque o Deputado Fernando Gabeira – que nos honra com a sua presença – tinha estado com Sua Excelência numa audiência, e que portanto tinha ele estava surpreso porque desconhecia o assunto. E na hora que se falou do contrato, ele apenas disse – é isso que quero esclarecer – que o receio era que, caso o contrato não fosse levado a efeito, haveria as implicações jurídicas, inclusive multa contratual.

Sua Excelência disse também a V. Ex<sup>a</sup> e a mim que não tinha nenhum interesse em apressar a lei de patentes.

*(Interrupção na gravação.)*

De modo que Sua Excelência teve uma referência altamente elogiosa ao Deputado Fernando Gabeira, colheu os elementos e declarou que para ele era realmente benéfico ouvir.

De modo como nesta parte houve uma omissão e gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me desse o privilégio de confirmar se foi mais ou menos isso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Foi exatamente, Senador Bernardo Cabral. Eu não teria qualquer intenção de revelar o que foi uma conversa informal, salvo em algo que me pareceu essencial e sem nenhuma gravidade. Foi uma informação que eu, pelo menos até ontem à noite, não tinha me dado conta. Foi o Presidente que informou que haveria multa pela não assinatura e eu fiquei pensando, à luz de tudo que estamos examinando, o porquê afinal de o Brasil ter concordado com esta multa.

E agora fico me perguntando se, caso haja motivo sério para atrasar a assinatura, pelo menos essa multa – obviamente pelo bom senso – poderia não existir.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Permite V. Exª apenas para finalizar?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Claro.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – É da índole dos contratos e da teoria geral deles a imposição de multa para ambas as partes. Aí a multa não era apenas para o Governo brasileiro; a outra parte também sofrerá sanções. Só que neste caso peculiar referente a nós, nós é que estaríamos sujeitos à multa. Somente para esclarecer: não é o Governo, é qualquer parte do contrato dentro da teoria geral que está sujeita à multa. Veja que até num simples contrato de locação...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Perdão, Senador Bernardo Cabral, no caso...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Fazendo soar a campainha) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª já terminou a sua exposição?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Só uma última observação: é claro que, num contrato de locação, o não-cumprimento por qualquer das partes implica multa; mas, no caso, o contrato nem começou. O que é estranho é uma multa por um contrato que ainda vai ser assinado.

(Discussões paralelas fora do microfone.)

Creio que os Ministros vão poder esclarecer melhor por que existe a multa e, assim, ficarei sabendo.

Sr. Presidente, concluí as minhas indagações.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concluída a exposição do nobre Senador Eduardo Suplicy, concedo a palavra ao Brigadeiro Marco Antônio de Oliveira. (Pausa.)

Ministro Mauro Gandra, V. Exª deseja falar primeiro? S. Exª tem a palavra.

**O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA** – Eu só quero fazer uma observação. O Brigadeiro Marco Antônio de Oliveira, evidentemente, tem mais condições técnicas de prestar informações sobre essas novas tecnologias do que eu.

Entretanto, como Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil, nos dois últimos anos e meio, participei intensamente dessa parte do *Future Navigation System*. Esse sistema ainda tem por base o GPS, um sistema de satélites, uma constelação de satélites militares que foram degradados para uso civil. Os russos também pretendem lançar um sistema – GRONAS(?) –, que não está completo.

Há uma discussão muito grande, de ordem jurídica, na ICAL(?) porque esse sistema foi oferecido à ICAL, graciosamente, pelos Estados Unidos da América, com os sinais degradados. Mas, os EUA se reservam o direito de, com 6 anos de antecedência, cortar os sinais. Por outro lado, juridicamente, não se tem ainda uma idéia do que poderia acontecer, em termos de acidentes, no caso do uso desse sistema. A partir do sistema CSN, CNS-ATM(?), no caso de um acidente, por exemplo, no caso de propriedade, quem vai pagar depois de 10 anos? Os Estados Unidos oferecem esse sistema por 10 anos.

Como V. Exª muito bem disse, ele é muito interessante para a aviação de carreira, para o tráfego de aeronaves cooperativas. O sistema será, talvez, dentro de 15 anos, uma solução. Todavia, não estamos tratando apenas de aeronaves cooperativas; estamos tratando de problemas de detecção e de outros complementos como o próprio satélite e aviões de detecção, estes, sim, é que poderiam – como disse o Brigadeiro Marco Antônio de Oliveira – detectar aviões em voo rasante e, além disso, fazer a parte de sensoramento.

Quanto ao problema do radar OTH, eu sei que um dos grandes problemas é o número de estações. Peço ao Brigadeiro Marco Antônio de Oliveira que dê uma explicação melhor sobre o assunto.

O Brigadeiro Marco Antônio de Oliveira está nesta área de controle de tráfego aéreo e proteção ao voo há mais de 20 anos.

**O SR. MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA** – São precisamente 25 anos que trabalhamos com radar. Então, com relação a este radar – OTH – existem cinco exemplares no mundo: dois guardados em caixote; dois instalados nos Estados Unidos e um instalado na Austrália.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Foi esse que o senhor viu?

**O SR. MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA** – Eu o vi e tive a oportunidade de conversar com as pessoas, não só as que fizeram o projeto do radar mas que o experimentaram exaustivamente e, como o senhor disse, e, também, como conhecedor do problema, o radar trabalha com ondas de alta frequência, que nós consideramos baixa – UHF, com reflexão ionosférica e onda terrestre. É uma tecnologia extremamente complicada. É um radar que foi desenvolvido para detecção de mísseis na ocasião do lançamento e ele tem um péssimo atributo para nós que queremos que o SIVAM não seja um programa de defesa: ele só tem aplicação militar, ele não é comissionado para uso civil, para o controle de tráfego aéreo civil.

O Brigadeiro Mauro José Miranda Gandra já falou do CNS-ATM que é o sistema do futuro, mas o SIVAM incorpora vários dispositivos que já são preparatórios para esse sistema do futuro. A parte de comunicações de data-link, em VHF, o sistema de radar de monopulso, tudo isto soma-se à tecnologia que estará disponível.

E outro equívoco muito grande, Sr. Senador, são as empresas apresentarem os custos pela metade. Mostraram para V. Exª a ponta do iceberg: eles mostraram os custos que o Governo terá para instalar o sistema, mas não informaram o custo que os usuários terão para equiparem as suas aeronaves. Todas as aeronaves terão que ter sistema de data-link com satélite, custa uma fortuna e não tem nenhum homologado hoje no mundo para uso, como nós chamamos dentro da aviação civil internacional: *standard*. Não existe.

Então, por acaso, trabalho, também, nesse projeto. Esse projeto está dentro da minha comissão, é de minha responsabilidade, também, trabalhar no FUNS.

De forma que tenho apenas a complementar as informações do Brigadeiro Mauro Gandra.

Com relação aos russos, é evidente que essa proposta não caberia, dentro dos requisitos que estabelecemos – a não ser parcialmente, como disse: data-link e radares de monopulsos. Mas, com relação aos russos, nós fizemos um esforço extraordinário para puxar os russos para dentro do programa, para estimular. O adido comercial russo – se não me engano, o nome dele era Oleg(?) – tinha uma intensa conexão conosco. Mas V. Exª há de compreender que os russos nunca estiveram em condições, depois da queda do muro de Berlim, de aportar recursos de financiamento. Além disso, se nós queríamos fazer algo correto, não dá para comparar a tecnologia russa com a tecnologia da Europa Ocidental e com a dos americanos.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Sr. Ministro Ronaldo Sardenberg.

**O SR. RONALDO SARDENBERG** – Eu queria me dirigir a certos aspectos que não foram enfocados pelo Ministro da Aeronáutica e pelo Presidente da Comissão Coordenadora. Eu diria que, com relação à situação previdenciária da companhia integradora, ela, em três momentos do processo, teve que provar o fato de não ter dívidas com a Previdência: primeiro, na ocasião da seleção, quando a companhia apresentou uma certidão negativa;

depois, no momento da habilitação técnica, a companhia apresentou, além dessa certidão, essas guias, algumas ou muitas das quais provaram estar fraudadas; terceiro, no momento da assinatura do contrato comercial. Como o contrato comercial ainda não foi assinado, apesar de toda a expectativa que se formou em torno do assunto, essa questão não se colocará até o momento em que o contrato estiver pronto para ser assinado e é neste momento que a companhia interessada apresentará ou não a sua situação perante a Previdência mostrando se está ou não adimplente.

Eu, como autoridade, não posso presumir culpas. Num sistema democrático não presumimos culpas. É preciso que a companhia tenha tempo de apresentar a sua defesa. Estou esperando por isso. O Ministério da Previdência agiu corretamente ao cientificar o Procurador da República em São Paulo dessa questão, e eu espero que a Companhia agora se pronuncie.

Com relação às fraudes, eu também não posso presumir a identidade de quem as cometeu. A fraude, ao que consta da nota do Ministério da Previdência, foi cometida; mas não consta o nome de quem a cometeu – esse é um ponto que tenho que levar em consideração. Se a fraude for estabelecida, sem dúvida, o Governo tomará as providências legais e cabíveis nos fóruns apropriados.

Aliás, eu deveria dizer que nós, do Governo temos aguda consciência disso e por isso nós, assim como o Presidente da República, temos o maior interesse em apurar qualquer tipo de irregularidade. Afinal, isso pesaria sobre as nossas costas e não sobre as costas de quem alega ou acusa fraudes. De maneira que vamos continuar nesse esforço. Eu mesmo – foi me perguntado pelo Sr. Senador Eduardo Suplicy –, desde que assumi o cargo, como mencionei, conversei com todas as pessoas envolvidas, dentro do Governo, nesse processo. Eu não sou, por força do meu cargo, interlocutor de companhias. Eu não trato das questões relativas à companhias, mas sim dentro do Governo, tenho procurado me inteirar e tenho mantido um diálogo com a oposição. Concordo integralmente com a observação de que é importante para o País que a Oposição seja viva, dinâmica e fiscalize a ação do Governo.

No que diz respeito a mim, no que posso fazer, tenho contribuído com a Oposição ao prestar todo tipo de informações. Eu notaria que os pedidos, por exemplo, de documentação foram atendidos até hoje em sua totalidade pela SAE, pelo menos na minha gestão, e continuarão a ser. Não há da minha parte nenhuma intenção de esconder o que quer que seja.

Com relação às denúncias da CIA, noto, por exemplo, que ela não deu segmento a essas denúncias, se é que a CIA efetivamente as fez. O que há em torno da CIA é apenas a afirmação no jornal, nos Estados Unidos, de um porta-voz, de uma pessoa não identificada que teria dito que franceses – não dizem quem – haveriam proposto propinas a funcionários brasileiros. Isso foi tudo. Não foi mais do que isso. É extremamente vago, é preciso reconhecer que é uma colocação vaguíssima e que dificulta qualquer tipo de apuração.

Ressalto também que a SAE não tem mais funções de formação de inteligência desde o dia 1º de janeiro. Eu assumi o cargo dentro deste quadro de que as matérias de inteligência e informação não me cabem. Então não tenho nenhuma capacidade do tipo policial ou de informação. Evidentemente procuro manter-me informado e se houver algum tipo de denúncia que venha de dentro do Governo ou de fora que necessite prosseguimento na sua apuração, sem dúvida, promoverei este tipo de atividade.

Com relação ainda à parte da ESCA, da situação previdenciária, eu notei, por exemplo, que a fiscalização ainda não está concluída e quem anotar de novo que efetivamente, no momento que tive conhecimento da extensão do problema, entrei em contato com o Ministro da Previdência que teve a enorme gentileza comigo de, na mesma noite, começar a providenciar a remessa de documentos. Ocorre que essa documentação é ainda incompleta, tenho que esperar um pouco; por exemplo, não tenho cópias das guias que foram fraudadas para se ter idéia. Tenho que esperar um pouco até que haja mais elementos para que possa ter um juízo sobre a questão. Muito obrigado.

**O-SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – O tempo já vai longe e quero ser o mais breve possível. Em primeiro lugar, cumprimento V. Ex.<sup>a</sup> assim como insisti muito em que V. Ex.<sup>a</sup> tomasse a iniciativa de marcar esta reunião – e eu a considero um virtual despacho saneador para que o atual Governo e o Senado renovado possam encontrar os seus ponteiros a respeito das suas competências. Congratulo-me com a realização da reunião e cumprimentar os Srs. Ministros e seus colaboradores por estarem presentes aqui.

Dois antecedentes para fazer duas perguntas. Primeiro, entendo que não seríamos justos se nesta avaliação ignorássemos as boas decisões que as Forças Armadas, especialmente o Ministério da Aeronáutica, tomaram a propósito do nosso – ainda não concluído – controle do espaço aéreo. Todos os países que podem fazer comparação sabem que a nossa versão – que o Brigadeiro Vieira sintetizou no uso militar, mas não, o sistema militar e o outro sistema civil, como existem países do Primeiro Mundo é a forma mais econômica e acredito mais moderna. Só que ela nos remete exatamente ao drama que nós estamos vivendo aqui. O drama que está sendo exposto, neste momento, na minha opinião, é um só. A função de segurança é uma função indelegável. Não há nenhuma corrente doutrinária no mundo que tenha imaginado terceirizar a segurança. Pode até terceirizar alguns agentes, mas o núcleo da questão é a essência da soberania, da segurança nacional, da segurança do Estado.

Como cidadão brasileiro, sinto que, neste caso, não estamos com a rédea, ou seja, com o comando da rédea no lugar certo. Sim, por isso quero deixar a minha primeira sugestão, e ela pode até se transformar em uma indagação em outra oportunidade. Não é possível que as Forças Armadas disponham de um núcleo central que hoje, pelo menos neste contrato e nos outros que foram aqui comentados, pertence de fato à ESCA.

Só para efeito de comparação, quando iniciei minha atividade numa empresa de telecomunicações, na estatal de Santa de Catarina, na COTESC da época, todos os postos de chefia da empresa, na área técnica – o chefe do departamento de rede, de computação, todos os cargos de chefia, em nível de divisão, eram exercidos pela consultora, por uma firma particular, que por sinal hoje está incorporada a uma das licitantes – não vou mencionar o nome; posso mencionar a que incorporou, a PROMON. E a grande decisão que a empresa tomou naquela oportunidade foi substituir as chefias por pessoas do seu quadro. Foi isso que permitiu que a empresa cumprisse um papel muito importante e que, um ponto pequeno, se assemelha à nossa falta ou a falta aparente aos nossos olhos. Ficou evidente pelos depoimentos que o comando pleno, o comando inteligente – e peço desculpas se tiver entendido mal – não é nosso: é da em-

presa. Essa é uma questão da maior gravidade para tudo aquilo que entendemos como sendo segurança nacional, já no sentido de sociedade democrática, civil. Então esta é a primeira pergunta: Satisfaz? É possível haver algum mecanismo de conversão para que se tenha esse comando? Essa é a primeira questão.

A segunda é um pouco de autocrítica até de minha parte – não sei se os meus companheiros vão participar desta autocrítica. É muito comum que nós todos, os que temos ou os que não temos experiência administrativa, maior ou menor, numa hora desta, procuremos agir como se fôssemos do Executivo. A competência do Senado não é registrar o contrato: a competência do Senado é aprovar o limite de endividamento, é aprovar a contratação de uma nova dívida, e naturalmente julgar o mérito da sua destinação.

Os procedimentos licitatórios, que foram realmente singulares no caso – houve uma hora que parecia que eu estava vendo aquele filme do Projeto Manhattan, um conversa com o outro; mas cheguei à conclusão de que não é o da bomba atômica. A nós, portanto, incumbe aprovar – e isso foi feito.

Acredito que esta Legislatura não estaria em paz com a sua consciência se não participasse desta sessão que chamo sessão de despacho saneador. Agora, a responsabilidade por gestão temerária, contratação indevida e descoberta, com o concurso de quem quer que seja, da oposição atilada, daquilo que chamo até encomiasticamente de "PT-pol" – que prestou grande serviços ao País, descobriu uma porção de coisas, andava até meio de férias, Sr. Presidente. Ele atuou muito nas CPIs: CPI do PC, CPI do Orçamento. Na eleição até nos frustrou. S. Ex<sup>a</sup> andava até meio de férias, Sr. Presidente. (Risos) Atuou muito nas CPIs – na CPI do PC, na do Orçamento. Na eleição até nos frustrou, porque andou meio sem ressonância. Mas agora está voltando, e vejo, pela vizinhança, que pode até vir a se filiar à INTERPOL. Quem sabe?

Mas quero dizer que o fato de ter estourado ontem ou anteontem esta informação é uma questão da maior gravidade. Mas ela pode ser esclarecida, pode não ser esclarecida e os senhores do Executivo terão a responsabilidade. E se já tivessem assinado o contrato? Teriam que desfazê-lo. Isso é um sucesso ou um insucesso do Executivo, não do Legislativo. Incumbirá ao Tribunal de Contas registrar o contrato posteriormente à sua assinatura e em função de denúncia, inspeção, que pode ser feita no dia seguinte à sua assinatura, até previamente, pelo Tribunal de Contas, descobrir alguma irregularidade formal, legal, contábil, patrimonial lesivo ao interesse público.

Entendo que a nós compete, com esse fato que considero da maior relevância e até oportuno, essa questão da Previdência, fazer aqui o check in, na linguagem de aeronáutica, brevê de planador.

Só tenho mais uma indagação a fazer: as questões de natureza financeira, a comparação financeira que foi feita – o Brigadeiro Oliveira apresentou um levantamento não-atuarial, – o Senador Suplicy queria um levantamento atuarial, que não foi feito –, ele trouxe os 2.800 de um, quanto seriam em relação ao outro. O atuarial seria esse, seria a atualização depois do pagamento dos 20 anos. Foi feita uma atualização de preços. Ou seja, foi trazido para a data zero: um ficou com 1.400 e outro com 1.395.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Entendo e me pareceu confirmado pelo Brigadeiro...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Não, ele confirmou, mas não apresentou a cálculo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Sim, mas eu até havia pedido. É que ele apenas com a cabeça concordou que eram 2,8, que é 1,4 mais 1,4, portanto 2,8 o total ao longo de vinte anos. É o que eu pude lembrar. Se houver porventura o quadro aí, até pediria para mostrar, porque seria importante para o conhecimento.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Foi mostrado, pelo que eu vi, do contrato da Raytheon, não outro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – É o contrato SIVAM, não é? O que custa 1,4...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Não, do Raytheon. Não foi mostrado o que será, ao final de vinte anos, o custo. Vamos chamar de montante: capital mais encargos vão dar o montante. Então, o montante ao final de vinte anos de desembolsos. Desse contrato, serão 2.800, V. Ex<sup>a</sup> está absolutamente certo. Não foi mostrado o que será no final do outro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Não sei se ele tem aí. Tem na outra demonstração anterior.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Então, a segunda pergunta é essa: as questões financeiras, V. Ex<sup>as</sup> que são da nova equipe de Governo já esgotaram? Só para dar um exemplo: a assinatura dos contratos tendo o Banco do Brasil – Agência Gran Cayman, tem alguma implicação fiscal para o Brasil? Ou seja: isso em termos fiscais representará para o Brasil alguma perda? Isso está apropriado no levantamento desse montante? Então essa é a segunda pergunta.

A primeira pergunta, portanto, é sobre essa questão da inteligência e a segunda é uma demonstração de que o nosso despacho saneador não significa dizer que o contrato está certo, não temos meios para dizer que o contrato está certo.

Faço a pergunta sobre o montante. A NAE está 1.400 e 1.395. Esse é o custo atual, não é o custo ao final. Essa é a segunda pergunta. Com essas observações de natureza fiscal, ou seja: os agentes financeiros representam diferenças em termos fiscais?

**O SR. MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA** – Obrigado, Senador, pelas perguntas.

Vamos para a primeira pergunta: a velhice é uma coisa triste, Senador, porque tenho experiência própria com a questão da inteligência do sistema. Fui chefe da Divisão de Sistemas e Informática do CINDACTA I e muitas noites...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – O diabo sabe porque é diabo, mas sabe mais porque é velho. (Risos.)

**O SR. MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA** – É exatamente isso. O diabo é esperto porque é velho.

Como ia dizendo, muitas noites tive que ligar para a França e pedir que viesse um engenheiro correndo porque não conseguíamos simplesmente dar partida no sistema, porque alguma coisa aconteceu e não tínhamos absoluto domínio do que estava ali dentro. Então, quando se referia à defesa aérea – e o Ministro Gandra falou sobre isso –, o sistema vestia somente os aviões de produção francesa, o Miragem. Quando interceptávamos com o F-5, era preciso que o controlador fizesse os cálculos manualmente, porque o perfil de desempenho do F-5 não estava dentro do Software. Não dominávamos o algoritmo e nem os programas fontes. Qualquer modificação tínhamos que, absolutamente, depender dos franceses.

Foi trágico. Tivemos parada no sistema de quatro horas, o que incidiu num risco de vida extraordinário a muita gente que estava no ar naquele momento.

Muito bem. Nossas equipes que foram treinadas no exterior foram como que pulverizadas. O militar tem uma carreira de transferências. Não há militar que não tenha no mínimo 14, 15 ou 16 transferências. São vários cursos que fazem com que ele tenha que abandonar a atividade dele. Chegamos à conclusão que precisávamos ter dentro do cenário de segurança, não podíamos contar apenas com os militares. Como diz o Brigadeiro Gandra, a defesa é uma responsabilidade coletiva da Nação. Não somos só nós militares que temos o privilégio da defesa.

Então, também não inventamos isso. Outros países usam empresas privadas de alta tecnologia – porque estamos falando de alta tecnologia – para serem detentoras de segredos importantes empregados na defesa.

E nós na época, os que me antecederam, chegamos à conclusão, e muito corretamente, que precisávamos ter uma empresa estratégica que pudéssemos confiar. Em vez de confiarmos naqueles que vinham e voltavam e levavam tudo, precisávamos de uma empresa que pudéssemos confiar. A ESCA foi fundada dentro do CTA pelo Instituto de Fomento Industrial. Ela foi criada com esse objetivo, estimulada. Durante a implantação do CINDACTA II, o Governo capacitou tecnologicamente a ESCA, para ela adquirir essa competência que hoje tem. Em vez de mandarmos nossos analistas, mandamos numa proporção de 80% de analistas e engenheiros da ESCA e 20% da Força Aérea e ela realmente se capacitou para o trabalho.

Quando desenvolvemos o CINDACTA II, que é em Curitiba, e voltamos para revitalizar o CINDACTA I, a ESCA já era doutora de uma competência que permitiu que ela repetisse no CINDACTA I o que ela havia feito no CINDACTA II e transferisse isso para Recife, agora no CINDACTA III e permitisse que ensaiássemos o que vai ser o sistema de software de defesa aérea da região amazônica.

Aí o senhor continua perguntando: que vulnerabilidade temos tendo só essa empresa?

Não. Também nem tanto para um lado e nem tanto para o outro. Temos as equipes que chamamos de Interdacta de Software. Essas equipes são treinadas para manter os softwares críticos do sistema. Possuímos toda a documentação que não tínhamos – e ninguém as fornece. Se contratarmos, no lugar da ESCA, a própria RAYTHEON para produzir a parte de software desse sistema, jamais teremos os programas-fontes e os algoritmos, porque o francês não nos fornece, e ninguém o faz.

Hoje detemos todos os programas-fonte, temos todos os algoritmos. E a equipe de interdacta, os oficiais engenheiros da Força Aérea Brasileira mantêm os sistemas funcionando. Só chamamos a ESCA no caso de situação extremamente complicada e não solucionada pelo nosso pessoal. De toda a ESCA, apenas um funcionário atende aos três centros de defesa aérea. Todo o resto é feito por nossos oficiais. Treinamos essa equipe: é um processo constante de treinamento. Treinamos, eles vão embora, treinamos outros. Alguns são absorvidos pelas empresas privadas, porque pagam como a ESCA paga. Se o nosso oficial ganha R\$ 1.500 ou R\$ 1.800 por mês, a ESCA paga 8.000 a um técnico de alto nível. Os engenheiros da ESCA que mandamos em 1980, 1982, 1983 – não sei ao certo – para a França continuam na empresa. Ou seja, temos

tudo esse potencial estratégico em nossa mão, mas não dependemos exclusivamente dele.

No SIVAM, vamos supor que tudo continue, que tudo corra bem e que a ESCA seja dona dos programas-fontes e de todos os algoritmos do sistema de software. Está previsto no contrato comercial o treinamento intensivo do nosso pessoal. Toda a parte de recursos humanos está merecendo um cuidado muito grande no SIVAM, até porque o SIVAM não é só Ministério da Aeronáutica. Temos que treinar intensivamente outros usuários para permitir a participação no SIVAM. A ESCA, portanto, montará o sistema e o deixará funcionando, carregará os dados dentro do sistema e nós assumimos. O Governo vai operar o SIVAM! A ESCA não ficará dentro de nossos centros operando os centros regionais. Essa será uma função do Governo, executada pelo pessoal que foi treinado pela ESCA.

A RAYTHEON participa como a grande fornecedora de materiais. Os equipamentos fornecidos por ela serão instalados por uma empresa brasileira. É claro que ela tem que ir ao local para nos entregar o material, porque é sua responsabilidade nos entregá-los funcionando nas condições e com a performance ditada pela ordem técnica. Fará, então, a entrega dos equipamentos e só. O credenciamento das pessoas, dos engenheiros, para acesso a qualquer ponto da Amazônia, será feito pelo Governo e será acompanhado por técnicos do Governo. Consequentemente, essa questão da inteligência e das cautelas com relação ao trato do acesso à região, do acesso às informações posteriores, não estará a cargo deles. No momento em que a RAYTHEON "virar as costas", não terá mais acesso a coisa alguma.

Penso ter respondido essa parte. Vamos para outra informação que não demos ao Senador Eduardo Suplicy.

Fica até complicado, porque o empréstimo francês é variável, ou seja, é reajustado no tempo. Não há nada fixo: os preços não são fixos. Trouxemos para o valor presente e neste valor, a RAYTHEON, sob todas as circunstâncias – sem considerar o risco –, é melhor.

Estou repetindo, Senador, o que os nossos financistas me contaram.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – (Intervenção fora do microfone.)

**O SR. MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA** – Hoje, temos absoluta segurança. Respondo perante os dois Ministros. Tenho dois padrões – refiro-me à pessoa ligada ao Governo, não estou falando mais da Comissão – e a minha responsabilidade com S. Ex<sup>as</sup> é integral e total. Devo, assim, levar-lhes os dados. E temos a satisfação de dizer que não houve nenhum problema com relação às avaliações que fizemos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Todos os Senadores inscritos argüíram livremente por todo o tempo desejado, e os Srs. Ministros que aqui vieram prestaram os esclarecimentos necessários.

A mim cabe, então, agradecer a presença não só dos Senadores mas também, e especialmente, dos Ministros Mauro Gandra e Ronaldo Sardenberg e do Brigadeiro Oliveira, pelo trabalho que realizaram e os serviços que prestaram esclarecendo as dúvidas dos Srs. Senadores.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h10min.)



## **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

### **A N E X O**

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O EXPOSITOR: BRIGADEIRO  
MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA EM SUA PALESTRA**

## **DIRETRIZES RESULTANTES DA APROVAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 194, de 21/09/90**

---

- À SAE/PR caberá formular e implementar um sistema nacional de coordenação, visando a atuação integrada dos órgãos governamentais na repressão aos ilícitos e proteção ambiental na Amazônia, ressalvada a competência de atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- Ao Ministério da Aeronáutica caberá implementar o Sistema de Vigilância da Amazônia, integrado ao Sistema Nacional de Coordenação (hoje SIPAM) a ser formulado pela SAE/PR
- Ao Ministério da Justiça caberá estruturar um conjunto de medidas que permitisse integrar-se ao Sistema, de forma a habilitá-lo ao desenvolvimento das ações de sua responsabilidade

## **SIPAM - ALCANCE ESTRATÉGICO**

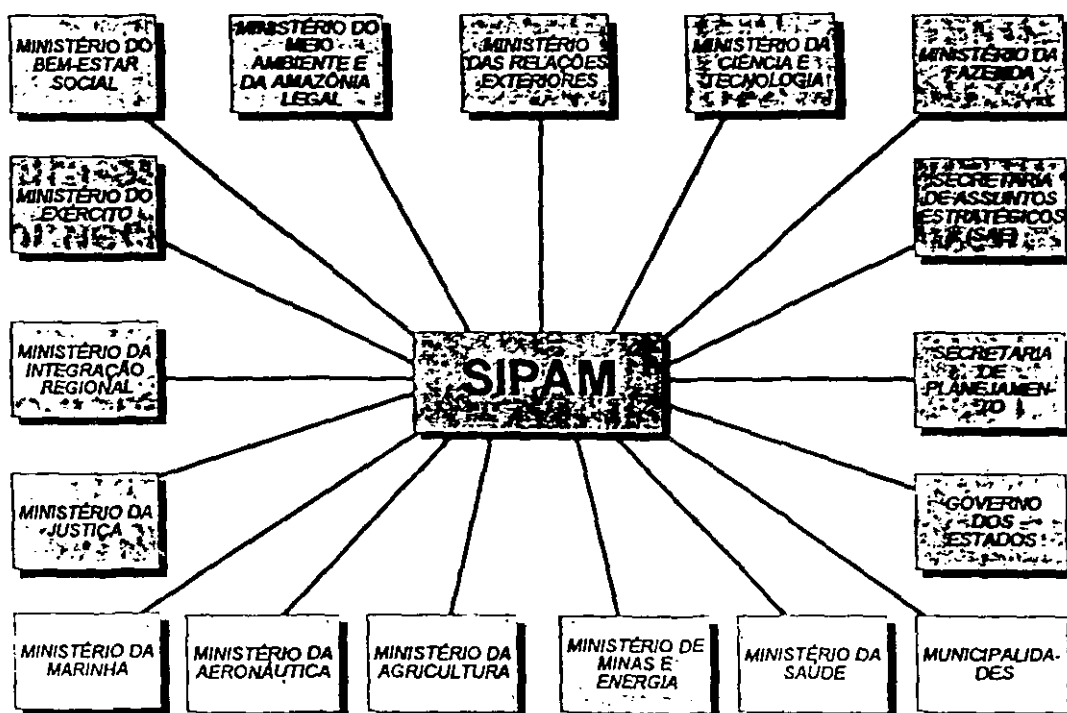
---

- Potencializar os esforços dos diversos órgãos setoriais através da ação cooperativa e solidária, respeitando a competência institucional da cada um
- maximizar a utilização dos conhecimentos sobre a Amazônia
- Facilitar o planejamento e a coordenação de ações



- Viabilizar as diretrizes políticas estabelecidas para proteção da Amazônia
- Evitar o desperdício e a sobreposição de tarefas
- Otimizar a aplicação de recursos orçamentários
- Reduzir o tempo despendido entre a ocorrência do fato, o seu conhecimento, a elaboração da decisão e a execução das ações recomendadas
- Agilizar o processo decisório
- Tornar efetiva a ação do Governo

## SIPAM ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS



O SIPAM permitirá o Planejamento, Coordenação, Integração e Avaliação de ações / informações por essas organizações

### • Divulgação

- Embaixadas dos Países selecionados pela SAE e MRE
- Credenciamento das Empresas Brasileiras (Equipamentos e Materiais)

# SIPAM/SIVAM - POTENCIALIDADES

---

## SAÚDE

- Identificação de focos endêmicos
- Análise de tendências e propagação de epidemias
- Integração de transporte
- Facilidades de comunicações

## USO DO SOLO

- Planejamento territorial
- Planejamento agrícola
- Reflorestamentos
- Áreas desmatadas
- Províncias minerais
- Áreas de garimpo

## MEIO AMBIENTES

- Mapeamento de bacias hidrográficas
- Classificação da flora
- Avaliação da saúde da vegetação
- Características atmosféricas
- Poluição dos rios
- Temperatura térmica da vegetação
- Queimadas e desflorestamentos

## VIGILÂNCIA

- Monitorização de comunicações clandestinas
- Conflitos em terras indígenas
- Rotas de narcotráfico
- Plantio de substâncias entorpecentes
- Rotas de contrabando
- Extração irregular de recursos naturais
- Localização de pistas clandestinas
- Facilidades de radiolocalização
- Garimpos irregulares

## CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO E DE SUPERFÍCIE

- Apoio à navegação aérea
- Controle do espaço aéreo
- Monitorização de embarcações
- Apoio à navegação fluvial
- Facilidades de radiolocalização

## DECRETO Nº 892 DE 12.08.93

"Art 1º - Os equipamentos e os serviços técnicos cuja divulgação comprometeria a eficácia do Sistema de Vigilância da Amazônia inserem-se no que preceitua o inciso IX do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993".

"Art 2º - Em respeito ao princípio da competitividade, os órgãos executantes promoverão consultas para obter os menores preços e as melhores condições técnicas e de financiamento na seleção, visando a aquisição e a realização dos serviços técnicos pertinentes".

## **· Empresas / Grupos que Atenderam a Consulta**

· **RAYTHEON:** IBM do Brasil, Tasc, Mac Donald Dettwiler, Infranav, Expersoft, University of New Hampshire, Embraer, Campbel I Scientific, Enterprise Electronic Corp., Viz Meteorological Instruments, STS, Ericsson, Mackay, Sutron, MRC, Seaspace, Tecnasa, ASII, SAC, Audor, Daedalus, Watkins, Johnson

· **DASA / ALENIA:** Dornier, Ericsson, Esg, Fokker, Tecnasa, Matra Cap Systems, Siemens / Equitel, Vaisala, Alcatel, OTE, RAD, Gematronic, Northern Telecom, Carl Zeiss Jena GmbH, Embraer,

· **UNISYS:** NEC do Brasil, Westinghouse, Hughes, ERIM, Fokker, Ericsson, Vaisala, Sierra, Harris, TCI, Hobeco, E-Systems, ESL, Airport Systems International INC., Impulsphysik, Fernau Avionics Ltd., Embraer, Mackay Communications / Motorola, Tecnasa,

· **THOMSON-CSF / ALCATEL:** Ericsson, Vaisala, Fokker, SAC, CEIS-TM, Embraer, Daedalus, CHLIO, Tecnasa

## **· Edital**

- **Configuração do Sistema (Requisitos Básicos)**
- **Instruções para Participação (Pré-requisitos)**
- **Escopo da Participação da Empresa Integradora Brasileira**
- **Esclarecimentos Gerais**

## **· Divulgação**

- **Embaixadas dos Países selecionados pela SAE e MRE**
- **Credenciamento das Empresas Brasileiras (Equipamentos e Materiais)**

## **Seleção da Empresa Integradora Brasileira**

• **SINAENCO:** ENGEVIX, ESCA, HIDROSERVICE, PROMON, THEMAG

• **AUTOMÁTICA:** ALTUS, CMW, DIGITAL, ESCA, KIWI, SFB, MAXITEC, PARKS, AIT, ABC, CBB

### **• Proposta Técnica**

#### **• A Comissão**

- CISCEA-Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo
- CCSIVAM-Comissão para Coord. do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia
- Empresa Integradora Brasileira - ESCA Engenharia de Sist. de Contr. e Automação S.A
- Representantes dos Ministérios (Justiça, Marinha, Aeronáutica, Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Secretaria de Assuntos Estratégicos)

#### **• Os Critérios**

- Conformidade com o Edital
- Adequação ao Objeto
- Nível de Participação das Empresas Nacionais

### **• Proposta Comercial**

#### **• A Comissão**

- CISCEA-Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo
- CCSIVAM-Comissão para Coord. do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia
- Empresa Integradora Brasileira - ESCA Engenharia de Sist. de Contr. e Automação S.A.

- **Os Critérios**
  - Melhor Preço
    - Equalização das Propostas Técnicas
  - Melhores Condições de Pagamento
  
- **Proposta de Financiamento**
  - **A Comissão**
    - SEFA-Secretaria de Finanças da Aeronáutica
    - Banco Central
    - CISCEA-Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo
    - CCSIVAM-Comissão para Coord. do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia
  
- **Os Critérios**
  - Pré-requisito
  - Abrangência
  - Qualidade da Proposta
    - Carência
    - Juros
    - Amortização

## **EMPRESAS FINALISTAS**

---

- **RAYTHEON:** IBM do Brasil, Tasc, MDA, Infranav, Expersoft, University of New Hampshire, Embraer, Campbell Scientific, Enterprise Electronic Corp., Viz Meteorological Instruments, STS, Ericsson, Mackay, Sutron, MRC, Seaspace, Tecnasa, ASII, SAC, Audor, Daedalus, Watkins - Johnson, TCI, Westinghouse.
  
- **THOMSON-CSF / ALCATEL:** Ericsson, Vaisala, SAC, CEIS-TM, Embraer, Daedalus, CHLIO, Tecnasa, Elebra, Matra-Cap Systems.

# SOLUÇÃO ESCOLHIDA

- Melhor solução técnica
- Menor preço
- Menor risco à execução do Projeto

## SOLUÇÃO ESCOLHIDA

**EMPRESA FORNECEDORA PRINCIPAL - RAYTHEON**

ITEM	SUBSISTEMAS	SUBFORNECEDORES
1	AQUISIÇÃO DE DADOS	
1.1	VIGILÂNCIA AÉREA - AEW	EMBRAER / ERICSSON
1.2	SENSORIAMENTO AÉREO - SR	RAYTHEON / EMBRAER / MDA
1.3	AMBIENTAL	TASC / EEC
1.4	DETECÇÃO RADAR FIXA	RAYTHEON
1.5	DETECÇÃO RADAR TRANSPORTÁVEL	WESTINGHOUSE ( * )
1.6	RADIO-DETERMINAÇÃO	RAYTHEON
1.7	INTELIGÊNCIA DE INFORMAÇÕES ELETROMAGNÉTICAS	TCI ( * )
2	TRATAMENTO E VISUALIZAÇÃO DE DADOS	RAYTHEON / IBM / EXPERSOFT / UNH
3	MELHORIAS NO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS	MDA
4	TELECOMUNICAÇÕES	ERICSSON / TECNASA / STS
5	AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO AÉREA	TECNASA
6	SUPORTE À MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO EM VÔO	RAYTHEON / HAWKER

( \* ) Incorporadas à proposta como subcontratadas

# PROPOSTAS COMERCIAIS

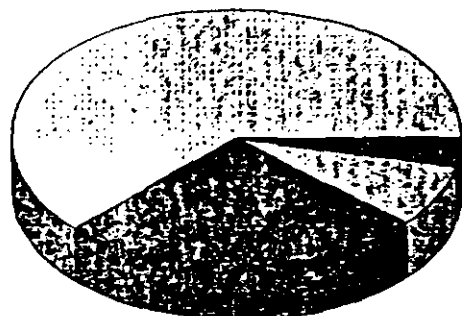
	AMERICANA	FRANCESA
Total Global (US\$ Milhões)	1178,0 (irreajustável)	1225,4

## PROPOSTAS DE FINANCIAMENTO

### FRANCESA

Total = US\$ 1400 M

870 M (62,1%)  
@ 6,92%  
COFACE



50 M (3,6%)  
@ 6,92%  
EXIMBANK

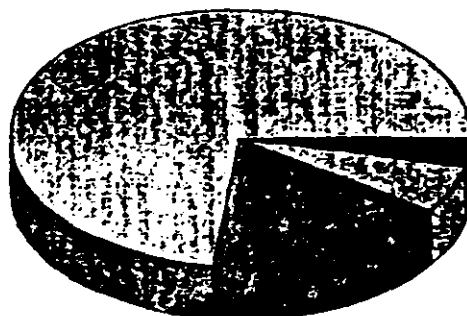
110 M (7,9%)  
@ 6,92%  
EKN

370 M (26,4%)  
@ 10% / 10,5%

### AMERICANA

Total = US\$ 1385 M

1013 M (73,1%)  
@ 6,92%  
EXIMBANK



48 M (3,5%)  
@ 9%  
VENDORS

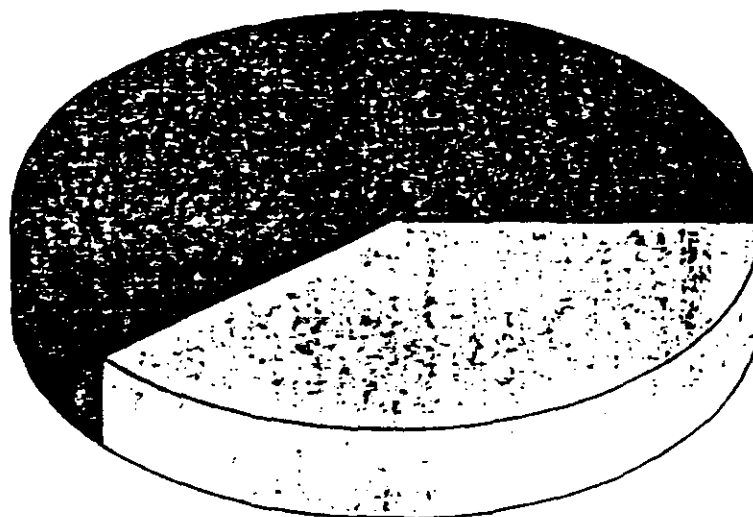
85 M (6,1%)  
@ 8,37%  
EKN

239 M (17,3%)  
@ 9%  
RAYTHEON

# SOLUÇÃO ESCOLHIDA

## PARTICIPAÇÃO EMPRESAS NACIONAIS

(848 M) 61,2%



TOTAL US\$ 1.395M

- EMPRESAS ESTRANGEIRAS
- EMPRESAS NACIONAIS

38,8% (547 M)



COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E  
DEFESA NACIONALATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA  
EM 20 DE ABRIL DE 1995.

Às dez horas do dia vinte de abril de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Humberto Lucena, presentes os Senhores Senadores Romeu Tuma, Ronaldo Cunha Lima, Hugo Napoleão, Ludio Coelho, Pedro Piva, Joel de Hollanda, Guilherme Palmeira, Emilia Fernandes, Geraldo Melo, Fernando Bezerra, Pedro Simon, José Agripino, Artur da Távola, Benedita da Silva, Marluce Pinto, Sebastião Rocha e Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Nabor Junior, Flaviano Melo, Casildo Maldaner, Antonio Carlos Magalhães, Epitácio Cafeteira e Bernardo Cabral. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e submete à discussão e votação a ata da reunião anterior, que é aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente esclarece a finalidade da reunião, salientando que a mesma destina-se a ouvir, os Senhores Embaixadores Mário Augusto Santos, Ruy Antonio Neves Pinheiro de Vasconcelos e José Ferreira Lopes, acerca das missões para as quais estão sendo designados, bem como, deliberar sobre demais matérias constantes de pauta. Prosseguindo, determina que a reunião torne-se secreta, para ouvir os Senhores Embaixadores, e ainda, para deliberar sobre as seguintes matérias: Mensagem nº 81, de 1995, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Mário Augusto Santos, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, tendo como Relator, o Senador Hugo Napoleão; Mensagem nº 106, de 1995, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Ruy Antonio Neves Pinheiro de Vasconcelos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura, tendo como Relator, o Senador Humberto Lucena; e Mensagem nº 107, de 1995, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor José Ferreira Lopes, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Namíbia, tendo como Relator, a Senhora Senadora Benedita da Silva. Após cumprimento das formalidades em sessão secreta, a mesma é reaberta ao público, passando-se à apreciação das demais matérias de pauta, quando são apreciados com votação em bloco, os pareceres sobre as seguintes proposições: Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 1994, que "aprova o texto do Acordo sobre Sanidade Vegetal para Proteção de Zonas Fronteiriças e Intercâmbio de seus Vegetais e Produtos Derivados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Brasília, em 14 de abril de 1993". Relator: Senador Nabor Júnior, parecer: Favorável. Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 1994, que "aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação e de seu Anexo, celebrados entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia, em 1992". Relator: Senador Pedro Simon, parecer: Favorável. Projeto de Decreto Legislativo nº 06, de 1995, que "aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 28 de dezembro de 1992". Relator: Senadora Marluce Pinto, parecer: Favorável. Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 1995, que "

aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Brasília, em 14 de abril de 1993". Relator: Senador Artur da Távola, parecer: Favorável. Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1993, que "aprova o texto da Convenção nº 170, da Organização Internacional do Trabalho, relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho, adotada pela 77ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1990". Relator: Senador Artur da Távola, parecer: Favorável. Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1994, que "aprova os textos das Convenções nºs 163, 164, 165 e 166, da Organização Internacional do Trabalho". Relator: Senador Artur da Távola, parecer: Pelo exame da Comissão de Assuntos Sociais. Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1993, que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 28 de dezembro de 1992". Relator: Senador Artur da Távola, parecer: Favorável. Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 1993, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação de diretores ou representantes brasileiros em organismo multilateral". Relator: Senador Guilherme Palmeira, parecer: Favorável; Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1994, que "aprova o texto do Acordo sobre Serviço Móvel Celular entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República Argentina, o Governo da República do Paraguai e o Governo da República Oriental do Uruguai, celebrado em Las Leñas, em 27.06.92". Relator: Senador Guilherme Palmeira, parecer: Favorável. Projeto de Decreto Legislativo nº 88 de 1994, que "aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área do Meio Ambiente, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, em Brasília, em 10 de outubro de 1990". Relator: Senador Humberto Lucena, parecer: Favorável. Projeto de Decreto Legislativo nº 09, de 1995, que "aprova o texto do Acordo sobre Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 16 de outubro de 1993". Relator: Senador Geraldo Melo, parecer: Favorável. Projeto de Decreto Legislativo nº 05, de 1995, que "aprova o texto do acordo Internacional sobre a utilização de Estações Terrenas de Bordo da INMAR-SAT em Águas Territoriais e em Portos, concluído em Londres, em 16 de outubro de 1985, e assinado pelo Brasil em 29 de janeiro de 1987". Relator: Senador Sebastião Rocha, parecer: Favorável; Projeto de Decreto Legislativo nº 08, de 1995, que "aprova o texto do acordo sobre Cooperação Administrativa Mútua para a Prevenção, a Pesquisa e a Repressão às Infrações Aduaneiras, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em 18 de março de 1993". Relator: Senadora Benedita da Silva, parecer: Favorável. Encerradas as matérias de pauta, o Senhor Presidente agradece a presença de todos, dando por concluídos os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação. Senador HUMBERTO LUCENA, Presidente eventual.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA  
EM 27 DE ABRIL DE 1995.

Às dez horas do dia vinte e sete de abril de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães, presentes os

Senhores Senadores Nabor Júnior, Pedro Simon, Guilherme Palmeira, Hugo Napoleão, José Agripino, Joel de Hollanda, Geraldo Melo, Bernardo Cabral, Sebastião Rocha, Pedro Piva, Casildo Maldaner, Benedita da Silva, Carlos Wilson, Ludio Coelho e Flaviano Melo, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixa de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Humberto Lucena, Artur da Távola, Eptácio Cafeteira, Marluce Pinto e Romeu Tuma. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e submete à apreciação a Ata da reunião anterior. Não havendo discussão e submetida à votação, é a mesma aprovada por unanimidade. A seguir, passa-se à apreciação das matérias da Pauta, para o que, em consonância com o disposto no Regimento Interno, torna-se secreta a reunião, para que sejam ouvidos os Senhores Embaixadores Luiz Brun de Almeida e Souza e Alexandre Addor Neto, acerca das missões para as quais estão sendo indicados e, ainda, para deliberar sobre as seguintes matérias: Mensagem nº 79, de 1995, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Luiz Brun de Almeida e Souza, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Côte d'Ivoire; tendo como Relator o Senhor Senador Sebastião Rocha; e Mensagem nº 113, de 1995, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Alexandre Addor Neto, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola; tendo como Relator o Senhor Senador Geraldo Melo. Reaberta a sessão, em caráter público, o Senhor Presidente dá prosseguimento às demais matérias, e, concede a palavra ao Senhor Senador Pedro Simon, para proferir parecer sobre o item 03. Usando da palavra Sua Excelência apresenta

seu parecer, ao processo Diversos nº 55 de 1995, do Senhor Ministro do Trabalho, informando ao Senado Federal, sobre a 82ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, que se realizará no período de 06 a 23 de junho de 1995, em Genebra, Suíça, consultando, outrossim, sobre o interesse desta Casa em se fazer representar, como observadora, na referida conferência. Concluindo favoravelmente que o Senado envie representantes, obedecidas as exigências que sugere no referido parecer. Apresentado o parecer, o Senhor Presidente esclarece que gestionará junto ao Senhor Presidente do Senado Federal, para que mediante o programa da conferência seja escolhido os temas que mais interessam ao País, para que o Senador que for indicado como representante, não necessite ficar tanto tempo ausente dos trabalhos da Casa. Não havendo quem queira discutir é o parecer submetido a votação, sendo aprovado, por unanimidade. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador José Agripino para prolatar seu parecer sobre o item 05, Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1995, que "dispõe sobre a celebração de tratados internacionais para a supressão do sigilo bancário nos casos de lesão do patrimônio público"; que conclui favoravelmente ao projeto, na forma das emendas nºs 01 a 03, que oferece. colocado em discussão, usa da palavra o Senador Geraldo Melo, externando dúvidas acerca da proposição, dúvidas essas, também levantadas pelo Senhor Senador Bernardo Cabral, que justificando a necessidade de um melhor estudo sobre a matéria, solicita vistas. sendo deferido pela Presidência. Encerradas as matérias de Pauta, o Senhor Presidente agradece a presença de todos, dando por concluídos os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à Publicação.

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, Presidente.

## **MESA**

### **Presidente**

José Sarney - PMDB - AP

### **1º Vice-Presidente**

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

### **2º Vice-Presidente**

Júlio Campos - PFL - MT

### **1º Secretário**

Odacir Soares - PFL - RO

### **2º Secretário**

Renan Calheiros - PMDB - AL

### **3º Secretário**

Levy Dias - PPR - MS

### **4º Secretário**

Ernandes Amorim - PDT - RO  
(licenciado até o dia 19-5-95)

### **Suplentes de Secretário**

Antônio Carlos Valadares - PP - SE

José Eduardo Dutra - PT - SE

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

Ney Suassuna - PMDB - PB

### **CORREGEDOR**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PL - SP

### **CORREGEDORES SUBSTITUTOS**

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Hollanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

### **LIDERANÇA DO GOVERNO**

#### **Líder**

Élcio Alves

## **Vice-Líderes**

José Roberto Arruda

Vilson Kleinübing

Ramez Tebet

### **LIDERANÇA DO PMDB**

#### **Líder**

Jáder Barbalho

#### **Vice-Líderes**

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

### **LIDERANÇA DO PFL**

#### **Líder**

Hugo Napoleão

#### **Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

### **LIDERANÇA DO PSDB**

#### **Líder**

Sérgio Machado

#### **Vice-Líderes**

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

### **LIDERANÇA DO PPR**

#### **Líder**

Epitácio Cafeteira

#### **Vice-Líderes**

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

### **LIDERANÇA DO PDT**

#### **Líder**

Júnia Marise

### **LIDERANÇA DO PP**

#### **Líder**

Bernardo Cabral

Vice-Líder

João França

### **LIDERANÇA DO PT**

#### **Líder**

Eduardo Suplicy

#### **Vice-Líder**

Benedita da Silva

### **LIDERANÇA DO PTB**

#### **Líder**

Valmir Campelo

#### **Vice-Líder**

Marluce Pinto

### **LIDERANÇA DO PL**

#### **Líder**

Romeu Tuma

### **LIDERANÇA DO PPS**

#### **Líder**

Roberto Freire

### **LIDERANÇA DO PSB**

#### **Líder**

Ademir Andrade

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Eleito em 19-4-95)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PMDB</b>	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerrson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	<b>PFL</b>	
1. Elcio Alvares		1. José Agripino
2. Fancelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
	<b>PSDB</b>	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. Pedro Piva		2. José Ignácio Ferreira
	<b>PPR</b>	
1. Eptácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
	<b>PTB</b>	
1. Emília Fernandes		1. Arlindo Porto
	<b>PP</b>	
1. Osmar Dias		1. Antônio Carlos Valadares
	<b>PT</b>	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	<b>PDT</b>	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha
<b>Membro Nato</b>		
Romeu Tuma (Corregedor)		

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Presidente: Senador Gilberto Miranda

Vice-Presidente: Senador Pedro Piva

(27 titulares e 27 suplentes)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Gilvan Borges		Jáder Barbalho
Gilberto Miranda		Mauro Miranda
Ney Suassuna		Flaviano Melo
Onofre Quinan		Ronaldo Cunha Lima
Carlos Bezerra		Pedro Simon
Fernando Bezerra		Casildo Maldaner
Ramez Tebet		Gerson Camata
	PFL	
Francelino Pereira		Joel de Hollanda
Vilson Kleintbing		Josaphat Marinho
Jonas Pinheiro		Waldeck Ornelas
Edison Lobão		Romero Jucá
Freitas Neto		José Bianco
João Rocha		Elcio Alvares
Carlos Patrocínio		Alexandre Costa
	PSDB	
Beni Veras		Carlos Wilson
Jefferson Peres		Lúdio Coelho
Pedro Piva		Sérgio Machado
Geraldo Melo		Lúcio Alcântara
	PPR	
Esperidião Amin		Leomar Quintanilha
Epitácio Cafeteira		Lucídio Portella
	PT	
Lauro Campos		José Eduardo Dutra
Eduardo Suplicy		
	PP	
João França		Bernardo Cabral
Osmar Dias		José Roberto Arruda
	PTB	
Valmir Campelo		Marluce Pinto
Arlindo Porto		Luiz Alberto de Oliveira
	PDT	
Sebastião Rocha		Darcy Ribeiro

### COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Presidente: Senador Beni Veras

Vice-Presidente: Senador Carlos Wilson

(29 titulares e 29 suplentes)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Carlos Bezerra		Nabor Júnior
Gilvan Borges		Onofre Quinan
Pedro Simon		Humberto Lucena
Casildo Maldaner		José Fogaça
Ronaldo Cunha Lima		Fernando Bezerra
Mauro Miranda		Coutinho Jorge
	PFL	
Romero Jucá		Guilherme Palmeira
Jonas Pinheiro		José Bianco
Antônio Carlos Magalhães		Hugo Napoleão
José Alves		Elcio Alvares
Alexandre Costa		Freitas Neto

Waldeck Ornelas

Joel de Hollanda  
José Agripino

PSDB

Beni Veras  
Lúcio Alcântara  
Carlos Wilson

Artur da Távola  
Geraldo Melo  
Jefferson Peres  
Lúdio Coelho

PPR

Leomar Quintanilha  
Lucídio Portella

Esperidião Amin  
Epitácio Cafeteira

PT

Marina Silva  
Benedita da Silva

José Eduardo Dutra

PP

Antônio Carlos Valadares  
Osmar Dias

João França  
José Roberto Arruda

PTB

Emília Fernandes  
Valmir Campelo

Marluce Pinto  
Luiz Alberto de Oliveira

PDT

Júnia Marise

Sebastião Rocha

PSB+PL+PPS

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Presidente: Senador Iris Rezende

Vice-Presidente: Senador Lúcio Alcântara

(23 titulares e 23 suplentes)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Iris Rezende		Jáder Barbalho
Ronaldo Cunha Lima		Pedro Simon
Roberto Requião		Gilvan Borges
José Fogaça		Carlos Bezerra
Ramez Tebet		Gilberto Miranda
Ney Suassuna		Casildo Maldaner
	PFL	
Guilherme Palmeira		Carlos Patrocínio
Edison Lobão		Antonio Carlos Magalhães
José Bianco		Hugo Napoleão
Elcio Alvares		José Agripino
Francelino Pereira		Freitas Neto
Josaphat Marinho		Romero Jucá
	PSDB	
José Ignácio Ferreira		Sérgio Machado
Lúcio Alcântara		Beni Veras
Jefferson Peres		Artur da Távola
	PPR	
Esperidião Amin		Leomar Quintanilha
	PT	
Lauro Campos		Benedita da Silva
	PP	
Bernardo Cabral		Antônio Carlos Valadares
	PTB	
Luiz Alberto de Oliveira		Arlindo Porto
	PDT	
Júnia Marise		Sebastião Rocha

Ademir Andrade PSB

Romeu Tuma PL

Roberto Freire PPS

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Senadora Emília Fernandes

(27 titulares e 27 suplentes)

#### Titulares

José Fogaça  
Coutinho Jorge  
Iris Rezende  
Roberto Requião  
Gerson Camata  
Jáder Barbalho

PMDB

#### Suplentes

Ramez Tebet  
Onofre Quinan  
Humberto Lucena  
Flaviano Melo

PFL

Vago  
Waldeck Ornelas  
Hugo Napoleão  
Joel de Hollanda  
José Bianco  
Élcio Alvares

José Agripino  
Wilson Kleinübing  
Edison Lobão  
Antônio Carlos Magalhães  
Alexandre Costa  
Francelino Pereira

PSDB

Artur da Távola  
Carlos Wilson  
Sérgio Machado

Beni Veras  
Jefferson Peres  
Lúcio Alcântara

PPR

Vago  
Leomar Quintanilha

Vago  
Esperidião Amin

PT

Marina Silva  
José Eduardo Dutra

Lauro Campos  
Benedita da Silva

PP

José Roberto Arruda  
João França

Osmar Dias  
Bernardo Cabral

PTB

Emília Fernandes  
Marluce Pinto

Arlindo Porto  
Valmir Campelo

PDT

Darcy Ribeiro

Júnia Marise

### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães

Vice-Presidente: Senador Bernardo Cabral

(19 titulares e 19 suplentes)

#### Titulares

Nabor Júnior  
Flaviano Melo  
Casildo Maldaner  
Pedro Simon  
Humberto Lucena

PMDB

#### Suplentes

Mauro Miranda  
Fernando Bezerra  
Ronaldo Cunha Lima  
Gerson Camata  
Iris Rezende

PFL

Guilherme Palmeira

Jonas Pinheiro

Antônio Carlos Magalhães  
Hugo Napoleão  
José Agripino

Edison Lobão  
João Rocha  
José Alves  
Wilson Kleinübing

PSDB

Geraldo Melo  
Artur da Távola  
Lúdio Coelho

José Ignácio Ferreira  
Carlos Wilson  
Pedro Piva

PPR

Epitácio Cafeteira

Lucídio Portella

PT

Benedita da Silva

Marina Silva

PP

Bernardo Cabral

Antônio Carlos Valadares

PTB

Marluce Pinto

Emília Fernandes

PDT

Sebastião Rocha

Darcy Ribeiro

PSB + PL + PPS

Romeu Tuma

Ademir Andrade

### COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Presidente: Senador José Agripino Maia

Vice-Presidente: Senador Arlindo Porto

(23 titulares e 23 suplentes)

#### Titulares

Nabor Júnior  
Mauro Miranda  
Onofre Quinan  
Gerson Camata  
Fernando Bezerra

PMDB

#### Suplentes

Roberto Requião  
Ney Suassuna  
Coutinho Jorge  
Gilberto Miranda  
Carlos Bezerra

PFL

Freitas Neto  
Joel de Hollanda  
José Agripino  
Romero Jucá  
Wilson Kleinübing  
João Rocha

Carlos Patrocínio  
Josaphat Marinho  
Jonas Pinheiro  
Guilherme Palmeira  
Waldeck Ornelas  
José Alves

PSDB

José Ignácio Ferreira  
Lúdio Coelho

Pedro Piva  
Geraldo Melo

PPR

Lucídio Portella

Leomar Quintanilha

PT

José Eduardo Dutra

Marina Silva

PP

José Roberto Arruda

Osmar Dias

PTB

Arlindo Porto

Emília Fernandes

PDT

Ademir Andrade

PSB

Romeu Tuma

PL

Roberto Freire

PPS

# **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

Presidente: Senador Alexandre Costa

Vice-Presidente: Antônio Carlos Valadares

(17 titulares e 9 suplentes)

## **Titulares**

Coutinho Jorge  
Gilberto Miranda  
Flaviano Melo  
Humberto Lucena  
Jáder Barbalho

Josaphat Marinho  
Carlos Patrocínio  
José Alves  
Alexandre Costa

PMDB

PFL

## **Suplentes**

Gilvan Borges  
Nabor Júnior

João Rocha  
Francelino Pereira

PSDB

Pedro Piva  
Sérgio Machado

PPR

Leomar Quintanilha

PT

Eduardo Suplicy

PP

Antônio Carlos Valadares

PTB

Luiz Alberto de Oliveira

PDT

Darcy Ribeiro

PSB + PL + PPS

José Ignácio Ferreira

Lucídio Portella

Lauro Campos

João França

Valmir Campelo